

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JOAQUIM JOSÉ NETO

**JOVENS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE RUBIATABA-GO:
PROCESSOS EDUCATIVOS E PERSPECTIVAS DE
REPRODUÇÃO SOCIAL**

Goiânia
2011

JOAQUIM JOSÉ NETO

**JOVENS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE RUBIATABA-GO:
PROCESSOS EDUCATIVOS E PERSPECTIVAS DE REPRODUÇÃO
SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Professora Doutora Maria Tereza Canezin Guimarães.

Goiânia
2011

J83j José Neto, Joaquim.
Jovens da agricultura familiar de Rubiataba-GO : processos
educativos e perspectivas de reprodução social [manuscrito] /
Joaquim José Neto. – 2011.

211 f. : il.

Bibliografia: f. 178-186.

Inclui apêndices.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, Goiânia, 2011.

“Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Tereza Canezin Guimarães”.

1. Agricultura familiar – Rubiataba (GO). 2. Jovens –
Rubiataba (GO). 3. Sociologia rural. 4. Sociologia educacional.
I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. II. Guimarães,
Maria Tereza Canezin. III. Título.

CDU: 316.334.55-053.6(043.2)
37.015.4

JOAQUIM JOSÉ NETO

**JOVENS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE RUBIATABA-GO:
PROCESSOS EDUCATIVOS E PERSPECTIVAS DE REPRODUÇÃO
SOCIAL**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Aprovado em 30 de setembro de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Dra. Maria Tereza Canezin Guimarães (PUC-Goiás)

Profª. Dra. Edna Mendonça Oliveira de Queiroz (UFG)

Prof. Dr. José Adelson da Cruz (UFG)

Profª. Dra. Maria de Araújo Nepomuceno (PUC-Goiás)

Profª. Dra. Sônia Margarida Gomes Sousa (PUC-Goiás)

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), pela acolhida.

À professora Doutora Maria Tereza Canezin Guimarães, pela amizade, sabedoria, paciência e determinação com que me orientou nesses três anos e meio.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC-Goiás, pelo companheirismo e estímulo.

À professora Darcy Costa Souto, pela acurada revisão.

Aos colegas da turma 2008 do Curso de Doutorado em Educação, pela confiança e espírito de ajuda.

Aos componentes da banca examinadora, professores doutores Edna Mendonça Oliveira de Queiroz, José Adelson da Cruz, Maria de Araújo Nepomuceno, Maria Tereza Canezin Guimarães e Sônia Margarida Gomes Sousa, pela dedicação, pela revisão, interlocução e sugestões.

A Dom Washington Cruz e a toda a equipe da Sociedade Goiana de Cultura, pelo apoio.

Ao Instituto Santa Cruz, ao Centro de Ensino Superior de Rubiataba (Cesur) e à Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (Facer), pela confiança e estímulo.

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria Adelaide de Araújo, agricultora familiar há 79 anos, mestre nas lides do trabalho familiar agrícola e relacionamento com a terra, os animais e as plantações.

À Diocese de Rubiataba-Mozarlândia, plantada no coração de Goiás e do Brasil e exercendo o pastoreio, em nome de Jesus, junto aos pequenos produtores, agricultores familiares, assentados, latifundiários e grandes empresas agrícolas.

Às famílias de agricultores familiares e aos jovens filhos de agricultores familiares do município de Rubiataba, amigos de todas as horas.

Ao presente e futuro da agricultura familiar no país.

Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto.

Machado de Assis

Resumo

O presente trabalho – *Jovens da agricultura familiar de Rubiataba-GO: processos educativos e perspectivas de reprodução social* – é uma tese de doutorado que faz parte da linha de pesquisa Educação, Sociedade e Cultura do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGE) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). O seu propósito foi investigar a condição e a situação juvenil dos filhos de agricultores familiares da região de Baixa Verde, município de Rubiataba-GO, buscando apreender os jovens no bojo dos mecanismos de reprodução do grupo social a que pertencem. Com esse intuito, buscaram-se os sentidos que elaboram em relação ao modo de ser jovem, ao modo de vida e trabalho dos pais, ao sistema formal de educação, à contribuição das instituições formadoras e dos momentos de lazer e como organizam seus projetos de realização profissional. No processo de investigação, utilizaram-se, para a coleta de dados, a aplicação de questionários, a técnica de entrevista semiestruturada e a observação assistemática. Os jovens filhos de agricultores familiares são uma categoria social que surge da socialização no processo de trabalho familiar agrícola, sendo atingidos, em seus projetos, pela expansão do capitalismo no campo, que desconsidera os anseios e os projetos dos próprios jovens, de permanência e sobrevivência na agricultura familiar. Eles participam de unidades familiares de produção agrícola, em que predominam a gestão, o trabalho, a propriedade, a instituição de saberes, normas e valores do universo da família. Suas famílias participaram do processo migratório das décadas de 1940 e 1960, a chamada *Marcha para o Oeste*, e se instalaram na região até os dias atuais, consolidando seus projetos de criação, manutenção e reprodução do modelo agrícola denominado agricultura familiar, mas estão vendo diminuir as expectativas de permanência dos filhos no campo e, conseqüentemente, de futuro para suas propriedades e seu patrimônio cultural. Participando da educação escolar, subjugada pelo sistema capitalista, os jovens estão migrando seus interesses e projetos para as oportunidades de estudo e trabalho na cidade. O desgaste do solo, as propriedades pequenas e sem espaço para ampliação, limitam as possibilidades de os jovens sucederem os pais na atividade agrícola, são obstáculos para protagonizarem a reprodução social da agricultura familiar.

Palavras-chave: agricultura familiar, condição e situação juvenil, reprodução social.

Abstract

This study on young people in family farming in Rubiataba, Goiás, and the educational processes and perspectives of social reproduction, is a doctoral thesis in the field of research into Education, Society and Culture of the Post-graduate studies in Education Program at the Pontifical Catholic University of Goiás. It set out to analyze the conditions and environment of the children of family farmers in the region of Baixa Verde, municipality of Rubiataba, Goiás, in order to understand young people at the heart of the mechanisms of reproduction of the social group to which they belong. To do so, it investigated their feelings about their way of being young people, the way of life and work of their parents, the formal education system, the contribution of formation institutions and leisure time and how they organize their projects for professional fulfillment. Questionnaires were distributed to collect data and other techniques, such as semi-structured interviews and asystematic observation, were also used. The adolescent children of family farmers constitutes a social category which arises out of the socialization of the process of family farming whose projects are affected by the expansion of capitalism in the countryside which disregards the wishes and designs of the young, to stay on and earn their living there. They participate in family units of agricultural production in which management, work, property, the institution of knowledge, norms and the values of the family universe predominate. Their families participated in the migration process of the 1940s and 1960s, the so-called March to the West, have settled in the region until today consolidating their projects of creating, maintaining and reproducing the agricultural model called family farming, but who are witnessing a decline in their children's hopes of remaining on in the countryside and, consequently, the future of their properties and cultural heritage. Participating in a school education, subordinated to the capitalist system, young people are turning their interests and projects towards opportunities for study and work in the towns and cities. Soil degradation and the fact that the small farms provide no room for expansion limit the possibilities for young people to take over farming from their parents, and are obstacles in the way of the social reproduction of family farming.

Keywords: family farming, young people's conditions and environment, social reproduction.

LISTA DE FIGURA E QUADROS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Localização do município de Rubiataba no estado de Goiás..... | 184 |
| Quadro 1 - Caracterização das famílias entrevistadas | 71 |
| Quadro 2 - Identificação dos jovens entrevistados..... | 107 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 - População do município de Rubiataba – urbana e rural..... | 185 |
| Tabela 2 - Região de origem das famílias quando da migração para Rubiataba..... | 185 |
| Tabela 3 - Caracterização da propriedade e forma de aquisição | 185 |
| Tabela 4 - Emprego de mão de obra nas propriedades..... | 185 |
| Tabela 5 - Membros das famílias que frequentam escolas atualmente | 186 |
| Tabela 6 - Indivíduos em idade escolar e fora da escola..... | 186 |
| Tabela 7 - Membros das famílias que concluíram um dos níveis de estudo | 186 |
| Tabela 8 - Distribuição das famílias por instituição religiosa | 186 |
| Tabela 9 - Inserção no processo de trabalho..... | 187 |
| Tabela 10 - Idade em que os jovens começaram a trabalhar | 187 |
| Tabela 11 - Autodefinição dos sujeitos da pesquisa..... | 187 |
| Tabela 12 - Participação dos jovens e apreço pelo trabalho familiar agrícola | 187 |
| Tabela 13 - Avaliações do trabalho agrícola e não agrícola pelos jovens..... | 188 |
| Tabela 14 - Condição escolar dos jovens pesquisados | 188 |
| Tabela 15 - Maiores dificuldades no processo de escolarização segundo os jovens..... | 188 |
| Tabela 16 - De que mais os jovens gostam na escola..... | 188 |
| Tabela 17 - De que menos os jovens gostam na escola..... | 189 |
| Tabela 18 - Aspectos de adesão à religião apontados pelos jovens..... | 189 |
| Tabela 19 - Tipos de lazer de que os jovens mais participam e o mais importante | 189 |
| Tabela 20 - Avaliação dos jovens e sua disposição de viver o modo de vida dos pais..... | 190 |
| Tabela 21 - Disposição para suceder o pai ou a mãe na gestão da propriedade..... | 190 |
| Tabela 22 - Caracterização da propriedade familiar e forma de aquisição | 190 |
| Tabela 23 - Continuidade dos estudos pelos jovens | 191 |
| Tabela 24 - Projetos profissionais dos jovens | 191 |
| Tabela 25 - Projetos de moradia e casamento | 192 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- Anped – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
- Apae – Associação dos Pais dos Excepcionais
- CAIs – Complexos Agroindustriais
- CEB – Câmara da Educação Básica
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- Comafar – Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Rubiataba
- Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
- Cooperrubi – Cooperativa Agroindustrial de Rubiataba
- Doebec – Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo
- Emater – Empresa brasileira de assistência técnica e extensão rural
- FAO – Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)
- GT – Grupo de Trabalho
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras
- MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
- Mpog – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
- MST – Movimento dos Sem Terra
- PEA – População Economicamente Ativa
- Proindaf – Programa Integrado de apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar
- Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- Unesco – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| CAPÍTULO I - AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DO CAPITALISMO BRASILEIRO | 29 |
| 1.1 Denominações históricas e gênese da agricultura familiar | 29 |
| 1.2 Desigualdades e especificidades regionais da agricultura familiar..... | 47 |
| 1.3 Limites entre rural e urbano: diluição de fronteiras? | 54 |
| 1.4 O desafio da reprodução social na agricultura familiar | 58 |
| CAPÍTULO II - FAMÍLIAS DE AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DE BAIXA VERDE, NO MUNICÍPIO DE RUBIATABA-GO | 66 |
| 2.1 Configuração da família na sociedade contemporânea..... | 66 |
| 2.1.1 Configuração das famílias de agricultores Familiares de Baixa Verde .. | 71 |
| 2.1.2 Origem das famílias agricultoras de Baixa Verde e os deslocamentos migratórios..... | 75 |
| 2.1.3 Especificidades das famílias | 84 |
| 2.1.4 Modos de trabalho | 88 |
| 2.2 A família e os sentidos atribuídos à escola e à religião | 91 |
| 2.2.1 Relacionamentos das famílias com a escola..... | 92 |
| 2.2.2 Contribuição das instituições religiosas..... | 93 |
| 2.3 Perspectivas dos pais em relação aos filhos na continuidade da atividade.... | 94 |
| CAPÍTULO III - JOVENS FILHOS DE AGRICULTORES FAMILIARES E O MUNDO DO TRABALHO..... | 99 |
| 3.1 Juventude rural e diversidade da condição juvenil | 99 |
| 3.2 Composição dos jovens agricultores familiares da região de Baixa Verde, município de Rubiataba-GO | 106 |
| 3.2.1 Caracterização dos jovens entrevistados | 107 |

| | |
|--|-----|
| 3.3 Mundo do trabalho e expectativas quanto à reprodução social da agricultura familiar | 113 |
| 3.3.1 Percepção dos jovens da condição de agricultor familiar..... | 117 |
| CAPÍTULO IV - JOVENS FILHOS DE AGRICULTORES FAMILIARES E AS INSTITUIÇÕES FORMADORAS | 121 |
| 4.1 Ensinar e aprender na agricultura familiar..... | 123 |
| 4.2 A escolarização e a formação juvenil | 126 |
| 4.2.1 A escola na perspectiva de formação dos jovens..... | 134 |
| 4.3 A religião na perspectiva dos jovens agricultores familiares | 138 |
| 4.4 Ser jovem para os jovens filhos de agricultores familiares de Baixa Verde | 140 |
| 4.5 O lazer e a sociabilidade dos jovens agricultores familiares de Baixa Verde | 142 |
| CAPÍTULO V - JOVENS FILHOS DE AGRICULTORES FAMILIARES E EXPECTATIVAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR... | 148 |
| 5.1 Avaliação do modo de vida dos pais e desejo de sucedê-los na gestão da propriedade | 150 |
| 5.1.1 Sucessão dos pais na gestão da propriedade agrícola..... | 152 |
| 5.2 Expectativas de estabelecer-se no meio rural | 153 |
| 5.3 Os vínculos com a terra | 157 |
| 5.4 Relacionamentos com outros jovens, especialmente da cidade..... | 158 |
| 5.5 Projetos de escolarização, profissionalização e de vida dos jovens agricultores familiares | 160 |
| 5.5.1 Os projetos de escolarização..... | 162 |
| 5.5.2 Os projetos profissionais..... | 163 |
| 5.5.3 Os projetos de vida | 164 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 166 |
| REFERÊNCIAS | 175 |
| ANEXO | 184 |

| | |
|--|-----|
| APÊNDICE 1 - TABELAS | 185 |
| APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO ÀS FAMÍLIAS | 193 |
| APÊNDICE 3 - QUESTIONÁRIO 2 – DIRIGIDO AOS JOVENS | 196 |
| APÊNDICE 4 - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM AS FAMÍLIAS (preliminar)..... | 203 |
| APÊNDICE 5 - ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM OS JOVENS | 204 |

INTRODUÇÃO

O propósito do presente trabalho consiste em compreender¹ os jovens filhos de agricultores familiares da região denominada Baixa Verde, no município de Rubiataba, estado de Goiás. Simultaneamente, buscou-se apreender como os jovens filhos dos agricultores familiares vivem a condição juvenil e como suas famílias lidam com a sua formação. A preocupação central foi examinar os jovens agricultores familiares no contexto de suas famílias, como agentes sociais que, em meio a processos educativos, escolares ou não, participam da reprodução da agricultura familiar no cenário das sociedades contemporâneas pautadas por processos de mudanças.

O interesse nasceu do desejo de aprofundar os conhecimentos sobre os jovens agricultores familiares como categoria social específica, uma vez que vivem processos de formação inseridos no processo de trabalho familiar agrícola. Como jovens filhos de agricultores familiares, eles são membros de unidades familiares que também atuam como unidades de produção agrícola, em que predominam a instituição de saberes, normas e valores do universo da família e do processo de trabalho por ela realizado. A formação desses jovens, no contexto da agricultura familiar, produz a incorporação de saberes específicos associados à configuração de identidades sociais e profissionais ligadas à agricultura, e, diferentemente de outros jovens, de outros contextos, sua formação se constrói em relação ao trabalho familiar agrícola, que produz e evidencia os dilemas específicos de sua condição juvenil.

O desenvolvimento de um trabalho de investigação com jovens da agricultura familiar teve como motivação a experiência vivida como jovem agricultor que lutava pela educação escolar e profissionalizante na cidade, e atualmente, como professor no município e na região de Rubiataba, convive, nos espaços educativos, com jovens, filhos de agricultores familiares e jovens descendentes indígenas. E também, da experiência como pesquisador, tendo já realizado duas investigações em nível de mestrado: uma em Roma, Itália, na área de Teologia, com a dissertação *Pedagogia da direção espiritual*, defendida em 1992, e outra na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), sobre os processos educativos na reconstrução do sentimento de pertencimento étnico do

¹ Compreender, na perspectiva de Pierre Bourdieu (2001, p. 699), significa “tentar situar-se em pensamento no lugar que o pesquisado ocupa no espaço social para o *necessitar* a partir desse ponto e para *decidir-se* de alguma maneira por *ele*. [...] é dar-se uma *compreensão genérica e genética* do que ele é, fundada no domínio (teórico ou prático) das condições sociais das quais ele é produto [...]”

grupo indígena tapuios do Carretão, nos municípios goianos de Rubiataba e Nova América, defendida em 2004, intitulada *Jovens tapuios do Carretão: processos educativos de reconstrução de identidade indígena*, publicada em 2005 (JOSÉ NETO, 2005), e ainda, por ter atuado na coordenação de processo de implantação da primeira unidade de educação escolar indígena, Escola Estadual Cacique José Borges, inaugurada em 19 de abril de 2004.

O interesse foi suscitado, também, pelo exercício de ministério presbiteral desenvolvido com jovens seminaristas, na sua maioria, oriundos do meio rural, e, atualmente, com jovens estudantes do nível básico e superior. Nessa atividade procura-se compreender o processo de socialização e qualificação como líderes no campo, em empresas e igrejas, voltados para a construção de um mundo melhor e uma sociedade capaz de acolher e promover vida digna para todos. Procura-se, ainda, buscar novos conhecimentos sobre a temática e contribuir para a disseminação desse conhecimento.

O município de Rubiataba, onde o estudo se concentra, fica a 237 km de Goiânia, na região central do estado de Goiás (figura 1, anexo 1). O município possui uma área de 748.264 km². Até a década de 1940, a região era desocupada, uma vez que o processo de colonização teve início a partir de 1945, com a chegada de famílias oriundas, predominantemente dos estados de Minas Gerais e de São Paulo e do Nordeste brasileiro, para dedicarem-se à formação de lavouras, conforme o movimento denominado *Marcha para o Oeste*, que visava a expansão da fronteira agrícola. O projeto do núcleo populacional surgiu, efetivamente, em 1949, por iniciativa do governo estadual, objetivando a criação de uma colônia agrícola na mata, à margem direita do Rio São Patrício. Em 1950, iniciou-se, conforme planificação, a construção da colônia, com o nome de Rubiataba², em virtude da existência do cafezal nativo, cultura que dominou a região na época. Uma área de 150 mil ha de terras de cultura foi dividida em 3 mil quinhões de dez alqueires goianos, doados aos agricultores provenientes de várias partes do país, especialmente de Minas Gerais. Em 1952, o povoado já apresentava características de cidade, mais de 20 mil habitantes, e uma notável particularidade: todas as ruas e praças, critério ainda mantido, recebem a denominação de madeiras e frutas (Av. Jatobá, Av. Aroeira, Rua Pateiro, etc.). Como cidade planejada, desenvolveu-se rapidamente, passando diretamente de povoado a município, em 12 de outubro de 1953, pela Lei estadual nº 807 (IBGE, 2010).

² A palavra é formada pela junção de *rubia* (de *rubiácea*, café, e *taba*, aldeia indígena).

O contingente populacional no meio rural do município de Rubiataba vem diminuindo nos últimos anos em virtude do êxodo rural e da redução do número de filhos por família, e, atualmente, o município conta com apenas 18.915 habitantes. Graças ao predomínio da agricultura familiar, ainda 14,3% da população se encontra no meio rural (IBGE 2010).

O município de Rubiataba, onde vivem os jovens filhos de agricultores familiares da região Baixa Verde, é constituído, na sua quase totalidade, de pequenas propriedades rurais administradas por agricultores familiares³, que vêm enfrentando, há longo tempo, dificuldades em conseguir educação escolar adequada à realidade de seus filhos e que favoreça a sobrevivência e a permanência dos jovens no campo.

No processo migratório do campo para a cidade, os jovens agricultores são os primeiros motivados ou forçados a instalarem-se nas cidades em busca de educação e de trabalho, tendo muitas vezes de romper com projetos de permanência e sobrevivência digna na pequena propriedade rural. Segundo Abramovay (1998, p. 15), “o êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar atinge hoje as populações jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores”. Embora existam poucas pesquisas que têm como sujeitos os jovens agricultores familiares, o contingente de jovens que vive essa condição, quer morando no campo com suas famílias, ou nas cidades, para estudar, é significativo.

O modo como o capital organiza-se no campo, produzindo lógicas diversas de expropriação, reduz o espaço do jovem vinculado à agricultura familiar. Muitas vezes, os jovens do campo são expulsos pelos projetos de construções de usinas hidrelétricas, pela implantação de grandes áreas de monoculturas, pelos latifundiários que vão adquirindo mais terras, ou atraídos pela promessa de uma vida mais digna mediante empregos e supostas facilidades na cidade.

Esse movimento do capital no campo tem uma lógica que desconsidera os anseios e os projetos dos próprios jovens, seus desejos de permanência e sobrevivência no meio rural, e, em geral, expressa-se em políticas públicas referentes à educação da população do campo, à formação profissional e incentivo a novas gerações de agricultores. A consequência tem sido o esvaziamento populacional dos espaços rurais. Dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009) alertam que o ponto máximo de migração do meio

³ A agricultura familiar é uma denominação que emerge com força entre os estudiosos brasileiros a partir da década de 1990 (WEISHEIMER, 2009). Corresponde a uma forma social de exploração da propriedade rural, em que o trabalho da família assume uma importância decisiva.

rural para o urbano situa-se na faixa etária entre 15 e 19 anos para as mulheres e 20 e 24 anos para os homens.

Um dos problemas decorrentes desta situação é o *envelhecimento* do meio rural. Cerca de 24% dos agricultores brasileiros têm mais de sessenta anos de idade (DALGORO, 2009). Esse processo tem dificultado a permanência de unidades de educação escolar no interior dos municípios e suscitou a instituição de programas de transporte de estudantes para a cidade, desconsiderando a necessidade e a especificidade da educação do campo. Famílias de pequenos agricultores e de assentamentos da reforma agrária vêm reivindicando o direito à educação da população do campo, especialmente dos jovens, como condição de sobrevivência do homem no campo e de garantia de fornecimento de alimentos para a população do campo e da cidade. Há muito que a educação oferecida a crianças e jovens do campo não é capaz de acolher e valorizar a vida social do campo.

Assim, entende-se que o estudo de jovens agricultores familiares e seu envolvimento nos processos de reprodução social do seu grupo de origem, a agricultura familiar, implica a investigação da agricultura familiar, sua história, sua realidade nos últimos anos, seus desafios e perspectivas com os desdobramentos que se refletem na vida dos jovens do meio rural e, conseqüentemente, suas expectativas e projetos de permanência no campo e reprodução do trabalho familiar agrícola.

Para Marin (2009, p. 621), a juventude rural, atualmente,

se ocupa de trabalhos primordialmente vinculados com as atividades agropecuárias, mesmo se não se pode deixar de lado a possibilidade de sua inserção em ocupações em outras esferas produtivas, como a silvicultura, os serviços, o comércio e a indústria, especialmente nos contextos contemporâneos marcados pela intensa integração socioeconômica entre os diversos segmentos do capital urbano e rural.

O objetivo deste trabalho consiste, portanto, em apreender, no contexto dos jovens participantes da agricultura familiar e em processos educativos, como eles vivem a condição juvenil e compreendem o papel da escola e da educação na construção e cultivo de saberes que preparam para a produção e o trabalho. Para tanto, faz-se necessário evidenciar as contradições do processo de formação dos jovens rurais compreendendo o que significa ser jovem e ser jovem trabalhador estudante em sociedades rurais (seus

dilemas, perspectivas, estilos de vida, relações com a escola, com a família, com os valores, com a religião e com seus pares).

Indicando os aportes teóricos e metodológicos

A base teórica da pesquisa está apoiada em estudos recentes, especificamente no tocante à temática da juventude, permeada transversalmente pelas de família e agricultura familiar, diluição das fronteiras entre o rural e o urbano e o papel da educação escolar no processo de urbanização da vida no campo.

Cabe destacar que a noção de juventude se instaura com o advento da modernidade que, por sua vez, enfatiza os processos de individualização das práticas sociais, em que os interesses do capitalismo se voltam para a preparação das novas gerações para o mercado de trabalho e para a produção de interesse dos detentores do capital, e seus significados estão determinados pelo modo capitalista de conceber a sociedade. Na perspectiva do capitalismo, a juventude é vista mais como potencial de produção do que como possibilidade de transformação e renovação da vida social, mais como interesse do sistema vigente do que como sujeito que ativamente possa contribuir para uma nova ordem. Weisheimer (2009, p. 53) lembra ainda que, dos interesses do capitalismo, resultou a “crescente institucionalização das fases da vida humana”, incluindo o período de vida referente à juventude.

Na pluralidade com que se emprega o termo juventude, ele adquiriu inumeráveis significados: serve tanto para designar um estado de ânimo, como para qualificar o novo e o atual. Para León (2009), falar de pluralidade, referindo-se à juventude, é uma necessidade, porém não mais novidade, uma vez que os jovens, segundo o lugar, o contexto cultural, econômico e social, vivem condições e situações juvenis diversas.

Os novos modos de ver e aprender dos jovens na diversidade dos contextos por eles vividos têm levado ao estudo da juventude não como realidade única e homogênea, mas em sua variedade, procurando captar, com maior acuidade, as particularidades do ser jovem na concreticidade dos diversos contextos. Assim, é bem mais amplo o alcance dos estudos dos jovens que, em contextos culturais diferentes, protagonizam diferentes modos de ser jovem e, com seu modo de ser e viver, podem influenciar a sociedade.

Com essa atenção à diversidade, este estudo apoia-se em bases teóricas para adentrar o objeto da pesquisa: os jovens agricultores do município de Rubiataba que vivenciam processos educativos tendo em vista a formação e a inserção no mundo do

trabalho. Alguns estão interessados em permanecer na agricultura como opção de sobrevivência e contribuição para a sociedade, outros já estão engajados no mundo do trabalho em espaços urbanos ou se preparam para tal, no processo formal de ensino na cidade.

A temática da juventude e, especificamente da juventude da agricultura familiar, no Brasil e em outros países da América Latina e da Europa, é um complexo fenômeno que exige a ampliação das investigações empíricas e ações mais efetivas não só do poder público, mas também de organismos da sociedade civil, para compreender os mecanismos perversos de exclusão juvenil nas sociedades marcadas por desigualdades de classes e neles intervir. No caso do presente trabalho, não basta constatar que o capital expulsa, em especial, os jovens dos espaços rurais, é preciso ir além, entender como, contraditoriamente, e apesar das inúmeras adversidades, muitos jovens permanecem no campo, e, de certa forma, contribuem para a (re)produção da agricultura familiar. Assim, este trabalho lida com o binômio jovens e famílias de pequenos agricultores, buscando apreender as tensões inerentes à reprodução da agricultura familiar.

Marin (2009, p. 621) chama a atenção para o fato de que o estudo dos jovens não pode se dissociar do estudo da família:

o estudo da juventude rural requer a compreensão das especificidades das relações de dependência com a vida e o trabalho nos espaços agrários, assim como das redes de relações econômicas, políticas e culturais em que os jovens e suas famílias estão imersos.

Segundo Castro (2006, p. 10), “a *juventude rural* é constantemente associada ao problema da ‘migração do campo para a cidade’. Contudo, ‘ficar’ ou ‘sair’ do meio rural envolve múltiplas questões, onde a categoria *jovem* é construída e seus significados disputados”, questões que esta pesquisa pretende abordar.

Há ainda a questão das possibilidades de reprodução social do processo de trabalho familiar agrícola, que exige, conforme Abramovay (1998), atenção ao processo sucessório e de posse da terra, na agricultura familiar, segundo a compreensão que os próprios jovens agricultores familiares têm da questão, uma vez que “o que caracteriza a agricultura familiar [nesse sentido] é que o pleno exercício profissional por parte das novas gerações envolve, mais que o aprendizado de um ofício, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital” (ABRAMOVAY, 1998, p. 18).

Em sociedades e culturas diferentes, a juventude vive e se percebe de modos diferentes, recebe olhares diferentes, e seus modos de pensar, sentir, agir e reagir expressam as influências do contexto sociocultural em que está inserida. É necessário, portanto, apreender o jovem segundo o lugar, o tempo, o processo histórico da sociedade em que ele está inserido, em que o jovem vive, de modo distinto, essa fase da vida.

Dentre as abordagens da juventude, destaca-se aquela que parte da premissa da fase do ciclo vital entre a infância e a idade adulta, tendo como referência a faixa de idade, mesmo que os limites etários não possam nem devam ser definidos rigidamente. Do mesmo modo, a noção de geração não pode ser delimitadora, mas delineadora dos estudos, uma vez que remete à ideia de similaridade de experiências e situações dos indivíduos que nasceram em um mesmo momento histórico, e que vivem os processos das diferentes fases do ciclo de vida de acordo com os mesmos determinantes das conjunturas históricas. Estas singularidades permitem que a juventude se torne mais visível como categoria social, para além das abordagens delimitadoras, para que se possa apreender a juventude como construção sócio-histórica. Conforme León (2009), não se pode deixar despercebidas as diversidades históricas, sociais e culturais em que as transições se realizam. Em algumas culturas e contextos sociais, mais que em outros, se pode constatar uma tendência cada vez maior de prolongar o período de vida da juventude por diversos fatores, dentre eles, a sua inserção no mercado de trabalho.

Por outro lado, a juventude, não sendo considerada uma realidade homogênea, possibilita a compreensão da juventude rural, mesmo sabendo não ser fácil definir e nem mesmo distinguir jovens rurais de jovens urbanos, como destaca Carneiro (2008, p. 243):

Geralmente as pesquisas sobre a organização social no campo referem-se ao jovem apenas na condição de membro da equipe de trabalho familiar, seja como aprendiz de agricultor, nos processos de socialização e de divisão social do trabalho no interior da unidade familiar, seja como trabalhador fora do estabelecimento familiar complementando a renda da família com seus salários precários e engrossando, assim, as estatísticas sobre a população economicamente ativa (PEA) no meio rural.

Considerando, portanto, os jovens filhos de agricultores familiares como categoria social específica, com base nos estudos de Weisheimer (2009, p. 89), a socialização desses jovens dá-se

num processo de trabalho *sui generis* no capitalismo, a partir de relações familiares que “implica a caracterização do processo de trabalho familiar

agrícola e sua articulação indissociável com as dinâmicas de reprodução social da agricultura familiar. Estes aspectos formam a infraestrutura sobre a qual se configura a situação juvenil na agricultura familiar, de tal forma que os jovens agricultores familiares podem ser percebidos como uma categoria social específica devido às peculiaridades da socialização no processo de trabalho familiar agrícola.

Os jovens agricultores familiares não vivem isolados nos espaços rurais, pois no contexto atual da urbanização do campo, são cada dia maiores as interações entre cidade e campo, urbano e rural. No município de Rubiataba, há mais de duas décadas foram desativadas as escolas rurais, de tal modo que os jovens sujeitos da pesquisa têm vivido o seu processo educativo escolar em escolas situadas na cidade, e, portanto, envolvidos com os processos de socialização da cidade. De fato, a questão da diluição das fronteiras entre cidade e campo, entre urbano e rural exige especial reflexão neste estudo, uma vez que

a dificuldade na delimitação do que se designa como “juventude rural” – categoria socialmente construída e que se caracteriza pela transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital – reside também nas imprecisões quanto ao que se entende por “rural”, questão que se acentua com a intensificação da comunicação entre os universos culturais sociais do campo e da cidade (CARNEIRO, 2008, p. 245. Grifos da autora).

Na busca de abordagens que buscam compreender o complexo fenômeno dos jovens na sociedade contemporânea, deve-se confluir para um esforço de não limitar a condição juvenil à escolar, o que não significa desconsiderar a importância dos estudos acerca da escolarização dos jovens. As propostas curriculares, as formas de avaliação pedagógica, os processos de ensino, enfim, as questões estritamente escolares, embora de fundamental importância para a formação dos jovens não constituem objeto de pesquisa do presente trabalho. Partilha-se do interesse em estudar os jovens para além da condição monolítica de aluno.

Em contraposição à visão de Ciência Social neutra e objetiva, na qual sujeito e objeto estão radicalmente separados, interditados, na pesquisa qualitativa, o “principal interesse da ciência social é o comportamento significativo dos indivíduos engajados na ação social, ou seja, o comportamento ao qual os indivíduos agregam significados considerando o comportamento dos outros indivíduos” (GOLDENBERG, 2004, p. 19). Nesta perspectiva, o pesquisador interessa-se por investigar aquilo que valoriza, sem perder a perspectiva de que a produção científica requer objetividade.

Conforme os procedimentos adotados, que serão esclarecidos a seguir, a pesquisa realizada foi quantiqualitativa. A pesquisa quantitativa, neste trabalho, deu-se mediante a aplicação de questionários para construir um perfil dos jovens agricultores familiares (questionário 2, anexo 2) e suas famílias, (questionário 1, anexo 1), a fim de conhecer a composição familiar, a origem das famílias, o acesso à propriedade agrícola e à educação escolar, o interesse em continuar os estudos, a participação em outras instituições socializadoras, as modalidades de lazer ao seu alcance, etc. Utilizou-se a pesquisa quantitativa como um passo importante para a pesquisa qualitativa que, por sua vez, busca compreender a situação juvenil para além do mensurado, do quantificado, e foi assumida com o propósito de apreender o universo sociocultural em que os jovens agricultores rurais transitam. O procedimento da pesquisa qualitativa fundamentou-se em roteiros de entrevistas semiestruturadas: roteiro 1, para entrevistas com as famílias (anexo 3) e roteiro 2, para entrevistas com os jovens (anexo 4), tendo como referência as perspectivas dos sujeitos em termos das compreensões e interpretações do processo de mudança, a maior ou menor resistência deles a esse processo, suas perspectivas em relação ao presente e o futuro.

O campo escolhido para a pesquisa é a agricultura familiar no município de Rubiataba, estruturado com base em um projeto de Colônia Agrícola Estadual no final da década de 1940. A região, que se tornou município em 12 de outubro de 1953 é, de fato, constituída de produtores rurais assentados, desde a implantação da colônia agrícola, em pequenas propriedades. Embora atualmente uma parte das propriedades tenha sido ocupada pela plantação de cana para uma usina de álcool, a Cooper Rubi, a agricultura continua sendo exercida na modalidade da agricultura familiar, carecendo de maior atenção das políticas públicas e de pesquisadores. A juventude da agricultura familiar no município de Rubiataba, um dentre outros com as mesmas características, tem grande potencial como objeto de compreensão da realidade da agricultura familiar, no seu entendimento da realidade por ela vivida, nas perspectivas de estudo, de capacitação profissional e expectativas de sobrevivência no campo.

Empreenderam-se, no presente estudo, os seguintes procedimentos: a) levantamento bibliográfico, com a revisão da literatura existente sobre a temática; b) visitas e encontros

com famílias de agricultores familiares da região de Baixa Verde⁴, com aplicação do questionário 1 a 31 famílias, e seleção de 7 para as entrevistas, atendendo aos seguintes critérios de serem agricultores familiares filiados aos Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rubiataba ou membros da Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Rubiataba (Coomafar), terem filhos entre 15 e 29 anos envolvidos direta ou indiretamente com a agricultura familiar e estarem sediadas na região há pelo menos cinco anos; c) visitas e encontros com os jovens da região para apresentação da pesquisa, esclarecimento e escolha dos sujeitos jovens da pesquisa com os critérios de terem entre 15 e 29 anos; serem filhos de agricultores familiares do município de Rubiataba, mesmo morando na cidade por motivos de estudo, trabalho, e outros, contanto que os pais ou responsáveis estivessem residindo e/ou trabalhando na propriedade rural familiar no município de Rubiataba.

Os jovens foram convidados a participar da pesquisa, receberam os devidos esclarecimentos e concordaram em colaborar com a pesquisa assinando o termo de livre consentimento (TCLE). Os menores de 18 anos estiveram acompanhados de seus pais ou responsáveis, que assinaram o termo livre de consentimento. Foi então aplicado o questionário 2 a 25 jovens, dentre os quais 10 foram selecionados para as entrevistas.

Os critérios de inclusão e exclusão adotados, em relação aos sujeitos da pesquisa, e que atenderam aos critérios estabelecidos acima, foram os seguintes: que estivessem estudando ou não, residindo no município de Rubiataba ou em outras localidades, com residência na zona rural ou na cidade; que fossem associados ou filhos de associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rubiataba e membros das comunidades rurais de Baixa Verde, por ser uma região composta de pequenos produtores rurais explorando suas propriedades na modalidade da agricultura familiar.

Por meio da entrevista aprofundada, foram coletados dados significativos acerca do universo sociocultural dos jovens e das famílias de pequenos agricultores no município de Rubiataba.

Cabe ressaltar que, em a *Miséria do mundo*, Bourdieu (2001) discorre com propriedade que a entrevista não é meramente uma técnica, mas um procedimento que se vincula à postura teórico-metológica necessária à pesquisa. Nesses termos, *compreender* é uma postura teórica fundamentada, e

⁴ Região situada no noroeste do município, composta de espaços rurais com longa tradição de agricultura familiar por fazerem parte da área à margem direita do Rio São Patrício, cujas terras foram destinadas e distribuídas a pequenos agricultores nas décadas de 1940 e 1950. Dos sujeitos da pesquisa, 90% são da Baixa Verde, onde o pesquisador tem atuação com os agricultores familiares.

esta compreensão não se reduz a um estado de alma benevolente. Ela é exercida de maneira ao mesmo tempo inteligível, tranquilizadora e atraente de apresentar a entrevista e de conduzi-la, de fazer de tal modo que a interrogação e a própria situação tenham sentido para o pesquisado e também, sobretudo, na problemática proposta: esta, como as respostas prováveis que ela provoca, será deduzida de uma representação verificada das condições nas quais o pesquisado está colocado e daquelas das quais ele é produto. Pode-se então dizer que o pesquisador não tem qualquer possibilidade de estar verdadeiramente à altura de seu objeto a não ser que ele possua a respeito um imenso saber, adquirido talvez ao longo de uma vida de pesquisa e também, mais diretamente, durante entrevistas anteriores com próprio pesquisado ou com informantes. A maior parte das pesquisas publicadas representa, sem dúvida, um momento privilegiado em uma longa série de trocas, e não têm nada em comum com os encontros pontuais, arbitrários e ocasionais, das pesquisas realizadas às pressas por pesquisadores desprovidos de toda competência específica (BOURDIEU, 2001, p. 700).

Foram feitas análises sobre a configuração socioeconômica familiar e das representações sociais e expectativas do presente e futuro referentes aos seus filhos, para compreender a trajetória percorrida pelas famílias, de suas regiões de origem até instalarem-se como agricultores familiares no município de Rubiataba e região, a interpretação que fazem do processo, de seus modos de educar os filhos e de lidarem com a escola, bem como de suas preocupações quanto à reprodução da agricultura familiar realizada por seus filhos.

Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rubiataba, há no município um número aproximado de 240 jovens agricultores familiares com idade entre 15 e 29 anos a ele vinculados. A pesquisa foi realizada por amostragem, de acordo com a problemática da pesquisa. Como um dos objetivos da pesquisa consiste em compreender o papel da escola e da educação na construção e cultivos de saberes que preparam os jovens para a produção e o trabalho, sem dissociá-los da vida no campo, fizeram parte da amostra, atendendo aos critérios de inclusão citados, jovens que frequentam a escola na cidade (níveis básico ou superior), que tenham parado de estudar, ou que moram na cidade para estudar.

Durante todo o tempo, procurou-se ter o cuidado de não perder a objetividade que deve caracterizar a pesquisa científica, lembrando que a pesquisa, como diz Bourdieu (1999, p. 27), “funciona como um sinal que lembra o que há de fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das propriedades”. Outros procedimentos foram agregados ao longo do percurso, como o

esforço para não haver afastamento do objeto proposto, mas também com o constante cuidado de

romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objetividade das organizações sociais e dos cérebros (BOURDIEU, 2001, p. 34).

A constante e atenta vigilância entre orientador e orientando é garantia de possíveis avaliações do caminho percorrido, para não se enveredar por caminhos que não levem ao termo almejado. Como lembra Bourdieu (2001, p. 35), “uma prática científica que se esquece de se pôr a si mesma em causa não sabe, propriamente falando, o que faz”. E como há uma certa relação de causa entre o pesquisador e a realidade a ser pesquisada, em razão de ser originário do meio rural, é também de fundamental importância estar atento ao perigo da cumplicidade, ou seja, do pesquisador confundir-se com os sujeitos da pesquisa.

Para garantia do anonimato e sigilo aos sujeitos, bem como privacidade e confidencialidade dos dados, os jovens sujeitos da pesquisa receberam nomes fictícios.

O trabalho está organizado em cinco capítulos.

O primeiro tem como objetivo apreender aspectos relacionados a diferentes terminologias, gênese e desenvolvimento da agricultura familiar no contexto da expansão do capitalismo no campo brasileiro. Sinalizam-se os dilemas e perspectivas da agricultura familiar no atual contexto histórico do país e de Goiás, para pontuar os mecanismos e estratégias de reprodução das famílias de pequenos produtores rurais e suas perspectivas para o presente e o futuro. Assim, são discutidos a terminologia agricultura familiar no bojo de outras denominações, o desenvolvimento da agricultura família na expansão do capitalismo e seus dilemas e perspectivas no atual contexto histórico do país e de Goiás.

O segundo capítulo apresenta a análise e interpretação dos dados resultantes da pesquisa de campo feita com as famílias de agricultores familiares da região da Baixa Verde, no município de Rubiataba, com o intuito de apreender os ruídos do processo de reprodução familiar expressos nos diversos processos e movimentos do cotidiano tais como: a origem das famílias ao associarem-se ao movimento migratório rumo ao Centro-Oeste, suas interpretações do movimento e do processo de deslocamento, a demarcação das terras e o estabelecimento em pequenas glebas, os mecanismos de sucessão e continuidade da atividade agrícola, os modos de trabalho em meio às constantes mudanças por que vem

passando a sociedade, até mesmo as de natureza tecnológica, e a relação que estabelecem com instituições clássicas de socialização, como a escola e as igrejas. Procura-se compreender os relacionamentos das famílias com seus filhos jovens no mundo da educação e inserção no mundo do trabalho, como elas se envolvem no processo de reprodução da agricultura familiar no atual contexto de diluição das fronteiras entre a cidade e o mundo rural. Enfatiza-se que a educação não é só escolar, em meio aos núcleos familiares de produção agrícola, a educação acontece no dia a dia, na transmissão dos saberes e histórias que lhe são peculiares, no aprender do fazer agrícola, no intercâmbio com os jovens e demais segmentos da sociedade rural e urbana.

O terceiro capítulo tem como objetivo adentrar a temática da juventude apoiando-se em estudos das últimas décadas e analisar dados da pesquisa realizados com filhos de jovens agricultores familiares da região da Baixa Verde, município de Rubiataba. Assim, contém discussões teóricas sobre jovens e jovens agricultores familiares, apresenta a composição familiar e analisa as relações dos jovens pesquisados com o trabalho e suas expectativas relativas à reprodução social da agricultura familiar.

Pontua-se que a condição juvenil é vivida em meio a uma diversidade de situações e contextos, segundo a diversidade das culturas, dos fatores de produção e do ritmo de assimilação da modernidade capitalista. Atualmente teóricos assinalam que não existe uma juventude, mas uma diversidade de juventudes, de modos diferentes de viver e compreender o ser jovem. Segundo a ótica da diversidade, os jovens filhos de agricultores familiares constituem uma categoria social específica, pela dinâmica de socialização que vivem em meio aos processos de produção agrícola nas pequenas unidades domésticas, e com interiorização de saberes e valores que lhe são próprios.

O quarto capítulo tem como objetivo analisar a relação que os jovens filhos de agricultores familiares estabelecem com as instituições formadoras, em especial, a família, escola e as igrejas e apreender os espaços em que a sociabilidade juvenil se realiza. Analisa os processos de sociabilidade vividos por eles no emprego do tempo livre e nas opções de lazer a que têm acesso no meio rural ou por ocasião de seus deslocamentos até a cidade.

O quinto capítulo busca analisar os dados da pesquisa obtidos dos jovens agricultores familiares da região de Baixa Verde para apreender suas expectativas em relação à permanência no campo e à disposição em continuar a atividade familiar agrícola, ou seja, suas disposições em reproduzir socialmente seu grupo social de referência. Em um primeiro momento, procura-se conhecer o vínculo dos jovens agricultores com a

agricultura familiar, como eles a estão inseridos com os pais no trabalho agrícola, como eles avaliam o modo de vida dos pais, para em seguida, sondar suas expectativas e projetos para futuro.

Por fim, cabe ressaltar que se pretende contribuir com as pesquisas realizadas no espaço acadêmico sobre a juventude rural, “categoria fluida, imprecisa, variável e extremamente heterogenia que permanece na invisibilidade quanto a sua participação nas demais esferas da vida social” (CARNEIRO, 2008, p. 244). Fornecer elementos teóricos e empíricos que podem colaborar para a compreensão da realidade da juventude na agricultura familiar e os processos educativos que podem influenciá-los em suas expectativas de reproduzir a atividade agrícola, inserida na modalidade de trabalho familiar.

CAPÍTULO I - AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DO CAPITALISMO BRASILEIRO

O presente capítulo tem por objetivo apreender aspectos relacionados a diferentes terminologias, gênese e desenvolvimento da agricultura familiar no contexto da expansão do capitalismo no campo brasileiro. Sinalizam-se os dilemas e perspectivas da agricultura familiar no atual contexto histórico do país e de Goiás, para pontuar os mecanismos e estratégias de reprodução das famílias de pequenos produtores rurais e suas perspectivas para o presente e o futuro.

1.1 Denominações históricas e gênese da agricultura familiar

Os agricultores familiares vêm enfrentando tratamento preconceituoso expresso em diversas denominações, como roceiros, caipiras, camponeses, lavradores, em uma conotação de pessoas rústicas, ingênuas, atrasadas, etc. Não há como negar que são palavras depreciativas e até ofensivas, infelizmente relacionadas à preguiça ou à pouca disposição para o trabalho, o que denota desconhecimento, de grande parte da população, do árduo trabalho desempenhado pelos agricultores. Até as expressões pequenos produtores, pequena produção, geralmente são associadas à pobreza e ao subdesenvolvimento.

Atualmente são considerados genericamente agricultores familiares não só os pequenos proprietários rurais, mas também as famílias de assentados da reforma agrária, famílias de descendentes indígenas e de sem-terra acampados à espera de distribuição de novas áreas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)⁵.

Os pequenos produtores rurais fizeram-se presentes já no início da ocupação do espaço agrário brasileiro, no entanto, segundo Mendes (2005), o modelo de ocupação e

⁵ Para efeito de acesso aos benefícios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Decreto nº 3.991, de outubro de 2001, que dispõe sobre o programa, em seu artigo 5º, define os seguintes critérios que credenciam o agricultor familiar como beneficiário do programa: “**Art. 5º** Para os efeitos deste Decreto são considerados beneficiários do PRONAF todos aqueles que explorem e dirijam estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceiros, desenvolvendo naqueles estabelecimentos atividades agrícolas ou não agrícolas e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I não possuam, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;

II utilizem predominantemente mão de obra da família nas atividades do estabelecimento ou empreendimento;

III obtenham renda familiar originária predominantemente, de atividades vinculadas ao estabelecimento ou empreendimento;

IV residam no próprio estabelecimento ou em local próximo”.

organização do espaço agrário no país sempre privilegiou a concentração de terra, seguindo a política de produzir muito para as grandes metrópoles. Não se considera a atividade primária na sua importância, mas marca-se a integração da agricultura na sociedade capitalista pelo caráter mercantil da produção em uma relação desigual ditada pelos grandes consumidores. Para o autor,

o modelo de ocupação e organização do espaço agrário brasileiro se consolida como resultado da expansão marítimo-comercial europeia. A partir desse contexto, ampliam-se as relações comerciais dos países europeus fundamentadas em uma relação desigual entre as metrópoles e suas colônias. Observa-se que o mesmo processo que promove a dinâmica econômica e social - o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção - também absorve a estrutura econômica do setor agrícola. O que importa ressaltar é que a agricultura e a indústria não se desenvolvem segundo o mesmo processo, mas tendem ao mesmo objetivo. O caráter mercantil da produção integra a agricultura na sociedade capitalista (MENDES, 2005, p. 29).

A atividade de produção agrícola como prática centralizada no grupo familiar é bastante antiga no país, porém a expressão agricultura familiar é recente, data da segunda metade do século XX. Conforme Schneider (2009, p. 19), “embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos, a expressão ‘agricultura familiar’ emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 90 do século XX”.

Mesmo sendo antigo o segmento agrícola como atividade em que predomina a administração familiar, a expressão agricultura familiar vem sendo utilizada recentemente no Brasil. Até há pouco tempo, falava-se em camponeses, pequenos produtores, agricultura de subsistência, agricultura de baixa renda, etc. A partir dos anos 1990, a denominação passou a ganhar legitimidade, sendo utilizada com maior frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por setores do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural.

Assim, no que se refere a agricultura familiar, muitos termos foram empregados historicamente: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. A substituição de termos obedece em parte, às próprias mudanças do contexto social e às transformações sofridas nas representações acerca do sujeito social: pequeno agricultor do campo. É preciso também lembrar que a agricultura familiar não é uma realidade homogênea e, conseqüentemente, deve ser considerada em sua diversidade.

O trabalho do pequeno produtor agrícola esteve em cena nas pesquisas e estudos diversos da sociologia brasileira. Estudiosos como José de Souza Martins (1981, 1991, 1997, 2001, 2003, 2008), Octávio Ianni (1978, 1979, 1984), Maria Tereza Canezin (1983), Walderez Loureiro (1994), José Vicente Tavares dos Santos (1984), José Graziano da Silva (1997), Maria Nazareth Wanderley (2001), entre outros, têm apresentado importantes contribuições sobre o tema. Os estudos de José Eli da Veiga (1991) e Ricardo Abramovay (1998, 2000, 2007), conferiram um estatuto teórico à terminologia da agricultura familiar.

O enfoque destes estudos tem como pressuposto a importância e o papel desse segmento da agricultura na sociedade brasileira. A agricultura que envolve o grupo familiar apoia-se em valores tradicionais, tais como a unidade dos membros do núcleo familiar, a solidariedade entre vizinhos dedicados à pequena produção agrícola, a preservação da natureza e a interação com a sociedade urbana. A agricultura familiar exerce notório papel na conservação e disseminação de saberes importantes para a sucessão e continuidade desse setor de produção que, nos últimos anos, vem chamando a atenção de pesquisadores pelo seu potencial de resistência ao avanço da monocultura. A monocultura, que também se instalou no país desde os primeiros séculos de colonização, por sua vez, exige mais do solo, agride-o mais e provoca seu rápido empobrecimento, visto que, diferentemente da agricultura familiar, exerce sobre o solo uma atividade de exploração sem se preocupar com o seu desgaste.

O fato é que grandes empresas voltadas para a produção de grãos em grande quantidade para o mercado externo não têm compromisso com o meio ambiente, com o abastecimento nacional e, muito menos, com os valores e saberes e da pequena agricultura familiar. Os agricultores familiares, ao mesmo tempo que cultivam valores e saberes tradicionais, estão abertos a novas tecnologias que objetivam melhorar e diversificar sua produção e agregação de valores aos seus produtos, e são mais sensíveis às agressões ao meio ambiente e às fontes e mananciais provocados pela grande agricultura marcada pela monocultura e dispensa da mão de obra familiar.

É interessante notar na história do país que a ocupação do campo⁶ e a produção agropecuária estiveram presentes desde os inícios da colonização. O extrativismo vegetal, com exploração da madeira do pau-brasil encantou a Europa, mas logo se revelou uma atividade insuficiente para os propósitos de ocupação da vastidão do território que, além de

⁶ *Campo*, neste particular, identifica-se com o meio rural e a atividade de exploração do solo para produção de matéria-prima e de alimentos.

ocupado, precisava ser defendido da invasão de outros povos europeus, ávidos por apropriarem-se de suas riquezas.

A agricultura, pela sua capacidade de fixação do homem nas áreas ocupadas e de deixar na região as marcas da ação humana, despontou como opção à coroa portuguesa, seja para imprimir o avanço dos limites de seu domínio, seja para atrair a migração de famílias portuguesas para as terras descobertas para nelas se fixarem, exercendo atividades agropecuárias. Embora a exploração e comercialização do pau-brasil e do ouro para abastecerem o mercado europeu tenham contribuído para o processo de ocupação das terras, a agricultura foi a atividade responsável pela demarcação dos limites territoriais e pela fixação de famílias de trabalhadores a partir da orla marítima, uma vez que a agricultura e a pecuária de subsistência foram responsáveis pelas condições necessárias ao abastecimento de gêneros alimentícios aos colonizadores e suas famílias atraídas para o Brasil, bem como das expedições que se organizavam rumo ao interior da Colônia.

Como a atividade da agricultura e da pecuária exigem permanência da ação humana para o desmatamento, preparo do solo, plantio, colheita e processamento dos alimentos, e também da formação de pastagens para estabelecimento dos rebanhos de animais, foi do exercício dessas atividades que surgiram os primeiros núcleos habitacionais desde o litoral. O próprio ritmo de ocupação do território permitiu a formação de grupos de agricultores com a missão de abastecer expedições exploratórias das terras descobertas. Os primeiros agricultores dedicados à agricultura e à pecuária de subsistência, para o abastecimento das expedições de exploração do território foram os grupos sociais situados à margem do desenvolvimento do país, os índios retirados de seu habitat e os escravos africanos.

Assim, a agricultura no Brasil surge com a absorção da força de trabalho dos escravos e, dada a vastidão do território e os interesses expansionistas e ambicionistas dos portugueses, foi moldada em grandes faixas territoriais, legitimada em 1850, com a Lei da Terra, que ao longo dos tempos inviabilizou uma reestrutura fundiária, a reforma agrária, bem como espaço e incentivos à pequena produção. A prática do envolvimento do grupo familiar, desde os tempos da ocupação do território, no entanto, teve dois motivos: herança dos portugueses e dificuldade de encontrar mão de obra na Colônia. A importação de mão de obra escrava tinha, desde o início, como finalidade a produção em grande escala, o que não era suficiente apenas com absorção da mão de obra familiar.

A categoria agricultura familiar, no entanto, é mais recente. Na região de Baixa Verde, a expressão da agricultura familiar foi precedida por outras, como camponeses,

sertanejos, pequenos produtores rurais, pequenos proprietários rurais. A expressão camponês, de origem europeia, não chegou a ser utilizada de maneira generalizada para referir-se aos pequenos produtores rurais, dado que permeada por um viés ideológico e político, sobretudo por aqueles que se atêm aos princípios marxistas dos modos de produção. Altafin (2009, p. 9), chama a atenção para o modo como se deu a adoção desse conceito na tentativa de agrupar, a diversidade de denominações dessa classe social, ao longo da história do Brasil, em regiões também diversas. Segundo o autor,

com o crescimento das lutas no campo e da ação política da esquerda brasileira, principalmente pelo Partido Comunista do Brasil, ocorre a politização do conceito de camponês, que dá unidade conceitual a uma grande diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso à terra. Para a polarização das posições, também se busca identificar em um conceito único as diferentes situações dos grandes proprietários. Dessa forma, os senhores de engenho do nordeste, os estancieiros do sul, os fazendeiros de café do sudeste e os seringalistas do norte são então denominados simplesmente de latifundiários. [...] É importante observar que essa é uma unidade formal, servindo ao fortalecimento da luta dos movimentos de esquerda no Brasil. Na prática, o conjunto camponês e o conjunto latifundiário continuavam a reunir uma variada gama de situações e de interesses (ALTAFIN, 2009, p. 9).

Porto (1997, p. 29, apud ALTAFIN e ROCHA, 2005, p. 105) lembra que, já em 1964, com a instauração do golpe militar que visava impedir o avanço do marxismo no país, o conceito camponês deixou de ser utilizado, sendo substituído por pequeno produtor rural e trabalhadores rurais. Marques (2008) apresenta alguns elementos que apontam diferenças importantes para distinguir o conceito camponês de agricultor familiar. A autora ressalta que camponês é aquele que trabalha sem visar lucro, apenas preocupado com sua subsistência e sem pretender se inserir no mercado, adota técnicas rudimentares de produção e utiliza as sobras da produção para a compra dos gêneros que não podem ser produzidos na propriedade. O agricultor familiar, porém, tem a produção como principal fonte de renda, visando sempre o mercado, preocupando-se com novas tecnologias e cultivo de determinados produtos que nem sempre são do interesse do grande produtor, ou não têm viabilidade econômica senão quando produzidos em escalas menores, como ocorre, por exemplo, com as hortaliças.

Os camponeses podem ser tratados como agricultores familiares uma vez que, na organização do trabalho, utilizam os familiares como mão de obra, mas os agricultores familiares distinguem-se dos camponeses pela abertura ao mercado e às novas tecnologias.

Nesse sentido, Abramovay (2007, p. 114) destaca que a relação do camponês com o mercado é parcial, “indicando não só que parte da subsistência vem da autoprodução, mas também uma certa flexibilidade nas relações com o mercado, do qual o camponês pode frequentemente se retirar, sem, com isso, comprometer sua reprodução social”.

Segundo Schneider (2009, p. 19),

atualmente a discussão sobre agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural.

Em toda a sua história, a agricultura familiar tem sua origem vinculada ao regime colonial e vem sobrevivendo, apesar das desvantagens imprimidas pelo regime fundiário brasileiro de concentração da propriedade da terra e pela expansão do capitalismo no campo. Conforme Mendes (2005), a agricultura familiar tem manifestado forte resistência às adversidades que lhe têm sido infringidas pelas transformações recentes na agricultura brasileira. Ela não foi eliminada pelas transformações produtivas ocorridas a partir dos anos 1960 em virtude da combinação entre trabalho, terra e família, suas principais características, que tem proporcionado sua integração na sociedade contemporânea. De acordo com o autor,

a partir da década de 1970, a agricultura brasileira foi submetida a consideráveis transformações, envolvendo diversos aspectos, como relações de trabalho, padrão tecnológico, distribuição espacial da produção, relações intersetoriais – com a formação dos chamados Complexos Agroindustriais (CAIs) – subsídios e demais intervenções estatais. O caráter socialmente excludente dessas transformações, viabilizado pelas políticas agrícolas e agrárias, alterou significativamente o nível tecnológico das explorações, no entanto, ampliou a concentração da propriedade da terra, provocando, conseqüentemente, a expressiva expulsão do trabalhador rural e/ou impedindo a continuidade da profissão paterna (migração de parte da família). O que importa ressaltar desse processo é a distribuição regressiva da renda e o acesso limitado dos pequenos produtores aos benefícios promovidos pelas transformações nos processos produtivos no meio rural brasileiro. Outro ponto importante refere-se ao aumento do trabalho assalariado, principalmente o temporário, em detrimento às formas de trabalho familiar (parceria, meeiro) subordinadas diretamente à grande propriedade (MENDES, 2005, p. 19).

Embora a agricultura familiar seja herdeira de denominações históricas, ela tem uma identidade específica, diferindo-se de outras etapas por que passou, no Brasil, e em outros países. Wanderley (2001, p. 21) adverte que

a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação.

Ao longo do tempo, tem sido possível classificar, no mundo rural brasileiro, as propriedades rurais, segundo o modelo de propriedade e produção, em duas modalidades distintas, a familiar, antes designada como campesinato, e a agroindústria ou agronegócio⁷. O modelo classificado como agroindústria tem como ênfase a especialização, práticas mais voltadas para a monocultura, trabalho assalariado, forte dependência de capital e de insumos externos e emprego de tecnologia de maneira a incidir na redução da necessidade de mão de obra. Por outro lado, o modelo familiar tem como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, com produção diversificada e ênfase à mão de obra composta pelos membros da unidade familiar, muitas vezes, não assalariada.

A agricultura familiar, presente em todo o território nacional, destaca-se em regiões em que, no processo de colonização, priorizou-se a posse da terra em pequenas glebas, no entorno das cidades, sobretudo aquelas de médio e pequeno porte e, nas últimas décadas, em regiões dos assentamentos da reforma agrária. Em todas essas regiões, a sobrevivência da agricultura familiar e dos pequenos produtores rurais sofre considerável pressão da chamada agricultura empresarial que prioriza a monocultura e está sempre em busca de expansão de suas áreas de cultivo. É comum perceber em todo o país e, neste caso específico, na região do Vale São Patrício, o avanço do cultivo da cana-de-açúcar para abastecer as usinas sucroalcooleiras, pressionando os pequenos produtores rurais a venderem ou alugarem suas terras, o que tem provocado fortes alterações no meio ambiente com monotonia na paisagem até há pouco formada por pequenas reservas florestais e diversidade de culturas.

⁷ Ao longo do tempo a agricultura de subsistência, ou pequena agricultura, ou agricultura de baixa renda, distinguiu-se da agricultura comercial ou empresarial. Recentemente, a dicotomia passou a caracterizar-se em termos de agricultura familiar e empresarial ou agroindústria. Para Abramovay (2000), a agricultura familiar não emprega trabalhadores permanentes, podendo, porém contar com até cinco empregados temporários. A agroindústria, também designada como patronal, conta com empregados permanentes e/ou temporários. Segundo Blum (2001, p. 69), uma classificação da FAO/Inra sugere dois modelos para o estudo da agricultura, a agricultura patronal, com grandes propriedades e prática da monocultura, cuja produção é voltada para o mercado e emprego da mão de obra contratada em grande número; e a agricultura familiar, que se caracteriza pelas pequenas propriedades, mão de obra familiar e produção voltada, em primeiro plano, para a subsistência do grupo familiar.

A agricultura familiar caracteriza-se pela realização de um processo de trabalho singular no interior do modo de produção capitalista, o processo de trabalho⁸ familiar agrícola. As dinâmicas promovidas pelo modo de produção capitalista envolvem a agricultura transformando as relações de produção sem dissociá-las do processo de trabalho familiar, próprio da agricultura familiar. Desse modo, pode-se entender a interação entre capitalismo e a atividade agrícola que se realiza com base no trabalho familiar. Conforme Weisheimer (2009, p. 102),

o capitalismo como modo de produção dominante impõe sua racionalidade mercantil como racionalidade dominante. O que se realiza, principalmente, pela subsunção dos agricultores ao complexo agroindustrial resultando na imposição de novos padrões tecnológicos; conseqüentemente na crescente dependência destes em relação ao sistema financeiro. Com efeito, a noção de agricultura familiar visa a enfatizar as mudanças que ocorrem com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

A integração do processo de trabalho familiar agrícola, ou seja, da agricultura com base no modo de produção familiar, ao mercado capitalista implica mudanças na vida social, no modo de pensar e gerir a economia e nos processos produtivos da produção familiar, fazendo com que, para sobreviver, ela incorpore os avanços tecnológicos e a necessidade de acumulação do capital. No entanto, mesmo que a agricultura se adapte aos interesses do capitalismo, essa integração dá-se sem que ela abdique de sua característica principal: a propriedade dos meios de produção e a organização do trabalho assentadas em bases de relações familiares.

Segundo Abramovay (2007, p. 219), no capitalismo “não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão se estruturam tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão de obra não contratada sejam tão importantes” como na agricultura familiar.

⁸ Processo de trabalho é aquele segundo o qual os seres humanos atuam sobre as forças da natureza, submetendo-as ao seu controle e transformando-as em certos valores de uso, ou seja, dando forma útil à sua vida. Para Marx (1985), os elementos componentes do processo de trabalho são: a) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; b) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; c) os meios de trabalho, o instrumento de trabalho. O processo de trabalho ocorre pela articulação entre as forças produtivas e as relações de produção. A noção de forças produtivas corresponde aos fatores necessários à produção, como os trabalhadores, os instrumentos de trabalho e os meios de produção. As relações sociais de produção referem-se às diferentes funções executadas por indivíduos ou grupos no processo de produção e no controle dos meios de produção. Trata-se de uma intervenção racional do homem sobre a natureza, detendo uma dimensão subjetiva que confere uma lógica ao próprio trabalho. Nessa atividade os homens criam e recriam a si próprios, uma vez que este processo não produz apenas os meios de vida dos quais depende sua reprodução física imediata, mas ao fazê-lo, produzem sua própria existência.

Assim, a agricultura familiar promove sua produção e reprodução em unidades produtivas com base nas relações familiares, em que se destaca a força de trabalho não assalariada, portanto, em princípios não capitalistas, mas integrada ao sistema capitalista pela sua inserção no mercado e no processo de avanço da técnica, que a subjugua à necessidade de rentabilidade e de acumulação do capital e, conseqüentemente, ao próprio capital. Essa integração ao mercado e ao modo de produção e acumulação capitalistas ocorre, justamente, com a possibilidade de combinar parcialmente o trabalho familiar agrícola não assalariado com o trabalho agrícola e não agrícola assalariado, em tempo parcial, e com diversificação da produção, a pluriatividade. A expansão do capital implica expropriação, resistência, conflito e emergência de novos movimentos sociais.

A digressão feita até então aponta a premissa teórica: a agricultura familiar não pode ser interpretada sem apreender os vínculos de penetração do modo de produção capitalista no processo de trabalho familiar agrícola. Conforme Schneider (2009, p. 25),

é preciso um esforço de situar a discussão teórica sobre a agricultura familiar no debate mais amplo sobre a persistência das formas familiares de trabalho e de produção no interior do capitalismo. A dinâmica socioeconômica destas formas sociais no meio rural configura-se como uma projeção particular do conjunto das relações de produção e trabalho que existem e se reproduzem nos marcos de uma sociedade mais ampla, na qual imperam as relações sociais de caráter capitalista.

A política de acumulação do capital e a expansão do capitalismo na agricultura têm gerado conseqüências nefastas aos trabalhadores do meio rural, uma vez que coloca a agricultura familiar a serviço da expansão do capitalismo. No entanto, segundo Schneider (2009, p. 25), “o modo pelo qual a forma familiar interage com o capitalismo pode variar e assumir feições heterogêneas e muito particulares”. Para Weisheimer (2009, p. 104), “a causalidade estrutural da agricultura familiar deve-se à expansão do capitalismo na agricultura”. Weisheimer (2009, p. 103) assinala:

Entende-se que os agricultores familiares contemporâneos são agentes dos processos de transformações pelos quais têm passado a agricultura e os espaços sociais agrários. Além disso, essa categoria social vem transformando sua própria existência ao longo da história, adaptando-se ao modo de produção dominante e buscando, ao mesmo tempo, preservar o caráter familiar do processo de trabalho.

No entanto, a despeito da importância da agricultura familiar e dos trabalhadores rurais na produção de alimentos a baixo custo para a população, grandes empresas

capitalistas vêm atuando, com apoio oficial, desestabilizando o segmento da agricultura familiar, minimizando a importância da produção de alimentos em favor das grandes fazendas de criação de gado. De acordo com Martins (1991, p. 46),

embora seja amplamente reconhecido, pelo próprio governo, que a maior parte da alimentação em nosso país é produzida por pequenos lavradores e não por empresas capitalistas, até hoje não se produziu uma política de incentivos fiscais ou de transferência de renda para esses produtores.

Pelo contrário, a política de incentivos fiscais no setor está voltada para o interesse dos grandes, uma vez que “tem constituído o principal atrativo para a entrada da grande empresa capitalista no campo” (MARTINS, 1991, p. 46). O autor chama de expropriação o processo levado adiante pelas grandes empresas capitalistas, com o propósito de desestabilizar a pequena agricultura e de ocupar e explorar suas terras, podendo, assim, transformar a terra de meio de produção familiar em terra de exploração e meio de acumulação do capital. O autor esclarece:

Estamos diante de um amplo processo de *expropriação* dos lavradores levado a efeito pelas grandes empresas capitalistas. Apoiadas particularmente nos incentivos fiscais, começam a vislumbrar grandes negócios na propriedade da terra. A expulsão atinge não só posseiros, como também arrendatários e parceiros, através da substituição da lavoura pela pecuária. Uma parte significativa desses lavradores tem se dirigido para as grandes cidades, à procura de uma oportunidade de trabalho, indo engrossar a massa marginalizada que vive em condições subumanas nas favelas, invasões e alagados. Outra parte entra sertão adentro à procura de terras desocupadas (MARTINS, 1991, p. 46. Grifo do autor).

Esse processo de expropriação faz com que os pequenos agricultores ou migrem para as grandes cidades ou para outras regiões, onde se estabelecem por um certo período até serem alcançados pelas grandes empresas capitalistas e, novamente expropriados, dirigem-se para regiões onde possa haver terra a ser ocupada. A razão é que,

em virtude do preço exorbitante da terra nos seus lugares de origem, esses agricultores não têm condições de ampliar suas próprias oportunidades de trabalho e de garantir a seus filhos, que crescem e constituam família, a possibilidade de continuarem na lavoura. Só lhes resta migrar (MARTINS, 1991, p. 46).

As grandes empresas capitalistas podem absorver os rendimentos do trabalhador agrícola, de tal modo que “embora as grandes empresas não expropiem diretamente o

lavrador, elas subjagam o produto do seu trabalho” (MARTINS, 1991, p. 47), tornando-se intermediárias entre o trabalhador e a população da cidade, ficando com a parcela principal dos lucros. Assim,

é comum os consumidores desses produtos nas cidades queixarem-se do preço exorbitante que têm de pagar por eles, preços que crescem continuamente. Essa queixa está em contradição com as queixas dos lavradores de que recebem cada vez menos por aquilo que produzem. É o que podem constatar facilmente comparando a elevação dos preços dos seus produtos com a elevação dos preços dos insumos de que necessitam nas suas tarefas, como o adubo, a semente, o inseticida etc. Na verdade, estamos diante de uma clara transferência de renda, da pequena agricultura para o grande capital (MARTINS, 1991, p. 48).

Na região do Vale São Patrício, em que se encontra o município de Rubiataba, a expropriação dos pequenos agricultores vem sendo protagonizada pelas empresas capitalistas direcionadas à produção sucroalcooleira, mediante um mecanismo sorrateiro e rápido, que consiste em dois modos de investida: primeiramente, a compra da pequena propriedade, por um preço aparentemente atrativo, daqueles que se veem persuadidos a fazê-lo para, com o valor obtido, partirem para outros empreendimentos na cidade ou comprarem maiores extensões de terra no norte do país; a outra investida é o aluguel da propriedade para plantação da cana de açúcar, para um período mínimo de doze anos, pagando pela produção da cana segundo os critérios da empresa que, nesse período explora a propriedade, esgotando sua capacidade produtiva. Para recuperá-la, o pequeno proprietário deve dispor de recursos financeiros, e, como não os possui, não tem outra saída a não ser vendê-la para os usineiros segundo os critérios de avaliação estabelecidos por eles. Os usineiros, por sua vez, dispõem de recursos financeiros e incentivos fiscais para recuperar o terreno e continuar explorando sua capacidade produtiva.

Portanto,

se, de um lado, a agricultura familiar é uma realidade nas várias regiões do país, mais expressiva aqui, menos expressiva ali, o regime de propriedade constituído historicamente a partir da valorização do latifúndio conspira todo o tempo para privar de terras e de meios a família rural e seu mundo (MARTINS, 2001, p. 6).

Nas situações em que as grandes empresas assumem a atividade da produção de grãos e absorve a produção dos pequenos proprietários que resistem em permanecer na terra, a grande empresa passa a ditar os preços dos alimentos para o consumidor e dos insumos para os trabalhadores rurais, estrangulando sua capacidade de sobrevivência e

resistência. E, ainda, como afirma Martins (1991, p. 48), “os que não conseguem resistir a essas diferentes pressões e agressões, como posseiros, colonos, parceiros, arrendatários, moradores, transformam-se em proletários, em trabalhadores à procura de trabalho não só no campo, mas também na cidade”.

Embora o processo de expansão do capitalismo tenha encampado a agricultura familiar, conferindo-lhe *status* no interior do próprio capitalismo e lhe permitindo, em muitos casos, manter suas atividades na modalidade do trabalho familiar agrícola, a questão agrária brasileira, em função da concentração fundiária e da acumulação do capital tem sido muito agressiva para com os pequenos proprietários, favorecendo as grandes empresas. Conforme Martins (1991, p. 50),

a questão agrária brasileira tem duas faces combinadas: a expropriação e a exploração. Há uma clara concentração da propriedade fundiária, mediante a qual pequenos lavradores perdem ou deixam a terra, que é o seu principal instrumento de trabalho, em favor de grandes fazendas. Convém notar que esse processo hoje não é conduzido fundamentalmente pelos velhos e rançosos “coronéis” do sertão, os famosos latifundiários a que se agregava o adjetivo de “feudais”. [...] Esse processo agora é conduzido diretamente por grandes empresas capitalistas nacionais ou multinacionais, com amplos incentivos financeiros do próprio Estado. O processo de expropriação, de diferentes maneiras, violentamente ou não, tem ocorrido no país inteiro. Do ponto de vista da análise desse processo, a violência que geralmente acompanha a expropriação não é o seu aspecto principal. O principal é que a expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital.

A subjugação do trabalho ao capital dá-se à medida que o capitalista consegue se tornar proprietário da força de trabalho do trabalhador, mediante a separação do trabalhador de seus instrumentos de trabalho, do agricultor de sua propriedade, fazendo que o trabalhador deixe de trabalhar para si mesmo e para sua família, passando a fazê-lo para o empresário capitalista, e muitas vezes, até para aquele que se tornou o dono de sua propriedade mediante o processo de expropriação. Assim,

a instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá de vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos (MARTINS, 1991, p. 50).

A venda da força de trabalho do trabalhador ao capitalista faz deste o proprietário dos seus instrumentos de trabalho, é o processo de expropriação que abre espaço para a exploração do trabalhador pelo detentor do capital, que passa a ditar as regras e a estipular a remuneração salarial segundo os seus interesses, que são os da acumulação do capital e da concentração fundiária, chegando ao ponto de comprometer a própria reprodução da classe trabalhadora, no caso, a reprodução dos agricultores familiares, valendo-se o grande empresário dos avanços tecnológicos que lhe permitem substituir o trabalhador pelas máquinas. O mesmo autor assinala:

A expropriação do trabalhador pelo capital cria as condições sociais para que esse mesmo capital passe ao segundo turno, à outra face do seu processo de reprodução capitalista, que a exploração do mesmo trabalhador que já foi expropriado. Ele terá agora de vender a sua força de trabalho ao capitalista, segundo regras de mercado, e não conforme as suas necessidades reais. Já não é ele, trabalhador, quem diz quanto precisa, juntamente com a sua família, para sobreviver; é o capital quem lhe dirá quanto quer pagar, segundo as leis do mercado. Se houver muita gente procurando trabalho, se for grande o número de expropriados que não conseguiu encontrar emprego, a tendência será a da queda dos salários, a sua redução a níveis até inferiores às necessidades mínimas vitais do trabalhador (MARTINS, 1991, p. 52).

Em outras palavras, a expropriação do trabalhador de seus instrumentos de trabalho pelo capital que, em seguida, compra e torna-se dono de sua força de trabalho, manifesta a crueldade do sistema capitalista que a tudo e a todos vai engolindo e colocando a seu serviço para garantir sua própria reprodução e crescimento. Os expropriados e explorados veem esgotadas as possibilidades de reprodução, seja de seu modo de trabalho, pois não é mais dono de sua força de trabalho, seja de sua família, porque deixa de existir a forma de trabalho com base na família e porque não há mais possibilidade de suprir as necessidades mínimas de seus filhos, e, portanto, também não vislumbra motivos para cultivo e transmissão de saberes e valores centralizados na família. O pior é que,

Aparentemente estamos diante de um fato “natural” no capitalismo. De um ponto de vista quantitativo, o empresário mais forte engole o empresário mais fraco, ocupa o seu espaço; o grande engole o pequeno, porque a tendência é a da concentração do capital, uma concentração crescente e incessante. Mas, ao mesmo tempo que o capital cresce, acumula contradições inerentes ao seu próprio crescimento: ele não pode crescer sem o trabalho e, ao mesmo tempo, cada vez mais dispensa trabalho devido à modernização técnica (MARTINS, 1991, p. 52).

Em se tratando da propriedade da terra para fins de negócio e de acumulação do capital ou exploração do trabalho do trabalhador rural, Martins (1991) a trata como propriedade capitalista, muito diferente da propriedade familiar, que é exercida com os objetivos da sobrevivência do trabalhador e sua família e não pela necessidade do lucro. São graves as consequências dessa situação em todo o país e especialmente na região de Rubiataba: a terra está sendo tratada como objeto de enriquecimento de capitalistas e de empresas capitalistas e, em decorrência, explorada ao máximo, com destruição de vegetação nativa, de nascentes, de reservas e áreas de preservação permanente nas margens de córregos e rios.

Por sua vez,

a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque neste caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebe lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho (MARTINS, 1991, p. 54).

A distância entre a terra de negócio e a terra de trabalho, segundo Martins (1991), consiste no fato de que o capitalista vê a terra como instrumento de lucro e de especulação, ao passo que, para o trabalhador, ela é terra de trabalho e não de lucro. A tendência de crescimento da concentração da propriedade da terra faz que o grande latifundiário sempre se aproprie da terra do trabalho e a transforme em terra do capital ou terra de exploração do trabalho alheio. Conforme o autor,

quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura (MARTINS, 1991, p. 55).

Nesse conflito aberto, perde a terra e perde o trabalhador da terra, o pequeno agricultor. Perde a terra porque deixa de ser vista como bem de todos, produtora de

alimentos e de vida para os seres vivos e passa a ser objeto de exploração e especulação, sugada como matéria-prima. Perdem os pequenos agricultores porque eles precisam da terra como instrumento de trabalho, e não a podem comprar pelo alto preço estipulado pelas empresas e senhores do capital e, conseqüentemente, veem-se cada vez mais impossibilitados de reproduzir sua própria condição de vida.

Guanziroli *et al.* (2001) afirmam que a agricultura familiar teve um papel importante na ocupação do território e na estruturação econômica do Centro-Oeste. Na década de 1940, seguindo orientações dos planos governamentais de interiorização e de ocupação dos vazios demográficos do país, os agricultores familiares, provenientes de outras regiões do país, em um movimento denominado frentes pioneiras ou de subsistência, ocupavam áreas desabitadas e nelas implantavam suas culturas básicas (arroz, feijão, milho e mandioca). No entanto, por detrás dessas frentes, um outro movimento “empenhava-se no sentido de criar as condições mínimas necessárias à expansão do capitalismo em Goiás, utilizando-se para isso do suporte agropecuário então existente” (NEPOMUCENO, 1994, p. 104). Desde os inícios do século XX, houve a

adequação da organização espacial do país às necessidades do avanço do capital. Tal avanço garantiu para Goiás – enquanto região de economia agrária – uma nova situação no movimento de acumulação do capital, e por conseguinte na divisão regional do trabalho, transformando-o num dos *locus* de acumulação do capital, que se realizaria na sua forma *ampliada*, nos limites da produção mercantil propriamente dita, isto é, no Centro-Sul (NEPOMUCENO, 1994, p. 105).

Assim, desde o início do século XX, os governos, em relação à ocupação dos espaços vazios e com a agricultura em Goiás, têm focado programas de expansão da produtividade agropecuária e incorporação de tecnologia visando, a competitividade do agronegócio e, conseqüentemente, a expansão do capitalismo. E a agricultura familiar, como segmento de produção agrícola de subsistência, tem sido alvo de ações dos governantes, como, por exemplo, na chamada *Marcha para o Oeste*, e “Goiás se integra a esse movimento [de expansão do capitalismo] na condição de região fornecedora de matérias primas e de produtos agropecuários [...]” (NEPOMUCENO, 1994, p. 105).

Conforme estudos de Canezin (1983), os movimentos sociais no campo assumiram significação em Goiás, sobretudo, a partir da década de 1950, quando a sociedade brasileira presenciou a expansão do capital no espaço rural. Essa situação teve forte expressão na acentuada concentração da propriedade agrária em todo o país, na crescente

expropriação das terras pela ocupação estratégica da empresa agrícola, na articulação e na subjugação da pequena propriedade aos interesses do capital, no fenômeno da crescente proletarização rural, manifestado nas figuras dos *bóias-frias* e peões. Nos contínuos movimentos migratórios, os trabalhadores rurais, sem alternativa de sobrevivência, dirigiram-se para os centros urbanos ou recriaram a posse, deslocando-se para áreas de terras devolutas na condição de posseiros, com a esperança de estabelecerem-se como proprietários segundo concepção não tão mercantilista da terra, como a concepção das empresas agrícolas (CANEZIN, 1983).

Em suas múltiplas manifestações, na especificidade de Goiás, a lógica desse processo, teve seu ponto alto no período de 1954/1964, e se centrava não propriamente em relações tipicamente capitalistas, que opõem diretamente o trabalho e o capital, mas no problema da sua posse: posse do capital e de mecanismo para transformar a terra, de instrumento de trabalho, em meio de produção e de acumulação do capital. A luta pela posse da terra, no Centro-Norte goiano, expressava-se no projeto das Associações e Federações de Lavradores sem Terra e no movimento social de Trombas e Formoso, que indicava, nesse período, estar na base dos conflitos sociais existentes no campo a grilagem das terras ocupadas por posseiros ou migrantes expulsos de outras regiões do país (CANEZIN, 1983).

Verificava-se, portanto, no Centro-Norte de Goiás (que nesse tempo incluía o atual estado do Tocantins), a presença de uma luta contra os interesses do capitalismo que pretendia fazer a terra entrar no circuito de expansão e valorização do capital. Na base dos conflitos sociais existentes, havia a luta pela autonomia camponesa visando a preservação do objeto e de meios de trabalho e que expressava formas de resistência ao desenvolvimento capitalista marcado pela concentração da terra ou pela subordinação da terra ao capital. De tal forma avolumaram-se os conflitos sociais no campo que a luta pela terra na região passou a representar significativo peso político, à medida que articulava e mobilizava parte importante dos trabalhadores rurais contra os interesses capitalistas de apropriação da terra e expropriação daqueles que a tinham como meio de trabalho e sobrevivência (CANEZIN, 1983).

A organização dos trabalhadores rurais em luta pela posse da terra, conduzida pelas associações rurais, sobretudo pela Associação de Trombas/Formoso, construiu estratégias de resistência a ponto de manter e sustentar lutas sociais fundadas nas relações comunitárias. As ações do governo Mauro Borges (1961/1964) foram, sob a égide do populismo, pautadas para desenhar os limites da participação dos trabalhadores rurais segundo os parâmetros considerados de legalidade. Para tanto, foi definida uma política de

colonização e sindicalismo rural visando orientar e disciplinar as lutas e as reivindicações camponesas. Da experiência das formas de organização camponesa em Goiás, no período 1954/1964, pode-se entender que, no processo de disputa, instituições como a Igreja Católica e partidos políticos assumiram a luta dos trabalhadores, traçaram plataformas, com o propósito de incorporar as tensões e as reivindicações dos trabalhadores rurais e, nesse processo, estrategicamente atuaram na formação de lideranças expressivas que deram vitalidade e visibilidade ao movimento (CANEZIN, 1983).

Na década de 1980, as atenções voltaram-se para as transformações econômicas e tecnológicas presentes na agricultura brasileira, cuja produção passou a ter como destino as demandas da agroindústria e do mercado consumidor. Esse período, no entanto, foi marcado pela emergência de novos atores e movimentos sociais no campo, pela retomada das lutas pela reforma agrária, pela formação de associações de pequenos produtores, sindicatos de trabalhadores rurais e cooperativas, como instrumentos de resistência de pequenos proprietários rurais que se organizavam para fazer frente ao fenômeno da expansão da agricultura empresarial, com o objetivo de produzir mais para exportar, reivindicando atenção para suas condições de existência e sobrevivência e valorização da prática agrícola marcada pela diversidade na produção e relacionamento menos agressivo à natureza.

Os agricultores familiares vêm adquirindo força e notoriedade pela ação de movimentos sociais organizados, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Em matéria de políticas públicas, o interesse pela agricultura familiar materializou-se com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar⁹ (Pronaf) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Shneider (2009) resgata que o surgimento da expressão agricultura familiar ocorreu já no final do século XX. Em seu estudo, ele constata a colaboração dos movimentos sociais do campo que assimilaram a expressão como uma categoria, que

⁹ O Pronaf foi criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 (BRASIL, 1996). Resoluções do Banco Central normatizam o Pronaf. A Resolução nº 2.310, de 29 de agosto de 1996, revoga as de números 2.191 de 24 de agosto de 1995, 2.205, de 19 de outubro de 1995, 2.223, de 19 de dezembro de 1995 e 2.296, de 28 de junho de 1996. A primeira versão do Pronaf denominava-se Programa Integrado de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Proindaf), e destacava como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentado da agricultura familiar entre mini e pequenos produtores, mediante um trabalho educativo, integrado e participativo da comunidade organizada, possibilitando a produção de alimentos e a geração de emprego, a fixação do homem no campo e o aumento da renda familiar (BANCO CENTRAL, 1996).

acolheria em seu bojo, um conjunto de categorias sociais que, aglutinadas dariam maior força e manifestação política às reivindicações dos segmentos rurais. Segundo o autor,

embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre o tema nos países desenvolvidos, a expressão “agricultura familiar” emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990 do século XX. Nesse período ocorreram dois eventos que tiveram um impacto social e político muito significativo no meio rural, especialmente na região Centro-Sul. De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Em meados dos anos 90 assistiu-se a uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram inclusive formas de manifestação política que perduram até hoje, como é o caso dos eventos anuais em torno do “Grito da Terra”. Diante dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava na época – impactos da abertura comercial, falta de crédito e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação –, a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados como pequenos produtores ou, simplesmente, trabalhadores rurais (SCHNEIDER, 2009, p. 20).

Momento importante para a consolidação da agricultura familiar foi a união de forças de diversos pequenos grupos e segmentos de produtores rurais que, sozinhos ou divididos, estavam sendo suplantados pela grande agricultura estimulada pelo Estado para elevar os volumes de exportação. A agricultura familiar como aglutinadora de vários pequenos segmentos rurais trouxe maior visibilidade ao trabalhador rural ancorado na gestão e mão de obra do grupo familiar. A efervescência dos movimentos sociais no campo e o conseqüente fortalecimento dos pequenos provocaram, em contrapartida, uma ação ou reação do Estado, com a criação de políticas públicas voltadas para a categoria.

A resistência desse segmento da agricultura, de fato, é uma de suas características e leva os estudiosos do setor a acreditarem na sobrevivência e viabilidade social e econômica da produção rural familiar e a proporem um olhar mais atento dos formuladores das políticas agrícolas, visando o apoio aos pequenos produtores rurais, para a realização de uma reforma agrária mais abrangente e eficaz, garantindo apoio aos pequenos proprietários rurais e aos assentados mediante acesso à tecnologia, justa comercialização de seus produtos, crédito agrícola com juros compatíveis com seu potencial de produção e maior atenção às novas gerações. Como preconiza Mendes (2005, p. 23),

a aspiração de uma inovação na política fundiária brasileira, provavelmente, apresentará novas possibilidades e perspectivas para que os jovens agricultores

possam assegurar sua reprodução profissional no campo. Assim, o acesso a terra deve ser associado a um tipo de formação profissional que amplie de maneira significativa as possibilidades de sustentabilidade econômica e social destes novos empreendimentos.

Assim, a sociedade, em especial os movimentos sociais organizados voltados para a questão da reprodução e manutenção da agricultura familiar e seu importante papel no fornecimento de gêneros alimentícios para a população, têm como desafio fortalecer as lutas pela reforma agrária, buscando alternativas para o processo de acesso à terra e para a formação técnico-profissional dos jovens agricultores, abrindo perspectivas de sua fixação no campo para nele poderem realizar-se profissionalmente.

1.2 Desigualdades e especificidades regionais da agricultura familiar

A agricultura familiar caracteriza-se pela realização de um processo de trabalho denominado processo de trabalho familiar agrícola, singular no modo de produção capitalista.

A agricultura familiar, segundo Flores (1998, p. 9),

é o setor da agricultura em que os gerentes ou administradores dos estabelecimentos rurais são também os próprios trabalhadores rurais, é o maior segmento em número de estabelecimentos rurais do país, e tem significativa importância econômica em diversas cadeias produtivas.

Para ele, no entanto, o modelo agrícola adotado pelo governo militar “acelerou o processo de marginalização dos agricultores familiares, contribuindo para aumentar o êxodo rural e o esvaziamento das pequenas cidades do interior” (FLORES, 1998, p. p. 9). Constata-se, pelos resultados do censo do IBGE (2000 e 2010), diminuição do contingente populacional de quase todos os municípios do Vale do São Patrício, onde se situa o município de Rubiataba, mesmo naqueles em que foram implantadas usinas de cana de açúcar, embora a população dos perímetros considerados urbanos tenha aumentado. Nos últimos anos, a agroindústria vem ampliando seus espaços com a implantação da monocultura de cana de açúcar no município e na região.

Suscita grande interesse de estudiosos, no qual se inclui este pesquisador, o fato de os agricultores familiares reagirem a esse processo de marginalização, organizando-se em associações de pequenos produtores rurais, cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais, reivindicando acesso à formação escolar, a tecnologias, a créditos e financiamentos.

Nesse processo de luta, organização e reivindicação, os agricultores familiares estão encontrando sua identidade, redescobrimdo valores e, conseqüentemente, defendendo seu espaço para o acesso aos benefícios da modernização e maior interação entre campo e cidade. Segundo Alberto Duque Portugal (2004, p. 1), então diretor-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa),

a chamada agricultura familiar, constituída por pequenos e médios produtores representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% no Nordeste. O segmento detém 20% das terras e responde por 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro, como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais, chega a ser responsável por 60% da produção. Em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade e diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão de obra.

Abramovay (1992) caracteriza a agricultura familiar pelo equilíbrio entre trabalho e consumo na unidade familiar. O uso do trabalho limita-se à satisfação das necessidades familiares, não havendo o emprego de mão de obra assalariada, ou, só em parte, quando ela é imprescindível, e “o volume de atividade familiar depende inteiramente do número de consumidores e de maneira alguma do número de trabalhadores” (ABRAMOVAY, 1992, p. 61). Trata-se de uma categoria política que passou a congrega o conjunto de proprietários rurais, os assentados da reforma agrária, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, que assumiram uma nova identidade política no contexto social rural nacional. Lamarche (1993, p. 15) é da mesma opinião. Segundo ele, “a exploração familiar corresponde à unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Pode-se dizer, também, que o estabelecimento familiar agrícola é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo, quando produz primeiramente para o sustento dos membros da família. Guanzioli (1996, p. 4) afirma que a agricultura familiar pode ser definida por três características centrais:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si um laço de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família, e é em seu interior que se realiza sua transmissão, em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Também o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), (FAO/INCRA, 1996) definem a agricultura familiar com base nas mesmas três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à família e são passíveis de sucessão, em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes. Prevalece como elemento comum o trabalho familiar.

No que diz respeito à produção, na agricultura familiar, ela se destina ao sustento da própria família, mas o excedente é destinado ao mercado, contribuindo para a criação de uma atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do campo, diferentemente da agricultura de grande porte, cujo objetivo é a produção de grãos para exportação. À agricultura familiar cabe o papel de produção de alimentos básicos para suprir as necessidades do mercado interno, das famílias do campo e da cidade, em um relacionamento mais direto com a terra, propiciando preços mais acessíveis à mesa do povo brasileiro.

Pode-se notar que as considerações citadas reforçam o caráter familiar e o parentesco no desenvolvimento das atividades da unidade produtiva, garantindo a reprodução da agricultura familiar. Portanto, esses fatores são relacionados à unidade familiar e garantem o funcionamento e a reprodução da agricultura familiar. Existem variações para essas definições, com finalidades específicas e diversas, desde aquela para obtenção de crédito até a de cunho puramente acadêmico, mas importa, para caracterizar a agricultura familiar, que os três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estejam em todas elas (DOMICIANO, 2007). Dados do Censo Agropecuário 2006 mostram que, entre “os 12,3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura familiar, 11 milhões das pessoas ocupadas, ou seja, 90,0% tinham laços de parentesco com o produtor” (IBGE, 2009, p. 21).

A agricultura familiar apresenta desigualdades e especificidades regionais, mas tal diversidade regional reflete seu potencial de adaptação e de superação das adversidades que se apresentam. Chama mais a atenção a desigualdade entre a agricultura familiar e a grande agricultura, por esta ser mais contemplada com oportunidades de financiamento. Conforme análise de Mendes (2005, p. 09),

a agricultura brasileira apresenta desigualdades e especificidades regionais, justificando a diversidade de suas condições de desenvolvimento, no que diz

respeito à produção rural familiar. Esse segmento de produtores dispõe de condições desvantajosas para viver, produzir e comercializar seus produtos, principalmente quando comparada à agricultura empresarial moderna. Suas condições de sobrevivência foram agravadas, sobremaneira, com a expansão do modelo de acumulação flexível. A condição de instabilidade desses produtores tem refletido, também sobre a população urbana, uma vez que não possibilita o rebaixamento dos preços dos gêneros alimentícios básicos.

Para Guanziroli *et al.* (2001, p. 116), “a agricultura familiar desenvolve sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criação de animais e transformações primárias tanto para o autoconsumo como para o mercado, contribuindo para a geração de renda aos produtores rurais”. O Censo Agropecuário 2006 constata, por exemplo,

a participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas: os agricultores familiares produzem 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão (sendo 77,0% do feijão-preto, 84,0% do feijão-fradinho e 54,0% do feijão de cor), 46,0% do milho, 38,0% do café, 34,0% do arroz, 58,0% do leite, 21,0% do trigo e possuem 59,0% do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves, 30,0% dos bovinos. A cultura como menor participação da agricultura familiar foi a da soja (16,0%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira (IBGE, 2009, p. 20),

Caracterizando a prática agrícola pluriativa, Carneiro (1998, p. 165), afirma: “o termo pluriatividade vem sendo recorrentemente utilizado por estudiosos das condições de produção agrícola com base no trabalho familiar”. De fato, o agricultor familiar agrega em seu trabalho diversas especializações. Ele é culturalmente pluriativo por assumir diversas ocupações, o que significa, na maioria das vezes, ser ao mesmo tempo agricultor, pecuarista, pescador, construtor, administrador, comerciante, artesão, ecologista, líder comunitário, ou outro, razão pela qual a agricultura familiar possui uma importância fundamental no processo de desenvolvimento do país, não só pela garantia de sobrevivência das famílias que moram no campo, como também pela sua capacidade de fornecer volumes de alimentos ao mercado.

Assim, ela amplia o acesso da população aos alimentos e garante a reciprocidade entre produção e consumo nas relações campo e cidade. Conforme Schneider (2009), a expansão das unidades familiares pluriativas colabora para “o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente da sociedade capitalista moderna” (p. 33), e para a diluição das fronteiras entre o rural e o urbano e faz que o grupo familiar diversifique suas atividades e espaços de trabalho, deixando de atuar em uma mesma frente e garantindo a entrada de recursos que

contribuem para a permanência dos agricultores no meio rural. Trata-se da capacidade de reação dos agricultores familiares às adversidades próprias do setor e de adaptação às mudanças sociais e, que não está fadada ao desaparecimento, pois

a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades, passando a ser cada vez mais percebida como *uma* das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza. Talvez o exemplo emblemático dessa mudança estrutural seja a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, pois não raramente uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades. Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2009, p. 21. Grifo do autor).

Essa característica vem se manifestando “em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante” (CARNEIRO, 1998, p. 55). É interessante observar os dados do Censo Agropecuário de 2006 que colocam a agricultura familiar em evidência:

No Censo Agropecuário 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares¹⁰, de 309,18 hectares (IBGE, 2009, p. 19).

¹⁰ Nos textos do IBGE (2009), Censo Agropecuário 2006, os estabelecimentos que não se enquadraram nos parâmetros da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, por simplificação são designados simplesmente de não familiares. Nos termos do Art. 3º da Lei nº 11.326, “considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do *caput* deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais”.

Como uma atividade produtiva complexa, os profissionais que atuam na agricultura familiar gozam de uma particularidade que os diferencia dos trabalhadores urbanos ou agricultores que atuam nas propriedades de grande porte, que dependem de mão de obra externa maior que a proporcionada pela família e que praticam, em sua maioria, a monocultura, desenvolvendo uma atividade pluriativa e empregando mão de obra familiar. Schneider (2009) lembra ainda que o avanço do setor para a pluriatividade deve ser considerada uma das dimensões que caracterizam a agricultura familiar e, portanto, adotada pelos estudiosos para sua compreensão. O autor fala de

alguns elementos que se consideram úteis na elaboração de uma definição mais abrangente para compreensão da categoria social denominada agricultores familiares a partir da perspectiva de análise mais geral das formas familiares de organização do trabalho e da produção existentes no interior da sociedade capitalista contemporânea (SCHNEIDER, 2009, p. 27).

Segundo Froehlich (2009),

a premissa para o desenvolvimento (rural) é que um dado território rural será tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local impulsionada pelas características de sua agricultura. Territórios dominados por atividades primárias muito especializadas, que travam a diferenciação da economia, são justamente os que permanecem subdesenvolvidos. As economias rurais mais dinâmicas são as que conseguem atrair consumidores de seus atributos territoriais e vender suas produções em mercados diferenciados (p. 185).

Nessas construções, o grupo familiar ou doméstico constantemente busca a profissionalização da produção familiar e o aumento da produtividade e, portanto, a rentabilidade de suas atividades produtivas, mecanismos de expansão do capital e do capitalismo, situações típicas do modo de produção capitalista. Pode-se perceber o empenho em buscar novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa à migração do campo para a cidade, ao desemprego urbano e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante caracterizado pela monocultura. Permite ainda vislumbrar uma reestruturação da agricultura familiar com a incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais, o que amplia também sua capacidade de construção de novos saberes e compreensão de sua própria atividade, capacidade de mudanças e reorientação de relacionamentos com a sociedade.

Em se tratando de propriedades pequenas, os trabalhadores desenvolvem um saber e uma prática que possibilitam, justamente, produzir, nesse pequeno espaço, praticamente tudo o que é necessário para garantir a sobrevivência dos seus filhos, tais como alimentos, lazer e abrigo. Existe, ainda, uma forte tendência à solidariedade entre os agricultores vizinhos, fazendo que o modo de produção seja fundado no trabalho solidário da família consanguínea e da família comunitária. Em decorrência, a circulação do dinheiro é menor que a de mercadorias e serviços, uma vez que os trabalhos são também organizados na base dos mutirões ou troca de dias, dentre outras formas produtivas que representam o universo do trabalho nas pequenas propriedades rurais. Conforme o antropólogo Oliven (1992, *apud* MOURA, 2008, p. 262),

a prática de trabalho chamada mutirão ou troca-dia é uma permuta de mão de obra, ou seja, um trabalho cimentado na cooperação e ajuda mútua. As pessoas contam com seus parentes e vizinhos nos trabalhos agrícolas, como a preparação da terra para a roça, a colheita, a construção de cerca, de casa, etc.

Tudo isso leva a pensar em uma rede de saberes que está inserida nos modos de produção e reprodução da agricultura familiar e, é claro, suscita o interesse em pesquisar o processo educativo que se dá na formação de jovens agricultores, especialmente os que vivem no campo. No produzir e transmitir conhecimento, fluem a garantia e a segurança alimentar de inúmeras famílias que moram no campo, além da capacidade de fornecer volumes de alimentos ao mercado.

Outra importante característica da agricultura familiar reside na relação com a terra, que é mantida não apenas como um produto para a geração de lucros, mas como um produto de trabalho que permite aos agricultores sobreviverem e reproduzirem sua família.

A expansão do capitalismo no campo, associada às dificuldades impostas ao trabalhador rural com a industrialização dos centros urbanos, tem contribuído para um constante estreitamento entre cidade e campo, a ponto de já não serem considerados trabalhadores rurais apenas os que vivem no meio rural. Por outro lado, é fácil perceber que as atividades agropecuárias estão cada vez mais subordinadas às atividades urbanas e contribuem para o seu desenvolvimento. A intensa modernização da agricultura, a partir de 1960, e o apoio dos governos militares ao agronegócio foram os principais responsáveis pelas elevadas taxas de expulsão da população rural, o que, em um contexto de ampla

disponibilidade de força de trabalho para o setor industrial, passou a constituir uma das razões da inchação das periferias, do subemprego e da crise urbana do período recente.

1.3 Limites entre rural e urbano: diluição de fronteiras?

O estudo da agricultura familiar impõe a discussão dos limites entre o urbano e o rural na sociedade brasileira. O ritmo das mudanças das relações sociais e de trabalho no campo aponta que fica cada vez mais difícil delimitar tais fronteiras, e que é preciso superar a compreensão que sugere uma subjugação do rural ao urbano. Para Silva (2002, p. 1),

está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas o tema que aparentemente poderia ser relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. Pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado do duplo processo de transformação, a agricultura – que antes podia ser caracterizada setor produtivo relativamente autárquico, como mercado de trabalho e equilíbrio interno próprios – integrou-se no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos (grifo do autor).

Segundo o Censo Agropecuário 2006,

dos 11 milhões de pessoas ocupadas na agricultura familiar e com laços de parentesco com o produtor, 8,9 milhões residiam no próprio estabelecimento (81,0%), enquanto outros 2,1 milhões de pessoas se ocupavam no estabelecimento, mas residiam fora deste, provavelmente em vilas ou centros urbanos próximos (IBGE, 2009, p. 22).

Em uma outra perspectiva, Carneiro (1998) sinaliza que as fronteiras entre o rural e o urbano estão se diluindo em virtude do ritmo das transformações das relações sociais e de trabalho no campo. No entanto, esse processo, longe de conduzir a uma homogeneização ou redução da distinção entre rural e urbano evidencia as características das duas realidades que se interagem:

O ritmo das transformações das relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem

mais a realidades distintas cultural e socialmente. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais (CARNEIRO, 1998, p. 53).

Segundo a autora, o campo vem reagindo de maneira muito diversificada às medidas modernizadoras, e tais medidas atingem de modos diferentes os pequenos agricultores, de tal modo que “não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos” (CARNEIRO, 1998, p. 53), e os modos diferentes de reação vêm provocando uma diversidade de ruralidades como identidades em construção. Esse ritmo de transformações imposto pela globalização nas relações sociais e de trabalho no campo abre o olhar, como sugere Carneiro (1998), para a diversidade na agricultura familiar como sua característica. Para a autora,

no entanto, é importante considerar que o “campo” não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. Nesse sentido não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos (CARNEIRO, 1998, p. 53).

Não se pode, portanto, falar de uma homogeneidade nos elementos que caracterizam a agricultura familiar, mas podem-se nomear suas características gerais: a gestão da propriedade é feita pelos proprietários, normalmente pelo chefe da família; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; o trabalho é desenvolvido por todos os membros da família; a propriedade e o capital pertencem à família e são passíveis de transferência intergeracional no interior da família; e quase sempre os membros da família vivem na unidade produtiva. São características gerais, porque a agricultura familiar é uma realidade social heterogênea: é economicamente diversa, segundo a relação que os sujeitos mantêm com a propriedade e o acesso à terra, na maneira como se relacionam com o trabalho, com o progresso tecnológico e com o mercado, apresenta uma multiculturalidade rica de matrizes históricas tradicionais, mas constantemente reconstruídas pelas relações sociais. Essas matrizes tradicionais expressam

o modo de vida produzido e reproduzido nas suas festas, na religiosidade, nos gestos, na arte, na culinária, e etc.

Existe um forte espírito de preservação do meio ambiente, dos recursos naturais, das nascentes, pelo seu amor e sentimento de pertença à terra que lhes dá o sustento e o abrigo, e a terra é berço de surgimento de diversos movimentos sociais que nela atuam e que propõem mudanças. Carneiro (1998) lembra ainda que

o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola ... uma camada relevante de pequenos agricultores busca combinar a agricultura com outras fontes de rendimento normalmente não vinculadas diretamente ao processo de produção agropecuária. Esse fenômeno – a pluriatividade – surge como a maior novidade no meio rural brasileiro, chamando a nossa atenção para a possibilidade de novas formas de produção virem a se desenvolver no campo (p. 55).

A pluriatividade, portanto, não assinala o fim da agricultura familiar, mas como afirma Carneiro (1998), reflete um dos modos diferentes de reação do segmento às medidas modernizadoras, e chama a atenção para a diversidade na agricultura familiar como uma de suas características.

A proximidade e interação entre urbano e rural, cidade e campo vem ocorrendo não só pelo fenômeno da pluriatividade, mas também pelas novas formas de organização da atividade agrícola, que diminuem a distância entre cidade e campo e proporcionam um processo de urbanização do campo. Pois é “na possibilidade de se estabelecer relações de alteridade com os ‘*de fora*’ que reside a capacidade do grupo de definir a sua identidade sustentada no pertencimento a uma localidade” (CARNEIRO, 1998, p. 61). Segundo ela,

estamos presenciando um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante (CARNEIRO, 1998, p. 55).

Diferentemente de entender o campo apenas como espaço rural ou de produção agrícola, ele deve ser compreendido, sobretudo como “território de produção de vida, de produção de novas relações sociais, de novas relações entre os homens e a natureza e entre o rural e o urbano, produção de história, de cultura, de luta e resistência” (MOLINA, 2006, p. 8).

Soares (2002), no relatório apresentado à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, na fase de preparação das *Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo*, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002, aponta a necessidade de especificar a compreensão de campo para além do que, à primeira vista, se pode conceber como perímetro não urbano:

O campo, nesse sentido mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições de existência social com as realizações da sociedade humana. Assim focalizada, a compreensão de campo não se identifica com o tom de nostalgia de um passado rural de abundância e felicidade que perpassa parte da literatura, posição que subestima a evidência dos conflitos que mobilizam as forças econômicas, sociais e políticas em torno da posse da terra (SOARES, 2002, p. 5).

Diversos estudos constataam a dificuldade de definir ou redefinir essas fronteiras na atualidade. Estudiosos como José Eli da Veiga (2003), Maria José Carneiro (1998, 2008) e outros, indicam a necessidade de um procedimento metodológico que supere a visão polarizada entre o campo e a cidade, uma vez que, como diz Carneiro (2008, p. 259) “o ‘rural’ e o ‘urbano’ se expressam em universos culturais distintos que podem manifestar-se nos mesmos espaços geográficos”. Por um lado, pode-se pensar, com Veiga (2003, p. 63) que há um exagero, desde a promulgação do Decreto-Lei nº 311, de 1938, “em considerar cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais”. Segundo ele, o Brasil é menos urbano do que se calcula, e a metodologia oficial de cálculo do grau de urbanização no país está obsoleta. Por outro lado, não se pode negar o forte grau de urbanização do meio rural com a introdução de meios de transporte, a eletrificação, a presença dos meios de comunicação e a interação campo e cidade.

Estudos mais recentes têm possibilitado a formulação de abordagens críticas à visão dualista que opunha o rural ao urbano como duas realidades empiricamente distintas, uma normalmente definida em negação a outra e com base em critérios meramente descritivos, informados pelo paradigma que associa o rural ao agrícola e o urbano ao industrial e ao moderno (CARNEIRO, 1998). Para a autora é importante

proceder análises mais específicas do rural, centradas nas relações sociais que se desenvolvem a partir de processos de integração das aldeias à economia global, [pois] esse processo ao invés de diluir as diferenças pode propiciar o reforço de identidades apoiadas no pertencimento a uma localidade. (...) Nessa perspectiva,

as transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais...) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural como os adeptos da abordagem adaptacionista interpretavam. (...) Quando aceita pela comunidade, a diversidade assegura a identidade do grupo que experimenta uma consciência de si na relação de alteridade com os “de fora” (CARNEIRO, 1998, p. 5, grifos da autora).

Mais interessante que insistir na dificuldade de definir ou redefinir as fronteiras entre o rural e o urbano, ou na subjugação do rural ao urbano, é aprofundar estudos que superem a visão polarizada entre o campo e a cidade.

1.4 O desafio da reprodução social na agricultura familiar

As formas de reprodução da agricultura familiar são permeadas por um conjunto de estratégias estruturais e singulares: formas de organização coletiva e resistência, processos de socialização fecundados pela família, ações públicas que expressam a vontade política do Estado, etc.

A agricultura familiar, como modalidade de produção agrícola, reproduz-se na sociedade brasileira graças, em especial, à organização dos pequenos produtores em associações, sindicatos, cooperativas e participação em movimentos sociais que apoiam a luta pelo direito de reconquistar a terra, uma vez que muitos problemas enfrentados pela agricultura brasileira são decorrentes da grande concentração fundiária do modelo de organização sociopolítico e econômico mantido pelos interesses capitalistas.

É notável também que um grande número de agricultores familiares tenha resistido à forte onda migratória do campo para a cidade, mesmo enfrentando adversidades e empecilhos nos seus propósitos de permanência e autossustentabilidade no meio rural, como por exemplo, a inadequação das políticas públicas, a má distribuição das terras e o seu enfraquecimento, o crédito rural, normalmente insuficiente para os pequenos e fortemente blindado pelo excesso de burocracia, e o alto preço da tecnologia e dos insumos agrícolas. A capacidade de reação de trabalhadores e pequenos agricultores vem se manifestando mediante iniciativas de sindicalização e formação de associações e cooperativas com o objetivo de unir suas forças para a resistência às grandes empresas e possibilidade de permanecerem no campo reproduzindo suas condições de vida. Segundo Martins (1991, p, 59),

o caminho da sindicalização dos lavradores e trabalhadores rurais tem sido percorrido por muitos, inclusive como forma de construir um sindicalismo novo,

de baixo para cima, radicalmente comprometido com as aspirações, necessidades e lutas de quem o constitui. Outras vezes tem-se procurado organizar grupos comunitários como é o caso das roças comunitárias, formas de administração coletivas das posses nas áreas em que a violência capitalista é maior etc. Órfãos de apoio das instituições que tradicionalmente procuraram tutelá-los, ainda que de modo inadequado, os próprios lavradores começam a produzir suas próprias organizações de base para juntar as forças e fazer valer não só os seus direitos, mas também a sua concepção de direito.

Até mesmo as instituições de assistência técnica e extensão rural, criadas para apoio técnico e logístico aos pequenos agricultores, não atendem mais a suas demandas, por estarem absorvidas e cooptadas pelo modelo agrícola das grandes empresas com maior volume de produção. No estado de Goiás¹¹, a Empresa de Assistência e Extensão Rural (Emater), por um tempo dedicada à promoção e assistência técnica no meio rural, foi retirada de cena e não foi substituída.

A agricultura familiar como forma de produção complexa vem buscando o seu desenvolvimento e melhores condições de maior produção, comercialização dos produtos e, acima de tudo, qualidade de vida, reivindicando linhas de apoio técnico e financeiro, visando propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda dos agricultores familiares, a assistência à saúde, melhores estradas e educação escolar voltada para sua realidade, valorizando e disseminando seus saberes. A agricultura familiar requer políticas e programas de fortalecimento. Como afirma Fernandes (2009, p. 4),

que seja de fato de incentivo e não apenas uma ação governamental procurando compensar ações setoriais excludentes, mas que possibilite atender às demandas dos agricultores familiares, ou seja, as necessidades reais, transformando numa política nacional de caráter permanente, que possa: ajustar políticas públicas para atender a realidade da agricultura familiar; viabilizar a infraestrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural; fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar; elevar os níveis de profissionalização dos agricultores familiares, proporcionando-lhes novos padrões tecnológicos e de gestão.

As tantas dificuldades externas impostas à atividade familiar na agricultura fazem que os agricultores familiares, mesmo resistindo, se sintam pouco apoiados, o que prejudica a compreensão ampla de seus próprios problemas para se organizarem e buscarem o fortalecimento do setor mediante aprimoramento da capacidade gerencial e

¹¹ No estado de Goiás a Emater foi fechada pelo governo estadual no início da década de 2000, e até hoje não foi reestruturada.

absorção das mudanças no campo da tecnologia e no processo de globalização da sociedade. Esse processo de resistência chama a atenção de estudiosos e responsáveis pela administração pública para a abrangência da agricultura familiar, uma vez que, segundo Portugal (2004, p. 1),

este segmento tem um papel crucial na economia das pequenas cidades – 4.928 municípios têm menos de 50 mil habitantes e destes, mais de quatro mil têm menos de 20 mil habitantes. Estes produtores e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e nos serviços prestados nas pequenas cidades. A melhoria de renda deste segmento por meio de sua maior inserção no mercado tem impacto importante no interior do país e por consequência nas grandes metrópoles.

Por outro lado, cabe destacar que, nesse cenário de inúmeras dificuldades, o processo de trabalho familiar agrícola se estabelece como uma importante agência socializadora das novas gerações na agricultura familiar e, portanto, como perspectiva de reprodução social das condições de vida e trabalho desse segmento agrícola, com a mediação da família gestora, quer da propriedade, quer da organização do trabalho e da formação profissional dos filhos. Conforme Bourdieu (2004, p. 171),

el sistema de las disposiciones inculcadas por las condiciones materiales de existencia y por la educación familiar (por ejemplo, el *habitus*) que constituye el principio generador y unificador de las prácticas es fruto de las estructuras que estas prácticas tienden a reproducir, de modo que los agentes sólo pueden reproducir, es decir reventar inconscientemente o imitar conscientemente.

Existem vários mecanismos de reprodução social que se dão em um processo de socialização¹² do indivíduo no convívio familiar, na escola e no trabalho. Entende-se por reprodução social o processo mediante o qual uma sociedade, por meio de diversos mecanismos, reproduz a sua própria estrutura. Bourdieu (2009) utiliza o conceito de *habitus* para explicar os mecanismos pelos quais o indivíduo aprende a fazer parte de uma sociedade e a reproduzi-la continuamente em seu agir. Segundo ele,

habitus é um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas

¹² A socialização é o processo dinâmico pelo qual o indivíduo internaliza as ideias e os valores sociais do grupo social em que está inserido. A família, a escola e o trabalho profissional são as principais instâncias socializadoras das novas gerações.

sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2009, p. 88).

Nesta tese aborda-se o trabalho familiar como estrutura objetiva, que tende a produzir, como efeito do processo socializador, as disposições necessárias para que os jovens produzam ações estruturadas que tendem a reproduzir a estrutura objetiva, que é o processo de trabalho e sua forma de organização. O processo de trabalho familiar atua, portanto, como um processo de socialização, ao mesmo tempo familiar e profissional e, conseqüentemente decisivo para a reprodução geracional do trabalho familiar agrícola, isto é, a agricultura familiar assentada nessa modalidade de trabalho. A socialização profissional, por ocorrer no seio da família, está no centro da reprodução social da agricultura familiar. Conforme Weisheimer (2009, p. 168),

os agricultores familiares não apenas são detentores de um saber especializado como também criam uma ética profissional cujas regras se transmitem às nova gerações no próprio trabalho. Deste modo, a socialização no trabalho familiar agrícola implica imersão profissional em um duplo significado: como indício de integração à economia de mercado e como reprodução do sistema de valores que organiza as condutas individuais e no qual a maneira de legitimar o trabalho é reveladora de uma ética que ultrapassa o âmbito apenas profissional.

Apreender o interesse de os jovens filhos dos agricultores permanecerem no meio rural e se capacitarem para nele sobreviver é uma questão relevante do estudo da agricultura familiar. Pesquisa realizada por Milton Silvestro, Nelson Cortina, Ivan Tadeu Baldissera, Dilvan Ferrari, Vilson Marcos Testa, coordenado por Ricardo Abramovay em 1998, constatou, no final da década de 1990, que a maior parte dos jovens da área rural gostaria de construir sua realização profissional na agricultura. Essa manifestação destaca a necessidade de adoção de medidas que valorizem o papel da juventude rural, sobretudo no que diz respeito ao processo sucessório, uma vez que

o êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar atinge hoje as populações jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores, [...] o que torna mais escassas as possibilidades objetivas de formação de novas unidades familiares de produção. [...] Quem serão os responsáveis pela gestão da agricultura e do meio rural daqui para frente? Deixar que as próprias unidades familiares de produção respondam a esta questão é perder a oportunidade de utilizar socialmente vocações e capacidades profissionais e, sobretudo, encarar como fatalidade inelutável a desertificação social, econômica e cultural que ameaça tantas regiões brasileiras hoje. Tema tão relevante como o da ocupação do espaço rural exige uma política pública de acompanhamento, e, em alguns casos, de intervenção. É urgente que o êxodo rural deixe de funcionar como o

processo que ameaça fazer da reforma agrária um jogo de soma zero (ou negativa), onde os assentamentos realizados de um lado jamais compensam os “desassentamentos” sofridos do outro, como num tanque em que a força da torneira parece sempre menor que o poder de sucção do ralo (ABRAMOVAY *et al.*, 1998, p. 15).

Percebe-se que os jovens filhos de agricultores familiares não dispõem de estímulo para prosseguirem com a profissão paterna – a de agricultor – embora, como aponta o estudo de Abramovay *et al.* (1998), muitos jovens desejem ter na agricultura sua realização profissional. Para estimular esse desejo, é preciso perceber que “o interesse dos jovens pela vida no meio rural passa pela valorização de suas iniciativas e, portanto, pelas responsabilidades que eles possam assumir no interior das unidades produtivas” (ABRAMOVAY *et al.* 1998, p. 92).

Estudos mais recentes, como o realizado por Carneiro (2008), sobre o tema da juventude rural, têm dado atenção especial ao desejo de os jovens permanecerem ou não no campo e às condições de realização desses desejos e de suas aspirações profissionais. A autora constata também que muitos jovens do meio rural pretendem migrar para as cidades e valorizam “o estudo como condição para conseguir um emprego e essa valorização está, em grande parte, associada ao abandono da atividade agrícola” (p. 247), uma vez que

a escola preenche, idealmente, uma condição para a realização dos projetos individuais, o que, na maioria das vezes, implica a saída da localidade, trazendo consequências negativas para o processo sucessório nas famílias de agricultores, principalmente daqueles cuja reprodução social não é satisfatoriamente garantida pela atividade agrícola (CARNEIRO, 2008, p. 250).

De acordo com os dois estudos *Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios* (ABRAMOVAY, 1998) e *Juventude rural: projetos e valores* (CARNEIRO, 2008), os jovens rurais valorizam a escola como meio que facilita o acesso ao mercado de trabalho, não só na cidade, e também como espaço de sociabilidade, por isso mesmo, desempenhando um importante papel na interação campo e cidade e no seu desejo de “adquirir uma formação profissional para poder permanecer vinculados à família e ao meio rural” (CARNEIRO 2008, p. 252), mas que nem sempre a ida para a cidade possibilita a realização de seus ideais:

Se em determinados contextos a renda familiar mais elevada pode gerar condições ou até mesmo estimular a continuidade dos estudos dos rapazes fora da localidade de origem, em outros contextos, onde a agricultura familiar é

promissora, os rapazes podem se sentir mais motivados a permanecer na agricultura, investindo na modernização tecnológica, possibilitando assim um aumento da produtividade e do rendimento agrícola (CARNEIRO, 2008, p. 254).

Para os dois autores, a posição do jovem no processo sucessório no interior da família, (sexo masculino, filho mais velho ou mais novo) exerce muita influência na sua opção de manter-se como agricultor. Dependendo também do tamanho da propriedade e de sua capacidade de produção, um dos filhos pode ser estimulado a permanecer na agricultura, e outros, incentivados a procurarem engajamento profissional na cidade ou em outras atividades que não a agrícola. A proximidade com a cidade, por sua vez, influencia a escolha de atividades diversas, tanto no campo como na cidade, ou mesmo a possibilidade de morar no meio rural e trabalhar na cidade e vice-versa.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) apresentam dados de 1996 que revelam que aproximadamente 85% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. São 13,8 milhões de pessoas que têm na atividade agrícola praticamente sua única alternativa de vida, em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura. Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira provêm desse tipo de produção rural.

O Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009) informa a existência de 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos agrícolas do país, que ocupam uma área de 80,25 milhões de hectares, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupam 75% da área ocupada, o que confirma a tendência nacional de uma estrutura agrária altamente concentrada.

Há, no entanto, uma visão idealizada das condições materiais de existência na cidade e do processo de urbanização, que considera o campo como uma realidade provisória condenada a desaparecer muito em breve pela expansão do ideal urbano no meio rural. As políticas educacionais que usam o urbano como parâmetro, e o rural como em processo de adaptação a esse parâmetro, reforçam essa concepção. Por outro lado, os movimentos sociais do campo reivindicam, das políticas educacionais e dos estudiosos, o aprofundamento na consideração do campo como espaço heterogêneo e de possibilidades diversas, com uma identidade sólida que não se pode simplesmente diluir na proximidade

campo e cidade, rural e urbano, pelo contrário, tende a ser fortificada na vivência da diversidade que tal processo possibilita. Segundo SOARES (2001, p. 5)

o pronunciamento das entidades presentes no Seminário Nacional de Educação Rural e Desenvolvimento Local Sustentável foi no sentido de se considerar o campo como espaço heterogêneo, destacando a diversidade econômica, em função do engajamento das famílias em atividades agrícolas e não agrícolas (pluriatividade), a presença de fecundos movimentos sociais, a multiculturalidade, as demandas por educação básica e a dinâmica que se estabelece no campo a partir da convivência com os meios de comunicação e a cultura letrada.

Os movimentos sociais do campo, ao reivindicarem atenção das políticas educacionais para essa realidade, exigem aquelas que pensem o campo na diversidade da sua produção para além da agropecuária, e uma educação de qualidade social para todos os que vivem no e do campo, sejam pequenos agricultores, sem-terra, acampados, assentados e outros, que supere a perspectiva da educação rural presente nos parâmetros curriculares que têm a política educacional urbana como referencial. As *Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo*, instituídas pela Resolução CNE/CEB n^o 1, de 3 de abril de 2002, no art. 2^o, parágrafo único, assim caracterizam a escola do campo:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País (BRASIL, CNE/CEB, 2002).

É preciso, no entanto, romper com certa visão depreciativa da agricultura familiar, para viabilizar um processo de levantamento da autoestima de milhões de trabalhadores brasileiros que dão sua contribuição para o sustento de toda a nação, uma vez que o objetivo da agricultura não familiar é produzir mais para exportar do que para o consumo interno. Segundo Ângela Fernandes (2008, p. 2),

é em torno da agricultura familiar que, nos países capitalistas centrais, organizou-se o desenvolvimento agrícola. Mesmo num país (como o nosso), marcado pela força do latifúndio e pelo peso social de milhões de estabelecimentos que, de fato, são pequenos sob o ângulo de sua participação na oferta agrícola, há um segmento importante de agricultores familiares cuja expressão econômica é muito significativa e em alguns casos até majoritária.

Nas últimas décadas, evidenciam-se um novo contexto nas práticas agrícolas, que enfatizam os aspectos sociais e ambientais do processo de desenvolvimento, de acordo com o que vem sendo denominado sustentabilidade do desenvolvimento rural, que procura equilibrar a dimensão econômica, social e ambiental do desenvolvimento. Em seus projetos, as políticas agrícolas têm escolhido a agricultura familiar como um dos seus pilares. De fato, como afirma Schneider (2009, p. 20),

este programa (Pronaf), formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos 90, nasceu com finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijadas das políticas públicas ao longo da década de 80 e encontravam sérias dificuldades para se manterem na atividade.

Cabe à sociedade e ao Estado promoverem iniciativas mais efetivas de acesso à terra de grande contingente de trabalhadores rurais ainda não assentados e que aguardam o momento de poderem se integrar à agricultura familiar, com igualdade de direito de acesso ao crédito já disponibilizado ao setor, que vem se tornando cada vez mais importante para o país, tanto do ponto de vista social quanto econômico.

No próximo capítulo, analisa-se o papel e a importância da família como elemento fundamental que compõe a realidade do trabalho familiar agrícola no segmento da agricultura familiar. Apresenta-se também um pouco da história e perspectivas das famílias de agricultores familiares da região de Baixa Verde, no município de Rubiataba, que um dia partiram das Minas Gerais, de São Paulo e do Nordeste brasileiro em busca de terra e oportunidades para desenvolverem o trabalho agrícola e garantirem o sustento e a reprodução de suas famílias.

CAPÍTULO II - FAMÍLIAS DE AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DE BAIXA VERDE, NO MUNICÍPIO DE RUBIATABA-GO

Este capítulo apresenta e analisa os dados resultantes da pesquisa de campo feita com as famílias de agricultores familiares da região da Baixa Verde, no município de Rubiataba-GO, com o intuito de apreender os ruídos do processo de reprodução familiar expressos nos diversos processos e movimentos do cotidiano, tais como: a origem das famílias quando se associaram ao movimento migratório rumo ao Centro-Oeste, suas interpretações do movimento e do processo de deslocamento, a demarcação das terras e o estabelecimento em pequenas glebas, os mecanismos de sucessão e continuidade da atividade agrícola, os modos de trabalho em meio às constantes mudanças por que vem passando a sociedade, incluindo as de natureza tecnológica e a relação que estabelecem com instituições clássicas de socialização, como a escola e as instituições religiosas.

Vivendo o fenômeno da diluição dos limites entre cidade e campo, entre rural e urbano, as famílias agricultoras enfrentam o dilema da urbanização da vida no campo no atual processo de globalização da sociedade, em que as distâncias se encurtam, os valores tradicionais são constantemente questionados e fenômenos considerados mais dos aglomerados urbanos, como a violência, o consumo de drogas, os assaltos, invadem o meio rural.

2.1 Configuração da família na sociedade contemporânea.

Em se tratando da configuração da família, alguns autores contribuem em termos conceituais e empíricos para que se possa compreender sua dinâmica nas sociedades contemporâneas e, em especial sua função como agência socializadora clássica na formação dos jovens. Para Bonnewitz (2003), “a socialização corresponde ao conjunto dos mecanismos pelos quais os indivíduos realizam a aprendizagem das relações sociais ente os homens e assimilam as normas, os valores e as crenças de uma sociedade ou de uma coletividade” (BONNEWITZ, 2003, p. 76).

Canezin (2002) aborda a questão da constituição do ser jovem nas relações que acontecem no processo educativo, tanto no âmbito familiar quanto na escola, enfocando a situação da família que divide “com diferentes agentes sociais a função educativa, que antes era exclusivamente sua. Tais agentes – escolas, meios de comunicação em massa, etc. – ao impor, utilizando-se da persuasão, padrões de comportamento considerados normais, disputam com a família o papel de agente educativo” (CANEZIN, 2002, p. 67).

Sousa (2001) ajuda a identificar as características da família nas últimas décadas, como o número de filhos cada vez menor, e os diversos fatores que para isso contribuem; a mobilidade das famílias, a saída dos filhos do convívio familiar, cada vez mais cedo e os motivos que a provocaram, menos interação entre famílias consideradas vizinhas, atuação dos avós na criação dos netos, dificuldade dos pais na disciplina e estabelecimento de limites na educação dos filhos, etc. As constantes mudanças afetam a sociedade e também a família, que vem se transformando com a sociedade. Afirmam Sousa e Rizzini (2001, p. 17):

Sabe-se que a família vive um processo intenso e rápido de transformação em todo o mundo. Muitos são os indicadores que apontam para tendências globalmente reconhecidas: a família é hoje menor, mais fragmentada e mais diversificada em sua estrutura. Em suma, ela é muito diferente do modelo familiar nuclear de anos atrás. Os papéis parentais revolucionam-se, mas, apesar de tudo, não há quem negue: ela continua sendo “a base de tudo”. (grifo das autoras)

De fato, nos dias atuais as famílias tendem a ser cada vez menores. Não faz muito tempo que, em sua grande maioria, as famílias eram compostas por um número muito maior de membros, mais filhos por casal e, conseqüentemente, um espaço maior de idade entre o filho mais velho e o mais novo, com um envolvimento maior de todos nas atividades do grupo familiar, seja no cuidado dos irmãos mais novos e da casa, seja na aprendizagem da gestão dos empreendimentos e propriedades da família. Segundo Rizzini (2001, p. 28), a tendência por famílias menores

é um fenômeno sem precedentes: as famílias sempre foram mais numerosas. Alguns dos importantes indicadores verificados são: declínio da taxa de fertilidade, aumento do número de famílias chefiadas por um dos pais, principalmente a mãe. O número de grupos de irmãos é menor, assim como também as redes familiares. As baixas taxas de fertilidade podem ser explicadas pelo maior acesso a contraceptivos, ao sistema de saúde e de educação e a oportunidades econômicas por parte das mulheres.

A autora adverte, no entanto, que esse aspecto da realidade atual das famílias apresenta alguns problemas, como por exemplo, a limitação das possibilidades de convivência entre irmãos, com reflexos nos processos de sociabilidade. Evidencia também aspectos positivos, como os relativos aos cuidados com o sustento, acompanhamento e formação dos filhos, pois

as famílias menores podem oferecer às crianças melhores cuidados. Por outro lado, um dos fatores prejudiciais é que os pais e as crianças encontram sistemas de apoio mais restritos. Outros fatores intimamente relacionados com essas questões são as mudanças nas relações, nas estruturas e padrões de trabalho, família e comunidade (RIZZINI, 2001, p. 29).

Outra característica da família nos tempos atuais, segundo a autora, é que “os membros de uma mesma família, com frequência, vivem geograficamente distantes” (p. 29). A mobilidade das famílias tem acontecido em larga escala nos últimos anos, de uma região para outra, no mesmo país, do campo para a cidade, e outros, o que se deve à expansão do sistema viário e melhoria dos meios de transporte, como também à demanda por regiões de terras ainda não plenamente ocupadas no centro e no norte do país.

Segundo Rizzini (2001, p. 30), é comum atualmente “as famílias ficarem menos tempo juntas”, porque se multiplicam as necessidades e oportunidades de trabalho, fazendo que vários membros da família passem grande parte de seu tempo fora do convívio familiar. Não está distante a época em que o provedor do lar era predominantemente o pai, que tinha a obrigação de sair de casa para o trabalho, e, nos dias atuais, “as mulheres estão cada vez mais se inserindo no mercado de trabalho” (RIZZINI, 2001, p. 30), reduzindo em muito o convívio entre pais e filhos, que muitas vezes ficam sozinhos ou na companhia de avós ou de funcionários domésticos.

No entanto, a família continua sendo uma instância fundamental para a sociedade, especialmente no tocante ao projeto de socialização das crianças, adolescentes e jovens. Carneiro (2008) destaca a importância do apoio da família para o crescimento pessoal e amadurecimento dos jovens, especialmente os vinculados à agricultura familiar, tanto no apoio afetivo, na segurança emocional, como no apoio financeiro.

Conforme a autora, o apoio da família no processo de socialização é considerado, pelos jovens, mais importante que o apoio material, uma vez que “a realização dos projetos individuais depende de várias condições, entre elas a composição do grupo familiar” (CARNEIRO, 2008, p. 252). De acordo com a autora o processo sucessório no interior da família, em se tratando da família agrícola, tem papel preponderante para a continuidade da agricultura de pequeno porte e para a permanência do jovem na agricultura familiar. Nesse sentido, exercem influência o número de filhos bem como as condições de apoio material durante o período em que o jovem fará suas escolhas:

Um fator importante a ser considerado para entendermos a opção pela agricultura é a posição do jovem no processo sucessório dentro da família e suas condições de se manter como agricultor. Dependendo dos costumes locais que regulam a escolha do sucessor do chefe da unidade de produção agrícola, um filho pode ser levado a permanecer na agricultura enquanto outros são estimulados a se engajar em outra atividade (CARNEIRO, 2008, p 254).

Assim o apoio à instituição familiar é condição fundamental para a reprodução da agricultura familiar, o que não se dá sem a absorção da mão de obra do núcleo familiar, e que implica disponibilidade de terra para a produção de alimentos para o consumo dos membros do mesmo grupo familiar e da sociedade.

Segundo Queiroz (2010, p. 164),

as acentuadas mudanças observadas nas famílias atuais revelam que elas não passaram incólumes pelas transformações sociais. No entanto, a inserção na vida dos jovens revela a interiorização eficaz dos processos familiares que se dão a conhecer na tensão constitutiva das relações internas em confronto com a realidade social. Pôde-se constatar que a família, apesar das dificuldades impostas pelas condições de uma sociedade mercantilizada, esforça-se por preservar o espaço afetivo e oferecer condições financeiras para oferecer aos filhos uma formação pessoal e profissional mais sólida.

É fundamental o papel da família na formação dos filhos para sua inserção na sociedade e no mundo do trabalho e a vivência dos valores éticos e morais em meio aos desafios e conflitos da vida social. Para Queiroz (2008b, p. 27),

o convívio familiar revela um compartilhar afetivo de dificuldades e alegrias, entremeado de conflitos e discussões, mas também de atenção, carinho, respeito e solidariedade. A independência econômica, conquistada pelo trabalho, não possibilita uma autonomia completa em relação aos valores éticos e morais. O propósito de atender às expectativas dos pais, buscando seguir, na medida do possível, as orientações familiares, evidencia o papel do bom filho.

Também as escolhas e atitudes dos filhos ao longo da vida são marcadas pelas orientações dos pais no dia a dia da convivência familiar com uma dinâmica “desenvolvida gradativamente ao longo de suas vidas [que] orienta as escolhas e atitudes dos jovens perante a vida” (QUEIROZ, 2008b, p. 27). É que “cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados” (BOURDIEU, 1998, p. 41). Esse

processo de interiorização¹³ é tarefa indispensável da família, e, mais especificamente dizendo, da convivência familiar, que se dá em meio a enfrentamentos de desafios nas relações no interior do núcleo familiar e da família com a sociedade, o que exige constantemente decisões e atitudes calcadas nos valores do respeito, da solidariedade e, sobretudo, da necessidade de convivência harmoniosa, capaz de fortalecer a interioridade de cada indivíduo, da qual emergem os comportamentos, as escolhas e atitudes na lida com os problemas da vida. Segundo Queiroz (2008b, p. 14),

o processo de constituição do indivíduo ocorre por meio da mediação de algumas instâncias fundamentais. Na sociedade moderna, a primeira instância de mediação do processo de socialização é a família, pois ela constitui o *locus* da afetividade e da privacidade, espaço social no qual, por meio das experiências de natureza emocional, se forma a estrutura psíquica.

É importante ainda o papel da família na instituição de valores calcados no afeto e nos sentimentos que se contrapõem aos valores do mercado. A interiorização de valores humanos tem a propriedade de dotar os jovens de capacidade de resistência às investidas da racionalidade técnica e desumanizadora das relações capitalistas. Para Queiroz, (2008b, p. 61),

as relações familiares são marcadas pela dependência, que, por sua vez, implica reciprocidade, mas sem que estejam imunes às tensões e contradições, pois não são estáticas ou mecânicas. A família consolida-se pelo afeto e pela possibilidade de expressão humana dos sentimentos, sendo possível instituir valores diversos aos da racionalidade técnica do mercado. A empreender relações fundamentadas na participação, mediante processos que conduzem à estruturação psíquica da consciência coletiva, à família abre-se a possibilidade do reconhecimento no outro, constituindo-se, conseqüentemente, em um possível espaço de resistência social.

Torna-se importante, portanto, estudar e apoiar as relações familiares como fatores de fortalecimento do jovem como sujeito social dotado de autonomia e criatividade. As relações no interior da família são decisivas para o processo de socialização do jovem em uma sociedade em constante mudança. Como instância socializadora ela também é fator de transformação dos seus membros e, conseqüentemente, da própria sociedade.

¹³ A interiorização constitui um mecanismo essencial da socialização, à medida que os comportamentos e valores aprendidos são considerados óbvios, naturais, quase instintivos. A interiorização permite a alguém agir sem lembrar-se explicitamente das regras a serem observadas para tal (BONNEWITZ, 2003).

2.1.1 Configuração das famílias de agricultores Familiares de Baixa Verde¹⁴

Tendo como base os dados coletados na pesquisa de campo, foi possível construir uma caracterização das famílias de agricultores familiares de Baixa Verde. Tomou-se como referência o número de filhos e o tamanho da propriedade, conforme o quadro 1, bem como outros elementos descritivos que configuram uma espécie de perfil de cada família.

| Quadro 1 - Caracterização das famílias entrevistadas | | |
|---|---------------------|--|
| Identificação (pais) | Nº de filhos | Tamanho da propriedade (alqueire) |
| Família 1 – Ângelo e Kátia | 2 | 4 |
| Família 2 – Baltazar e Dulce | 1 | 7 |
| Família 3 – Jason e Raquel | 3 | 7 |
| Família 4 – Valmir e Luiza | 7 | 10 |
| Família 5 – Cleide e Osmar | 4 | 4 |
| Família 6 – Divina e Gelcimar | 2 | 4 |
| Família 7 – Luzia e Luiz | 2 | 7 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 1).

A família 1 é constituída pelos pais, Ângelo e Kátia e dois filhos. Casados há 18 anos. Ângelo e Kátia nasceram e moram na região há 38 anos, em propriedade de 4 alqueires. Os dois são agricultores familiares desde a infância e estabelecem relação comercial com a cidade vendendo a produção de leite de sua pequena criação de gado na propriedade. Seus dois filhos estudam na cidade e participam do trabalho agrícola com a família. A família cultiva milho para ração animal e o vende, ainda verde na feira do pequeno produtor e para a merenda escolar.

A família 2 é formada por Baltazar e Dulce e uma filha que reside, estuda e trabalha na cidade. Casados há 32 anos, Baltazar e Dulce são proprietários de 7 alqueires. Desde que nasceram moram na região. Na propriedade, o casal faz a manutenção dos pastos para o gado e plantam frutas, mandioca, verduras para o consumo interno e milho e sorgo para tratamento dos animais, gado, porcos e aves.

A família 3 é constituída por Jason e Raquel e três filhos, maiores e casados. Proprietários de 7 alqueires, Jason e Raquel estão casados há 45 anos, e ambos nasceram em Minas Gerais. Os dois filhos homens são agricultores familiares, com suas próprias

¹⁴ Para garantia do anonimato, as famílias aparecem numeradas de um a sete e serão citadas pelos nomes dos pais, também denominações fictícias, quando da transcrição de suas falas. Na análise dos dados do questionário, serão utilizados percentuais.

propriedades anexas à dos pais e executam quase todas as atividades da propriedade dos pais. A filha reside e trabalha em Goiânia em atividade não agrícola (confeção).

A família 4, de Valmir e Luiza, com propriedade de 10 alqueires. O casal nasceu em Minas Gerais e vive na região há 57 anos. Tem sete filhos, mas só dois trabalham na agricultura, os mais novos, um, com 28 anos, na propriedade dos pais e o outro com 25 anos de idade, em sua própria propriedade. Os outros filhos são profissionais liberais em Goiânia, Brasília e nos Estados Unidos.

A família 5, de Cleide e Osmar. É o segundo casamento do pai, que tem três filhos do primeiro casamento e um do segundo. Cleide e Osmar estão casados há 06 anos. A propriedade de 4 alqueires, e o pai nela reside há 50 anos. Ele nasceu na propriedade e ela veio do norte de Goiás, também filha de agricultores familiares. A família produz queijo, frutas e verduras que comercializam na feira do pequeno produtor. Plantam milho para ração do gado, porcos e galinhas. Os filhos do primeiro casamento, já casados, moram na cidade e trabalham no comércio, mantendo pouca ligação com a agricultura.

A família 6, de Divina e Gelcimar, 20 anos de casados, é proprietária de 4 alqueires. O casal nasceu e mora na região há mais de 40 anos. Os dois filhos estudam em Rubiataba (ensino médio), mas moram e trabalham com os pais na atividade familiar agrícola, que consiste no cuidado de gado leiteiro e comercialização do leite. A família tem uma plantação de milho para ração do gado, porcos e galinhas e pequenas produções de mandioca, frutas e hortaliças para o consumo doméstico.

A família 7, de Luzia e Luiz, casados há 26 anos, é proprietária de 7 alqueires. O casal nasceu e mora na região há mais de 40 anos. Luzia e Luiz têm dois filhos que estudam (ensino médio) em Rubiataba e trabalham com os pais na produção familiar, que consiste na criação de gado leiteiro. O leite é resfriado na propriedade de um vizinho e vendido para uma cooperativa na cidade. Milho e sorgo são produzidos para ração animal e pequenas plantações de mandioca, batata, hortaliças, são utilizadas para consumo interno e comercialização do excedente na feira do pequeno produtor.

Segundo Abramovay (1998), é possível uma diferenciação no interior da agricultura familiar considerando os distintos graus de desenvolvimento socioeconômico e, portanto, as distintas lógicas de produção e sobrevivência, inserção no mercado, transformação e beneficiamento dos produtos agrícolas no interior da unidade produtiva e o autoconsumo. Assim, com base nesses critérios, podem-se elencar três categorias básicas

de agricultores familiares no universo interno da agricultura familiar: agricultores consolidados, agricultores em transição e agricultores em exclusão.

Agricultores consolidados são aqueles cuja atividade permite não só a reprodução da família, mas também algum nível de investimento e acumulação [...]. *Agricultores em transição* são aqueles que vivem da agricultura, mas que não conseguem realizar investimentos e que, portanto, encontram-se ameaçados de declínio em sua situação socioeconômica. A ideia de transição procura enfatizar o fato de que este declínio não é uma fatalidade e que o agricultor possui para melhorar seu desempenho caso possa realizar alguns investimentos na propriedade. *Agricultores em exclusão*, apesar de sua importância social, sua renda não é suficiente para que vivam das atividades realizadas no interior do próprio estabelecimento (ABRAMOVAY 1998, p. 24. Grifos do autor).

Os agricultores familiares da Baixa Verde estão estabelecidos na região há mais de meio século. Eles empreenderam melhorias na propriedade, com suas atividades de produção que garantem a manutenção da família e apoiam satisfatoriamente os processos de escolarização dos filhos na cidade, por isso, com base nos critérios citados podem ser classificados como *agricultores consolidados*.

Sua capacidade de acumulação do capital evidencia-se mediante constantes investimentos na propriedade, para a melhoria das condições de vida, da produção e do próprio estabelecimento, como instalação de rede elétrica, sistemas de irrigação, tanques de resfriamento do leite, aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.

A possibilidade de sobrevivência no setor pode ser constatada pela instalação de rede telefônica, abastecimento de água, aparelhos eletrônicos em todas as residências, bem como inserção crescente na comercialização de seus produtos. Todos os agricultores familiares da Baixa Verde possuem um ou mais veículos de transporte, como motocicletas e automóveis.

As benfeitorias agregadas às propriedades familiares da região, as contínuas melhorias em suas residências, a absorção de tecnologias, a aquisição de veículos confirmam essa classificação com base no viés econômico da acumulação de capital. Como afirma Abramovay (1998, p. 15), “é importante frisar que os níveis de renda são apenas um ponto de partida para entender as dinâmicas de inserção e os potenciais dos diferentes setores sociais e não um critério definitivo para classificar os agricultores”. Segundo os propósitos deste estudo, o nível de renda permite a reprodução da agricultura familiar, uma vez que a reprodução social comporta outras dimensões da existência humana, como a cultural e social.

Considera-se também que a família, inserida no meio de uma sociedade em mudanças, é submetida a influências de diversos agentes sociais, que constantemente afetam sua atuação na educação dos filhos e na sua capacidade de influenciar a disposição das novas gerações em reproduzir o estilo de vida e o engajamento profissional que lhe são característicos. Contudo, ela não é destituída de importância e desempenha papel relevante como agência socializadora. Para Canezin *et al.* (2002, p. 67),

no entanto, mesmo submetida a todas estas influências, a família não foi destituída da importância e de seu papel de impor modos de pensar e agir dominantes. A própria eficiência desses agentes sociais depende, fundamentalmente, da sua atuação que, por meio da inculcação, prepara os seus membros a se subordinarem a outras modalidades de autoridade, utilizando-se, para tanto, de fortes componentes emocionais.

O contingente populacional do meio rural do município de Rubiataba vem diminuindo nos últimos anos em virtude do êxodo rural e da redução do número de filhos por família. Em Rubiataba, graças ao predomínio da agricultura familiar, ainda 14,3% da população se encontra no meio rural, segundo os dados do IBGE (2010).

Para Peres (2001, p. 74), “as famílias têm formas e estilos próprios de funcionar, não sendo possível fazer generalizações a seu respeito, mesmo quando suas condições socioeconômicas são similares”. Assim é o caso das famílias dos agricultores familiares, que têm formas e estilos de vida¹⁵ diversos segundo o contexto em que estão inseridas, suas origens e história de vida, mesmo que, à primeira vista, possam ser consideradas pelas semelhanças entre elas. Há, de fato, muitos elementos em comum, determinados fatores caracterizam formas diferentes de existência no relacionamento intrafamiliar e com outras famílias. Como afirma Peres (2001, p. 75),

tratando-se do relacionamento familiar, reconhecemos que ele tem vários estilos ou padrões, dependendo de como a família está organizada e de como ela lida com as mudanças operadas durante sua vida. Assim, não podemos prescindir da visão que o ciclo de vida oferece de cada família, em seu movimento no tempo. Compreendemos que, ao longo do desenvolvimento da família, o fundamental para a manutenção dos laços entre os membros, tanto entre marido e mulher quanto entre pais e filhos, é o contexto emocional das relações entre eles.

Graças à possibilidade de o convívio familiar se instituir, de forma duradoura, entre os membros do grupo familiar, atitudes de unidade e cooperação, constitui-se o sentimento

¹⁵ “Um estilo de vida é um conjunto de gostos, crenças e práticas sistemáticas características de uma classe ou fração de classe dada”, afirma Bonnewitz (2003, p. 82).

de pertença ao grupo e sua forma de presença na sociedade. Segundo Bourdieu (1996, p. 129), o relacionamento familiar tende a “transformar a obrigação de amar em disposição amorosa e a dotar cada um dos membros da família de um espírito de família gerador de devotamentos, de generosidade e de solidariedade”.

Esses sentimentos interiorizados no exercício cotidiano da autoridade, do respeito, habilitam os filhos para o convívio com outras pessoas fora do núcleo familiar e com as diversas instituições da sociedade com suas respectivas estruturas hierárquicas, não só adequando-se a elas, mas também sobre elas exercendo influências conforme os saberes e práticas interiorizados na família. Pois “a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço e das relações sociais” (BOURDIEU, 1996, p. 131).

2.1.2 Origem das famílias agricultoras de Baixa Verde e os deslocamentos migratórios

As famílias entrevistadas pertencem a um grupo que, na década de 1950 migrou de Minas Gerais e de São Paulo, no movimento migratório que se instaurou no país a partir de 1938, com o objetivo de

criar condições para impulsionar a ocupação do Estado, isto é, para a expansão do capitalismo. A estratégia utilizada foi direcionar os excedentes populacionais para os espaços demográficos vazios, na tentativa de aumentar a produção econômica (SOUZA; CARNEIRO, 1996, p. 68).

Segundo as autoras, esse movimento foi impulsionado por fortes mudanças que aconteciam no país e na região, como a chegada da rede ferroviária até Anápolis, “que se transformou no principal centro comercial do Estado” (SOUZA; CARNEIRO, 1996, p. 69) e a construção da nova Capital, Goiânia. No cenário nacional, a *Marcha para o Oeste* faz parte da política do governo getulista conforme a lógica da expansão do capital com patrocínio do Estado, cujos objetivos eram a interiorização e a promoção da ocupação dos vazios demográficos do país, utilizando argumentos relativos à necessidade de construir a unidade e a segurança nacionais. Souza e Carneiro (1996, p. 69) informam:

A construção de Goiânia teve uma ação psicológica positiva, levando os goianos a pensar no futuro e esquecer o fracasso da mineração no passado. Na realidade, a nova Capital vai impulsionar um projeto econômico e político nesta região, a “Marcha para o Oeste” (grifos das autoras).

Conforme Martins (1981), a lógica de expansão do capitalismo diz respeito tanto ao campo como à cidade, acarretando grandes transformações em todos os ramos e setores da produção. Segundo ele,

convém dizer que o capitalismo está em expansão tanto no campo como na cidade, pois essa é a sua lei: a lei da reprodução crescente, ampliada. A *tendência* do capital é de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria (MARTINS, 1981, p. 152, grifos do autor).

De acordo com Martins (1997), o país viveu, sobretudo a partir de meados do século XX, um fluxo intenso de expansão do capitalismo disfarçado de política de integração nacional ou de ocupação do território, a chamada frente de expansão que, alguns estudiosos denominaram também frente pioneira¹⁶. Para ele

a concepção de frente pioneira desaparece aos poucos, diluída na de frente de expansão, à medida, sobretudo que a frente de expansão passa a ser entendida, predominantemente, como uma frente econômica [...] uma das dimensões da reprodução capitalista do capital (MARTINS, 1997, p. 155-156).

Outro modo de analisar a frente de expansão em território goiano, na visão de Souza e Carneiro (1996), destaca a chamada *Marcha para o Oeste* como parte da política de Estado com o propósito de ocupar todo o território nacional, levando a bandeira do capitalismo.

Para Souza e Carneiro (1996, p. 69),

a “Marcha para o Oeste” foi uma política posta à frente pelo Estado Novo a partir de 1938, com o intuito de promover, dentre outras coisas, a ocupação dos vazios demográficos, com a absorção dos excedentes populacionais que faziam pressão social no centro-sul do país, encaminhando-os para áreas que produziriam matérias primas e gêneros alimentícios a baixo custo, para subsidiar a implantação da industrialização no centro-sul. A “Marcha para o Oeste” foi viabilizada, num primeiro momento, pelos projetos de colonização nos estados do Mato Grosso, Paraná e Goiás. (Grifos das autoras).

¹⁶ Martins (1997, p. 153) assinala: “Não há, à primeira vista, nessas concepções de frente de expansão e de frente pioneira, a intenção de supor uma realidade específica e substantiva. Por isso mesmo, não são propriamente conceitos, mas apenas designações através das quais os pesquisadores na verdade reconhecem que estão em face dos diferentes modos como os civilizados se expandem territorialmente. Mais do que momentos e modalidades de ocupação do espaço, referem-se a modos de ser e de viver no espaço novo”.

Estas informações são importantes para situar o momento e as causas do movimento migratório para Goiás nas décadas de 1940 e 1960, do qual fazem parte as famílias que se estabelecem na região em que se encontra o município de Rubiataba. Assim, nos anos de 1950, as formas de ocupação e apropriação de novas terras, fizeram que se intensificassem o fluxo migratório e o aumento da população no estado de Goiás, provocando um aumento do número das pequenas propriedades.

Dados do questionário 1 acusam que 70,96% das famílias são oriundas de Minas Gerais, 25,81%, de São Paulo, e 3,23%, do estado de Pernambuco, (tabela 2).

Embora na sua maioria sejam oriundas de Minas Gerais, as famílias partiram de espaços diferentes rumo ao então mundo desconhecido da região do *Mato Grosso Goiano*¹⁷, mais propriamente para o Vale do Rio São Patrício¹⁸. A região do *Mato Grosso Goiano* era um forte atrativo: matas densas entremeadas de clareiras (SAINT-HILAIRE, 1848), terras férteis, *terras novas* como os mineiros costumavam falar. As famílias achavam que era chegada a oportunidade de trocarem as terras cansadas das Minas Gerais por terras novas, cheias de promessas de grandes produções de alimentos.

O depoimento de Osmar dá notícia do processo migratório que foi se avolumando pouco a pouco: “Para cá meus pais vieram de Orizona, que já é Goiás, mas antes eles vieram de Minas. Muitas famílias, no começo, vinham para Goiás, mas ficavam lá próximo da divisa de Minas, depois é que vieram pra região das matas”.

Esse primeiro movimento migratório deveu-se, dentre outros, à influência da estrada de ferro que inicialmente ligava os estados de São Paulo e Minas Gerais ao sul de Goiás, estendendo-se, posteriormente até Anápolis, o que explica o fato de só na década de 1950 ter acontecido um avanço de significativo número de famílias até a região do Vale

¹⁷ Toda a região do Vale do São Patrício faz parte do chamado *Mato Grosso Goiano* desde o século XIX, como se pode ver no documentário de Auguste de Saint-Hilaire, **Viagem à Província de Goiás**, escrito em Montpellier, em 1848. Segundo ele, “depois de deixar Jaraguá atravessei um pequeno trecho salpicado de árvores raquíticas e em seguida penetrei numa mata fechada. Trata-se do célebre Mato Grosso. [...] Os grandes arbustos são aí mais numerosos e mais compactos do que nas florestas virgens propriamente ditas” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 44).

¹⁸ Vale do São Patrício é uma região localizada na Mesoregião do Centro Goiano e Microrregião de Ceres. Geograficamente possui situação privilegiada, com menos de 200 km de distância da capital e fácil acesso a Anápolis, Brasília e norte do Estado. É constituída de 22 municípios: Barro Alto, Carmo do Rio Verde, Ceres, Goianésia, Guaraíta, Guarinos, Hidrolina, Ipiranga de Goiás, Itapaci, Itapuranga, Itauçu, Jaraguá, Morro Agudo de Goiás, Nova América, Nova Glória, Pilar de Goiás, Rialma, Rianópolis, Rubiataba, Santa Isabel, Santa Rita do Novo Destino, São Luís do Norte, São Patrício e Uruana. A região teve sua ocupação e desenvolvimento impulsionados pela criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang) em 1941, cujos colonos são provenientes de vários estados brasileiros e também de outros países. O desenvolvimento da região foi consolidado graças aos esforços do administrador da Cang e sua equipe, que colaboram com o engenheiro Bernardo Sayão, um sonhador, realizador e também responsável pela construção da BR 153, a via de comunicação mais importante para a nação, pois faz a ligação do norte ao sul do Brasil (IBGE, 2010).

São Patrício, passando por Anápolis. Das famílias provenientes da região sul de Goiás, e que responderam ao questionário, 50% também são oriundas do estado de Minas Gerais. Consta-se a predominância das famílias de origem mineira na ocupação da região do município de Rubiataba, com suas tradições e valores ainda presentes atualmente em seu cotidiano.

Muitos são os relatórios que testemunham participação no movimento migratório de uma determinada região de Minas Gerais. Esse movimento é distinto do movimento para o Oeste no século XVIII, que foi protagonizado pelos paulistas à procura de regiões auríferas. No século XX, foram os mineiros que avançaram para o mesmo Oeste, mas à procura de terras para cultivar e nelas se instalarem com suas famílias.

Baltazar relata sua origem nas Minas Gerais de outra forma, mas fazendo questão de localizar o ponto de origem: “Eu sou filho de lavradores mineiros, vim de Minas Gerais com meus pais e meus irmãos, sou nascido no município de Santana do Jacaré”, mas deixando claro que veio o grupo familiar, “com meus pais e meus irmãos”. Aqueles nascidos em Rubiataba sempre recordam suas origens em uma forma de memória passada de pais para filhos, como informa uma entrevistada:

Ah, nós moramos no município de Rubiataba há muito tempo. Nós somos nascidos aqui, nessa mesma Baixa Verde, mas nossos pais vieram de Minas, da região rural de Tiros, Matutina, Arapuá e do Carmo. Agora, já tem mais de 50 anos que nós vivemos aqui (CLEIDE).

Pode-se perceber o cuidado das famílias em manterem viva a memória do momento e do lugar da partida, como nesse relato de Jason:

Meus pais nos contavam que esse movimento de partida foi por volta de 1947 e 1948. Foi quando veio muita gente de Minas para o Goiás e para essa região, para tirar terras do que o Estado estava distribuindo, isso foi em 1947, 1948, 1949. Rubiataba ainda não existia não. Existia era Anápolis, Jaraguá e Uruana. Aqui era as matas, matas do São Patrício.¹⁹

Outro depoimento também evidencia a origem da família nas Minas Gerais:

¹⁹ São Patrício refere-se ao Rio São Patrício que nasce do lado sul da Serra Dourada. O rio é assim chamado em homenagem ao missionário que evangelizou a Irlanda. Os primeiros missionários cristãos que chegaram à região, católicos e protestantes, eram procedentes dos Estados Unidos da América (EUA), antes colônias inglesas.

Ah! Nós nascemos foi aqui mesmo na Baixa Verde. Nossos pais já moravam aqui desde 1950. Minha mãe nasceu em Minas, mas cresceu já no município de Rubiataba. Meu pai nasceu em Minas, mas cresceu no município de Ipameri-GO (VALMIR).

A *Marcha para o Oeste* foi um acontecimento e um movimento de grande importância na política getulista de integração nacional e muito contribuiu para a articulação definitiva da economia goiana no cenário nacional. Tinha, dentre outros objetivos,

o de criar condições favoráveis de ocupação do interior do país, atendendo às propostas de expansão do capitalismo no país e a produção de alimentos e matérias-primas para os estados mais industrializados como São Paulo e Rio de Janeiro, mas também a criação de um mercado para os produtos industrializados, numa relação de troca que favoreceria o setor industrial (FERNANDES, 2006, p. 21).

O movimento migratório de famílias provenientes do estado de Minas Gerais para Goiás fazia parte, portanto, dos propósitos do governo em expandir o capitalismo para o interior do país. Os relatos dos entrevistados revelam a extensão do movimento migratório daquela região do país para o atual município de Rubiataba. Outros movimentos aconteciam na época, fazendo parte da *Marcha para o Oeste*. Os depoimentos das famílias entrevistadas, no entanto, localizam o movimento com forte acento na mesma região de origem e para o mesmo destino, precisando também a época da migração, a década de 1950.

Depois de 1950, ainda chegaram à região novas famílias, mas o movimento foi diminuindo.

Só aqui na Baixa Verde já tem mais de cinquenta anos que nós moramos. Eu vim para cá antes da mulher, ela veio depois. Ela veio quando casou do primeiro casamento. Eu, do primeiro casamento já casei foi aqui mesmo (OSMAR).

Cleide, no entanto, faz questão de localizar sua origem em Minas Gerais e fazendo parte do mesmo movimento:

Eu vim lá do Córrego da Lima, município de Rubiataba mesmo, outra região que era cheia de famílias mineiras vindas na mesma época para ter um pedacinho de terra. Mas eu nasci foi em Minas, em Arapuá, vim para Goiás pequenininha.

Outro depoimento na mesma linha confirma a época, a origem e as motivações do movimento:

Bom, nós já nascemos aqui na região e crescemos aqui, casamos em Rubiataba, nossos filhos nasceram aqui. Agora nossos pais, os meus e os dela, vieram de Minas, lá da região de Tiros e São Gotardo. Eles vieram no tempo em que era fácil de comprar as terras aqui e, como eles contam: era tudo terra muito boa, só mata, plantava as roça no roçado, era roça de primeiro ano, dava muita colheita (VALMIR).

Contudo, não foi apenas de Minas Gerais que migraram os primeiros ocupantes da região do São Patrício. São procedentes de São Paulo, de Pernambuco, pois a *Marcha para o Oeste* atraía pessoas de todos os estados com o objetivo de ocupação do território nacional:

Nós somos de uma região aqui mesmo, do estado de Goiás, da zona rural que fica entre Jaraguá e Pirenópolis. Agora nossos pais, que são falecidos, vieram do estado de São Paulo, não sei precisar de que região, mas foi de São Paulo. Na região de Pirenópolis tem mais é paulista mesmo (BALTAZAR).

Uma família de origem nordestina relata que várias famílias pernambucanas participaram do grande movimento migratório para a região do Nordeste goiano e para o norte de Goiás, atualmente estado do Tocantins. Eles seguiram a rota de Salvador para Belém, à procura dos afluentes do Rio Tocantins:

Nós somos de uma grande leva do Pernambuco que fez parada na antiga Meia Ponte [atual Pirenópolis]. Muitos moramos na cidade lá, onde foi construída a Igreja do Senhor do Bonfim. Depois de algum tempo espalhou muita gente para as bandas do norte, hoje Tocantins, e nós viemos parar aqui também. Meus avós compraram um pedaço de terra, bem onde começava o povoado do São José do Rio Novo (LUIZ).

Assim, pode-se constatar certa diversidade no contingente das famílias migradas para a região, com sonhos e projetos de estabelecerem-se na atividade agrícola e transmitirem seus saberes, sua cultura e tradições.

O primeiro meio de informação, contam os pioneiros, foram cartas enviadas por mineiros que haviam chegando antes, atraídos pelas notícias oficiais de doação de terra pelo governo na Colônia Agrícola, estimulando a mudança de parentes para Goiás, para as matas do São Patrício. O objetivo dessa divulgação do governo era o de ocupar áreas cultiváveis ao norte de Goiânia, a nova capital do estado, e não muito longe de onde já se

pretendia erigir a nova capital do país. Tais cartas faziam parte do projeto do governo nacional e estadual de favorecer a chamada integração nacional mediante a ocupação do interior do país, projeto também chamado *Marcha para o Oeste*. Com ele, preconizava-se abrir uma grande rodovia ligando o país de Norte a Sul, passando pelo estado de Goiás, ainda pouco habitado.

A notícia da oferta das terras espalhou-se pela região de Tiros-MG, e o país pôde assistir o grande movimento migratório para o Oeste. Além da notícia da doação de terras, os pioneiros faziam chegar aos conterrâneos das Minas Gerais a propaganda da boa qualidade das terras goianas na região, quase tudo ainda mata por derrubar. Um entrevistado comenta:

É porque lá [em Minas] as terras estavam cansadas, muita ladeira, erosão, as famílias tinham muito filhos. Então correu a notícia da distribuição de terras no Goiás, de terras pra roçar, terras novas. Foi muita gente que veio, vinha a família inteira, como eles, vieram os pais e a filharada toda. É, foi para conseguir um pedaço de terra (JASON).

O interesse dos governantes da época em povoar os sertões de Goiás causou muito impacto nos pequenos agricultores daquela região de Minas Gerais, e o fato de migrarem famílias inteiras confirma o objetivo da ocupação da região, pois era atraído todo o grupo familiar para ali se instalar e permanecer.

De um modo geral, os relatos apontam que o percurso era quase sempre o mesmo, começando pela utilização da Estrada de Ferro Central do Brasil que chegava até Anápolis-GO. Muitas famílias embarcavam na Estação de Indaiá. Não conheciam ainda o transporte ferroviário e viviam naquele embarque uma aventura que nunca puderam esquecer. Vale a pena registrar alguns relatos dessa experiência, como a fala de Raquel:

Nossos pais contavam que o que se sabia é que aqui era muito longe. Para vir de mudança primeiro era preciso viajar de carro de boi até Indaiá-MG para pegar o trem de ferro, mas a viagem era muito difícil, tinha que vender tudo o que a gente tinha e arrumar tudo em sacos, até colchão de palha vinha. Ninguém tinha visto um trem de ferro, ele chegava buzinando e esbaforindo fumaça, parecia um bicho muito grande, um dragão e eles entravam para ir para onde aquele trem ia levar, lugar desconhecido, mas tinha uma esperança de conseguir terra, era a esperança que ajudava eles a enfrentar tanta dificuldade. E tinha tanto menino pequeno, contava a minha mãe, que corria de medo do trem [...] quando o trem andava todo mundo enjoava e vomitava.

Tais experiências exerciam um forte papel educativo no sentido da solidariedade e da unidade entre os membros do núcleo familiar. Na incerteza do desconhecido, a segurança era a família unida, a confiança nos pais que falavam de “algum parente que já havia feito a viagem de reconhecimento”, segundo relata Jason. Esse processo educativo, com certeza ainda exerce um poder de manter as famílias unidas e a tradição de sempre se reunirem em torno dos mais velhos para conhecerem suas histórias. Um entrevistado ouviu também dos pais que “o trem era de fumaça, quer dizer, a lenha. Em cada estação que parava era para pegar gente e por lenha. Caía faísca que fazia buraco na roupa das pessoas” (VALMIR). Depois da partida, no entanto, o trem passava a ser fator de segurança, todos tinham medo de perdê-lo, conforme o depoimento guardado na memória dos filhos de Jason e Raquel:

A estrada de ferro era só até Anápolis, depois era de carro de boi até Jaraguá e Uruana. Mas em Anápolis eles diziam que ficavam com o coração cortado quando o trem ia embora, já estavam gostando dele, do conforto, em Anápolis era um frio danado. [...] Em Anápolis montava barraca na Praça Oeste para fazer comida, lavar roupa e sair procurando jeito de continuar a viagem, ou de caminhão ou de carro de boi. Era barraca para todo lado.

A viagem era organizada em quatro etapas, de acordo com os relatos: a primeira, da região onde moravam até a estrada de ferro, a segunda no trem de ferro até Anápolis, a terceira, de carro de boi ou caminhão até Uruana, a povoação mais avançada na direção das matas do São Patrício. A quarta etapa era de maior aventura ainda. Era preciso permanecer em Uruana o tempo necessário para fazer plantações de milho, arroz, feijão e mandioca, a fim de recolherem os mantimentos necessários para o sustento da família dali para frente. Um dos entrevistados diz que, em Uruana,

algumas famílias ficavam, outras já seguiam para a região das terras que estavam distribuindo. Meu pai e meus tios alugaram um retiro para passar o tempo das chuvas, foi feito um rancho para cada família, meu pai e meus tios vieram na frente para procurar o pedaço de terra e tomar posse. Outros rapazes ficavam em Uruana para fazer roça e colher mantimentos (JASON).

São interessantes os relatos da chegada à região de Rubiataba, seja pelo aprendizado da solidariedade e acolhida, seja pelo empenho de cada núcleo familiar em começar uma nova história cheia de esperança. Segundo Raquel,

aqui não existia a Rubiataba, existia um povoado, umas vendas, uma farmácia e uma equipe do governo para demarcar os pedaços de terra para quem estava chegando. Meu pai contava que meu avô ficou com essa parte que era onze alqueires, perto do patrimônio uma meia légua, onde o Córrego Frio cai no Rio Novo. O rio ganhou esse nome porque ele é cheio de voltas, quando estavam fazendo a picada chegaram ao rio novamente e eles acharam que era um rio novo [outro rio], era o mesmo, aí ficou chamado de Rio Novo.

A euforia da ocupação das terras tomou conta das pessoas e, muitos nem se preocuparam em voltar à região de origem. A união entre as famílias fez nascer uma identidade coletiva, marcada pela solidariedade, apoio mútuo, troca de produtos entre eles mesmos, e a esperança da fartura os ajudou a superar o apego à sua região de origem:

Era o ano de 1948. Aí já era muita gente mesmo, era rancho levantado por toda beira de córrego. Quem estava com o coração partido pela saudade logo aprendeu a olhar para a realidade que começava, e foi muita gente que fincou os pés aqui” (VALMIR).

O governo escolheu uma área para o núcleo urbano, planejou a cidade, abriu as ruas, distribuiu os lotes (urbanos) e, em pouco tempo, aconteceu a emancipação²⁰.

As famílias apoiavam-se nos relatos de alguns pioneiros que fizeram a Goiás uma primeira viagem de reconhecimento. Eles davam notícia de uma região de abundantes rios e córregos, de fartura de madeira das matas e das abundantes colheitas de plantações em pequenas porções de terra. Pode-se imaginar o entusiasmo e a coragem com que empreendiam a viagem, depois de passarem uns dias em Anápolis e abandonarem o conforto e a segurança do trem. É constante nos relatos informações referentes a escalas nos sertões entre Jaraguá e Uruana, onde aproveitavam as clareiras no meio das matas e faziam plantações de arroz, milho, feijão e outras culturas de ciclo rápido para abastecerem as *tuias* itinerantes até o vale anunciado.

Enquanto parte das famílias fazia parada para cultivo do necessário para a travessia, alguns homens avançavam em direção à região de destino e já demarcavam pedaços de terra às margens de córregos e rios e levantavam ranchos para abrigar a família. Terras havia em grande disponibilidade, mas um dado interessante é que a demarcação era sempre

²⁰ O município de Rubiataba foi criado pela Lei nº 807, de 12 de outubro de 1953, assinada por Pedro Ludovico Teixeira, naquela época governador do estado de Goiás, instalando-se a 1º de janeiro de 1954. Fato inusitado e interessante foi a criação do município sem que passasse pelo estágio de distrito, elevando-se de povoado a cidade. É uma cidade histórica desde o surgimento das primeiras ruas, que planejadamente recebiam o nome de madeira ou de frutas em homenagem a mãe-natureza (IBGE, 2009).

de pequenas glebas, o suficiente para abrigar e sustentar o núcleo familiar, e, por isso, a região até os dias atuais é organizada em pequenas propriedades.

É interessante também notar que, mesmo havendo muito espaço, foram distribuídas pequenas áreas, o que pode ter acontecido por duas motivações: o governo estadual pretendia povoar o sertão, portanto mais famílias deveriam estabelecer-se na mesma região, e os migrantes tinham a prática de viver em pequenas propriedades com todos os membros da família trabalhando na terra. É o que relata Gelcimar:

Pois é, parece que quem veio para cá, ninguém tinha ambição por muita terra, era só o necessário para cada família. Também porque a proposta de distribuição era de pequenas glebas. Quem veio com interesse em terra grande foi mais o norte, para as bandas onde hoje é município de Crixás e Mozarlândia, ou então para o estado do Pará. Meus pais contam que em toda a região do Rio das Almas até o Rio São Patrício tudo era colônias de pequenos proprietários.

Esses dados são importantes para o entendimento de uma característica do município: a existência de pequenas propriedades. Atualmente, com a implantação da usina sucroalcooleira, percebe-se que algumas propriedades foram agrupadas em médias propriedades. Porém, ainda predomina a agricultura familiar no município, mesmo depois da implantação da usina de álcool.

2.1.3 Especificidades das famílias

Cabe ressaltar a pluriatividade das famílias desde o início da sua instalação na região. Cada família fazia picadas demarcando áreas, segundo o número de filhos. As glebas eram de três a, no máximo, doze alqueires, destinadas a famílias, não à especulação. A terra devia ser suficiente para plantar de tudo para a sobrevivência de todos, já que naquela época não se cogitava ainda da comercialização de colheitas. A marca da atividade já se desenhava na modalidade familiar, tanto pela estruturação e gestão da propriedade, como pela organização do trabalho em torno da família. “O meu avô, como ele tinha treze filhos, tirou onze alqueires, um pedaço até grande, né”, conta Divina. A entrevistada continua:

Eu acho que aqui na região só tem pequena propriedade por diversos motivos, um é que nossos pais e avós eram acostumados com terra pequena lá em Minas. Aí eles mantiveram a tradição como coisa da família, do necessário para viver todo mundo com fartura, sem esse negócio de empregados para tomar conta, era a família, os pais e os filhos na labuta (DIVINA).

Outro fator que também influenciou a distribuição das glebas em pequenas áreas foi a qualidade da terra, conforme relata Gelcimar:

Do jeito que eles contam aqui nessa região as terras eram pequenas, pequenas mas boas. Eles vieram sabendo disso e querendo continuar a tradição de lá, porque quem tinha ambição de terra grande passava direto para o Pará ou para o norte de Goiás. [...] Agora hoje as terras ficam mais pequenas ainda por mais essa condição de repartir com os filhos que querem continuar nessa vida na roça.

Quando indagados sobre o tamanho da propriedade, os entrevistados informam a área sem reclamar que é pequena, a não ser quando dizem que ela não é suficiente para abrigar os filhos que desejam permanecer na atividade. É interessante destacar essa característica da agricultura familiar, já no imaginário das famílias migrantes: a opção por uma área de terras o suficiente para o trabalho e o sustento do grupo familiar. Em seus depoimentos, não aparece a concepção da terra como fator de especulação, mas de um relacionamento mais humanizado, um certo apego: “Nossa terra tem tudo que é preciso: o córrego que nasce mais pra cima e manda a água na mangueira, de queda natural, lá em baixo a água aumenta e forma a represa” (KÁTIA).

É fácil perceber pelo modo de falar e na expressão do olhar que cada um dos elementos, o córrego, a nascente, a represa, a água para os animais, que há um sentimento de interação entre os agricultores e esses elementos. Perguntados sobre o que e quem eles gostariam que aparecesse em uma fotografia da família, Cleide e Osmar responderam juntos:

Ah, nós com os filhos, os netos [pausa], as vacas, [risos], as galinhas, [risos], na frente daquela roça de milho, ou perto do pé de laranja carregado de laranja [pausa], dando para ver a casa velha, tem que entrar tudo o que faz parte da família [risos, risos].

A pluriatividade é fator característico e decisivo para a permanência das famílias na atividade agrícola, porque, além de dar oportunidade para a ocupação de todos os membros, tem aquela diversidade de atividades e de produção, como relata Jason:

Nós vivemos bem do que a gente produz, tem as vacas, tem o pasto, tem a área da roça, das verduras, das frutas. Nós vendemos queijo, frutas, verduras, mandioca, milho verde, na feira do pequeno produtor. A gente planta de tudo, banana, laranja, cana, abacate, abóbora, mandioca, mamão, horta, e tem muita fartura. Agora o trabalho mais firme é o gado, tratar das vacas, tirar leite, vender leite.

A influência da família fica evidente também quando se verifica a forma de aquisição ou transmissão das propriedades: 32,3% foram recebidas em herança, ao passo que outros 45,2% adquiridas por meio de compra, e 22,5%, por compra e herança. Somando as adquiridas por herança com as adquiridas por herança e compra, pode-se constatar que a transmissão da propriedade de pais para filhos chega a 54,8% (tabela 3).

Foi levantada também a composição das 31 famílias dos agricultores familiares, que responderam o questionário 1. No total elas são compostas de 83 membros, na maioria envolvidos no trabalho no interior da unidade agrícola de produção. Sendo que uma das características da agricultura familiar é a predominância de emprego de mão de obra do grupo familiar, constatou-se que, das 31 famílias participantes da pesquisa, 70% empregam mão de obra da família 70%, e 30% de pessoas de fora do grupo, por contratos periódicos (tabela 4).

As famílias têm sua base de sobrevivência na terra e no seu cultivo, como afirma um entrevistado: “Nossa terra é de duas partes, uma foi herança do meu pai, a outra eu comprei o pedaço da herança do meu irmão. Meus pais tinham essa terra desde que vieram de Minas” (ÂNGELO). As famílias também manifestam apego, com orgulho, pelo modo de falar da propriedade e pelo desejo de nela permanecer até a morte. Conta um entrevistado: “Nossa propriedade é agora de dez alqueires, até grandinha, né. Chama-se chácara Barra Funda. Com muito orgulho moramos aqui até hoje e aqui nós vamos esticar as pernas” (VALMIR). Manifestam também os elementos fundamentais para a sobrevivência, o sustento, bem como do apego à terra. Uma das entrevistadas declara:

O que mais gostamos aqui é da fartura dentro de casa, de mantimento, de carne, de porco, de galinha, do paiol cheio de milho, de fazer pamonha, fazer farinha [...] de tarde todo mundo sujo dessa terra vermelha, da terra vermelha, numa união muito gostosa (DULCE).

O modo como aprenderam o que sabem da atividade na agricultura passa de pais para filhos, confirmando, assim, o papel da família na transmissão dos saberes que lhes são próprios, e que, com a terra, estão na base da sobrevivência, como relata Luiz:

Uai, nós aprendemos foi com nossos pais e irmãos mais velhos. Desde pequeno a gente vai se misturando com os grandes e aprende fazendo, é cuidar de uma cerca, é tirar o leite, é amansar uma vaca, roçar pasto, fazer ração, criar os animais, a gente aprende muito bem aprendido porque aprende na prática, acompanhando os pais.

Uma das formas desse aprendizado é o envolvimento de todos os membros da família. Trata-se de um aprendizado coletivo, mas respeitando a idade de cada um na distribuição das tarefas:

Ah, é todo mundo que trabalha, tem serviço para todo mundo, o até o mais novo já ajuda, ajuda a mãe dele dentro de casa, carrega uma ferramenta, busca um cavalo no pasto. A gente faz de um jeito que não tem quem trabalha mais do que os outros. Quem é criança trabalha menos, é claro, trabalha como criança, né?, com as forças que tem, tem que ir para a escola, mas à toa ninguém fica não, todo mundo gosta de trabalhar e todo mundo levanta cedo (VALMIR).

Os mais velhos manifestam resistência em assumir outro tipo de atividade que não seja a agricultura, como se pode constatar no depoimento de Osmar:

Só na agricultura mesmo. É o que a gente sabe fazer. (pausa) e gosta de fazer. Quando era mais novo plantava mais, hoje planta menos. A gente planta milho, cana e um pouquinho de arroz na beira do córrego, onde a terra é melhor. Mais para cima é o pasto para as vaquinhas. Tiramos leite todo dia, fazemos queijo ou vendemos o leite para a cooperativa. Quando o leite é pouco, na seca, faz queijo, que tem a vantagem do soro para tratar dos porcos.

A atividade comercial e interação com a cidade vêm se afirmando cada vez mais pela presença dos agricultores familiares na feira do pequeno produtor, realizada às quartas-feiras e aos domingos pela manhã. Além da comercialização dos produtos, a feira é o lugar do encontro e interação entre os agricultores do município, é o local em que se trocam informações e se estimula a solidariedade.

Nesse sentido, a feira atua como uma escola de organização, administração e planejamento estratégico, estimulando a pluriatividade e evitando que em uma dada época do ano, todos venham a comercializar os mesmos produtos. Na troca de informações, cada um passa a conhecer da qualidade do solo das propriedades de seus pares, são partilhadas sugestões e experiências, e os mais atentos apresentam novidades transmitidas pelos meios de comunicação.

Todos os relatos apontam a importância da frequência às reuniões da associação, do sindicato e à feira do pequeno produtor, elemento fundamental para a sobrevivência do grupo e de suas atividades produtivas. É interessante constatar também a feira como fator privilegiado de interação campo e cidade: os moradores da cidade valorizam muito os produtos que os agricultores comercializam e, em pouco tempo de sua duração, esvaziam todas as bancas. E, se um consumidor procura em uma banca um determinado produto de

que o agricultor não dispõe, ele informa imediatamente a banca em que o produto pode ser encontrado. Como a feira acontece todas as quartas feiras, ela tem papel importante na diluição das fronteiras entre o rural e o urbano e favorece a inserção dos produtores rurais no comércio da cidade.

2.1.4 Modos de trabalho

Os agricultores familiares de Rubiataba caminham entre duas tendências: preocupam-se em manter a tradição, mas adaptando-se às constantes mudanças pelas quais vem passando a sociedade, incluindo as de natureza tecnológica. O carro de boi, por exemplo, instrumento fundamental desde a chegada na região, valorizado como tradição, cantado em prosa e verso, pode ser visto quase que só em fotografias. Nas visitas às famílias, para realização das entrevistas, foi possível observar um desses veículos guardado e muito bem cuidado como lembrança dos tempos em que tudo era transportado por ele. Trata-se apenas de um exemplo do que vem acontecendo nos últimos tempos entre os agricultores, a substituição dos instrumentos e dos modos de trabalho. Essas mudanças acontecem em meio a resistências, mas sempre “trocando a força bruta, o trabalho pesado de antigamente, por um jeito mais leve de trabalhar”, como afirma Jason.

Um fator que evidencia muito essa mudança é a substituição do aproveitamento da força animal na maioria de atividades agrícolas, transporte de pessoas, mantimentos, preparo da terra:

Antigamente, olha, até pra abrir estradas, era com os bois e o arado. Pra fazer a ponte era com os bois que a turma arrastava as toras de madeira. Hoje ninguém mais vê isso nem para matar a saudade. Agora é tudo no veículo, até para tanger o gado, que antes era a cavalo, agora a rapaziada faz tudo é de moto (JASON).

Esse ritmo de mudanças é muito percebido por eles em diversas dimensões humanas no meio século de existência na região. Luzia fez questão de lembrar um dado curioso:

Quando nós casamos, que foi lá na Rubiataba, foi todo mundo a cavalo daqui até lá, e voltou, três léguas e meia, o noivo na sua montaria, a noiva na dela, e a assistência toda, ia gente até de paletó e gravata, no seu cavalo, tudo com arreio bonito, tralha com argolas de dar inveja. Hoje ninguém pode pensar uma coisa dessas.

Todas as propriedades rurais da região de Baixa Verde, atualmente, são abastecidas com energia elétrica, sistemas de irrigação das lavouras, trituradores para preparo de ração animal, telefone, antenas parabólicas, sem nada deixar a desejar em relação às modernas tecnologias da cidade. Embora predomine a mão de obra familiar, o emprego de máquinas agrícolas, como o trator²¹ com grade para arar a terra e equipamentos para a produção e armazenagem de silos são utilizados. As propriedades são pequenas, e as famílias também. Alguns filhos estudam na cidade, mas dificilmente os agricultores contratam mão de obra para manutenção de suas atividades, conforme depoimento de Valmir:

Uai, aqui quem trabalha somos nós mesmos. Afinal de contas aqui todo mundo que mora aqui é agricultor e tudo é trabalhado no conjunto da família. Ih! Não lembro de quando foi que a gente pagou um trabalhador para capinar uma roça ou limpar um pasto. Mas é porque faz a troca de dia, quando precisa nós vai daqui para trabalhar na roça do vizinho, depois ele paga o dia trabalhando na nossa, mas é assim, quase não paga com dinheiro, paga com serviço.

Um dos entrevistados diz:

Na agricultura se aprende trabalhando e se trabalha aprendendo. Tem serviço para todo mundo, os mais novos, no começo, vão prestando atenção e trabalham como dão conta, mas é de jeito que não tem quem trabalha mais do que os outros” (BALTAZAR).

Para amenizar a atividade humana, a tecnologia é muito bem-vinda e vai ocupando praticamente todos os espaços e tipos de atividades na pequena propriedade. Osmar fala, sem esconder a alegria dos progressos recentes:

É, o serviço vai ficando mais maneiro, antes era tudo muito pesado, era na enxada mesmo, arado de boi, era mais roça mesmo. Já melhorou muito, apareceu carpideira animal, trator da associação, tem até o tanque para resfriar o leite até a cooperativa vir buscar. A cooperativa compra o leite baratinho, mas vem buscar aqui, paga direitinho.

Um dado que tem colaborado para melhorar o trabalho e a produção na agricultura familiar é a criação das associações de pequenos produtores rurais, que, no município de Rubiataba, estão espalhadas por toda a região, uma vez que o município é composto, em grande parte, de pequenas propriedades. Elas recebem denominação do lugar ou do córrego que banha as propriedades: Associação dos Pequenos Produtores do Córrego Frio,

²¹ O trator com seus assessorios pertencem à Associação dos Pequenos Produtores de Baixa Verde e é operado por alguns agricultores da comunidade.

Associação dos Pequenos Produtores da Baixa Verde, e assim por diante. Os financiamentos e a compra de equipamentos, como tratores, são obtidos pela pertença a uma associação. Baltazar comenta:

Nunca seria possível, para quem tem quatro alqueires de terra comprar um trator com carreta, grade e arado. Aí veio a Associação, juntou todo mundo que quis e comprou o trator, no tempo de arar a terra a gente faz um plano, quando é que vai arar a terra de cada um, e com trator em poucas horas ara a roça toda. Depois que ara e gradeia as nossas pode pegar terra de quem não é associado para arar.

O vínculo positivo, de certo modo familiar, dos agricultores com a terra, é mais uma característica da agricultura familiar, modalidade baseada na posse de pequenas áreas. Pode-se perceber entre os moradores e trabalhadores das pequenas propriedades uma espécie de afeto, de apego à terra, que se manifesta no cuidado cada vez maior com as nascentes, com a proteção da vegetação nativa às margens dos cursos d'água e preservação de uma área de mata em algum canto da propriedade.

A consciência ambiental, por isso mesmo, vai sendo despertada gradativamente mais entre os pequenos que entre os grandes proprietários de terra, o que chama a atenção para a necessidade de maior incremento nas políticas de reforma agrária no país. Propriedades menores são mais exploradas, não resta dúvida, mas também podem ser melhor cuidadas e preservadas. A pesquisa aponta que, entre os agricultores familiares do município de Rubiataba, as propriedades são, em média, de sete alqueires e meio, isto é, são pequenas, como relatado por Ângelo:

Somos proprietários de sete alqueires. Só temos essa terra aqui, que é boa desse tanto. Tem o córrego que nasce aqui perto. A água para nossa casa vem na mangueira, de queda natural, ali em baixo tem a represa. Ela é de duas partes, uma foi de herança, a outra nós compramos a herança do meu irmão, mas é uma terra só, que a gente conhece cada palmo. Se for da vontade de Deus só vamos sair daqui quando morrer.

Nas formas de relacionamento afetuosos com a terra, aparece também a comparação com a vida na cidade, considerada pelas tantas vantagens próprias do meio urbano, mas que já se fazem presentes no meio rural, como que não deixando nada a desejar em relação aos benefícios de viver na cidade. É o que se pode perceber no relato de Luiza:

A vida aqui é melhor do que na cidade, por exemplo. Porque tem tudo o que tem na cidade de recurso: telefone, energia, água encanada, televisão, e é muito perto

de Rubiataba. Tem as estradas, quem não tem carro tem moto. [...] Aqui tem é muito sossego. Tem a agente de saúde que passa aqui de vez em quando, e se tiver um problema de doença, ela vem na hora. É melhor viver e trabalhar aqui do que numa cidade. Eu acho.

O modo de mencionar o conhecimento de cada parte da propriedade revela que há uma interação consistente entre ser humano e natureza na agricultura familiar, uma consciência ecológica que, se apoiada, conhecida, sistematizada, discutida, pode ser transformada em conhecimento, saberes a serem disseminados por meio das redes de educação escolar e dos meios de comunicação para um aprimoramento nas relações de todos com o planeta e seu potencial de vida. Ao falar de sua propriedade, Gelcimar entra em detalhes de cada parte do terreno:

A nossa é um tamanho bom, é de quase quinze alqueires, é uma das maiores por aqui. Tem um pedaço que eu já tinha comprado quando era solteiro, depois o pedaço que o meu pai escriturou, emendando com o que eu tinha comprado e mais os dois e meio da herança da patroa, que fica do outro lado do córrego, mas confrontando com o pedaço daqui, ficou tudo junto, olha que coisa boa! A gente pode até falar que o córrego é nosso!

Na maneira como falam da diferença entre os agricultores familiares e os grandes proprietários de terra, Gelcimar evidencia a forma de relacionamento com a terra como característica marcante entre os pequenos proprietários:

É, a primeira diferença é que eles têm terra grande, acho que nem conhecem cada pedaço da terra. A nossa é pequena, a gente gosta de cada cantinho da terra, de cada palmo, como se diz. Outra diferença é que aqui é a gente mesmo que trabalha, que mora, que zela, agora os grandes pagam outros para cuidar, pagam até gente para morar.

2.2 A família e os sentidos atribuídos à escola e à religião

É interessante notar como a família estabelece relacionamentos profundos e formativos com a escola e com as instituições religiosas, e como os jovens aprendem, com o testemunho e o apoio dos pais, a viver uma marcante interação com essas duas agências formadoras. A família não entrega à escola ou à religião a tarefa da formação dos filhos, ela, ao apoiá-los e acompanhá-los na escola e nas práticas religiosas intensifica sua atuação no processo de preparação dos filhos para a vida, por meio dos relacionamentos estabelecidos com as instituições formadoras.

2.2.1 Relacionamentos das famílias com a escola

Os entrevistados lembram com nostalgia os tempos em que havia escola na comunidade, mas reconhecem que atualmente isso não é mais possível, pela diminuição das famílias moradoras na região e pela redução do número de filhos por família. No tempo áureo da escola rural da Baixa Verde, eram atendidas quatro turmas, duas pela manhã e duas à tarde, mas não se encontra na mesma região crianças suficientes para lotarem uma Kombi que faz o transporte escolar para as escolas de Rubiataba. Há, no entanto, preocupação das famílias com o estudo dos filhos, chegando ao ponto de algumas famílias enviarem seus filhos para morarem com os avós ou outros parentes na cidade e assim estarem salvos das dificuldades do ir e vir todos os dias, como relata Cleide:

O que nós esperamos é que eles aprendam muito mais do que nós na escola. Quando eles eram pequenos, nós fomos muito duros com eles, tinha que levantar cedo e ir para a escola, tinha que estudar em casa, perto de nós, tinha que estudar mesmo. Hora de trabalhar era para trabalhar, mas depois tinha que estudar muito. Hoje, depois de grande, quem estuda, estuda muito também, mas já pelo interesse deles, aprenderam quando eram meninos.

Todas as crianças, adolescentes e jovens das trinta e uma famílias que responderam o questionário, (de 7 a 18 anos), estudam e 5, dentre os jovens de 19 a 29 anos, não frequentam escola atualmente. Um deles interrompeu os estudos antes de concluir o ensino fundamental, dois após concluir o ensino fundamental e outros dois tendo concluído o ensino médio (tabela 6).

É significativo o número de pessoas que responderam ao questionário e que concluíram os estudos, no ensino fundamental, médio e superior. A tabela 7 mostra os dados considerando os níveis do ensino que foi concluído e o local da conclusão.

Os pais entendem que grande parcela do aprendizado para a vida depende da família mais do que da escola, e se orgulham de terem cumprido seu papel. A fala de Raquel é significativa:

Com a gente eles aprendem muita coisa, como ser trabalhador, tratar bem das criações, da terra, fazer cerca, chiqueiro, capinar roça, arar terra. Eles aprenderam tudo para viver aqui ou lá fora, e foi com a gente, é. Eu tenho muita satisfação de eles serem todos honrados, honestos, trabalhadores, sabem enfrentar qualquer dificuldade, não têm inimizade. [...] se ficar aqui ou não, eles vão dar conta do bastão. Porque aprendeu a viver com dignidade, na família e na sociedade, respeitando para ser respeitado.

Questionados sobre a contribuição da escola para a vida no campo e na agricultura, alguns depoimentos são muito claros, como o de Raquel:

As escolas ajudam muito para o crescimento da meninada, mas querendo ou não querendo as escolas fazem a cabeça das crianças para viver na cidade, que a vida na cidade é melhor do que aqui, que os da roça são inferiores. Olha que a escolas de Rubiataba para onde nós temos que mandar nossos meninos fazem é o favor de tirar as crianças e os jovens da agricultura. Quando vai algum estudar na escola agrotécnica ainda pode ajudar um pouco.

Os pais apresentam sugestões para amenizar essa situação e solicitam uma prática educativa que contemple a vida e o trabalho no campo, reconhecendo, no entanto, que nem mesmo quando existia a escola rural no lugar havia essa preocupação. Conforme depoimento de Jason:

é preciso [na escola] falar da agricultura, da história daqui, da história da agricultura, do valor dos produtos produzidos na agricultura familiar. Teve vez que eu até pensei que devia ter dois tipos de escola, um para as pessoas da cidade e outro para as pessoas da zona rural, para ensinar coisas assuntos próprios de cada realidade. Mas não, todo mundo depende da cidade e depende da agricultura, toda rede de escola tem de ensinar as coisas da vida, da cidade e da roça, dando o mesmo valor, a mesma atenção.

Em suas sugestões, os pais manifestam a preocupação com o modelo das escolas e reivindicam do sistema educativo a administração de conteúdos que capacitem os agricultores jovens a progredirem nas diversas áreas da atividade agrícola, segundo seus próprios interesses.

2.2.2 Contribuição das instituições religiosas

As instituições religiosas têm sido fundamentais para a integração das famílias e sua organização em associações, sindicatos e cooperativas, para fazerem valer seus direitos e o seu potencial de organização, bem como para a formação que considere a solidariedade entre as pessoas e o respeito a natureza. A pesquisa aponta a presença das comunidades cristãs na Baixa Verde: 82% são católicos, 10% pertencem à Assembleia de Deus (Ministério Madureira), e 8%, à Igreja Presbiteriana Renovada (tabela 8).

Vale ressaltar que, no meio rural do município de Rubiataba, predomina o catolicismo, e há uma boa convivência entre as diversas manifestações religiosas e os diferentes segmentos e igrejas. Independentemente do pertencimento a essa ou aquela instituição religiosa pode-se perceber, pelos depoimentos, que a religião desempenha um

papel importante no contexto da construção das expectativas das famílias em relação aos filhos, à fartura proveniente do trabalho com a terra, à prática do trabalho, o relacionamento com os mais velhos e à solidariedade entre as famílias, como se pode notar na fala de Luiza:

A religião ajuda muito porque ensina a união e também sempre nos orienta para os nossos direitos. Aqui no município de Rubiataba foi a Igreja Católica que incentivou os pequenos produtores rurais a se organizarem para criar o sindicato dos trabalhadores rurais, as associações e a cooperativa dos agricultores familiares. A religião alimenta o amor aos filhos, o respeito aos pais, a caridade, a honestidade e tudo o que favorece a boa convivência e a fartura para todos. Eu pessoalmente tenho muito medo de quem não tem uma religião, não gosto nem de chegar perto de quem diz que não acredita em Deus.

As tradições religiosas vêm sendo uma forma de manutenção dos vínculos entre as famílias, bem como desempenham importante papel na interiorização de valores, como o respeito aos mais velhos, a atenção aos que passam por dificuldades e, sobretudo, durante as celebrações da vida, os eventos mais marcantes da existência, como os nascimentos, os casamentos, a doença, as colheitas, etc. Uma das entrevistadas informa:

A gente mantém a tradição do terço, chama todo mundo. É para continuar enquanto Deus der força para nós. Para nós é o terço de São Sebastião que é protetor do gado. Para o vizinho, é São João Batista com a fogueira e as comidas típicas. De vez em quando tem missa, tem foguetório, tem leilão, tem gente que vem de longe. Nos dias de festa, se faz leilão para ajudar a Associação de pais e amigos dos especiais (APAE), o abrigo dos idosos, alguma família vítima de alguma tragédia. É, a religião tem muita força para ajudar todo mundo a fazer o bem, principalmente para quem precisa mais do que nós (KÁTIA).

No meio rural, as celebrações, muitas vezes, são quase que os únicos momentos de confraternização, de lazer, de encontro das famílias que, promovem, nesses dias, bingos, jogos de futebol, leilões comunitários e outras atividades recreativas e integradoras.

2.3 Perspectivas dos pais em relação aos filhos na continuidade da atividade agrícola

Nas entrevistas com os pais, aparece uma constante preocupação quando é abordado o assunto da reprodução da agricultura familiar para as novas gerações que, de princípio, seriam os seus sucessores. Pode-se perceber que os pais estão *olhando* para os filhos desejando que permaneçam na atividade, mas veem que o interesse pelo futuro na cidade se faz presente. Os pais sentem que não podem interferir, porque a atividade agrícola entre os pequenos agricultores não tem muito o que prometer em termos de

remuneração. Também a concentração da atividade escolar na cidade tem um atrativo muito forte nas opções dos jovens para o presente e o futuro.

Um depoimento chama a atenção para a preocupação das famílias rurais, não só no tocante à atração que a cidade exerce sobre os jovens, mas também à procura de terras em outras regiões do país: “de vez em quando tem gente falando que o jeito é ir embora daqui, para a cidade ou para o Tocantins e o Pará. É que a gente vai ficando velho, sem forças, a terra cansada e os filhos querendo ir para a cidade grande estudar” (ÂNGELO).

Kátia, da mesma família, lembra, no entanto, que o momento significativo do movimento do êxodo rural na região já passou. “Por último quase ninguém tá mudando mais, quem ficou é porque quer ficar mesmo. Faz tempo que não aumentam as taperas por aqui” (KÁTIA). No entanto, quando questionadas sobre a sucessão, os entrevistados não conseguem esconder um certo embaraço, como afirma Luiza: “Ah, nós não gostamos nem de pensar. Na verdade a gente nem fala nisso, mas quando não aguentarmos mais trabalhar aqui, vai ter que aposentar e ir para a cidade, pois se os filhos forem, quem é que vai continuar isso aqui?”

Cleide alega que a urbanização da zona rural tem proporcionado à vida no campo o conforto da cidade, mas não tem sido suficiente para manter o interesse dos filhos pela terra:

Nossa esperança é que um dos filhos fique pelo menos trabalhando aqui e na cidade, pois agora tem telefone, tem energia elétrica, pode ter internet, tem todos os jeitos de comunicação de cá para lá e de lá para cá. Não precisa ser mais só da roça como nós mais velhos. Vamos ver.

O medo de ruptura com a tradição dos pais também aparece no momento em que Kátia fala de sucessão e continuidade no campo: “É que a gente aprendeu tantas coisas com os pais da gente, com os avós [...], e agora fica com medo de essas coisas caírem no esquecimento”.

Algumas famílias, com muitos filhos, colocam a esperança de continuidade no campo e na propriedade em um dos filhos, mais do que em outros, segundo interesse que ele tenha manifestado pela permanência, como nesse depoimento de Valmir:

Aqui os herdeiros são nove no total, mas quase todos já se esparramaram pelo mundo. [...] Parece que quem leva mais jeito para continuar aqui é só um, o mais novo. Foi ele quem ficou com a gente toda vida, cresceu aqui, estudou na cidade,

mas não arredou o pé daqui de junto de nós e continua morando e trabalhando na propriedade.

Um outro entrevistado, Luiz, também aponta para a possibilidade de o filho mais novo suceder-lhes na atividade agrícola pelo fato de ainda permanecer mais tempo junto deles e mais engajado nas atividades do grupo familiar:

Nós temos quatro filhos, só o mais novo é que gosta mais daqui, gosta de roça, das vacas, de cavalo, vive aqui conosco. Os outros vêm aqui muito pouco. Ele, sim, tem muita inclinação e gosta de trabalhar. É capaz que vai ser ele que vai tomar conta disso aqui. Ele quer estudar para aprender mais coisas da agricultura, tecnologia, financiamentos. Vai sempre nas reuniões do sindicato, gosta de recuperar a natureza, vive falando em reflorestar um pedaço para fazer a reserva da lei.

Outros depoimentos, como o de Cleide, indicam o filho mais velho como o possível sucessor: “Nós temos três filhos, três homens. O mais velho está estudando na escola agrotécnica de Ceres. Já fala que quer ser veterinário para continuar trabalhando aqui, os outros são novos ainda”.

O tamanho da propriedade é outro fator que desestimula os jovens a permanecerem na mesma atividade dos pais. Se, na década de 1940, época da ocupação, a pequena propriedade era interessante porque a qualidade da terra nova não comprometia a sobrevivência do grupo familiar, atualmente, depois de tanto tempo de exploração, a capacidade da terra diminuiu muito e não há, na região, possibilidade de expansão. O apego à propriedade não é suficiente para manter todos os filhos na atividade agrícola do modo como aconteceu desde a ocupação. O depoimento de Gelcimar deixa bem clara a questão do tamanho da área para os projetos dos filhos de permanência:

É verdade que eles acham mais fácil na cidade, mas também porque eles vêm que aqui a terra é muito pequena, não dá mesmo para todo mundo viver disso aqui. Aí eles vão para Rubiataba, para Goiânia, para Brasília, para Palmas, para a Espanha.

Questionado sobre o motivo de um ou outro filho desejar permanecer na atividade, uma mãe menciona critérios interessantes, como o inchamento das periferias, e que, embora as grandes cidades ofereçam maiores oportunidades, elas nem sempre são para todos:

A atividade na agricultura não vai acabar não, nem todo mundo vai para a cidade, porque alguns têm dom é para viver e trabalhar na agricultura, e as cidades estão ficando muito cheias, grandes, cheias de gente, e onde tem muita gente também tem muito problema (DULCE).

Para Jason, começa a haver preocupação das autoridades em relação ao esvaziamento do campo e o abastecimento da população:

O governo já está olhando mais para essa questão da permanência das pessoas, dos jovens na agricultura, senão vai faltar alimento para a população. Se o governo e as autoridades entenderem que é preciso melhorar as condições da agricultura dos pequenos, para produzir mais alimentos, as famílias que estão no campo querem continuar no campo. A agricultura familiar vem de muito tempo, tem muita garra, se tiver apoio não vai acabar não.

Há casos em que os pais se mostram mais animados com a disposição de um ou mais filhos continuarem na atividade agrícola. Famílias com um número maior de filhos sentem que o interesse pela continuidade é menor do que naquelas com poucos filhos, como no depoimento de Osmar:

Temos três, dois homens e uma mulher. Os dois homens gostam do mesmo tanto da gente e trabalham por aqui, o mais velho já tem um pedaço de terra aqui do outro lado do córrego e o outro trabalha aqui na nossa terra ou para algum vizinho daqui mesmo, sempre na terra. Agora menina já casou e mudou para Goiânia, é costureira. Os meninos vão tomando frente, já arrumaram família, mas não saem daqui.

Há alguns casos em que os pais acreditam na permanência dos filhos na atividade rural e que, estão estudando com esse propósito:

Os dois mais velhos vivem falando que vão fazer como nós, trabalhar, juntar dinheiro para comprar um pedaço de terra para eles. Estão morando na cidade só provisório, porque aqui ainda é suficiente para nós viver, mas é pequeno, um já é casado e tem um filho, a terrinha vai ficando pequena. Eu não tiro a razão deles, tem que aumentar a terra. Até a menina que é a mais nova, tá estudando, mas quer viver é na agricultura. Agora eu fico contente com eles com essa inclinação para a agricultura, mas eu não forço não, cada um deve achar o seu caminho (VALMIR).

A análise e interpretação dos dados da pesquisa de campo com membros das famílias dos agricultores familiares indicam a existência de um dinamismo que lhes é próprio. De um modo geral, estão sintonizadas com as mudanças e expectativas por que passa a sociedade e abertas as novas tecnologias que possam tornar mais leve o trabalho

cotidiano, tendo em vista a diminuição da atividade dos filhos, cada dia mais envolvidos com a cidade, com a escola ou, ainda, engajando-se no mundo de trabalho urbano.

No dia a dia, elas tomam providências em relação à reprodução dos seus modos de sobrevivência e trabalho, promovendo melhores formas de sustento do grupo familiar, não sendo passivas em relação a movimento migratório para as cidades, ao fascínio que as cidades vêm exercendo sobre seus filhos, especialmente os jovens. Elas estão atentas e buscam novas formas de trabalho, adaptando-se às modernas tecnologias, mesmo que timidamente e, como dizem eles mesmos, estão *de olho nas escolas*, incentivam seus filhos a estudarem, enviam-nos à cidade todos os dias, ficam privados de sua companhia quase o dia todo. Isso indica que os membros das famílias entrevistadas esperam muito da escola e não estão contentes com o descaso a tudo que vivem, trabalham e se produzem na agricultura.

Com essas constatações, pode-se apresentar a seguinte conclusão: os pais têm a expectativa de os filhos reproduzirem o sistema de produção agrícola centralizado no núcleo familiar, porém não se julgam com capacidade para induzi-los à sucessão. Na encruzilhada em que se encontram, há também outros fatores, como a impossibilidade de dilatarem os limites de suas propriedades e a falta de eficazes políticas públicas voltadas para a capacitação das gerações jovens, de maneira a proporcionar a garantia de retorno financeiro que se aproxime daquele que o mundo do trabalho em atividades não agrícolas pode oferecer.

CAPÍTULO III - JOVENS FILHOS DE AGRICULTORES FAMILIARES E O MUNDO DO TRABALHO

Neste capítulo, o objetivo consiste em adentrar a temática da juventude apoiando-se em estudos promovidos nas últimas décadas e analisar dados da pesquisa realizada com filhos de jovens agricultores familiares da região de Baixa Verde, município de RubiatabaGO. Assim, contém discussões teóricas sobre jovens e jovens agricultores familiares, apresenta a sua composição e analisa as relações dos jovens pesquisados com o trabalho e suas expectativas no tocante à condição de agricultores familiares.

3.1 Juventude rural e diversidade da condição juvenil

Nas últimas décadas, estudos e pesquisas realizadas alargaram a compreensão da condição juvenil, procurando contemplar a diversidade do ser jovem segundo os contextos socioculturais, históricos e relacionais em que os jovens se situam e exercem influência sobre a sociedade, protagonizando, de modos diferentes, o presente e o futuro.

Como não há uma única juventude, assim também são diferentes os modos de transição por que passam os jovens como sujeitos históricos. Na pluralidade da juventude, segundo diferentes épocas, contextos culturais e sociais e regiões os jovens também vivem de modos diferentes a condição juvenil. Para a juventude rural, há fatores de mudanças comuns a todos os jovens, da cidade ou do campo, mas há também outros que lhes são mais específicos, como a assimilação de certos valores e a sucessão familiar que, por sua vez, passam por mudanças em cada época:

Dizer que as estruturas da transição tenham caráter histórico não significa que cada época gere um só modo de tornar-se adulto, comum para todos. Ao contrário, em cada época há diferentes “libretos” para as transições, cada um característico de um grupo social específico, e próprio do que cada grupo atribui a cada gênero (LEÓN, 2009, p. 65).

Se, a cada momento histórico, as sociedades produzem um modo de os jovens tornarem-se adultos, a perspectiva da transição está presente de forma diferente nas delimitações conceituais da juventude. Uma das interpretações representa a juventude como um período crítico da existência humana. Ao concordar com essa afirmativa, deve-se, também, considerar que esse período supõe a construção de autonomia, não apenas em termos de passagem para a vida adulta como tal, mas como momento de viver intensamente possibilidades de trajetórias. Para Canezin *et al.* (2002, p. 60), “esse período

faz-se acompanhar, sobretudo nas sociedades contemporâneas, de grandes dificuldades de adaptação e integração”, uma vez que o sujeito jovem vive “uma das etapas de maiores transformações físicas, psicológicas e intelectuais do ser humano, por ser um momento de ingresso no universo social e político da sociedade mais ampla”

O debate sobre a transição para a vida adulta volta-se cada vez mais para a realidade dos jovens, tentando compreender como eles mesmos vivem e interpretam sua trajetória de vida. O esforço consiste em superar os padrões de estudo da temática juventude pautados pela concepção que a sociedade tem dos jovens, ou seja, procura-se atualmente superar as abordagens delimitadoras em que os jovens são contemplados, com base no modo como os adultos os vêem ou esperam que eles se comportem. Nesse sentido, estudiosos abordam a chamada transição para a vida adulta, mas procurando evidenciar outros enfoques e outras dimensões que compõem o universo juvenil. Como sugere Camarano (2006, p. 17),

as mudanças observadas no processo de transição podem ser explicadas, de modo geral, por duas ordens de fatores, que acontecem nas esferas da escola, do trabalho e da família. A primeira, de ordem pública, envolve o aumento da escolarização e as dificuldades crescentes de inserção profissional dos jovens. Os jovens passaram a ficar mais tempo na escola para ampliar suas chances de inserção em um mercado de trabalho mais exigente. Exigente, inclusive, de experiência profissional, o que não se pode esperar encontrar em um jovem que busca a sua primeira experiência de emprego. Isso, aliado ao fato de as novas formas de organização da produção se caracterizarem por serem menos dependentes de mão de obra, constitui-se em obstáculo à contratação de jovens, postergando a formação de novos núcleos familiares e aumentando o período de dependência econômica em relação aos pais. Por outro lado, a escolaridade, que garantiu no passado recente a ascensão social de muitos jovens, não é mais suficiente para assegurar uma inserção adequada no mercado de trabalho, mas continua sendo uma condição necessária.

Embora a inserção no mercado de trabalho constitua um dos momentos privilegiados da chamada transição para a vida adulta, e seja, de fato, um elemento marcante, não se pode restringir muito esse momento sem considerar que esse fator envolve muitos outros aspectos da vida dos jovens e de suas famílias. Assim, Guimarães (2006, p. 171) chama a atenção para a necessidade de alargar o horizonte das investigações e considerar que o debate sobre a transição para a vida adulta não pode ficar restrito à questão da inserção no mercado de trabalho, embora tendo nela uma de suas âncoras:

O debate sobre a transição para a vida adulta tem uma de suas âncoras mais importantes nos processos que transcorrem no âmbito do trabalho. Não somente porque a inserção no mercado de trabalho se constitui num dos momentos

privilegiados dessa transição, como porque ela é condição de possibilidade para que outras dimensões da passagem da adolescência à vida adulta se efetivem. Com efeito, os ganhos do trabalho são o esteio da almejada autonomia ante o grupo familiar de origem, facultando a montagem do domicílio próprio e propiciando a independência material requerida para a constituição de família e descendência, outros sinais socialmente relevantes, em nossas culturas, da passagem ao mundo dos adultos.

A representação da juventude como fase de transição de vida contempla, necessariamente, o processo de aquisição de capacidades e direitos para, no exercício de sua individualização, o jovem sentir-se como sujeito social e atuar como tal, pois,

o conceito de transição enfatiza a aquisição de capacidades e direitos associados à idade adulta. O desenvolvimento pessoal e a individualização são vistos como processos que se apoiam na aprendizagem e na interiorização de determinadas normas culturais (socialização) como requisitos prévios para transformar-se e ser considerado um membro da sociedade com todas as suas consequências (LEÓN, 2009, p. 62).

Esse processo é repleto de muito dinamismo, atividades e empenho, tanto dos jovens como dos adultos. Trata-se de um processo contínuo que acontece de maneira diferenciada nos diferentes contextos sociais e culturais em que vivem os jovens, e continua após a *passagem* para a adultície, não sendo possível identificar quando e como ela termina, por isso “não se pode falar de uma fronteira clara entre juventude e adultície. Não se sabe bem o que torna alguém efetivamente adulto. Isso teria a ver com a idade, certamente, mas não se limitaria somente à questão da faixa etária” (LEÓN, 2009, p. 64). Mas alguns elementos são fundamentais para a tomada de consciência da vivência do processo, conforme o mesmo autor, sem, no entanto, que se estabeleçam rigidamente os limites da transição:

Segundo nossa visão, esse processo tem a ver com três elementos fundamentais que costumam estar entrelaçados: a conformação de família, a entrada de maneira mais ou menos permanente no mundo do trabalho e a independência econômica e residencial. Esses três tópicos são os que se nomearam quando tivemos a possibilidade de conversar sobre a fronteira entre a juventude e a maturidade (LEÓN, 2009, p. 64).

É interessante observar que toda a existência humana é um contínuo processo de mudanças e de transição e a pessoa atua como sujeito desde o seu nascimento. No entanto, a juventude como uma fase da existência humana, não é um período de espera ou de latência, pois como sujeitos históricos, a existência dos jovens acontece continuamente no

dia a dia, e nessa perspectiva, a juventude é processo de mudanças e de transição, pois a vida humana é uma tarefa que cada indivíduo realiza como sujeito pessoal e social. É interessante apreender o período da juventude como fase de transição porque toda a existência humana o é, mas o que caracteriza esse período não é a latência, mas a participação, a busca, o dinamismo, o questionamento, a mudança. Não é um período de transição por que passam os jovens, mas os jovens que vivem, como sujeitos, esse período, como já afirmado, não têm limites definidos como ponto de partida e linha de chegada. A esse respeito, afirma León (2009, p. 64):

Que a juventude represente um período de “transição” não significa que seja uma etapa de pura latência, uma espera inerte ou moratória inativa. Pelo contrário, toda transição é um processo cheio de mudanças, em que há algo que está em curso e que se desenvolve, um sujeito que muda. De fato, se há algo que pode definir a juventude como “etapa da vida”, é precisamente a ocorrência de uma série de mudanças que vão desde as de ordem estritamente biológicas até as mudanças de condição social. Durante a juventude mudam os corpos, obtêm-se direitos cívicos, criam-se identidades e novas referências culturais, estabelecem-se relações de casal, muitos se transformam em pais ou mães, alguns trabalham, adquirem-se ofícios, outros se tornam independentes [...] todos esses marcos, em conjunto, vão definindo a forma e marcando o ritmo desse trânsito. O interessante é que, se nos concentrarmos nesses marcos e os vamos entrelaçando, se desenhamos sua sequência, sua ordem e seus tempos, podemos configurar diferentes formas de “tornar-se adulto”, ou, dito de outro modo, *diferentes estruturas de transição* (Grifos do autor).

Portanto, a referência deste estudo parte da pluralidade da juventude, da necessidade de contemplar os jovens na diversidade dos contextos em que estão inseridos, o que supõe a exigência de apreender os jovens da agricultura familiar como sujeitos sociais que vivem de maneira específica o período de transição. A seu modo, elas atuam segundo os dinamismos próprios de sua condição juvenil, inseridos nos espaços e contextos mais amplos que envolvem os agricultores familiares no Brasil e no mundo.

Segundo Carneiro (2008), a juventude rural ainda é pouco estudada e, nesses estudos, ela é analisada mais da perspectiva da cidade, do ponto de vista da frequência à escola, da procura por trabalho ou da migração do campo para a cidade. Nesse sentido, a autora entende que a *invisibilidade e imprecisão* da juventude rural requerem dos estudos um olhar mais acurado de sua inserção no mundo globalizado. Ela assim se expressa:

Vistas dessa maneira, desde a ótica do trabalho, a “juventude rural” – categoria fluida, imprecisa, variável e extremamente heterogenia – permanece na invisibilidade quanto a sua participação nas demais esferas da vida social,

dificultando, assim, a compreensão de sua complexa inserção num mundo culturalmente globalizado (CARNEIRO, 2008, p. 244, grifos da autora).

O limite entre o urbano e o rural²² é cada vez mais tênue, seja pela intensa ligação entre cidade e campo, seja pela modernização da agricultura, mas algo que ainda permanece bem claro é o tratamento do rural como espaço no qual reina o subdesenvolvimento e em que as perspectivas de futuro e de sobrevivência são cada vez mais reduzidas. Claro que em se tratando da juventude rural, esse estigma é ainda mais acentuado tendo em vista os atrativos que a cidade oferece aos jovens que a frequentam cada vez mais. Segundo Weisheimer (2009, p. 110),

a categoria “juventude rural”, [...] é forjada a partir de uma ótica urbana que percebe o rural como um espaço da precariedade social, reforçando, mesmo que involuntariamente, o estigma sobre este segmento. Desta maneira, a homogeneização das diferenças no interior de uma categoria mais ampla, como a de “juventude rural”, acaba contribuindo para perpetuar a invisibilidade dos jovens agricultores familiares e de outras juventudes, na medida em que não reconhece as especificidades das diversas situações juvenis. (Grifos do autor).

O estudo dos jovens agricultores exige avanços com o objetivo de superar a perspectiva que os vê com base em elementos próprios da cidade, e procurar concentrar as investigações nos contextos dos jovens inseridos em processos de formação específicos do mundo rural, incluindo os vividos pela agricultura familiar nas diversas regiões do país. O modo de avanço do capitalismo no campo, e o processo de urbanização vivido intensamente no país, têm contribuído para a percepção da invisibilidade e até exclusão dos segmentos que resistem ao processo migratório do campo para a cidade. As pesquisas acadêmicas estão mais voltadas para a cidade justamente pela maior visibilidade das condições de vida do contingente humano aglomerado nas grandes cidades, sobretudo nas periferias. Conforme Carneiro (2008, p. 243),

²² Apesar de contar com legitimidade social, a definição de rural é frágil no Brasil, uma vez que se baseia em critérios normativos (definidos pelas câmaras municipais) ou em oposição ao urbano. A este respeito, busca-se apoio na crítica ao dualismo rural e urbano, uma vez que esse referencial geográfico é insuficiente para caracterizar uma categoria sociológica (TAVARES DOS SANTOS, 1991). Como nem todos os jovens rurais ocupam-se de atividades agrícolas, julga-se necessário demarcar a singularidade daqueles que estão inseridos no processo de trabalho familiar agrícola. Buscando uma maior precisão analítica faz-se uso da categoria *jovem agricultor familiar* para enfatizar a singularidade dos jovens no contexto da agricultura familiar.

o interesse dos pesquisadores brasileiros sobre o universo social e cultural dos jovens rurais é recente, sendo bastante limitada a bibliografia disponível, o que não acontece no que se refere à população jovem dos grandes centros urbanos, que tem atraído a atenção de um número muito mais amplo de estudiosos sobre temas variados.

Interessa à pesquisa acadêmica sobre a juventude estender seu olhar aos jovens que vivem no mundo rural ou a ele vinculados. É importante investigar as condições sociais em que vivem os jovens e, de um modo especial, como estão participando dos processos educativos, como esses processos estão colaborando para atender às expectativas de muitos jovens no tocante à permanência na agricultura. Em se tratando dos jovens da agricultura familiar, busca-se apreender as imagens que constroem de si mesmos, suas trajetórias escolares, expectativas de vida, relações com a família em termos de reprodução da pequena propriedade agrícola.

Com as transformações ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas, os limites entre o rural e o urbano são cada vez menos significativos, entretanto não se pode minimizar a importância da agricultura familiar e a inserção dos jovens nas atividades que lhes são específicas, ou seja, o processo de urbanização atinge atualmente o meio rural, mas isso não quer dizer que os jovens rurais sejam invisíveis. A pesquisa acadêmica tem seu papel determinante no processo de dar visibilidade aos jovens rurais. Como lembra Weisheimer (2009, p. 109),

a especificidade de cada situação juvenil pode ser verificada através do exame dos processos de socialização nos quais os jovens encontram-se inseridos. Ao se considerarem as diferenças de classe social, assim como de etnia e gênero, percebem-se distinções relativas às posições ocupadas nos espaços sociais e conseqüentemente de processos de socialização respectivos. Tal posicionamento permite superar a invisibilidade social a que diversas categorias juvenis se encontram submetidas.

Considerar os jovens agricultores familiares com base em seu lugar social, suas expectativas e inquietações, mas também em seus nexos com a cidade, evidencia suas características e, portanto, colabora no processo de sua visibilidade, fazendo emergir o feixe de relações, interesses e potencialidades a ela vinculados. Weisheimer (2009, p. 109) afirma:

Para superar o atual estado de incompreensão que predomina do debate sociológico sobre os jovens no contexto da agricultura familiar, fazem-se necessários não apenas uma teoria sobre a juventude e outra sobre os processos sociais agrários, mas também um construto teórico que sintetize a

complexidade das suas mútuas implicações. Conforme sugere Bourdieu (1998, p. 28), “a primeira urgência em todos estes casos seria tomar como objeto o trabalho social de construção do objeto pré-construído: é aí que está o verdadeiro ponto de ruptura”. Deste modo, a exigência de reflexividade da sociologia impõe a reconstrução laboriosa do objeto para além de sua aparência fenomênica, fazendo emergir todo um feixe de relações de força que as categorias pré-definidas tendem a encobrir.

Os jovens agricultores vivem de modo diferenciado a transição para a vida adulta. Uma das diferenças reside, por exemplo, no fato de que uma das características da agricultura familiar é a predominância da mão de obra do grupo familiar e, portanto, do prolongamento da dependência financeira dos jovens em relação aos pais. Como o objetivo da atividade, nesse tipo de agricultura, é a manutenção, o sustento do grupo familiar, não há possibilidade de os jovens adquirirem autonomia financeira e em relação aos pais, pois a produção é familiar. Para Weisheimer (2009, p. 112), “a inserção no processo de trabalho da agricultura familiar não é suficiente para [o jovem] superar sua condição juvenil, isto é, como sujeito subalterno nas hierarquias do grupo doméstico. É justamente este processo que configura a situação juvenil na agricultura familiar”. Carneiro (2008, p. 243) assinala que

geralmente as pesquisas sobre a organização social no campo referem-se ao jovem apenas na condição de membro da equipe de trabalho familiar, seja como aprendiz de agricultor, nos processos de socialização e de divisão social do trabalho no interior da unidade familiar, seja como trabalhador fora do estabelecimento familiar complementando a renda da família com seus salários precários e engrossando, assim, as estatísticas sobre a população economicamente ativa (PEA) no meio rural.

Mesmo se o jovem trabalha fora do espaço rural e familiar para colaborar com o sustento da família, de um modo ou de outro, continua a manter vínculos e identificações com o mundo rural, até mesmo porque, na agricultura familiar os jovens começam a trabalhar muito cedo, pela necessidade de sua participação na renda familiar. Nesse processo, aprendem *habitus* e estilos de vida próprios do seu núcleo de agricultores familiares.

Um aspecto importante em relação aos jovens e à agricultura familiar tem a ver com as tensões geracionais estimuladas pela questão sucessória, relacionada ao tamanho da propriedade, pois, à medida que a propriedade é dividida várias vezes, chega-se a um ponto em que ela fica abaixo do tamanho mínimo para sua viabilidade econômica. Assim,

é importante frisar também que embora a questão sucessória seja decisiva em qualquer empreendimento familiar, no caso que tratamos aqui ela tem uma particularidade decisiva: o negócio exige a continuidade do caráter familiar da gestão e do trabalho e suas dimensões não permitem que dele dependa mais que uma família. Portanto, diferentemente do que ocorre num grande empreendimento fundado no emprego assalariado, a agricultura familiar não pode cindir sua gestão entre dois ou mais irmãos sucessores, na esmagadora maioria dos casos. Se o fizer ela perde o tamanho mínimo que lhe permite viabilidade econômica. Os conflitos geracionais em grandes e médias empresas familiares são, com muita frequência, de terceira geração, enquanto que agricultura familiar eles vão aparecer na relação direta de uma geração para a outra (ABRAMOVAY, 1998, p. 19).

Aliado a esse problema, há que se contemplar também a questão de que, mesmo com as modernas tecnologias introduzidas na agricultura, o solo explorado anos seguidos esgota sua capacidade produtiva. Em outros termos, com a divisão da propriedade, por meio do processo sucessório, e o enfraquecimento do solo, fica difícil pensar a permanência das novas gerações na agricultura de pequeno porte, como adverte Weishiemer (2009, p. 115):

A redução das áreas produtivas, em virtude da subdivisão das propriedades familiares, e o esgotamento dos solos promoveram, de maneira acelerada, a constituição de uma população excedente que cresce conforme o aumento da fecundidade das famílias de agricultores.

Carneiro (2008) lembra ainda que à redução das perspectivas de trabalho na agricultura para os jovens soma-se a introdução no meio juvenil dos atrativos da cidade, estreitando cada vez mais as fronteiras entre campo e cidade. Em decorrência,

a juventude rural sobressai como a faixa demográfica mais afetada por essa dinâmica que, de um modo geral, tem reduzido suas perspectivas de trabalho na agricultura ao mesmo tempo que tem ampliado suas referências de padrão de vida com a introdução de novas necessidades e desejos decorrentes do estreitamento das fronteiras entre campo e cidade (CARNEIRO, 2008, p. 245).

3.2 Composição dos jovens agricultores familiares da região de Baixa Verde, município de Rubiataba-GO

Os dados levantados em pesquisa, por meio de questionário aplicado a 25 jovens e, de entrevistas com 10 jovens, dentre os que participaram do primeiro momento, permitiu contemplá-los como categoria social específica, em virtude das peculiaridades da própria

agricultura familiar, cuja atividade e dinâmicas de reprodução se realizam com base em relações familiares. Weisheimer (2009, p. 89) afirma:

Estes aspectos formam a infraestrutura sobre a qual se configura a situação juvenil na agricultura, de tal modo que os jovens agricultores familiares podem ser percebidos como uma categoria social específica.

Os jovens agricultores familiares selecionados como sujeitos da pesquisa são filhos de agricultores familiares e têm entre 15 e 29 anos.

3.2.1 Caracterização dos jovens entrevistados

O quadro 2 possibilita visualizar os jovens entrevistados tendo como indicadores idade, estado civil, nível de escolaridade, residência, tipo de trabalho e número de irmãos.

| Quadro 2 - Identificação dos jovens entrevistados | | | | | | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------|-----------------------------|----------------------|
| Jovem | Idade (anos) | Est. civil | Estudo | Residência | Trabalho | Irmãos Número |
| Amanda | 19 | Solteira | Ensino superior: Administração | Rubiataba | Comércio | 2 |
| Fábio | 18 | Solteiro | Ensino médio | Rubiataba | Indústria de adubos | 3 |
| José | 16 | Solteiro | Ensino técnico | Baixa Verde | Com os pais | 1 |
| Leonardo | 21 | Solteiro | Ensino médio | Baixa Verde | Com os pais | 1 |
| Leticia | 25 | Solteira | Ensino superior: Administração | Rubiataba | Usina de álcool | 6 |
| Mariza | 16 | Solteira | Ensino médio | Baixa Verde | Com os pais | 1 |
| Reginaldo | 28 | Casado | Não estuda | Baixa Verde | MPA ²³ | 6 |
| Romário | 25 | Casado | Não estuda | Rubiataba | Comércio | 1 |
| Rosa | 21 | Solteira | Ensino médio | Baixa Verde | Com os pais | 2 |
| Sílvia | 21 | Solteira | Ensino superior: Direito | Rubiataba | Escritório de contabilidade | -- |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

²³ Movimento dos pequenos agricultores.

Amanda tem dezenove anos, filha de Ângelo e Kátia, é solteira, cursa Administração e trabalha no comércio. Ela reside na cidade de Rubiataba, em casa de parentes, e, normalmente, passa os fins de semana no sítio, com os pais. Tem dois irmãos mais velhos que ela, que pararam os estudos no ensino médio e trabalham na agricultura familiar, na propriedade dos pais. Ela mantém fortes vínculos com a família e com a região, sendo líder dos jovens na região de Baixa Verde.

Fábio tem dezoito anos, filho de Cleide e Osmar, é solteiro, cursa o ensino médio e reside na cidade de Rubiataba com a mãe e uma irmã solteira. Trabalha em uma indústria de adubos, passa os fins de semana com o pai na chácara, quando participa das atividades do trabalho familiar agrícola. Tem três irmãos, sendo a mais velha já casada, comerciante e independente em relação aos pais. O caçula é ainda criança.

José, com dezesseis anos, filho de Divina e Gelcimar, é solteiro, cursa ensino técnico agropecuário Reside, durante a semana, no Instituto Federal Goiano de Ceres, e nos finais de semana, com os pais e o outro irmão em Baixa Verde, onde participa do trabalho familiar agrícola. Tem um irmão mais velho, com dezoito anos.

Leonardo tem 21 anos, filho de Divina e Gelcimar, é solteiro, cursa ensino médio em Rubiataba. Reside com os pais em Baixa Verde e trabalha na agricultura metade do dia e nos finais de semana. Tem namorada na cidade, mas ainda está muito envolvido com a realidade social do sítio: é líder entre os jovens, coordena atividades de lazer com eles e desponta também na liderança entre os agricultores familiares da região e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Tem uma irmã mais nova.

Letícia, com 25 anos, filha de Valmir e Luzia, é solteira, concluiu o curso superior em Administração. Reside em Rubiataba, na casa que os pais mantêm na cidade e trabalha na usina de álcool. Passa os fins de semana, quase sempre, com os pais na chácara. Tem seis irmãos, dos quais somente dois trabalham com os pais na agricultura familiar.

Mariza, dezesseis anos, filha de Luzia e Luiz, é solteira, cursa ensino médio, Mora com os pais em Baixa Verde, e trabalha na agricultura familiar parte do tempo que sobra da escola. Tem um filho que os pais ajudam a criar, pois não se casou e nem vive com o pai da criança. Tem um irmão que não estuda e vive e trabalha com os pais na chácara.

Reginaldo, com 28 anos, filho de Valmir e Luiza, é casado com agricultora, tem dois filhos. Concluiu o ensino médio e não está estudando. Reside em Baixa Verde, na propriedade dos pais, trabalha na agricultura e exerce liderança no Movimento dos

Pequenos Agricultores (MPA). Tem seis irmãos, e o mais novo trabalha com os pais, na agricultura familiar.

Romário tem 25 anos, filho de Luzia e Luiz, é casado com não agricultora. Concluiu ensino médio e não está estudando. Reside na cidade de Rubiataba, trabalha no comércio e na Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Rubiataba (Coomafar). Tem um filho de três anos e uma irmã.

Rosa, com 21 anos, filha de Ângelo e Kátia, é solteira, cursa ensino médio. Reside com os pais e trabalha na agricultura familiar. Tem a intenção de mudar-se para a cidade e fazer curso superior. Seus dois irmãos mais velhos, são casados e agricultores familiares, um em Baixa Verde, na propriedade dos pais, e outro, em região mais distante.

Sílvia tem 21 anos, solteira, filha única de Baltazar e Dulce, cursa Direito em Rubiataba, onde reside e trabalha em escritório de contabilidade. Passa os fins de semana com os pais, com algum envolvimento nas atividades agrícolas. Como os pais, exerce liderança religiosa e associativa na região de Baixa Verde.

Os depoimentos dos jovens estudados evidenciam os dilemas vividos pelos jovens ante as condições da agricultura familiar no Brasil atual.

Letícia trabalha na indústria de álcool e deslocou-se para a cidade porque precisava organizar sua vida com autonomia, ter salário e fazer valer os estudos que fez. Ela é formada em Administração, mas gosta do trabalho na agricultura com os pais. Segundo ela, nos finais de semana “pega no batente com os pais”, mas não vê perspectiva de viver do trabalho agrícola:

É um trabalho bom, junto com meus pais, né, traz fatura, mas não dá dinheiro. Meus pais não têm como me pagar a não ser com carinho, mas eu não podia mesmo ficar por aqui. Se fosse mais perto era bom se pudesse trabalhar aqui e na cidade, mas assim como vai acontecendo com muitos jovens daqui, se arrumar trabalho na cidade tem que ir mesmo (LETÍCIA).

O processo de socialização vivido pelos jovens no trabalho familiar agrícola não é mais suficiente para segurá-los no campo, como aconteceu com seus pais. A modernidade tecnológica, em especial, tende a empurrá-los para o mundo do trabalho em espaços urbanos, não ficando descartada, porém, a possibilidade de engajarem-se no mercado de trabalho nos dois espaços. Nesse sentido, Fábio, 18 anos, filho de Jason e Raquel, afirma que: “para viver é melhor aqui, mas para trabalhar tem que ser na cidade, aqui não corre

dinheiro, para sobreviver e constituir família tem que trabalhar. Se fosse mais perto, eu ia querer morar aqui e trabalhar lá”.

Reginaldo vive também essa experiência. Embora já casado, mora com os pais, ajuda nas lides da agricultura, mas tem emprego na cidade: “Ah, eu desde que aprendi a andar de moto vou e volto todo dia. Trabalho lá e ganho a vida lá, mas o trabalho não deu conta de me arrancar da agricultura ainda não”.

Os jovens agricultores familiares de Baixa Verde vivem esse misto de inserção no mundo do trabalho. Estão apegados ao trabalho na agricultura, com os pais, mas constroem seus planos de emprego nos espaços urbanos. Diversos fatores contribuem para esse dilema, como o atrativo da remuneração mensal ou semanal, o esgotamento do terreno, a impossibilidade de ampliar a propriedade e o número de herdeiros. Os pais não têm como segurar os filhos na sua atividade e, na medida do possível, os apoiam no período de transição do campo para a cidade, como afirma Sílvia:

ah, eu me dói o coração de deixar meus pais aqui, mas eles me dão a maior força para morar e trabalhar em Rubiataba, até os mantimentos eles levam para mim toda semana. Enquanto eu não der conta de me manter lá, porque tenho que pagar a faculdade, eles me sustentam em quase tudo.

Dos dez jovens entrevistados, seis já estão engajados no mundo do trabalho próprio da cidade. Todos continuam apegados ao trabalho familiar agrícola dos pais, mas vivendo o processo de migração para a cidade, motivados pela necessidade de engajamento em trabalho assalariado: “Eu mesmo, quando terminar o ensino médio, vou ficar em Rubiataba e fazer faculdade, meus colegas já estão me ajudando a arrumar um emprego (FÁBIO). Diz Romário: “Eu não vou me desligar da agricultura nunca, mas para ganhar dinheiro e sustentar minha família vim para a cidade e aprendi a trabalhar na cooperativa”.

Dentre os motivos para permanecer no campo sobressai o contato direto com a natureza, como lembra Amanda, que já trabalha no comércio, em Rubiataba:

Na roça a gente tá sempre em atividade, respirando ar sadio, no meio de plantas e animais, na cidade é sentado o dia todo, trabalho sem exercício físico, mas o que eu vou fazer? Não tem jeito de por a loja aqui, nem o escritório.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a modernidade ensina, nas entrelinhas, que o processo de migração para a cidade é irreversível. A urbanização dos espaços rurais tenta ser uma compensação para esse processo, mas não consegue ampliar as possibilidades de

inserção no mundo do trabalho de maneira a garantir remuneração aos agricultores nos mesmos moldes dos espaços urbano-industriais.

A preocupação com engajamento dos jovens no mundo trabalho não incide apenas na caracterização dos jovens como agricultores familiares, mas também no fato de que o desenvolvimento das atividades da família agrícola garante a transmissão e, portanto, a continuidade dos saberes próprios da agricultura familiar no que diz respeito à promoção da sobrevivência humana no campo, da preservação ambiental, dos valores, como convivência, respeito e solidariedade. A razão é que o trabalho conjunto na exploração da propriedade visa, em primeiro lugar, a sobrevivência do grupo familiar e dos vizinhos agricultores. Nesse sentido, pode-se dizer que os jovens agricultores envolvidos nas atividades agrícolas tanto na sua como com outras famílias na mesma situação, não só os caracteriza como agricultores familiares, mas sinaliza a sobrevivência da agricultura familiar de uma a outra geração. O trabalho na unidade familiar dos agricultores constitui importante fator de socialização dos jovens, como analisa Weisheimer (2009, p. 112):

O fundamental deste debate é reconhecer que – através das práticas cotidianas do trabalho familiar – se realizam a formação e a capacitação dos jovens para se tornarem agricultores. Do ponto de vista da análise sociológica, é necessário perceber que é o domínio sobre esse saber fazer da agricultura e na agricultura, e não apenas a idade do sujeito, que constitui a base para seu reconhecimento como agricultor pleno, capaz de construir uma nova família e dirigir uma unidade produtiva independente. Deste modo, o processo de trabalho constitui-se no espaço privilegiado de socialização das novas gerações na lógica do trabalho e da produção agrícola. Este se configura no meio objetivo no qual se inserem os jovens e que possibilita a sua representação social como jovem agricultor familiar.

O estudo coordenado por Ricardo Abramovay (1998) aponta que muitos jovens do meio rural gostariam de construir sua realização profissional na agricultura, como as propriedades familiares não são grandes, o processo sucessório tem encontrado dificuldade, uma vez que não é possível dividir propriedades já pequenas para todos os filhos que desejam continuar na agricultura. É necessário, segundo Abramovay (1998, p. 17), “sugerir políticas que permitam ampliar as chances de realização profissional dos jovens no mundo rural e de sua contribuição naquilo que é visto tão frequentemente como uma contradição nos termos: a cidadania no campo”. Para ele, a preocupação com a formação profissional dos agricultores diz respeito à implementação de políticas agrícolas governamentais que capacitem os jovens para exercerem o ofício aprendido dos pais e da família, mas também a gestão da propriedade, cujo tamanho é cada vez mais reduzido. De

acordo com o autor, “o que caracteriza a agricultura familiar, nesse sentido, é que o pleno exercício profissional por parte das novas gerações envolve, mais que o aprendizado de um ofício, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital” (ABRAMOVAY, 1998, p. 18).

Conforme Weisheimer (2009), além da inserção no mercado de trabalho estar cada vez mais difícil, há também o prolongamento do período de escolarização, seja pela imposição da necessidade de maior aprimoramento profissional, seja porque a desocupação proporciona mais tempo para a formação. Essa situação impele, no estudo da juventude da agricultura familiar, considerar suas expectativas em relação à inserção no mercado de trabalho e a contribuição da educação escolar e profissional para tal fim.

O prolongamento do período de escolarização e a dificuldade de encontrar emprego contribuem muito para o fenômeno de ampliação do período da juventude. Esse tipo de moratória existe também para os jovens da agricultura familiar, para aqueles que não podem ou não pretendem permanecer na agricultura e veem nos estudos na cidade a possibilidade de emprego nos seus quadros. Weisheimer (2009, p. 77) esclarece:

Compreende-se, assim, porque – na sociedade contemporânea – há certa inclinação à ampliação do período da juventude; devido à dificuldade de inserção de parcelas significativas desse grupo no mercado de trabalho é que há um alongamento do período de escolarização. A dificuldade de acesso a uma condição profissional estável tem ainda impactos no adiamento dos matrimônios e, logo, na constituição de uma nova família. Deste modo, pode-se deduzir que o processo de transição para a vida adulta é cada vez mais complexo e heterogêneo, refletindo a diversidade das condições de inserção social das novas gerações marcada por antinomias que configuram a própria sociedade.

A juventude é uma condição social com qualidades específicas e se manifesta de diferentes maneiras. Um jovem do meio rural, por exemplo, não se enquadra, necessariamente nas mesmas condições sociais de um jovem da cidade, como tampouco os de grupos étnicos, os de setores marginalizados ou das classes dominantes. Acima de tudo, para estudar a juventude, faz-se necessário tomar como base a compreensão que o jovem tem de si mesmo e da sociedade, suas expectativas e interesses. É preciso encontrar o jovem no seu contexto, com os seus significados. Em outras palavras, é preciso conhecer o jovem na sua condição juvenil, nos seus anseios, no seu modo de ver o mundo, com seus sonhos e utopias, com base no lugar geográfico em que se encontra, como afirma Andrade (2002, p. 2): “então temos que dizer de que jovem a gente está falando, de que lugar a gente está falando, lugar mesmo geográfico”.

No âmbito social, observa-se que os jovens têm uma progressiva inserção nas esferas produtivas que passam a compor parte significativa de seu cotidiano. Ao mesmo tempo, eles buscam construir, com o ingresso no mercado de trabalho, as condições necessárias para a conquista de autonomia em relação aos pais, sobretudo no quesito financeiro, mesmo que de modo parcial. No sistema capitalista, a gradual inserção no mercado de trabalho tem como consequência uma espécie de antecipação da idade adulta, impondo aos jovens deveres e compromissos com as metas e projetos das empresas. Se, de um lado a inserção no mercado é um ganho, com a manutenção financeira, de outro, diminui a possibilidade de o jovem ter maior vivência nos espaços juvenis.

A inserção no mercado de trabalho permite entender que o jovem vive um complexo processo de desenvolvimento de suas potencialidades físicas, sexuais, intelectuais, civis e profissionais. Embora não coincidam necessariamente, tais potencialidades humanas encontram-se em pleno desenvolvimento. Nem sempre os adultos sabem reconhecer nos jovens seu potencial de observação da realidade, do mundo do trabalho, da política, das profissões, dos engajamentos de seus companheiros, dos acertos e desacertos daqueles que possuem as mesmas interrogações.

3.3 Mundo do trabalho e expectativas quanto à reprodução social da agricultura familiar

Para Weisheimer (2009, p. 76), a entrada dos jovens no mercado de trabalho, embora seja cada vez mais difícil, é decisiva nesse período de vida:

O ingresso no trabalho permanece como elemento central desta transição, já que, através dele, os jovens começam a adquirir uma relativa autonomia perante a família de origem. Porém, é preciso lembrar que esta inserção profissional é precária entre eles, devido à fragilidade de sua posição social e, principalmente, por causa das relações de trabalho típicas do atual regime de acumulação flexível. Fatores estes que contribuem para agravar a situação ambígua da juventude. Além disto, numa conjuntura de crescente flexibilização das relações de trabalho e precarização do emprego, a entrada dos jovens no mercado de trabalho passa a ser mais dificultada.

Os jovens agricultores familiares são associados ao trabalho da produção familiar agrícola muito cedo, mas, segundo Weisheimer (2009, p. 167), nem por isso são impedidos de viver a condição juvenil:

A inserção no processo de trabalho familiar agrícola não é suficiente para torná-los adultos. Trata-se, na verdade, de um treinamento que tem como finalidade prepará-los para, no futuro, tornarem-se agricultores independentes. Portanto,

será o domínio sobre o saber fazer da agricultura, e não a idade, que proporcionará seu reconhecimento social como agricultor adulto, isto é, apto a construir uma nova família e dirigir uma unidade produtiva independente. Desta forma, o processo de trabalho familiar agrícola se estabelece de modo objetivo entre os jovens agricultores, impondo-lhes uma posição no mundo.

Nesta perspectiva, podem-se analisar os dados da pesquisa com os jovens agricultores familiares de Baixa Verde para apreender a importância do trabalho familiar agrícola como estrutura objetiva que produz

as disposições necessárias para que os jovens agricultores produzam ações estruturadas que tenderão a reproduzir esta estrutura objetiva que é o processo de trabalho e sua forma de organização. Nisto consiste a força do processo de socialização orientado para a reprodução geracional do trabalho agrícola. Ou seja, se está diante de um processo de socialização que não é simplesmente familiar. Ele é também profissional, o sentido de que isto implica tanto numa posição nas relações sociais de produção, quanto em juízos de valor e prestígio. Temos, portanto, uma socialização profissional como uma espécie de imersão na cultura profissional, uma identificação das funções e tarefas a serem realizadas e a identificação com o grupo de referência. [...] Os agricultores familiares não apenas são detentores de um saber especializado como também criam uma ética profissional cujas regras se transmitem às novas gerações no próprio trabalho (WEISHEIMER, 2009, p. 168).

Reafirma-se, assim, a socialização como processo de interiorização e exteriorização, uma vez que opera a integração dos saberes e valores nos indivíduos e a consequente reprodução do mesmo sistema de valores que pauta as condutas individuais e coletivas, revelando, no dia a dia o *habitus* internalizado.

O trabalho familiar agrícola é, portanto, o elemento central da reprodução da agricultura familiar, porque toda a força de trabalho da família tende a ser direcionada e organizada para a realização do trabalho agrícola. Pode-se dizer que

a reprodução social consiste no processo de manter, repor e transmitir os mecanismos sociais de geração para geração, no interior do processo de produção constituído. Para que isto se viabilize, é necessária a eficácia de um “núcleo gerador”, o que, no caso dos agricultores familiares, é o próprio grupo doméstico seu mecanismo central (LEFEBVRE, 1994 *apud* WEISHEIMER, 2009, p. 106).

O processo de trabalho familiar agrícola tem características próprias que são a chave da compreensão de seus mecanismos de reprodução social. Trata-se de um processo distinto, pois estabelece relações produtivas com base nas inter-relações familiares e não nas relações salariais. Como não tem como objetivo a acumulação da renda ou do capital, o

objetivo desse processo de trabalho é, justamente, a reprodução social da família e da unidade familiar de produção. *A priori*, trata-se de um processo de trabalho com caráter familiar e não capitalista, uma vez que não é subordinado, por princípio, aos objetivos da acumulação do capital.

Por natureza, o trabalho familiar agrícola constitui-se como espaço de inserção das novas gerações na atividade produtiva, envolvendo a construção e a transmissão de saberes próprios, necessários à sua reprodução. Saberes esses que, por serem construídos e transmitidos por meio do próprio trabalho, confere um caráter socializador de ensino e aprendizagem de todos os elementos que compõem o processo do trabalho familiar agrícola.

Como fator de socialização, o trabalho familiar agrícola, embora não seja diretamente uma forma de trabalho tipicamente capitalista, está sujeito aos modos capitalistas de produção pelas relações mercantis que precisa assumir com a população que, de um modo geral, absorve parte de suas produções. Mas ao mesmo tempo está fortemente subordinado aos fatores internos da própria unidade produtiva, com sua lógica familiar na gestão e transmissão da propriedade, na organização do próprio trabalho e no objetivo primeiro, a sobrevivência do grupo familiar.

A construção e a transmissão do saber-fazer específico da agricultura familiar possibilita aos seus protagonistas serem reconhecidos como agricultores familiares. Ele se realiza por meio das interações intergeracionais que se estabelecem nessa modalidade do processo de trabalho, pelo caráter de socialização das novas gerações e, portanto, como base para a reprodução social da categoria.

Ainda mais, o trabalho agrícola familiar, além de ser fator de socialização dos jovens agricultores familiares, é o elemento principal que os caracteriza como jovens agricultores familiares e os distingue dos demais, cujos processos de socialização não se baseiam no trabalho familiar agrícola. É, sobretudo, por meio das práticas cotidianas do trabalho familiar que se realizam a formação e a capacitação dos jovens para se tornarem agricultores familiares. O processo de trabalho constitui espaço privilegiado de socialização das novas gerações segundo a lógica do trabalho da produção agrícola e como meio objetivo no qual se inserem os jovens e que possibilita a construção de sua representação social como jovem agricultor familiar.

Por meio do questionário 1, dirigido a 25 jovens agricultores familiares da região de Baixa Verde, no município de Rubiataba, verificou-se que nem todos estão inseridos

plenamente no trabalho familiar agrícola, embora envolvidos parcialmente, nos fins de semana ou em parte do dia, após as atividades escolares. 72% estão envolvidos no trabalho agrícola e 28% em outras atividades, conforme tabela 9.

No trabalho familiar agrícola, desde cedo, há a participação dos filhos nas atividades de produção. (Tabela 10).

A pesquisa constatou que 44% dos jovens que responderam o questionário 1 começaram a participar do trabalho familiar agrícola antes dos 14 anos, ainda crianças, e os demais, 56%, antes dos 18 anos. Confirmando o papel do trabalho agrícola no núcleo familiar como fator decisivo nos processos de socialização dos jovens filhos de agricultores familiares.

Segundo Martins (2003), a inserção do jovem agricultor no modo de trabalho próprio da agricultura familiar, embora não nos mesmos moldes do trabalho assalariado, marca sua inserção no mundo do trabalho, conforme os princípios do capitalismo e o submete, como todo trabalhador, às incertezas do mercado. O capitalismo não sobrevive sem a força do trabalho do trabalhador, mesmo no trabalho familiar agrícola, e “quando o agricultor familiar mergulha plenamente na divisão do trabalho social e se torna um produtor especializado, mergulha também nas incertezas e nos mistérios do mercado, expressões de uma vontade que não é a sua” (MARTINS, 2003, p. 78). Ao participar desse mergulho, o agricultor familiar subordina-se às regras do capitalismo.

Uma vez que o capitalismo penetrou na agricultura, ele tem acesso à família justamente no seu instrumento de produção e reprodução da sobrevivência: o trabalho do grupo doméstico, pois, “independentemente de sua efetiva inserção no mundo da mercadoria, o agricultor familiar está voltado para ‘dentro’, para o pequeno mundo concreto que conhece e identifica, como a família e o bairro, isto é, a vizinhança e a comunidade” (MARTINS, 2003, p. 79).

Para Martins (2003), a exploração do trabalho do trabalhador na agricultura distingue-se da exploração do operário comum, porque não se manifesta na venda da força de trabalho todos os dias, mas somente por ocasião da comercialização dos produtos do trabalho agrícola:

Mesmo que submetido a mecanismos de exploração por parte do capital, é exploração inteiramente diversa da exploração que sofre o operário. Não é uma exploração cotidiana, presente em cada momento do processo de trabalho. É exploração que se torna evidente na consumação da venda dos produtos do trabalho e na contrapartida daquilo cuja compra essa venda possibilita. Como, no

limite, o agricultor familiar pode sobreviver de seus próprios meios de vida, seus antagonismos mercantis não se tornam evidentes senão em condições e circunstâncias especiais. Isto é, sua reprodução social não é significativamente atravessada e ameaçada pela presença imediata da outra classe social, a classe que o explora (MARTINS, 2003, p. 82).

Essa realidade pode incidir na decisão dos jovens agricultores no momento em que se veem na encruzilhada entre permanecer no campo, aparentemente sendo menos explorados, ou se submeterem ao mundo do trabalho assalariado que remunera segundo o número de horas vendidas. Por meio da remuneração, o trabalho assalariado atrai e explora o trabalhador. Na agricultura familiar, essa exploração não é tão manifesta a não ser na época da venda dos produtos, no entanto, o capital, com a remuneração diária, atrai a todos. No entanto,

o agricultor familiar, ainda que modernizado, é o nosso característico camponês, é dono dos meios de produção, é um produtor autônomo. Sua relação com o capital não se dá por meio da exploração direta de seu trabalho pelo capitalista. A exploração de seu trabalho aparece ocultada na extração de renda fundiária, aparece sob a forma de pagamento de renda da terra. Isto não quer dizer que não exista no campo o operário agrícola, o assalariado que, esse sim, se defronta diretamente com o capital que utiliza e explora seu trabalho (MARTINS, 2003, p. 91).

Esse misto do trabalho, não diretamente assalariado do produtor agrícola com o assalariado, que cada vez mais se intensifica, e funciona como mais um mecanismo de apropriação capitalista da agricultura familiar, constitui mais um entrave para a reprodução da modalidade de unidade familiar de produção agrícola, e essa situação atinge mais os jovens agricultores.

3.3.1 Percepção dos jovens da condição de agricultor familiar

Com base na compreensão do ser jovem agricultor familiar, empreendeu-se, a um levantamento do modo de ser jovem e de ser jovem agricultor, segundo a percepção dos jovens entrevistados.

As formas como os jovens agricultores veem-se e se projetam, indicam as dimensões de sua vida que eles consideram mais relevantes no momento presente, e também como eles se projetam para a continuidade de seus projetos de vida. Para analisar a *autoidentificação* dos jovens que compõem o universo deste estudo, foi-lhes perguntado com qual ou quais categorias, dentre uma série de cinco indicadas, cada um se autodefine:

a) jovem rural; b) jovem agricultor; c) jovem agricultor familiar; d) jovem trabalhador rural; e) estudante.

As opções marcadas por eles, conforme a tabela 11, indicam que os jovens pesquisados já têm um relativo conhecimento da agricultura familiar e do que é ser agricultor familiar: Somente 8% identificam-se como jovens rurais, 48%, como jovens agricultores familiares, 24% definem-se como estudantes, e 16%, como jovens agricultores. Assim, pode-se compreender que o trabalho agrícola é o elemento central na configuração das identidades sociais dos entrevistados. Destaca-se, também, a importância da escola para a autoidentificação dos jovens, uma vez que 28% deles se definem como estudantes.

São importantes os dados deste estudo sobre os jovens agricultores familiares e suas expectativas como agentes de reprodução social da agricultura familiar, porque as categorias são construídas nas relações sociais em que os jovens estão inseridos, e revelam também a internalização dos valores de seu grupo de referência, ou seja, a agricultura familiar. A constatação de autoidentificação com as categorias vinculadas ao universo do trabalho agrícola revela os vínculos dos jovens com o segmento agrícola, indicando não apenas o que internalizam, mas também a possibilidade de reproduzir o interiorizado.

Pensando no papel dos jovens entrevistados na reprodução social da agricultura familiar, percebe-se o seu vínculo com o processo do trabalho familiar agrícola e também a sua disposição de serem reconhecidos como agricultores, uma vez que 48% dos entrevistados se reconhecem como jovens agricultores familiares, o que se dá por meio de sua participação na atividade agrícola no modelo familiar.

Nesse momento da vida dos jovens estudados, o grupo social dos agricultores familiares é a categoria de referência com a qual se identificam, o que indica que esses jovens valorizam o trabalho familiar agrícola e que a socialização no processo de trabalho familiar agrícola contribui para a sua autoidentificação como agricultores familiares.

A atividade da produção agrícola pelo grupo familiar é um fator de singular importância no processo de socialização dos jovens agricultores e influencia as suas disposições para a reprodução da agricultura familiar, uma vez que a socialização no trabalho familiar agrícola se destaca como a principal característica da situação/condição juvenil na agricultura familiar.

O índice de participação dos jovens no trabalho agrícola familiar foi constatado com a pergunta: “Você participa do trabalho na agricultura com seus pais?” E as respostas

indicam que 40% participam todos os dias, 20%, somente alguns dias da semana, e que 48% nunca participam. Perguntou-se ainda: “o quanto você gosta do trabalho agrícola?” Responderam “gosto muito”, 50%; “gosto mais ou menos”, 20%, e 30% responderam “não gosto”. À pergunta “como você considera sua participação no trabalho agrícola com sua família?” Consideram-na “muito importante”, 56%, “nada importante”, 12%, “importante”, 20%, e outros 12%, “pouco importante”.

A avaliação positiva dos sujeitos da pesquisa em relação ao trabalho familiar agrícola, bem como o apreço que manifestam por essa modalidade de trabalho da qual participam, conforme a tabela 12, evidenciam o potencial socializador do trabalho familiar agrícola sobre os filhos de agricultores familiares, e incide nas suas disposições pela reprodução do mesmo.

Buscou-se também as considerações dos jovens em relação ao trabalho agrícola e ao trabalho na cidade, ou não agrícola. Inicialmente foi-lhes perguntado qual das situações mais se aproxima daquilo que cada um pensa sobre o trabalho na agricultura familiar. “Não dá retorno financeiro” foi a situação escolhida por 24% dos entrevistados; 24% indicaram que “é bom ver o fruto do trabalho crescendo”; 20% apontaram a situação de que é um “trabalho pesado e sem descanso”. Porém, 32%, o maior percentual, disseram que “é um trabalho digno e importante para a sociedade”.

Com essa pergunta, procurou-se saber também como cada um dos jovens avalia o trabalho na cidade ou o trabalho não agrícola. Conforme as respostas 72% avaliaram-no como um trabalho que “tem mais retorno financeiro”; 16% que é “um trabalho mais leve”; e 12% que o trabalho não agrícola favorece o crescimento pessoal.

Em razão da importância do trabalho familiar agrícola no processo de socialização dos jovens agricultores e pensando na reprodução social do trabalho na agricultura, foi-lhes perguntado: “qual sua pretensão para sua realização profissional?” As respostas apontaram que, para 48%, é o trabalho na agricultura. Para outros 52%, o trabalho não agrícola é pretendido, revelando ser significativa a disposição desses jovens para a permanência no trabalho familiar agrícola.

Conhecer melhor as experiências concretas vividas pelos jovens no desenvolvimento de sua subjetividade e autonomia pode ajudar a perceber que, no seu dia a dia, o jovem potencializa-se para a vida, à medida que se insere no mundo do trabalho ou se projeta para nele se engajar. Em outras palavras, a preocupação e a percepção das esferas produtivas passam a compor parte significativa do cotidiano dos jovens. Como as

possibilidades de trabalho surgem das esferas produtivas, o olhar dos jovens é lançado sobre essas possibilidades, o que os levam a se empenharem na construção das condições necessárias para a conquista do seu próprio espaço e da sua autonomia, para se tornarem independentes financeiramente dos pais. Percebe-se a importância do processo de trabalho para eles, seja do ponto de vista social, que lhes confere maior reconhecimento social, seja do ponto de vista da incorporação de novos elementos em sua subjetividade, que caracterizam a passagem para o mundo dos adultos.

CAPÍTULO IV - JOVENS FILHOS DE AGRICULTORES FAMILIARES E AS INSTITUIÇÕES FORMADORAS

O objetivo do presente capítulo é analisar a relação que os jovens estabelecem com as instituições formadoras, em especial, a família, a escola e a religião, e apreender os espaços em que a sociabilidade juvenil se realiza.

Os jovens, em diferentes circunstâncias, atuam como sujeitos sociais e, especialmente, as instituições formadoras clássicas, exercem funções importantes na sua formação. Nesse processo de formação, os jovens reconhecem-se como sujeitos sociais, abertos para o mundo, portadores de desejos, inseridos em um contexto social e em uma historicidade. Como afirma Charlot (2000, p. 33),

um sujeito é: um ser humano, aberto ao mundo que não se reduz ao aqui e agora, portador de desejos, movido por esses desejos, em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos; um ser social, que nasce e cresce em uma família (ou substituto da família), que ocupa uma posição em um espaço social, que está inscrito em relações sociais; um ser singular, exemplar único da espécie humana, que tem uma história, interpreta o mundo, dá um sentido a esse mundo, à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história, à sua singularidade.

Antes, durante e após o período de inserção no sistema formal de educação, a família desempenha papel preponderante no processo de socialização das novas gerações e empresta à escola suas experiências como agência formadora e participa também com seus saberes que, espera, sejam associados à dinâmica da realidade escolar. Por outro lado, a participação dos jovens nas práticas de lazer exerce papel de igual importância na abertura de suas individualidades para o relacionamento com o outro, com o diferente, sempre em um processo de aprendizagem. Assim, à medida que vivem relacionamentos sociais com a escola, com os seus pares, os jovens apresentam-se como sujeitos sociais, interpretam e dão sentido à sua existência humana no mundo, à sua história e às relações com os diversos segmentos e relações que compõem sua trajetória de vida.

Assim, os jovens vivenciam diferentes processos de socialização no trabalho familiar agrícola, na escola, nas atividades de lazer e nas práticas religiosas. Portanto, trabalho familiar agrícola, escola, lazer e religião foram selecionados como as principais agências socializadoras para a análise da compreensão que os jovens têm de sua condição juvenil.

A socialização é um processo de internalização e externalização de *habitus*, crenças, valores, estilos de vida que fundamentam a formação dos sujeitos sociais. Ela se dá pela mediação das relações do indivíduo com as práticas do grupo e da sociedade, nas atividades que são portadoras dos valores e saberes que sustentam o grupo e tendem a ser reproduzidos nas novas gerações. Nessa dimensão relacional, os jovens pouco a pouco assimilam o modo de viver, trabalhar e se relacionar dos que os antecedem e se tornam agentes de reprodução e de mudança da sua posição social e do grupo social a que pertencem. A socialização compõe-se de processos educativos que envolvem a família, a escola, a religião e o lazer.

Conforme Bourdieu (2008), a socialização produz a incorporação das disposições de classe por meio de um *habitus* de classes, de tal modo que a incorporação ou internalização de disposições se dá por meio de relações com o outro, seja ele um indivíduo ou uma coletividade, uma classe, uma instituição, em suma, mediante a dimensão relacional com o outro, nas suas diferenças. Segundo Bourdieu (2005, p. 296), essa mediação é produzida pelo *habitus*: “a produção do sistema de disposição que é o *habitus* realiza a mediação entre as estruturas e as práticas”.

Ainda muito cedo, o jovem agricultor familiar que participa do processo de socialização no interior da unidade doméstica, no dinamismo do trabalho familiar agrícola, aprende a ser sujeito de reprodução da agricultura familiar, seu grupo social. Neste caso, “o *habitus* nada mais é que a cultura do seu grupo de origem, incorporada a sua personalidade através dos processos de socialização” (WEISHEIMER, 2009 , p. 163). Ainda, segundo o autor,

a socialização que produz a incorporação duradoura de disposições de maneiras de pensar e de agir, em conformidade com os valores culturais e sociais de seu grupo de origem tende a enfatizar a incorporação de disposições necessárias à reprodução social. Deste modo, é preciso estar atento para o fato de que esta socialização se, por um lado, engendra estratégias objetivas que cumprem funções de reprodução; por outro, é orientada para a conservação ou para o aumento do patrimônio. Ou seja, não se pode negar que, na verdade, reproduzir as condições de produção implica querer alcançar um *status* superior e não manter a mesma posição da origem (BOURDIEU, 2004). Sem esta possibilidade de progressão, via adaptação a novos contextos e desenvolvimento de inovações, a própria reprodução passa a estar em risco (BOURDIEU, *apud* WEISHEIMER, 2009, p. 163).

A socialização é, pela força de atuação do *habitus*, processo de interiorização e exteriorização, ou seja, o jovem agricultor familiar, como indivíduo, continuamente

internaliza os valores culturais e sociais ao participar do trabalho familiar agrícola, e os exterioriza no cotidiano de sua vida e, de modo especial, na continuação dos mecanismos do trabalho, como agente de reprodução social e de mudança de seu grupo de origem, a agricultura familiar. De acordo com Bourdieu (1972, *apud* MICELI, 1987, p. XLI), “o *habitus* completa o movimento de interiorização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas”.

Os processos de socialização garantem a passagem dos valores, normas e práticas sociais de geração em geração pelo caráter dinâmico do próprio processo, que inclui a possibilidade de mudanças e transformações do *habitus*, que não é só interiorizado pela repetição. A reprodução social inclui a possibilidade de inovações e desenvolvimento. Pode-se afirmar, assim, que os processos de socialização acontecem pela mediação da família, da escola e, sobretudo, no caso dos jovens agricultores familiares, ocorrem no âmbito do trabalho familiar agrícola, pois a família é a principal mediação do processo. No caso da agricultura familiar, “a família e o trabalho se fundem como única agência socializadora” (WEISHEIMER, 2009, p. 167).

Para Bourdieu (1972, *apud* MICELI, 1987, p. XX),

as estruturas tendem a se reproduzir produzindo os agentes dotados do sistema de disposições capaz de engendrar práticas adaptadas às estruturas e contribuindo, por esta via, para reproduzir tais estruturas. A mediação operada pelo agente tendo em vista a reprodução social associa-se ao papel estratégico que o processo de socialização desempenha através das agências educativas, seja o sistema de ensino, seja os meios de comunicação de massa, seja a inculcação familiar.

Pretende-se conhecer melhor como os jovens agricultores familiares vivem esse processo de socialização para compreender suas disposições como agentes de reprodução e de mudança da agricultura familiar.

4.1 Ensinar e aprender na agricultura familiar

Nas unidades domésticas de produção agrícola, os jovens vivenciam processos de formação para os relacionamentos e convivências. Mediante a interiorização dos princípios da alteridade, da necessidade do outro, aprendem a perceber suas diferenças, sua subjetividade, as características distintivas de cada sujeito. Essa formação acontece de um modo especial, em meio ao aprendizado do ser e do fazer na agricultura familiar. São muitos os saberes familiares da produção agrícola transmitidos e veiculados tão somente

em atividades cotidianas e como tarefa, em especial, da família, sobretudo em se tratando da família agrícola com suas atividades desenvolvidas primordialmente pelos membros do núcleo familiar. A esse respeito, um dos entrevistados declara:

Assim para a vida, para trabalhar, para enfrentar os problemas e gostar das coisas boas da vida, evitar as coisas erradas, eu aprendi mais foi com a minha família mesmo, a ficar trabalhador para ganhar a vida, organizar uma família, o tratamento da criação, o trabalho na terra, isso é na família, é com o exemplo e os apertos dos pais. Eu aprendi muito na escola e também na família, porque há coisas que se aprende na escola, mas outras aprendemos na convivência, dentro de nossas casas com nossos pais (REGINALDO).

A socialização na agricultura familiar cotidiana realiza-se no saber e ensinar e aprender fazer. Nesse sentido, diferencia-se da educação escolar, marcada por procedimentos formais de horário, dias letivos, planejamentos, etc. Na agricultura familiar, a prática social é o principal recurso no aprendizado da agricultura familiar. Aprende-se com os pais, com os mais velhos, a fazer fazendo ou vendo como se faz, como demonstrado na fala que se segue:

Porque o que se aprende na escola não é o mesmo da família, porque com a família aprendemos costumes, valores, respeito com os outros, trabalharem na agricultura; na escola aprendemos a ler e a escrever. Mas o trabalho aprendemos com a família, em casa, na roça, nos pastos, os primeiros serviços, as tarefas de cada dia, primeiro a gente faz com as ordens do pai ou da mãe, depois a gente já faz por si mesmo numa boa, mas as obrigações do lar, assim é a família quem nos ensina. (MARIZA).

Mariza, nos seus dezesseis anos, diferencia o que se ensina na família, no trabalho agrícola, dos conteúdos escolares. Para ela a tarefa da escola é ensinar para a inserção no mundo do trabalho, e a da família, para a vida: “A escola nos ensina assim para escolher uma profissão melhor para nós, as descobertas dos cientistas, as histórias da humanidade. Mas a família ensina as histórias próprias da nossa família”. Percebe-se em sua fala, que não reconhece a atividade familiar na agricultura como trabalho. Assim, pode ser que para ela trabalho profissional é toda atividade assalariada.

Fábio fala do papel da família na formação para a interiorização dos valores essenciais para a vida em família e em sociedade. É interessante perceber que o jovem afirma que, na família, aprendeu valores constituintes de sua singularidade e que, em relação à escola, tem expectativas de ser preparado para o mercado de trabalho. Na visão

do jovem, idealizada ou não, a função da escola consiste em adequá-lo para conseguir um bom emprego, como ele afirma:

Eu acho que a escola está me ensinando a ser um bom empregado, para arrumar um bom serviço, agora a minha família empregou em mim uma boa educação para tudo da vida, também me ensinou a ser um homem com respeito digno e muito humilde e honesto, acho que com tudo aprendi a ser um bom homem. Com minha família aprendi a trabalhar e também a ser feliz, sem dúvida alguma, quem me ensinou principalmente a trabalhar foi minha família, e tá ensinando ainda (FÁBIO).

Nesse sentido, de fato, na agricultura familiar, há muito mais espaço de veiculação de uma educação por meio de atitudes e palavras: “As coisas que a gente precisa para a vida, aprendi em casa, junto com a família, com o exemplo dos meus pais. Na verdade, minha família é uma escola e tanto” (AMANDA). Outra entrevistada, assim se manifesta:

Ah, eu no meu caso, as coisas melhores para ser feliz, eu aprendi mais foi com a minha família. Minha família me ensinou mais do que a escola, muitas coisas, por exemplo, a trabalhar todo dia, a rezar, a respeitar os outros, a evitar maus companheiros, a não mexer no que é dos outros, a não mexer com droga ou bebida alcoólica, a tratar bem os outros, os mais velhos, os mais pobres, a ir pra igreja, esse tipo de ensino é a minha família que mais me ensinou (ROSA).

Em seus depoimentos os jovens agricultores familiares são pródigos em destacar o papel da família como agência formadora de valores, relacionamentos e sociabilidade. A família é protagonista de uma educação mais abrangente na vida dos filhos, por isso mesmo, conforme os relatos dos jovens entrevistados, ela está na base também da educação escolar. Família e escola são duas agências educadoras que se complementam, mas cabe à família, também, dos jovens agricultores um protagonismo maior. Segundo Portes (2003, p. 67; grifos do autor),

o esforço contínuo para inculcação de uma *ordem moral doméstica* no filho, desde tenra idade, suficientemente forte para balizar os procedimentos sociais, como disposição [...] parece funcionar como um lastro para o conjunto de ações a serem empreendidas pelas famílias e pelos filhos. Trata-se de um esforço contínuo que não tem como alvo específico o *sucesso* escolar e, sim, uma *educação* mais abrangente, uma *educação para a vida*.

Nesse sentido, tendo em conta o levantamento das dificuldades vividas pelos jovens entrevistados no processo de escolarização, pode-se constatar que, tanto na educação escolar como no processo educativo próprio da família agrícola, existe aquele ensinar e

aprender que se dá mediante o enfrentamento e superação das dificuldades. Vivendo solidariamente as dificuldades, recebendo apoio de colegas, familiares, professores, os jovens aprendem também, e muito, sobretudo a administrar situações complexas que não dependem da vontade ou decisão momentâneas do sujeito. Um depoimento é significativo:

Minhas expectativas em relação aos meus estudos são as melhores possíveis, pois procuro me esforçar e batalhar cada vez mais para um futuro brilhante. A escola teve, tem e terá um papel muito importante em minha vida, é a minha segunda casa, através dela adquiro conhecimentos científicos e culturais de grande valor. A escola também nos prepara para enfrentar a vida, a conquistar nossos sonhos, a conviver em sociedade, escola é um complemento ao que nossos pais nos ensinam (SÍLVIA).

A família tem muita influência na tarefa de interiorizar nos filhos o gosto pela escola, de tal modo que os jovens parecem ter uma imagem positiva da escola, em relação às suas expectativas: “Eu sempre gostei de estudar, minha mãe sempre falava bem da escola, por isso nunca achei difícil e confio que é a escola que vai ajudar a realizar o meu sonho de ser uma veterinária ou uma agrônoma” (MARIZA). Quando se referem aos aspectos negativos, os jovens lembram que os pais estudaram menos que eles e com maiores dificuldades:

Claro que a gente reclama do transporte, mas meu pai fala assim: ‘e se fosse como no meu tempo que era a pé?’ Por isso, eu não quero sair da escola, para um dia ter um bom salário e ajudar os meus velhos que lutaram mais que eu” (JOSÉ).

4.2 A escolarização e a formação juvenil

Ao lado do trabalho familiar agrícola no processo de socialização dos jovens destaca-se o papel da educação escolar. Vale notar que, para os jovens sujeitos da presente pesquisa, tanto os que permaneceram na escola e os que ficaram em uma trajetória inconclusa, participaram de um sistema formal de ensino orientado por diretrizes curriculares unificadas para todo o território nacional e que visam capacitar os estudantes para a vida e para o mundo do trabalho. Em grande parte, porém, não se percebe uma preocupação diferenciada com as escolas que têm em seus quadros crianças e jovens filhos de agricultores familiares.

Esta preocupação faz-se presente, mas de maneira incipiente, apenas nas escolas que praticam a pedagogia da alternância, como as escolas da família agrícola. Segundo Nascimento (2007, a prática da chamada pedagogia da alternância surgiu justamente das

práticas de educação não formal presentes nos movimentos sociais do campo que fizeram emergir um cenário no qual

surgem as experiências das escolas famílias agrícolas no Brasil e todo o movimento da Pedagogia da Alternância, no momento histórico da sociedade brasileira, em que as organizações estão em fluxo constante, na busca pelos direitos de cidadania negados (NASCIMENTO, 2007, p. 185)²⁴.

O fato é que, de um modo geral, o modelo educacional formal existente no país não contempla as necessidades e os projetos dos jovens que vivem no campo, visto que é pensado a partir de um espaço e de uma pedagogia centralizados no universo valorativo urbano e, conseqüentemente, direcionado para os espaços urbanos. Segundo Weisheimer (2009, p. 191),

há um descompasso entre um modelo educacional predominante no ensino formal, que tem como paradigma as sociedades urbanas industriais, em relação às necessidades específicas dos jovens que vivem no campo e da agricultura em particular. [...] e que a educação rural apresenta problemas graves de origem, visto que é planejada a partir da escola urbana.

No entanto, os jovens agricultores reconhecem a importância da educação escolar para a difusão de conhecimentos necessários para sua inserção no mundo globalizado. Os jovens percebem a escolarização como uma condição primordial para viabilizar uma possível futura inserção no mundo do trabalho que, por sua vez, é mais um elemento do sistema urbano-industrial priorizado pelo sistema formal de ensino.

A escolaridade é um componente decisivo na formação juvenil. A maioria dos jovens encara a educação escolar na perspectiva de melhores condições de trabalho e emprego. Conforme Guimarães, (2006, p. 172),

²⁴ Muitas Escolas famílias agrícolas (EFAs) começam a surgir a partir de 1969 e, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, como respostas às necessidades dos camponeses de várias regiões do Brasil. No estado de Goiás existem quatro unidades de escola famílias agrícolas, que se encontram nos municípios de Goiás, Orisona, Uirapuru e Padre Bernardo. Nas EFAs procura-se desenvolver um processo de escolarização voltado para a realidade dos filhos de agricultores familiares e de assentados da reforma agrária, conforme as diretrizes do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronera).

O objetivo das EFAs é proporcionar aos jovens do meio rural uma educação com base na realidade, na sua vida familiar e comunitária e nas suas atividades, mediante a pedagogia da alternância. Esse projeto educativo contribui para uma experiência pessoal, proporciona uma base de informação que parte sempre do concreto para o abstrato – método indutivo –, do prático para o teórico, do contexto sociopolítico, econômico e cultural, do local para o global.

A origem da Pedagogia da Alternância encontra-se dialogicamente unida à estrutura eclesial, união que se verifica até os dias atuais. No Brasil, ela surgiu a partir de 1969, com o Padre Humberto Pietogrande, da Companhia de Jesus, no estado do Espírito Santo (NASCIMENTO, 2007).

as abordagens que examinam a passagem à vida adulta do ponto de vista da inserção profissional com frequência associam as expectativas em torno do ingresso no trabalho a um outro tipo de evento da trajetória individual: o fim da formação escolar, com a aquisição das credenciais e de uma formação que funcionem como um passaporte para a obtenção da ocupação. Nesse sentido, ingressar no mercado de trabalho seria a continuidade de uma trajetória de saída do sistema escolar, faces de uma mesma moeda, a do processo de individualização, pensando do ponto de vista da autonomização do jovem em relação à família; ou, pensando num sentido mais amplo, do seu processo de autonomização de *status*, se tomarmos o ponto de vista dos elos entre indivíduo e estrutura social.

Em seus relatos, os jovens pesquisados falam das dificuldades vividas no processo de escolarização na cidade, ao mesmo tempo que evidenciam a importância dos estudos. Mesmo em meio a dificuldades, no universo dos pesquisados, é grande a procura pela educação escolar na cidade e a permanência nos estudos: 36% deles não estão estudando, mas concluíram o ensino médio, e interromperam os estudos porque o acesso ao ensino superior é limitado na região, pela pouca oferta de cursos, e eles precisaram assumir mais plenamente o trabalho agrícola com os pais, ou, ainda casaram-se e assumiram a gestão da propriedade. Os outros 64% estão engajados no processo de escolarização: 16% no ensino fundamental, 32% no ensino médio, 4% no ensino médio profissionalizante em agropecuária, e 12% no ensino superior, conforme tabela 14.

Dentre as dificuldades apontadas pelos jovens para a frequência à escola, destaca-se o deslocamento, em virtude da distância geográfica e cultural, a região rural de Baixa Verde da cidade de Rubiataba, onde estão as escolas. Esse deslocamento acaba estimulando os jovens a abdicarem-se de sua realidade sociocultural ou a interromper os estudos. Em seus depoimentos, reclamam ser obrigados a levantar cedo “Todos os dias tinha que levantar de madrugada e viajar antes do dia amanhecer” (REGINALDO), do desconforto das viagens diárias, mas, nas entrelinhas, manifestam suas dificuldades em absorverem o deslocamento cultural que os atinge bem como suas famílias.

Consultados sobre as dificuldades enfrentadas no processo de escolarização na cidade, 82% dos jovens estudados apontaram o transporte e as estradas precárias como a maior delas, em virtude da distância que os separa da cidade e da precária manutenção das estradas rurais, sempre em péssimo estado de conservação. Nessa questão, eles podiam marcar três alternativas: 72% apontaram levantar cedo como a grande dificuldade de todos os dias; e 68%, a perda do horário para as refeições (tabela 15). Esse levantamento sinaliza que o enfrentamento diário destas dificuldades também está na base das motivações dos

jovens estudados em migrar para as cidades, renunciando à reprodução da agricultura familiar.

Esse posicionamento é confirmado no depoimento que se segue:

Para mim a maior era, de segunda a sexta, ter que levantar muito cedo, chegava em casa muito tarde, passando grande parte do dia longe dos meus pais, deixando eles trabalharem sozinhos. Foi difícil ficar longe deles e eles sem minha ajuda (MARIZA).

Fábio sintetiza em poucas palavras todo o seu sentimento a respeito: “Para mim, não tem maior dificuldade que ter de acordar quatro e meia da manhã para ir para a escola. Dá até raiva da escola”. Sílvia, por sua vez, tenta ver o lado positivo desse enfrentamento, ao afirmar que as dificuldades aumentam a vontade de estudar:

Por morar na zona rural, a nossa maior dificuldade sempre foi o deslocamento daqui até Rubiataba, todo dia cedo a gente era como que arrancada do convívio dos pais. Mas sempre tive muita facilidade em aprender, fazer amigos e me adaptar em novos ambientes; talvez seja por isso que gosto tanto de estudar, seja em que lugar for.

Esse deslocamento cultural incide em muitas situações da vivência com a família e com a realidade do mundo agrícola, como os horários das refeições, momentos em que a família se reúne e transmite, a seu modo, valores e saberes próprios da agricultura familiar. Rosa lamenta esse descompasso durante o café da manhã, como também em outras refeições. Segundo ela, tudo é enfrentado porque se trata de uma boa causa, a educação:

Dificuldades? É o descaso muito grande com as crianças e jovens da zona rural. A fome também é um probleminha que sempre nos atormenta. A gente passa fome no caminho, porque de madrugada nem tem café direito para tomar, a gente não tá com vontade ainda (ROSA).

Contudo, deve-se perguntar se o estabelecimento do programa de transporte escolar, do campo para a cidade, tem sido uma boa medida para solucionar o problema da escolarização da população rural. Além disso, desde que foi instituído o programa, não tem havido o cuidado por uma avaliação dessa medida, com o objetivo de seu aperfeiçoamento. Pelo acompanhamento da situação, pode-se perceber que nunca os usuários do transporte escolar foram ouvidos. Pelo contrário, de acordo com os noticiários veiculados pela mídia, não há fiscalização do emprego dos recursos destinados ao transporte escolar pelo governo

federal aos municípios, e os desvios correm soltos²⁵. Enquanto isso, crianças, adolescentes, jovens e adultos enfrentam as dificuldades do deslocamento diário, obrigando-se a levantar de madrugada todos os dias, procurando tirar, do sacrifício, lições para a vida.

Em suas falas, os jovens manifestam que não conseguem perdoar ou esquecer todo o período de suas vidas em que tiveram de levantar muito cedo e o quanto a contínua interrupção do sono prejudica seus rendimentos na escola. Lamentam mais o ter que levantar muito cedo do que a viagem de todos os dias, mas esses dois fatores são os mais apontados como os mais difíceis.

Fábio, 18 anos, cursa o ensino médio, e mora mais na cidade que em Baixa Verde. Ele afirma que o motivo de sua ida para o espaço urbano é a dificuldade de morar na roça e estudar na cidade, o tempo despendido no desconforto da estrada. No entanto, tenta compensar as dificuldades vividas com os ganhos da própria experiência, com os elementos que considera positivos na escola, naquele tempo de suas idas e vindas, que o ajudaram a dar sentido às dificuldades experimentadas no trajeto até a cidade, como o encontro e convívio com os colegas e os professores, e o momento da merenda: “Uma coisa boa que eu achava era que quando chegava na escola era como se tivesse chegando na casa da gente, as professoras, os colegas, a merenda, mas era tempo demais na escola! Depois do recreio ia dando uma vontade de ir embora”.

Segundo Fábio, a interrupção do sono para levantar cedo acarretava dificuldades pessoais nos estudos, como a luta por permanecer atento às aulas. O período que passava lutando contra o sono era maior do que o tempo real, tanto durante as aulas, como no restante do dia, em que participava com os pais do trabalho agrícola: “Na aula era tanto sono, que nem dava para prestar atenção direito. Chegava em casa ia trabalhar na roça até meio bobo de tanto sono, se deitasse numa sombra até roncava [risos]. É por isso que todo mundo quer ficar morando na cidade”.

Chama atenção a importância que os jovens agricultores dão ao processo de escolarização, o reconhecimento dos ganhos desses períodos no processo de socialização, de preparação para a vida, da construção de novos relacionamentos e ampliação de conhecimentos. Portanto, não são apenas os pesares que povoam as lembranças dos jovens de seus anos vividos no meio rural e estudando na cidade.

Amanda, 21 anos, para realizar o curso superior de Administração, decidiu mudar-se para a cidade e, assim, aproveitar melhor o tempo que perdia na estrada. Sua fala

²⁵ Há um projeto de lei no Congresso Nacional visando disciplinar a responsabilidade fiscal na educação.

confirma um dado que precisa ser registrado: a capacidade de agregar as dificuldades do período de escolarização à história pessoal, de não registrar tais dificuldades somente como obstáculos, mas absorvê-las no processo de socialização, como elementos que capacitam para enfrentar novos desafios e para a interação com outras pessoas:

Então, eu estudo até hoje, agora estou na faculdade, e todos os anos que passei estudando. Acabei mudando para lá, para Rubiataba pra ficar menos tempo na estrada, mas quem fica esperto, de tudo pode aprender alguma coisa e se pode aprender muito das dificuldades, principalmente a enfrentar dificuldades.

Letícia, 25 anos, concluiu o ensino médio e, atualmente, não está estudando. Em sua fala, vêm à tona as marcas das dificuldades vividas no seu período de escolarização. Percebe-se que ela pensa nas dificuldades vividas quando afirma não ter disposição para voltar a estudar, lembrando-se das madrugadas, das longas distâncias a pé, do estado precário do transporte e das estradas: “Eu consegui concluir o ensino médio, valeu a pena, mas é muito difícil madrugar todo dia! É difícil andar nesses caminhos da roça até chegar na estrada, ainda escuro. Não dá para estudar mais!”

Mesmo reconhecendo a importância da educação escolar para seus projetos de vida, os jovens desta pesquisa sinalizam o ensino formal não contempla a preocupação com a reprodução da atividade na agricultura familiar e, muito menos, com a permanência dos jovens no campo.

José, dezesseis anos, cursando o nono ano do ensino fundamental, apresenta várias queixas em seu depoimento, mas está se empenhando muito para superar a seleção do Instituto Federal Goiano²⁶, entrar para o ensino médio e passar a morar nas dependências da escola. Em outras palavras, aguarda o momento de poder superar as dificuldades, mas tenta integrá-las ao seu propósito de continuar estudando:

Minha vida na escola é muito sofrida, acordo às quatro horas da manhã todos os dias, ando 56 quilômetros²⁷ até que chego em casa já é duas e meia da tarde. [...]. Para melhorar, espero que vou passar em uma prova que vou fazer para eu ganhar a bolsa de estudo da escola agrotécnica e poder morar e estudar lá.

²⁶ Instituto Federal Goiano, situado na cidade de Ceres, a 50 km de Rubiataba, antiga Escola Agrotécnica Federal de Ceres.

²⁷ São 26 km o trajeto de ida e volta, da região de Baixa Verde até Rubiataba, dos quais apenas oito são asfaltados.

Romário, dezoito anos, cursa ensino médio, e também aponta a necessidade de aproveitar o tempo de estudante em meio às dificuldades e não ficar só preso a elas. Suas falas evidenciam a importância da escola e da integração das dificuldades próprias de quem mora no meio rural e estuda na cidade, o que não pode ficar despercebido. Estudar é uma atividade humana que não é fácil para ninguém, é um processo de socialização que exige esforço e disciplina e, por isso mesmo, pode produzir ganhos no desenvolvimento humano para os que vivem essa dimensão da existência humana com intensidade e com protagonismo. Em seu depoimento, refere-se à necessidade de valorizar os estudos para compensar as dificuldades:

Ê meu amigo, não é fácil não, morar aqui e estudar lá na Rubiataba; acordar quatro e meia da manhã, a hora melhor do sono, para ir para a escola que fica a 22 km da minha casa. É uma vida muito puxada essa de estudante, a gente tem que aproveitar muito, mas tem que dizer a verdade: o sono faz a gente ficar com a inteligência anestesiada, fraca, longe [...] Bom é para quem mora lá pertinho da escola, sai de casa faltando só uns quinze minutos, chega limpinho, esperto [risos]. [...] Só que nem todo mundo que mora lá perto do colégio é esforçado.

Para Amanda, 21 anos, os professores têm um papel marcante na vida dos estudantes pela capacidade de compreender as situações e os limites de quem provém do meio rural. Antes de falar das dificuldades, incluindo a fome na estrada, quando o ônibus não conseguia chegar até as proximidades de sua casa ou da escola, ela refere-se aos professores e à importância de seu modo de ensinar e despertar os alunos para os relacionamentos e os valores:

Minha vida na escola tem sido ótima porque a gente tem ótimos professores, que ficam amigos da gente. Ficam alegres quando a gente chega na escola e abrem o coração para nos entender do jeito que nós somos porque nós somos da roça. Sempre estudei em Rubiataba, morando aqui ou dormindo lá na casa de parentes.

Leonardo, 21 anos, no ensino médio, lembra que, antes, para chegar ao local em que passa o ônibus, fazia um primeiro percurso a cavalo. Percebe-se que, entre os jovens, há a cultura da escola, ou seja, já na infância são motivados a estudar pelos próprios pais, o mesmo acontece com os colegas da mesma idade na vizinhança, que são motivados pela família, e pelos irmãos mais velhos que já vivem a rotina escolar, de tal modo que, segundo eles, não fica ninguém sem estudar. Há uma motivação coletiva, um esforço de todas as famílias em prol da frequência à escola, o que é também interiorizado pelos jovens

como um *habitus* que se manifesta no sentimento de que é preciso enfrentar os sacrifícios para conseguir estudar, como afirma Leonardo:

Eu comecei a estudar com seis anos de idade. Eu e meu irmão vínhamos para a escola de ônibus, a gente andava 3 km a cavalo para pegar o ônibus. Depois de alguns anos a Kombi pegava a gente na porta de casa. Acho que é por isso que eu gosto tanto de estudar.

A circunstância que ele relata revela uma rede que se movimenta em razão da escolarização de crianças e jovens da região, por exemplo, há a necessidade de celebração de algum acordo com um morador das proximidades do ponto de passagem do ônibus, para acolher e abrigar o cavalo até o retorno dos estudantes, no período da tarde, dando-lhe ração. Não se pode negar o exemplo do motorista que se torna também educador, pois passa a conhecer, um por um, todos os passageiros sob sua responsabilidade, além da convivência que se instaura e que alcança também os pais dos estudantes.

Alguma família que mora próximo da estrada na qual passa o transporte, incumbem-se de abrigar os estudantes de outras famílias que se deslocam de suas casas até aquele ponto e se juntam a outros estudantes. Assim, novos relacionamentos surgem entre eles e se estendem às suas famílias. Vive-se então uma situação que possibilita aprenderem uns com os outros, que propicia a convivências entre as famílias dos agricultores, enfim, aprende-se a prática dos valores vividos em suas famílias por meio de atitudes e capacidades que, por meio da cultura, se manifestam como desejáveis por si mesmas. Como afirma Forquin (1993, p. 165),

educar alguém é introduzi-lo, iniciá-lo, numa certa categoria de atividades que se considera como dotadas de valor, não no sentido de um valor instrumental, de um valor enquanto meio de alcançar uma outra coisa (como o êxito social), mas de um valor intrínseco, de um valor que se liga ao próprio fato de praticá-las (como se vê por exemplo no caso da arte); ou ainda é favorecer nele o desenvolvimento de capacidades e de atitudes que se considera como desejáveis por si mesmas, é conduzi-lo a um grau superior (mesmo que esta superioridade seja apenas relativa) de realização.

Assim, o processo de escolarização dos jovens agricultores familiares do universo desta pesquisa tem limitações que lhes causam desconforto e a suas famílias. Como todo processo de socialização, ele é vivido com interesse individual e coletivo, que se manifesta no empenho de todos, estudantes e suas famílias, com o objetivo de capacitar os jovens para a vida na sua totalidade, na família, na sociedade e no mundo do trabalho. Nesse

sentido, os próprios jovens afirmam que as dificuldades não os afastam da escola, mas os estimulam ao empenho pessoal. Diz Leonardo: “Acho que é por isso que eu gosto tanto de estudar”. Enquanto frequentam a escola na cidade, outros interesses, saberes e valores são interiorizados por eles e, mesmo se ameaça a reprodução social da agricultura familiar, amplia sua visão da sociedade e de suas próprias trajetórias de vida.

Todo o processo de deslocamento dos jovens para estudar na cidade não incide tão somente no tempo passado no ambiente escolar, nos espaços urbanos, mas, também, no deslocamento cultural, que tem especial importância na compreensão e disposições dos jovens em reproduzir ou não o modo de vida vivido por seus pais.

4.2.1 A escola na perspectiva de formação dos jovens

Não obstante as dificuldades do processo educativo, a escola vem marcando positivamente os jovens, de tal modo que eles não têm dificuldade em manifestar o apego à escola e sua importância para a realização de seus projetos individuais. Afirma Fábio, 18 anos:

Para mim, a importância da escola começa porque foi lá que aprendi a escrever e a ler, sem isso ninguém consegue estudar. Muito estudo a gente faz sozinho depois que aprende a ler e escrever. Sabe que por aqui ainda tem gente que não sabe ler?

A expectativa de um emprego na cidade povoa as falas dos jovens quando se referem à escola. Nas entrelinhas, percebem-se os sacrifícios enfrentados como necessários para a realização pessoal, sobretudo aqueles que interferem na totalidade do processo de formação. A esse respeito afirma Amanda, 18 anos:

Eu penso que nem tudo se resume na escola. Pra vida, a gente aprende é na família, mas a escola está sempre me dizendo que eu posso estudar mais, que eu posso ser uma pessoa mais esclarecida, e é o que eu quero.

O depoimento de Sílvia, com 21 anos, cursando direito e morando na cidade de Rubiataba, confirma que a vivência da educação escolar tem papel de destaque no processo de socialização dos jovens, contribuindo não só para a aquisição de conhecimentos transmitidos em sala de aula, mas também para a abertura de horizontes e ampliação dos relacionamentos e sociabilidade. A educação escolar também favorece a elaboração de projetos de vida, a possibilidade de permanecer na cidade e não mais retornar ao convívio

da família na atividade agrícola. Sílvia atribui à experiência na escola sua capacidade de relacionamento e a vontade de continuar estudando:

Minhas primeiras experiências na escola foram inesquecíveis, pois a professora foi como uma mãe e conselheira. Sabe, ela estava ali sempre para me orientar e ensinar da melhor maneira possível. A escola era um espaço mágico onde tudo servia para brincadeira com os colegas. Contando com o que estudo hoje são quatro escolas, todas públicas e de ótima qualidade. Nunca parei de estudar e nem pretendo parar tão cedo, pois o estudo é muito importante em minha vida, além de enriquecedor, tanto intelectual quanto culturalmente.

Em uma visão aparente ou imediata, a escolarização de jovens agricultores familiares pode estimular o esvaziamento dos espaços rurais. Mas não se pode atribuir culpa ao sistema formal de ensino pelo fato de o êxodo rural atingir mais os jovens agricultores estudantes. No entanto, é preciso haver preocupação em integrar, na matriz curricular e no projeto político pedagógico, saberes da agricultura, valorizando mais os estudantes oriundos do meio rural e seu modo de viver a condição juvenil. No cotidiano, é o que já vem acontecendo nos relacionamentos dos estudantes com seus pares, com os educadores, com a cultura escolar, mediante a formação dos grupos de amizade, de lazer, que marcam positivamente os jovens e contribuem para sua inserção na vida social. No entanto, eles não colaboram para a preparação dos que almejam ser protagonistas da reprodução social, cultural e econômica da agricultura familiar.

A fala de Leonardo, 21 anos, deixa entender que os relacionamentos com a escola são construídos no começo da escolarização, e que muitos fatores colaboram a durabilidade desses relacionamentos e do apego à escola:

Era tudo ótimo, mas no começo a gente estranhava algumas pessoas, depois todos éramos amigos, ótimos professores, a escola era grande, com muitas salas. Eu tive o privilégio de estudar somente em uma escola, nunca parei nem vou parar de estudar.

As primeiras experiências na escola de fato são marcantes, e, se são boas experiências, a realidade que envolve a escola passa a ter lugar especial na afetividade dos estudantes, como informa o mesmo Leonardo:

Minhas experiências foram maravilhosas, aprendi muito e descobri muitas novidades, foi uma época de grandes descobertas, meus professores, meus colegas. Sempre amei estudar, nunca parei nem reprovei, inclusive agora estou preparando para entrar na faculdade. Nossa! Eu gostava muito dos professores,

tinha sempre um clima bom com eles, de muita amizade, pois como se diz, professor[a] é a sua segunda mãe ou pai. Na escola, é a pessoa com quem você passa o maior tempo juntos.

O depoimento de Mariza, 16 anos, confirma que ela não se esquece das primeiras experiências na escola, mesmo se elas foram embaraçosas:

Foi muito boa minha primeira experiência na escola, e as outras também, pois conheci outras pessoas, pois eu era muito tímida e eu passei a ser mais popular. Os meus professores sempre eram alegres e muito simples e é isso que eu sempre admirei mais neles. A escola era simples, pois não tinha nem banheiro, o que tinha era uma casinha lá fora e era muito ruim ver as pessoas estudarem em escolas bem equipadas com tudo arrumadinho e nós com as mais simples que tínhamos, nós tínhamos vergonha de pedir para ir ao banheiro [casinha].

Além das marcas das primeiras experiências, outros elementos constitutivos do processo de escolarização são destacados pelos jovens entrevistados. O encontro com os amigos e o estabelecimento de novas amizades são apontados como importantes elementos de socialização para 32% dos pesquisados; 28% indicaram que os professores que se fazem amigos, passam a compor o seu grupo de relacionamentos. No entanto, somente para 20% o ensino é um fator de grande importância no seu processo de socialização vivido na escola; e, apenas 12% apontam a importância das aulas e somente 8% indicam a estrutura material da escola como elemento importante no seu relacionamento com a escola (tabela 16).

Procurou-se aprofundar a questão do relacionamento dos jovens com a escola perguntando também de que eles menos gostam na escola. É interessante que 32% não se posicionaram por situações de que menos gostam na escola. Trata-se de um sinal de que conta mais para eles o lado afirmativo, não se prendendo aos negativos? Ou, ainda por que separam, por exemplo, a questão sofrível do transporte da realidade da escola? Alegam que o que menos gostam na escola é estudar, 4%, e 8% não gostam de os professores faltarem às aulas. Outros 12%, afirmam que não gostam de professores inexperientes e que ficam contando piadas durante as aulas, sem explicar o conteúdo. E 12% dizem não gostar de fazer provas (tabela 17).

Os jovens têm também uma visão da escola como espaço que favorece a sua socialização e a afirmação de sua subjetividade, como assinala Carrano (2003). A escola é, muito mais, o espaço de socialização, de encontro com os pares que vivem a mesma situação, e, a seu modo, os jovens partilham as tensões vividas e têm a possibilidade de um

maior conhecimento de si mesmos. Como já foi dito, os círculos de relacionamento ou redes desempenham papel importante para o despertar e o cultivo da subjetividade que se constrói no emaranhado da vida social, e dessa forma, cada um se encontra como indivíduo e como sujeito social.

Na escola, nos encontros com seus pares, na inserção no trabalho, a dimensão relacional é de fundamental importância para o jovem atuar como sujeito no seu processo de sociabilização e construção de sua individualidade.

Nesse sentido, as escolas apresentam inúmeros desafios. Nas palavras de Carrano (2003, p. 133), o desafio “que se apresenta para o campo educacional é o de conseguir os necessários ‘vistos’ e ‘passaportes’ para a viagem, que é dialogar e mesmo compartilhar dos sentidos culturais que são elaborados nas múltiplas redes sociais da juventude” (grifos do autor).

A escola, portanto, representa para os jovens muito mais que um recurso de preparação para o trabalho. Trata-se de espaço e tempo para sua formação humana mais ampla, para suas manifestações culturais e o diálogo com seus pares. No entanto, em geral, as instituições escolares tratam os jovens sem os contemplar naquilo que lhes é próprio, ignoram seu modo de compreender a si mesmos e à sociedade, e oferecem muito pouco espaço para suas manifestações culturais, o que contrasta com a existência do período obrigatório de escolaridade, que apreende o jovem em seu momento de abertura, de energia, de dinamismo e, por longos anos, condiciona-o a assimilar conteúdos determinados pelos representantes da sociedade adulta. É preciso, mais do que isso, ter em conta que, para os jovens, o importante é o presente. De acordo com Reguillo (2003, p. 106),

com exceções, o Estado, a família e a escola seguem pensando a juventude como uma categoria de transição entre um estado e outro, como uma etapa de preparação para o que valoriza a juventude como futuro. Enquanto que, para os jovens, seu ser e seu fazer no mundo está ancorado no presente, o que tem sido finalmente captado pelo mercado.

Uma vez que a interiorização do *habitus* dá-se no cotidiano vivido pelos jovens, no presente, e não em função de um futuro ainda desconhecido.

4.3 A religião na perspectiva dos jovens agricultores familiares

No meio rural, com predominância da família como instância socializadora, há uma maior abertura dos jovens para as práticas religiosas e devocionais. Além do convívio familiar, há um relacionamento mais próximo com as forças da natureza, com os ciclos das lavouras, das estações, elementos e eventos que independem da ação humana. Tudo isso favorece o afloramento da perspectiva religiosa entre os jovens agricultores familiares, independentemente da confissão religiosa. Por outro lado, como afirma Novaes (2008, p. 289),

as instituições religiosas continuam produzindo espaços para jovens, onde são construídos lugares de agregação social, identidades e formação de grupos que podem ser contabilizados na composição do cenário da sociedade civil. Fazendo parte destes grupos, motivados por valores e pertencimentos religiosos, jovens têm atuado no espaço público e têm fornecido quadros militantes para sindicatos, associações, movimentos e partidos políticos.

Dos jovens agricultores familiares sujeitos da presente pesquisa 96% dizem praticar religião e pertencer a uma Igreja, e 4% afirmam não participar de nenhuma. Contudo nenhum deles informou ser ateu ou não acreditar em Deus. (Tabela 18).

É importante pesquisar o papel das instituições religiosas ou da prática religiosa no processo de socialização dos jovens agricultores familiares e sua disposição pela manutenção do trabalho na agricultura, na modalidade desenvolvida por grupos familiares, pois, em seus depoimentos, fica evidente a influência da família na opção religiosa. A família atua no processo de interiorização dos valores e, nesse caso, das opções e práticas religiosas na vida dos jovens, de tal modo que o sentimento de pertencimento ao grupo religioso em que nasceu e foi socializado, expressa-se *naturalmente*, como afirma José: “Eu mesmo nasci e cresci na Igreja Católica, então a Igreja me ajuda muito, eu aprendi a pôr Deus na minha frente, antes de tudo que eu vou fazer”.

Os jovens acenam também para o papel que exercem as instituições religiosas na formação dos indivíduos e dos grupos sociais, sobretudo do grupo familiar. Destaca-se no posicionamento dos jovens que as instituições religiosas internalizam nos indivíduos a capacidade de relacionamento, de abertura para os outros, especialmente para os que vivem algum tipo de privação. No meio rural, a religião tem um poder muito grande de integração das pessoas, das famílias, dos próprios jovens, como afirma Reginaldo:

A religião é capaz de unir as pessoas, evangelizar, levar a paz para dentro de nossas casas, ajudar as pessoas mais necessitadas. A Igreja faz muita união, reunião de jovens, aumenta até as amizades, é a união que faz a força. Minha religião é a católica. Ela me ensina muitas coisas boas para a vida, por exemplo, ela nos ensina a respeitar os direitos de todos.

As famílias, por sua vez, valem-se muito da prática religiosa para a inculcação nos filhos dos princípios e valores que regem a conduta ética das pessoas, favorecendo a convivência humana, o trabalho solidário e o respeito à natureza. Fábio declara:

Eu sou católico, a religião contribuiu pra mim e para os outros como uma questão de princípios e valores. E não é só isso, a Igreja também ajuda a cultivar a liderança, a amizade, o respeito, o trabalho em conjunto e o respeito das coisas que Deus criou para o bem de todo mundo.

As instituições religiosas desenvolvem suas atividades por meio de grupos, de células ou núcleos de família, de jovens, de crianças e, das chamadas pastorais, estruturados hierarquicamente, com planejamento, revisão, promoção de eventos, que supõem a formação de líderes bem como sua capacitação para as atividades de evangelização, catequese e promoção social. Tais estratégias estão na base da internalização dos valores já mencionados na fala de Fábio, e também de Mariza, que afirma:

Eu fui criada na Igreja Católica, cresci e vivo na mesma religião. A Igreja e os ensinamentos que ela passou para meus avós, meus pais, e meus pais passaram para mim contribuíram para minha formação e para a minha educação como pessoa, como ser humano.

Nesse sentido, a religião, como agência socializadora que atua na formação dos indivíduos, contribui também como um antídoto contra as chamadas más influências ou condutas capazes de denegrir a pessoa humana e sua capacidade relacional. Como diz Fábio, a contribuição da religião dá-lhe “força para evitar as coisas erradas”. Ele continua:

Eu gosto da Igreja porque quem pratica uma religião tem força para evitar as coisas erradas. É a Igreja que colabora para fazer da comunidade mais justa e fraterna, tentando melhorar a sociedade humana. Nenhum outro grupo tem tanta força para ensinar o bem a caridade, o respeito, a ética, do que a religião. Por isso eu nunca vou deixar de participar.

Destaca-se também a experiência que as instituições religiosas já desenvolveram para incentivar a organização das pessoas em grupos, associações, sindicatos, cooperativas e outros tipos de agremiação. Nessa experiência acumulada, elas despertam lideranças que fazem emergir grupos que fortalecem, no caso dos agricultores, sua capacidade de unir para reivindicar ou promover melhorias para o segmento. Essa função é constatada na fala de Sílvia:

A Igreja é muito importante aqui, até a formação da associação dos produtores, foi a Igreja que incentivou para ver se todo mundo vive bem com seus direitos de filhos de Deus. Sabe, a religião é quem mais ajuda a gente a ser comprometido com a vida e sua origem na zona rural. Sou católica, minha religião me ensina a cultivar os valores éticos, morais e culturais que regem positivamente a nossa sociedade de bem (SÍLVIA).

No espaço geográfico em que se realizou a pesquisa, pode-se perceber, pela fala dos jovens, haver uma boa convivência entre os grupos religiosos, uma vez que os dados em análise revelam a presença das chamadas igrejas históricas, com longa tradição no município e sem uma atuação pautada no proselitismo. 82% deles se dizem católicos; 10% assembleanos do Ministério Madureira e, 8%, presbiterianos. Na família de José, por exemplo, pode-se perceber a convivência de dois grupos religiosos:

Eu sou católico, minha mãe é evangélica, mas na Católica a gente tem mais liberdade, aprende mais coisas. Nas missas e nas reuniões a gente aprende muita coisa para a vida, a gente fica sem medo porque fica com mais confiança em Deus, canta junto, reza junto, passeia, aprende a viver ajudando uns aos outros. Quem é que não precisa da ajuda de Deus e dos outros? Isso também é uma boa educação.

Pode-se dizer ainda que as instituições religiosas, em seu papel socializador, oferecem a sua contribuição para a manutenção da atividade agrícola no modelo agricultura familiar por incentivar o associativismo e a formação de grupos de agricultores, pelo potencial que têm tais grupos de fortalecer o sentimento de pertença e as iniciativas que visam agregar valores e melhorar as condições de vida.

4.4 Ser jovem para os jovens filhos de agricultores familiares de Baixa Verde

Na sua especificidade, os jovens da agricultura familiar têm a sua compreensão do que é ser jovem como sujeitos de direitos e deveres como todo cidadão, como se pode constatar na fala de Mariza:

Para mim, ser jovem é estar sempre buscando o seu direito e o seu lugar na sociedade, e expor suas opiniões sem medo de ser feliz. Ser jovem é tentar transformar o mundo em um mundo melhor. É ser indignado com as injustiças, as roubalheiras, as malandragens dos políticos. É buscar ajudar as causas corretas, as que podem fazer a mudança de nossos governantes na solidariedade humana, na igualdade social, na proteção dos inocentes. Ser jovem é lutar por um mundo melhor, ser jovem é buscar mudanças para o mundo.

Com seus dezesseis anos de idade, Mariza, concluinte do ensino fundamental, aponta como característica do ser jovem a sua capacidade de observação e senso crítico sobre si mesma, o ser jovem, mas também sobre o mundo, a sociedade e suas estruturas. Nesse sentido, ela considera a juventude como a melhor fase da vida, pela capacidade de ver a vida com mais gosto de viver, com mais sabor e dinamismo:

Eu concordo com os mais velhos que dizem que a juventude é a melhor fase da vida de qualquer pessoa, pois ser jovem para mim é tudo de bom e ter como ver a vida com outros olhos, ou seja, ver a vida com mais gosto de viver e simplesmente viver a vida com mais sabor. Eu acho que se alguém pudesse pararia o tempo e seria jovem para o resto da vida (MARIZA).

Para Rosa, a condição para ser plenamente jovem é viver com senso crítico, não se deixando levar por qualquer proposta, além de ter capacidade de escolha em todos os momentos: “Ser jovem é curtir a vida com responsabilidade, agir com responsabilidade, ouvindo os mais velhos, sem ficar por conta deles. É! Trazer coisas novas para a sociedade é tarefa dos jovens”.

Ouve-se falar muito de conflito de gerações, que os jovens são rebeldes ou revoltados e desafiam a sociedade como se fosse um grupo opositor às estruturas da sociedade no passado e no presente, que vivem alheios ao que se passa no mundo coordenado pelos adultos. No entanto, em seus depoimentos, os jovens filhos de agricultores familiares, conforme percepção que têm de si mesmos, veem-se socialmente como veículo de ligação, no presente, entre o passado e o futuro. A sociedade, ao perceber os jovens no seu potencial, por meio deles, pode renovar-se permanentemente, como argumenta Amanda:

Ah, ser jovem é viver a vida com mais intensidade do que os adultos, sem confundir liberdade com libertinagem, que são duas coisas muito diferentes uma da outra. É ser uma pessoa cheia de energia, animada, divertida, que estuda, que acredita no presente e no futuro, mais no presente que no futuro. O presente tá aí, o futuro ninguém sabe, quer dizer, sabe por que tem tudo a depender de nós.

Para os jovens filhos de agricultores familiares, o futuro não está distante, mas há incerteza que possa ser alcançado. Ele é parte do presente, está sendo realizado, e não há ruptura, “o futuro vai ser a cara do presente que está nas nossas mãos e nas mãos dos adultos” (AMANDA). Afirma Sílvia em seu depoimento:

Para mim ser jovem é ser uma pessoa de opinião e comprometida com a construção de uma sociedade melhor e mais consciente. Que tem que ser revoltado, tem. Mas é revoltado com o que tá errado, com o descaso de quem governa, com o egoísmo deles que têm a obrigação de olhar para tudo mundo, principalmente para o mais pobres, para os jovens, para nossa turma que tem de sacrificar tanto para estudar. Se os grandes lá de Brasília, o Lula falasse menos e escutasse os jovens, muita coisa podia consertar.

4.5 O lazer e a sociabilidade dos jovens agricultores familiares de Baixa Verde

O lazer é componente do cotidiano do indivíduo ao longo de toda sua vida e desempenha papel importante, tanto na sociabilidade quanto no processo de identificação, por meio da compreensão das diferenças no confronto com o outro. Segundo Weisheimer, 2009, p. 206), o lazer vem a ser

o espaço onde a interação sai das práticas convencionais e entra no âmbito do jogo, da brincadeira, do prazer e da diversão, como são as atividades de lazer, mas que se nutre da própria realidade e a expressa. Com efeito, o lazer pode ser considerado como tempo sociológico no qual a liberdade de escolha é elemento preponderante e que se constitui para os jovens enquanto campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais.

Nesse sentido o lazer, para os jovens, é imprescindível e pode possibilitar a tomada de consciência sobre si mesmos, e também a busca de maior interação com os demais, o que é fundamental para a autoidentificação, como também para a construção e o fortalecimento de relacionamentos, uma vez que a convivência com os outros, em grupos, possibilita a criação de um clima de confiança entre os indivíduos e o aprendizado das práticas sociais do segmento de que fazem parte. Conforme afirmam Brenner; Dayrell e Carrano (2005, p. 177): “As atividades de lazer criam uma certa consciência de liberdade ao permitir uma fuga temporária à rotina cotidiana de trabalho e obrigações sociais”.

No caso dos jovens agricultores familiares, a participação nos momentos de lazer é um dos elementos da sua condição juvenil e contribui para sua constituição como jovens agricultores familiares. O lazer favorece que os jovens se tornem agentes sociais, justamente por meio das interações, embora, nos espaços sociais da região de Baixa Verde,

eles não dispõem de muita liberdade para escolha das atividades de lazer, mas, mesmo com poucas escolhas, a sociabilidade dá-se em ambiente de descontração.

Os jovens agricultores de Baixa Verde contam com modalidades de lazer, como visitas a amigos familiares, o futebol, os encontros religiosos, os mutirões e as viagens no final de semana. Talvez por isso, frequentem mais a cidade, onde existem mais opções. Das possibilidades de lazer nos espaços de Baixa Verde constatou-se que a visita aos amigos e familiares é a que mais acontece (96%), o futebol e encontros religiosos vêm em seguida, (44% cada), viagens nos finais de semana (20%), mutirões (16%) e não praticam nenhum tipo de lazer (4%), (tabela 19).

Constata-se também que, entre os jovens agricultores familiares entrevistados, as formas de sociabilidade juvenil acontecem nos espaços de convívio da comunidade, da família, e se destacam a frequência à igreja, a prática esportiva limitada ao futebol, visitas às famílias, piqueniques e pescarias. Segundo eles, o lazer tem especial papel no processo de formação em que vivem, pois amplia sua capacidade de relacionamentos e é uma das formas de manterem-se informados dos acontecimentos. Segundo Reginaldo, “nos encontros de comemoração entre as famílias se discute muitas ideias e se fica informado das novidades que interessam a todos e se programa outros encontros como fazer uma pescada com os amigos”.

As atividades de lazer também são vistas por eles como oportunidades de maior convivência com a própria família, por isso, há um certo esforço para organizar atividades com integração dos membros familiares. Para Fábio, por exemplo, as melhores formas de lazer são as que o ajudam a curtir mais a própria família:

Eu gosto muito de pescar, eu amo pesca e gosto muito de piquenique, assistir [a] filme e ouvir música, principalmente quando é em família, ou com os amigos com as famílias deles. Gosto de tudo que ajuda a curtir a minha família”.

Percebe-se que, entre eles, há o cuidado de curtir a própria vida familiar como oportunidade de lazer. “Todo mundo junto” e “em casa, com minha família” são expressões que denotam o lugar que a família ocupa na vida dos jovens entrevistados e sua importância como agência socializadora, como expressa Sílvia: “Eu gosto muito é de ficar em casa com minha família, ouvir música com eles, ir na casa dos meus parentes e ir à missa todo mundo junto, além de ler livros, gosto muito de ler”.

Nessa mesma linha de interpretação, as demais modalidades de lazer possíveis entre eles cumprem um papel importante na socialização, no entrosamento entre eles e exercício da confiança uns nos outros, além da interiorização de valores próprios da convivência com o diferente e com seus pares. Suas falas destacam a própria casa como local e ambiente de lazer. Diz o Fábio:

Sem dúvida alguma o divertimento que eu mais gosto é quando juntamos todos os meninos e meninas vizinhos da Baixa Verde lá em casa e vamos passar o dia na beira do córrego ou, às vezes, eu vou para casa de alguém para fazermos o mesmo. É muito bom, todos gostam muito, se respeitam, falamos das coisas mais reservadas da nossa idade e aprendemos coisas novas uns com os outros.

Fábio retoma a conversa para falar da frequência dos encontros entre os jovens das diversas famílias do local como também entre as famílias: “Repetimos essas reuniões quase todos os finais de semana, sem dúvida, esse é o melhor divertimento para mim”. Mariza também confirma o papel dos amigos e da família para os momentos de lazer e os considera momentos de aprendizagem da vida e dos costumes:

Eu gosto mais é das reuniões e festas de igreja. Depois da missa, a gente fica um tempão junto, curtindo na praça. Gosto de sair com os amigos e passear com a família, ir para a cidade, fazer um piquenique no rio com os meus amigos da cidade e os vizinhos da roça, ver um filme em casa, andar a cavalo, ouvir música. Gosto de fazer essas coisas, porque eu me sinto bem e aprendo muita coisa.

Embora não afirmem que não existe o problema de alcoolismo na comunidade, manifestam a preocupação com a presença do vício nos momentos e nas situações de lazer. Afirmam que as drogas ainda não adentraram os espaços de convivência das famílias e dos jovens pesquisados. José, um dos mais novos entre os pesquisados, manifesta sua posição:

Para mim, o melhor divertimento é quando junta toda a família e conversamos sobre infância e também quando os nossos avós contam as dificuldades, as diversões e as histórias dos tempos deles, da infância deles. Mas quando vou em alguma festinha, que, quando chego lá e tem bebidas alcoólicas, me sinto tão mal que me dá vontade de ir embora. Se eu pudesse acabar com a fábrica de bebidas alcoólicas, eu acabaria, e quando alguém fica insistindo para eu beber cerveja, que já tá na hora de eu começar a beber, eu saio fora.

Percebe-se que os jovens agricultores familiares entrevistados procuram viver com intensidade os momentos de lazer na comunidade rural. Não se restringem, no entanto, às modalidades de lazer da comunidade, uma vez que frequentam atividades que acontecem

na cidade, como os *shows* musicais, os passeios na cidade. Não se pode, portanto, afirmar que o lazer na comunidade tenha força suficiente para influenciar os jovens agricultores familiares na disposição pela permanência no meio rural. Ademais, algumas das modalidades de lazer por eles indicadas, como os piqueniques, os acampamentos nas margens dos rios, as visitas a amigos, são práticas preferidas na mesma intensidade pelas famílias residentes na cidade. Os encontros religiosos na cidade e na localidade onde residem os jovens foram mencionados como elementos importantes na sociabilidade dos entrevistados.

Outro elemento que compõe o período juvenil é a construção, pelos sujeitos jovens, de suas identidades, no relacionamento e interação com seus pares. Esse processo é caracterizado pela espontaneidade com que os jovens procuram formar grupos de convivência, de esporte, de lazer, com aqueles que partilham da mesma condição juvenil. Em alguns casos, o encontro com seus pares substitui o papel do núcleo familiar e ajuda o jovem a dar passos para exercitar sua autonomia em relação à instituição familiar. Por isso, é necessário entender que, no processo juvenil, os jovens constroem, eles mesmos, suas identidades, com a tomada de consciência de seus desejos e interesses e o esforço para construir as condições necessárias para sua trajetória.

Para que tome consciência de si mesmo, de sua individualidade, o indivíduo sempre precisa do outro. O outro é a ressonância daquilo que a pessoa é. O outro, com palavras ou outras formas de linguagem, acusa a existência do indivíduo e reconhece as suas particularidades. A dimensão da alteridade, presente no processo de encontro do indivíduo consigo mesmo, é fundamental para a construção da subjetividade, processo muitas vezes repleto de tensão e de desafios. É importante lembrar que se trata de um processo segundo o qual cada indivíduo é capaz e, portanto, deve ser dele o protagonismo, e que a dimensão relacional está intimamente ligada ao processo da construção das identidades. Afirma Dayrell (2003, p. 17), em estudos sobre os processos de construção das identidades juvenis na contemporaneidade:

A ênfase na construção da identidade é atribuída à dimensão relacional, tendo como eixo a alteridade. Indivíduo e sistema se constituem reciprocamente e o sujeito não se torna consciente de si a não ser na relação, delimitação com o ambiente externo. Assim, ninguém pode construir a sua identidade independentemente da identificação que os outros possuem a seu respeito, no processo intersubjetivo onde eu sou para você o que você é para mim. A identidade é antes de tudo um processo de aprendizagem, o que implica no amadurecimento da capacidade de integrar o passado, o presente e o futuro, e também articular a unidade e a continuidade de uma biografia individual [...] a

identidade é, sobretudo uma relação social, e sendo uma interação, carrega consigo uma tensão irresolúvel entre o auto-reconhecimento e o heter-reconhecimento, o que aponta para a importância de pertencimento grupal e das suas relações solidárias para o reforço e garantia da identidade individual.

A integração do passado e do presente na construção da subjetividade não é possível sem o exercício da alteridade, uma vez que o relacionamento com o outro possibilita ao sujeito reconhecer-se nas diferenças e nas semelhanças com o outro. Assim acontece com os jovens nas redes de relações sociais, que são de fundamental importância em suas vidas. Aos poucos, os jovens aprendem a inserirem-se, como diz León (2009, p. 58), em redes de relações preexistentes socializadoras de valores:

Na trajetória de socialização que vivenciam os jovens a partir da infância na direção da autonomia pessoal, eles se veem simultaneamente diante de inúmeros contextos culturais e redes de relações sociais preexistentes – família, amigos, colegas de sala de aula, meios de comunicação, ideologias, partidos políticos, entre outros –, dos quais selecionam valores e ideais, estéticas e modas, formas de relacionamento ou convivência e os hierarquizam, de modo a contribuir para modelar seus pensamentos, sua sensibilidade e seus comportamentos. Junto a esses espaços da vida cotidiana que operam como mecanismos de mediação constitutiva e localização histórica da subjetividade, da busca de uma identidade própria individual e geracional, as novas tecnologias geram modos de participação mais globais que introduzem os adolescentes e jovens em uma nova experiência de socialização, diferente da familiar, da escolar e, em geral, das mais comuns.

As instituições formadoras, como a família e a escola, desempenham papel indispensável nos processos de formação dos jovens agricultores familiares. A participação dos entrevistados acerca do trabalho familiar agrícola desponta como principal elemento no processo de socialização dos jovens agricultores familiares, processo que continua com a inserção dos jovens no sistema de educação formal nas escolas, na cidade e em atividades de lazer.

Embora se constate a existência de jovens agricultores pesquisados fora da escola, fica evidente a importância e o valor que eles e suas famílias dão ao processo de escolarização, bem como sua participação na construção de novos relacionamentos e expectativas de realização pessoal. Nesse sentido, mesmo se os entrevistados não mencionem preocupação da escola com a reprodução social da agricultura familiar, sua colaboração acontece à medida que promove a ampliação dos conhecimentos dos jovens, facilitando escolhas mais conscientes.

Os jovens agricultores familiares procuram viver com intensidade os momentos de lazer que lhes são acessíveis, de tal modo que, no seu tempo livre, conseguem viver práticas de sociabilidade juvenil.

CAPÍTULO V - JOVENS FILHOS DE AGRICULTORES FAMILIARES E EXPECTATIVAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

O presente capítulo tem como objetivo analisar os dados da pesquisa realizada com jovens agricultores familiares da região de Baixa Verde para apreender suas expectativas em relação à permanência no campo e à disposição em continuar a atividade familiar agrícola, ou seja, suas disposições em reproduzir socialmente seu grupo social de referência. Assim, procura-se apreender o vínculo dos jovens agricultores com a agricultura familiar por meio do trabalho agrícola, da avaliação do modo de vida dos pais e das suas expectativas e projetos para futuro.

No modo de produção das condições de existência, o sujeito social produz-se simultaneamente ao criar os bens materiais e culturais e esse processo de produção contém os mecanismos de reprodução. Portanto, a reprodução social depende da maneira como os sujeitos protagonistas produzem a cultura, os saberes, a sobrevivência, em suma, a própria existência (SCHNEIDER, 2003). Equivale dizer que, na maneira de produzir, nas atividades de produção, o ser humano não satisfaz apenas suas necessidades imediatas, mas, simultaneamente, promovendo sua própria existência social, o que possibilita sua reprodução social e não apenas biológica e material.

Nesta perspectiva, (cf. SCHNEIDER, 2003), a reprodução social envolve formas de transmissão e renovação da produção material e cultural dos seres humanos, processo determinado pelas necessidades de produção e reprodução, sobretudo, por meio do trabalho. Os modos de pensar, agir e sentir, os hábitos e os estilos de vida, enfim, os padrões culturais, são reproduzidos pelas gerações e pela mediação socializante das grandes instituições formadoras. A reprodução social implica, também, a atuação de mecanismos diversos de geração para geração, no interior do processo de produção instituído.

Por isso, neste capítulo, busca-se apreender a inserção dos jovens filhos de agricultores familiares nos processos de trabalho na unidade familiar agrícola. Neste contexto, ocorrem as condições de produção, realizam-se também as condições de reprodução, e,

para que isto se viabilize, é necessária a eficácia de um “núcleo gerador”, o que, no caso dos agricultores familiares, é o próprio grupo doméstico seu mecanismo central. Isto impõe a necessidade de especificar as características do processo de trabalho familiar agrícola para se obter a chave da compreensão de seus mecanismos de reprodução social (WEISHEIMER, 2009, p. 106).

Como a reprodução social implica mecanismos que se dão no interior do processo de produção constituído pela unidade familiar de produção, analisa-se os níveis de inserção dos jovens agricultores nos processos de produção da agricultura familiar. Eles acontecem no exercício do trabalho familiar agrícola, como forma de produzir, manter e reproduzir a vida, os saberes que lhe são próprios, a existência, o patrimônio material e cultural que, nos meios de produção, são reproduzidos de geração para geração, agregando novos elementos que, nos mecanismo de produção, são interiorizados, permitindo, também por meio do trabalho, sua exteriorização, já enriquecidos e acrescidos pela experiência e trocas de saberes.

Assim, entende-se que os processos de produção social são, também, processos de reprodução. A reprodução social, no entanto, é muito mais que a mera repetição dos modos de vida e de produção, uma vez que ela se dá, como afirma Schneider (2003), em um complexo jogo, no interior das unidades familiares, em que se somam vontades de cada indivíduo e da família como um coletivo, bem como pressões econômicas externas e elementos advindos da interação entre os membros da família e com o ambiente social em que estão imersos. A reprodução social da agricultura familiar tem a ver com o processo de trabalho familiar e o modo como os jovens vivem e percebem o presente da atividade agrícola e, é claro, dos projetos que constroem para o futuro, com base nas experiências do presente, e se pretendem incluir em seus projetos a atividade agrícola familiar, ou não. Para Schneider (2003), mais do que resultado da vontade individual ou do coletivo da família, a reprodução da unidade familiar depende das decisões e estratégias dos seus membros, individual e coletivamente, mas também da interação dos mesmos com o ambiente social:

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo, pelo qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço em que estão inseridas. Nele os indivíduos e a família devem levar em conta o bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar determinados objetivos. Desse modo, a reprodução não é apenas o resultado de um ato de vontade individual ou do coletivo familiar, e tampouco uma decorrência das pressões econômicas externas do sistema social. A reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos. Nesse processo cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à sua continuidade e reprodução (SCHNEIDER, 2003, p. 114).

Assim, pode-se interpretar o processo de trabalho familiar agrícola como produção e reprodução, uma vez que é um processo de relacionamento e transformação da natureza, para obtenção de produtos agrícolas para o sustento do grupo familiar. Ele é realizado por pessoas que mantêm ligações entre si, que é o caráter fundamental das relações sociais internas às mesmas unidades de produção.

“O trabalho familiar estabelece relações produtivas com base na reciprocidade das obrigações familiares e não em relações salariais” (WEISHEIMER, 2009, p. 107), o que faz que nele aconteçam processos de produção e reprodução distintos de outras modalidades de trabalho com base em relações salariais. Por isso procura-se, neste capítulo, analisar, dentre outros dados, a avaliação dos jovens referente ao modo de vida, trabalho e relações familiares das unidades de trabalho familiar agrícola em que vivem processos de socialização.

5.1 Avaliação do modo de vida dos pais e desejo de sucedê-los na gestão da propriedade

Para apreender dos jovens agricultores familiares suas perspectivas relativas à permanência na atividade agrícola familiar, procurou-se sondar sua avaliação do modo de vida dos pais, atualmente em plena atividade como agricultores familiares, com a intenção de apreender seu interesse em reproduzir os mesmos modos de vida e atividade. Nesse primeiro momento, foi-lhes perguntado: “Como você avalia o modo de vida de seus pais? Você gostaria de viver do mesmo modo de seus pais? Você gostaria de suceder seu pai ou sua mãe na gestão da propriedade familiar?”

À primeira pergunta, referente ao modo de vida de seus pais, 20% escolheram a opção ótimo, 48%, bom, 12%, regular, 20%, ruim, e ninguém marcou a opção péssimo. Deste modo, percebe-se que predominam avaliações positivas sobre a questão. Em geral, as respostas negativas sobre o modo de vida dos pais (regular, ruim), somando 30%, revelam alguma dificuldade de os jovens assumirem um dia o lugar dos pais, caso se considere a sua avaliação. As respostas de teor negativo podem significar, mais do que rejeição, o desejo de modificar os modos de vida, de relacionamento no grupo doméstico, bem como os modos de trabalho. Em grande parte, demonstram que estão em conformidade com o modo de vida dos pais (tabela 20).

A segunda pergunta, relativa à possibilidade de viver como seus pais, foi proposta para apreender a disposição dos jovens em reproduzir tal modo de vida: Foram oferecidas três opções: sim, sim, mas com mudanças e não. Os resultados apontam 40% respostas

afirmativas, 20%, negativas, e 40%, para sim, mas com mudanças. Percebe-se que existe, para mais da metade dos entrevistados, uma disposição favorável à reprodução do modo de vida dos pais, mesmo com mudanças, e menos da metade, mas com um percentual expressivo, não coloca em seus projetos a vontade de viver do mesmo modo dos pais, ou seja na agricultura familiar ou no trabalho familiar agrícola. Percebe-se também que os jovens agricultores familiares acolhem os valores vividos no trabalho familiar que receberam dos pais e em que estão inseridos, mas pensam em promover algumas mudanças, como por exemplo, residir na cidade, não casar com agricultor ou com agricultora, prosseguir os estudos para arrumar emprego na cidade. Essa indicação confirma as respostas dadas pelos mesmos jovens à questão referente ao ser jovem: “ouvir os mais velhos, mas não se prenderem a eles” (ROSA), e “contribuir para a transformação do mundo e da sociedade” (AMANDA).

Segundo Abramovay (1996, p. 35), “o processo sucessório e a formação da nova geração de agricultores parece obedecer a uma espécie de automatismo: a agricultura familiar produz, gera novos agricultores familiares”. No entanto, outros fatores estão em jogo no processo de socialização das novas gerações, como por exemplo, a propriedade: todos os agricultores familiares são pequenos proprietários e não há, na região, a possibilidade de aquisição ou de ocupação de novas terras. Como o trabalho na agricultura familiar é totalmente vinculado à terra, os filhos sabem que nem todos vão poder suceder os pais na agricultura, e os pais vivem o dilema de escolher a qual dos filhos vai caber a sucessão. Além da sucessão na propriedade, outro dilema que se apresenta na agricultura familiar diz respeito à reprodução do modo de vida ligado à atividade agrícola. Segundo Ferreira e Alves (2009, p. 246),

para os jovens que vivem no campo, as oportunidades de trabalho e construção de autonomia são mais difíceis, pois se inserem em padrões culturais que operam com a lógica da continuidade da atividade agrícola, em estreita relação com o tamanho da terra a que estejam vinculados por laços de família. Assim a transmissão da propriedade – e sua continuidade –, que passa pelos critérios de sucessão/herança, constitui um dos fatores que provocam a desestabilização da agricultura familiar e o afastamento dos jovens das lides agrícolas.

Assim, pode-se perceber a complexidade de situações que envolvem a disposição dos jovens filhos de agricultores familiares em reproduzirem seu grupo social de origem. O processo de trabalho familiar agrícola atua como mecanismo de socialização e tende, portanto, para sua reprodução, mas fatores como o tamanho e a transmissão da propriedade

agrícola e a não disponibilidade de expansão das áreas de produção reduzem, para os jovens, as possibilidades de estabelecerem-se com autonomia na atividade que aprenderam com os pais.

5.1.1 Sucessão dos pais na gestão da propriedade agrícola

Outro fator determinante para a reprodução da agricultura familiar, na preocupação dos jovens, é o processo sucessório, em virtude da pouca possibilidade de os filhos, engajados no trabalho familiar agrícola com os pais, virem a sucedê-los na gestão da propriedade que é, geralmente, muito pequena. Para apreender como os jovens sujeitos desta pesquisa enfrentam essa questão foi apresentada mais uma pergunta, com o intuito de sondar as disposições dos jovens agricultores familiares para reproduzirem a vida na agricultura familiar: “Você gostaria de suceder seu pai ou sua mãe na gestão da propriedade familiar?” Quatro opções foram oferecidas: sim, não, mais ou menos, e ainda não pensei nessa possibilidade (tabela 21).

Uma vez que o processo sucessório corresponde à transferência da gestão da propriedade de pais para os filhos, ou de uma geração à outra, é uma situação complexa, porque depende de diversos fatores, como o número dos filhos, o tamanho da propriedade, o desejo de se estabelecer na cidade, a qualidade da terra, entre outros. Por isso mesmo esta pergunta exigiu dos entrevistados uma reflexão mais acurada e trabalhar ao mesmo tempo suas disposições interiores e confrontá-las com a realidade material e externa da propriedade e do número de herdeiros.

Verifica-se que 40% escolheram SIM, que gostariam de suceder os pais; para 32%, a resposta foi negativa, não contam com essa possibilidade em seus projetos; 20% deles afirmam não terem clareza, ficando no MAIS OU MENOS; e 8% responderam negativamente ao afirmar não estar preocupados com a sucessão dos pais. O percentual dos que responderam que pretendem suceder os pais predomina sobre as demais alternativas, mas representa menos da metade dos entrevistados.

No entanto, é também expressivo o percentual dos que ainda não se preocupam com a questão, alternativas mais ou menos e ainda não pensei nessa possibilidade. Os dados podem revelar que não estão muito interessados por essa questão em suas perspectivas de futuro.

É sintomático que 32% dos que responderam ao questionário não pretendam suceder aos pais na gestão da propriedade familiar. Pode ser que eles pensem em outras

oportunidades de trabalho não agrícola, porque não elegeram o modo de vida dos pais para sua realização profissional.

A questão da herança da propriedade familiar também influencia a disposição em reproduzir o modo de vida dos pais no trabalho agrícola familiar. Foi perguntado, então, quais as expectativas dos jovens em herdar a propriedade dos pais: 20% informam ser os únicos herdeiros; 20% que não vão herdar a terra; 30% que não há espaço para todos os herdeiros; 10% pensam que vão herdar por igual; e 20% que vão ter ainda que negociar para ver quem sucederá os pais na gestão da propriedade.

Esses dados revelam a importância da propriedade e seu tamanho, para a questão da reprodução social da agricultura familiar na região onde todas as propriedades são pequenas. A escolha por “Não há espaço para todos” manifesta duas possibilidades: que a propriedade poderá ficar com um dos filhos, mediante negociação, ou que sabem que não vão herdar a propriedade.

De fato, conforme tabela 22, as propriedades de terra dos agricultores familiares da região de Baixa Verde, em média têm seis alqueires, são pequenas para uma distribuição entre dois ou mais filhos.

5.2 Expectativas de estabelecer-se no meio rural

Acresce-se a esses dados o fato de que dos jovens sujeitos da pesquisa, 24% já vivem na cidade, e mesmo mantendo vínculos com o espaço rural, poucos falam do desejo de voltar. Dos que vivem na zona rural, muitos acreditam que mais cedo ou mais tarde terão de ir para a cidade. A tensão de fundo é a procura por emprego, pelo trabalho remunerado, uma vez que, na agricultura familiar, as relações de trabalho não são regidas pelo esquema salarial. Um dos entrevistados prefere permanecer no trabalho agrícola: “Eu não pretendo ir para cidade, eu prefiro ir sempre à cidade, mas quero sobreviver é na agricultura, morei na cidade só até conseguir meu pedaço de terra” (REGINALDO).

Mesmo quem ainda vive com os pais no trabalho familiar agrícola, já estuda na cidade, como José, pretende morar na cidade e nela engajar-se profissionalmente: “Ah, se for da vontade de Deus, agora eu terminando o ensino fundamental quero ir para a cidade, porque lá vou ter mais oportunidades de ter um futuro bom e estudar muito”. Mariza também se vê na mesma situação:

Eu, por exemplo, pretendo ir para a cidade para arrumar um emprego para eu ajudar meu esposo e para eu pagar meus estudos. Porque eu tenho vontade de

fazer faculdade na área de medicina, tenho vontade de fazer faculdade de nutricionista, psicologia ou fisioterapia. Mas eu não tenho condições, por isso eu queria arrumar um emprego para eu conseguir pagar uma faculdade e ajudar o meu esposo.

Fábio, nos seus 18 anos, vê-se encurralado: vai ter que ir para a cidade para obter trabalho, mas situa-se entre os que alimentam a possibilidade de fixação na agricultura com a posse de um pedaço de terra para desenvolver a atividade agrícola: “Talvez vai ser preciso mudar para a cidade, para poder trabalhar. Mas se Deus quiser, eu pretendo comprar uma terrinha um dia, espero que Deus me ajude a conseguir alcançar meu sonho”.

Seus projetos de escolarização, de continuar estudando, de fazer faculdade, revelam que nem todos os jovens pretendem reproduzir o trabalho dos pais, mesmo se o avaliaram positivamente. Eles têm seus próprios sonhos, dos quais não abrem mão, como afirma Rosa:

Ah, eu tenho que ir para a cidade. Porque indo para cidade fica mais fácil para estudar, realizar meus sonhos e poder ajudar meus pais que não querem sair daqui. Lá nas cidades é que tem as facilidades para fazer um curso, trabalhar, porque fica muito difícil para meu pai me buscar todos os dias na cidade Os únicos pontos mais difíceis é deixar meus pais. Mas é por uma boa causa, é para melhorar a minha vida, e quem sabe se um dia eu for uma profissional, quem sabe melhoraria o nosso futuro.

José, dezesseis anos, um dos mais jovens entrevistados, não vê possibilidade de se realizar profissionalmente na agricultura familiar. Para ele, os estudos, a faculdade e a possibilidade de trabalho condicionam sua opção pela cidade. A característica da agricultura familiar, sem remuneração, é, portanto, outro fator que impede os jovens agricultores familiares de reproduzirem a atividade agrícola no grupo familiar:

Eu vou ter que ir para cidade, pois pretendo fazer faculdade e me formar. Pois é na cidade que tem maior facilidade para trabalhar, arrumar emprego e também para ir pra escola. Aqui é melhor pra tudo da vida, mas num tem emprego nem escola, nem faculdade, tudo pro futuro da gente tá na cidade, fazer o que? Quem quer estudar e arrumar emprego tem que ir para a cidade, aqui não tem futuro não (JOSÉ).

Além da preocupação com a inserção no mercado de trabalho, sobressai também o desejo de continuar os estudos como motivação para a transferência para a cidade. De um modo ou outro, os jovens acabam afirmando que não haverá outra saída a não ser ir para a cidade. Nesse sentido, a frequência à escola na cidade exerce grande influência na opção

dos jovens rurais em migrar para a cidade, seja pelo desejo em continuar os estudos, seja pelo fato de que, frequentando a escola na cidade, poderem construir um bom relacionamento com os jovens e as realidades do meio urbano pelo qual se sentem atraídos.

Os jovens filhos de agricultores familiares pesquisados encontram-se, assim, envolvidos nos processos de reprodução social da agricultura familiar, mas não se pode negar que fatores externos a eles mesmos podem estimulá-los a voltar os olhares e projetos para oportunidades de trabalho e autonomia em outros campos. Eles gostam do trabalho na agricultura familiar, avaliam positivamente o modo de vida dos pais, mas ao mesmo tempo em que veem poucas possibilidades no meio rural, se encontram atraídos para a cidade e para o exercício de atividades não agrícolas.

Os jovens vivem o dilema entre permanecer no meio rural e na agricultura e partir de vez para a cidade (Rubiataba ou outros centros urbanos). Eles não querem romper com o trabalho agrícola realizado pelos pais, mas visualizam maiores possibilidades de realização pessoal e profissional em outras atividades. Se, de um lado, a diluição das fronteiras entre o rural e o urbano favorece a integração dos dois espaços mediante a convivência dos jovens do campo com os jovens da cidade, de outro, afeta-os profundamente e os motiva a romper com suas origens. Segundo Castro (2006, p. 1),

a juventude rural é constantemente associada ao problema da “migração do campo para a cidade”. Contudo, “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas questões, onde a categoria *jovem* é construída e seus significados disputados. A própria imagem de um *jovem* desinteressado pelo meio rural contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais (grifos da autora).

Percebe-se, observando os jovens filhos de agricultores familiares da região de Baixa Verde, que não é mais possível esconder o dilema que estão vivendo nesse momento de suas vidas, entre as possibilidades de permanecerem no campo e na atividade agrícola, ou acompanhar o movimento de migração para a cidade que já agrega muitos de seus companheiros. A ideia de que a alternativa mais viável é a partida para os espaços urbanos, no entanto, é construída conforme a perspectiva urbana e dos mecanismos de descaracterização ou subestimação da vida no campo, e seu conseqüente esvaziamento.

Ficar no campo ou transferir-se para a cidade é questão social que envolve muitos fatores e sugere o empenho dos movimentos sociais, de instituições governamentais e não governamentais. É um dilema que afeta toda a sociedade e precisa ser considerado para

que se busquem iniciativas diversas em favor de soluções para o problema. Conforme Ferreira e Alves (2009, p. 245),

a transferência de jovens para as cidades, mais do que parte do movimento demográfico geral do processo de urbanização das sociedades industrializadas contemporâneas, tem sido vista como um problema, na medida em que não só contribui para o *esvaziamento* do campo, mas também pressagia o fim do mundo rural (grifo dos autores).

Não é suficiente atribuir ao processo de escolarização na cidade a causa principal desse dilema, pois em épocas recentes, quando havia, no município de Rubiataba, 35 escolas ditas rurais, o êxodo rural era ainda mais intenso porque havia mais pessoas morando no campo e migrando para a cidade, independentemente da educação escolar na cidade ou no meio rural em que habitavam. Atualmente, as possibilidades de reprodução da agricultura familiar se fecham mais também pelo fato de que as famílias são pouco numerosas.

Assim, “ficar e sair do campo é mais complexo que a leitura da atração pela cidade, e nos remete à análise de *juventude rural* como uma categoria social chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade do campo” (CASTRO, 2006, p. 11), (grifos da autora). Não se pode, portanto, de maneira antecipada, responsabilizar somente os atrativos da cidade pelo movimento migratório dos jovens para a cidade.

Há um processo de estabelecimento das famílias na agricultura familiar que vem de longa data, mas que está em crise e sem perspectivas de prolongar-se às novas gerações, de acordo com a opinião dos jovens pesquisados. O depoimento de Letícia, no entanto, confirma o apreço por morar no campo:

Desde que nasci, sempre morei na roça. Morar no campo sempre foi uma descendência de meus familiares, pois meus avós paternos e maternos sempre viveram da agricultura. Nossa raiz na agricultura vem de longe. Penso que seja por falta de oportunidade no campo que a tendência é irem todos para a cidade, tentando manter a propriedade e o trabalho na agricultura.

Porém, manter essa tradição é problemático, tendo em vista as dificuldades que se impõem à manutenção da atividade agrícola no modelo familiar. No depoimento de Letícia fica manifesto que a transferência para a cidade é uma tendência que não pode ser camuflada, mesmo havendo a perspectiva de morarem na cidade e continuarem com a

propriedade e o trabalho na agricultura, a reprodução do trabalho familiar agrícola vive um momento de impasse.

5.3 Os vínculos com a terra

Outro elemento que ainda influencia os jovens na motivação pela permanência na agricultura é o relacionamento com a terra, por ser a agricultura familiar, um trabalho desenvolvido no contato direto com o solo, e, assim, são estabelecidos vínculos profundos que podem ser traduzidos em sentimentos de afeto.

Nas últimas décadas, evidenciam-se as preocupações com a sustentabilidade do planeta e, a cada dia, as pessoas assustam-se com a generalizada falta de consideração e cuidados com o mundo, com a casa, com a terra de onde provêm os recursos necessários à sobrevivência humana. Os agricultores familiares vêm sendo apontados como modelo de respeito e preservação do meio ambiente, visto que em tudo dependem dele para o trabalho e a própria sobrevivência. É oportuno verificar como, de modo geral, é o relacionamento com a terra e a natureza entre os agricultores familiares.

Segundo Martins (2003, p.87), “a terra, porém, que ainda é base física da produção agrícola, é um instrumento não capitalista de produção, pois ela própria não é produto do capital, como ocorre com os outros meios de produção”. Por isso mesmo, entre os agricultores familiares o relacionamento estabelecido com ela é diferenciado. Embora não descartem a ideia corrente da terra como fator de especulação do sistema capitalista, para os agricultores familiares não é esse o primeiro significado que a ela atribuem. Vivendo mais diretamente relacionados com a terra, na atividade agrícola, e dela dependendo não só em seu trabalho, mas no lazer, os jovens agricultores familiares falam desse relacionamento com certa propriedade. Reginaldo, por exemplo, afirma que a terra, além de tão generosa com os agricultores, ela tem até sentimentos:

Ah, a terra é a parte mais importante da nossa sobrevivência, aqui a gente vive da terra e com a terra. Claro que no começo a gente só explorava, queimava pasto, agora estamos aprendendo a cuidar dela como parte da família, é pedaço da gente, ou a gente é pedaço dela, né! Sem terra não tem lavoura de nada, não tem agricultura. A terra tem cheiro, tem cor, tem até sentimento.

Pode-se dizer que há um saber, um modo de falar da terra com familiaridade, não se prendendo à sua materialidade como objeto de especulação. Na realidade do município de Rubiataba, observa-se um progresso na compreensão do relacionamento com a terra, em

virtude da diminuição da prática das queimadas de pastos e roçados nos últimos tempos. A própria terra vem ensinando que as práticas tradicionais esgotaram em muito o seu potencial de produção de pastagens e grãos:

É das veias da terra que brota a água, por exemplo, nosso maior bem, a água que para mim, abaixo de Deus a água e a terra são as melhores coisas do mundo. Todo ano ela nos ensina como cuidar dela. Nossa terra para mim aqui significa fonte e forma de vida, é a nossa fonte da vida. Temos que cuidar dela como parte da família. Pensa você um minuto sem a terra! (FÁBIO).

Assim, podem-se compreender as manifestações de afeto que emergem nas falas dos agricultores, por exemplo, quando mencionam a dificuldade em deixar a terra onde moram, ou quando falam de detalhes da terra, desse pedaço ou daquele outro, como o faz um entrevistado:

A terra é nosso meio de sustentação, para nós e para nós e para as outras famílias, assim como é para a minha, porque quase tudo o que temos foi retirado da terra e com o nosso suor. Por isso que aqui nós gostamos muito da terra, quando nosso suor cai nela ela fica com nosso cheiro. Tenho tristeza só de pensar se um dia nós tivermos que sair daqui. Aquele pedaço ali em cima que foi herança do meu avô, parece com o meu avô... (JOSE).

São os agricultores familiares da região que constantemente acionam o Ministério Público, denunciando as queimadas provocadas pela agroindústria que, não só derrubam a vegetação nativa para o plantio da cana-de-açúcar, mas provocam imensas queimadas das lavouras da cana na época da safra, em uma agressão irracional ao solo que os abriga e os sustenta. Reginaldo assim expressa sua indignação: “Como será que os donos da usina fazem para não escutar nem ver o choro da terra?”.

5.4 Relacionamentos com outros jovens, especialmente da cidade

Em todos os segmentos da sociedade, não só na agricultura familiar, a sociabilidade das novas gerações dá-se, inicialmente, no interior de suas famílias, ambiente e espaço, e elas se abrem para o relacionamento com os outros, começando com os pais, com a sociedade e com o mundo. À família segue a atuação de outras instâncias formadoras, como a escola, o lazer e outros agrupamentos sociais. Dos processos de socialização vividos em família muito dependem a capacidade de abertura do indivíduo em relação ao semelhante, ao mundo em que habitam e à sociedade.

A dimensão relacional no interior da família e do trabalho agrícola promove o estabelecimento de outros relacionamentos, como afirma Mariza:

Eu me relaciono muito bem com todos. Não tenho muitos amigos, mas tenho amigos muito bons. Agora estou trabalhando e tenho facilidade de me relacionar bem com os colegas, porque quando a gente tem um bom relacionamento com a família a gente se dá bem com todo mundo. Com os jovens da minha comunidade a minha relação é muito amigável, nunca discuti com nenhum jovem daqui nem da escola. Aprendi com minha mãe a sair de perto de qualquer discussão do tipo briga.

O relacionamento dos jovens agricultores com outros jovens do meio rural ou da cidade tem como referência o relacionamento intenso com os pais, com os conflitos e tensões que lhe são inerentes, conforme declara Reginaldo: “Eu tenho bom relacionamento com tudo mundo, principalmente com o pessoal da minha idade, mas em primeiro lugar é com meus pais, tenho muito diálogo com eles, principalmente com meu pai”.

Foi pesquisado também, além da questão sobre o relacionamento dos jovens agricultores com outros jovens, o modo como eles interpretam o tratamento dos jovens da cidade, se eles se sentem ofendidos por algum tipo de preconceito pela sua condição de agricultor. Os jovens afirmam que há situações em que, de fato, se sentem vítimas de preconceito, mas que eles procuram superar os constrangimentos, evidenciando suas qualidades, De acordo com Reginaldo:

Eles [e as pessoas da cidade] tratam a gente com um certo descaso, mas é falta de cultura deles mesmos, pois eles vivem o mundo moderno e esquecem de ter humildade e, às vezes, até respeito com as pessoas. Eles esquecem que aqui no município todo mundo depende da zona rural, quase todos têm os pais, os tios trabalhando na roça para sustentar eles na cidade.

O depoimento de Reginaldo não só explicita o tratamento preconceituoso em relação ao jovem rural, mas também evidencia as diferenças, o que vem a reforçar o sentimento de identificação. Ao perceberem a diferença, reforça-se a convicção de sua condição juvenil como jovem agricultor familiar, como assinala Fábio:

Vejo como uma coisa normal, todo mundo tem um tanto de preconceito com alguém. Acho que eles não falam tão mal da gente como muitas vezes aparece em programas de televisão. Às vezes, eles falam mal, mas não dou hora para isso, passo por cima como se nada tivesse acontecido. Às vezes, alguns nos chamam de matuto, mas isso me faz ficar mais feliz, porque adoro o jeito que vivo e o jeito que sou tratado por todos da minha família.

Um pouco diferente é a reação de José, mais jovem, que vê como melhor saída “entrar na deles” e “falar que nem eles”. Nesse caso, há uma minimização de sua própria identificação, em favor do modo de ser do outro:

Acho normal, pois agora não há tanto preconceito com as pessoas que moram no meio rural como havia antigamente. Porque a gente tem que entrar na deles, falar que nem eles, falar dos assuntos deles. No começo eles não gostam da gente, acham a gente falando esquisito, ficam exibidos, faz rodinha pra ficar olhando pra gente. Mas depois a gente fica amigo de todo mundo, fala dos mesmos assuntos arruma as roupa que nem eles. Tudo bem.

Em sua fala, José evidencia o desejo de mudança da condição de agricultor familiar para a de jovem cidadão ou, em outras palavras, de romper com o ethos cultural construído em sua origem, porque considera melhor o modo de ser do outro, ao qual deseja aderir. Trata-se de um elemento que mostra a não disposição de jovens agricultores familiares em reproduzirem o modo de vida de seus pais que, no entanto, avaliam como bom.

Mariza, também muito jovem, dezesseis anos, por sua vez, se sente ofendida quando é tratada como “da roça” pelos colegas e revida, resgatando a importância, segundo ela, que tem a “classe” dos agricultores para a sobrevivência dos que vivem na cidade:

Sempre os jovens da cidade têm mania de falar que somos da roça. Mas quem é da roça é justamente quem trabalha para plantar e colher para vender para os comércios da cidade para a sobrevivência de todos, deles também! Há sempre uma discriminação na forma de falar que somos da roça. Fala com descaso. Mas sabe, isso é uma coisa que a gente aprende em casa, enxergar mais o lado bom das pessoas, isso é que é certo, mas tem quem aprende errado. Se esses que tratam a gente com descaso se enxergassem eles iam ver que eles vestem até mais esquisito do que nós aqui.

5.5 Projetos de escolarização, profissionalização e de vida dos jovens agricultores familiares

Para apreender a disposição dos jovens agricultores familiares em reproduzir o trabalho na agricultura empreendeu-se mais uma etapa da pesquisa com a pergunta aos jovens sobre seus projetos em curto, médio e longo prazos, ou seja, seus projetos de escolarização, de profissionalização e de vida. Entende-se que projeto diz respeito a um campo de possibilidades, ao futuro, mas se fundamenta nas experiências vividas no passado e no presente, no processo de socialização. Nesse sentido, pretende-se cruzar as respostas com informações sobre os projetos futuros com a avaliação que os jovens agricultores fazem do modo de vida dos pais, e da consideração que manifestam sobre sua

inserção no trabalho familiar agrícola, contemplando suas expectativas já manifestas de, em sua grande maioria, estabelecer-se na cidade.

Considera-se, no entanto, que todo projeto, por tratar de um futuro em aberto, tem um grande grau de indeterminação e que pode ser alterado ao longo da trajetória de vida de quem os formula. A pertinência de buscar essas informações é que a formulação de um projeto profissional ou de vida revela uma vontade de vir a ser, portanto, de um futuro, mas reflexivamente constitui-se com a avaliação das possibilidades futuras construídas ao longo das experiências vividas pelos jovens ou da sua participação no trabalho agrícola com seus pais, bem como do espelhar-se no modo de vida deles. É que a elaboração de um projeto tem a propriedade de criar orientação para o estabelecimento seja de objetivos, seja de organização dos meios necessários pelos quais o mesmo projeto pode vir a realizar-se. Assim, segundo Canezin e Duarte (2010), o projeto não aponta apenas o futuro, mas ele se constitui com base no presente e terá maior ou menor possibilidade de concretização dependendo do “poder efetivo de dominar o próprio presente”:

As expectativas e as projeções do futuro, expressas muitas vezes pelos jovens das camadas populares, demonstram o quanto a demanda efetiva encontra seus limites no poder efetivo. O projeto de pensar e dominar o futuro, de atingir racionalmente os objetivos esperados depende, na verdade, do poder efetivo de dominar o próprio presente. [Uma vez que] o tempo futuro está contido, de diferentes maneiras, no presente imediato, na rotina do cotidiano (CANEZIN; DUARTE, 2010, p. 105).

Segundo Velho (2003), os projetos são elaborados em um campo de possibilidades:

Os projetos individuais sempre interagem com outros projetos dentro de um *campo de possibilidades*. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios (VELHO, 2003, p. 46; grifos do autor).

Na formulação de um projeto de vida conta muito a experiência vivida nas atividades realizadas no presente. Tais experiências, no entanto, não funcionam como *uma camisa de força* porque o campo de possibilidades dá margem para certa distância entre o projeto, coisa do presente, mas com aplicabilidade no futuro tendo em vista as atividades atuais dos sujeitos que o formulam. Conforme Carneiro (1998, p. 98), a distância entre a realidade vislumbrada pelo projeto e a realidade atual é um elemento caracterizador da condição juvenil:

O jovem é aquele indivíduo que se encontra em uma fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização. Ou seja, a existência de um projeto para o futuro acompanhado de estratégias com graus variados de idealização seria, em termos genéricos, o que caracterizaria um indivíduo como jovem (CARNEIRO, 1998, p. 98).

Em outros termos, compreende-se que os jovens podem distanciar-se ou não de sua visão perceptiva presente para mover-se no possível em aberto, estando aptos a elaborar projetos que servem de orientação para sua trajetória a seguir. Mais do que uma possibilidade, compreende-se que um projeto faz a ligação entre a situação vivida e a projetada, mas estabelece a diferença entre os dois momentos. Para Carneiro (1998) essa possibilidade de futuro com base no presente marca a condição juvenil.

Para Boutinet (2002, p. 89), pode-se pensar em um conjunto de projetos possíveis que caracterizam a fase juvenil:

O projeto de orientação escolar, em curto prazo [...], o projeto de orientação profissional, de médio prazo [...] e o projeto de vida, de prazo maior, que diz respeito ao estilo de vida que o jovem pretende ter dentro de alguns anos (BOUTINET 2002, p. 89).

5.5.1 Os projetos de escolarização

O projeto de escolarização aparece nas opções dos tipos de curso ou estudo feitas pelos jovens, tendo em vista sua preparação, seja para a atividade na agricultura ou para uma profissão não agrícola. Já o projeto de orientação profissional tem a capacidade de refletir as imagens profissionais que os jovens reservam para si mesmos e permitem a objetivação de suas representações sobre as possibilidades futuras, segundo o contexto em que estão vivendo e o tipo de curso que frequentam ou pretendem frequentar. O projeto de vida é, por natureza, de prazo maior e diz respeito ao estilo de vida pretendido pelo o jovem, por exemplo, em relação ao casamento, com quem pretende casar e onde planeja morar. Essas orientações conforme a contribuição de Velho (2003) e Boutinet (2002) estão na base da inferência das perguntas para apreender as expectativas de reprodução da agricultura familiar nos projetos dos jovens pesquisados.

Para sondar o projeto de escolarização dos jovens agricultores familiares, procurou-se saber deles o interesse em dar continuidade aos estudos, até quando e quais cursos. Foi-lhes perguntado: “Você pretende continuar os estudos ou voltar a estudar até quando?” E foram apresentadas as seguintes opções: a) até concluir o ensino fundamental; b) até concluir o ensino médio; c) até concluir o curso técnico em agropecuária; d) até concluir o

curso superior para trabalhar na cidade; e e) até concluir o curso superior para trabalhar na agricultura. Segundo as respostas, 8% pretendem concluir apenas o ensino fundamental; 32%, até concluir o ensino médio; 8%, concluir o curso técnico em agropecuária; 40%, concluir o curso superior para trabalhar na cidade e apenas 12% pretendem concluir o curso superior para trabalhar na agricultura. Uma outra pergunta refere-se ao curso superior pretendido. A pergunta foi feita a todos, mesmo aos que informaram querer concluir apenas o ensino básico. Eles eram livres para apontar o curso, e apareceram cursos de nível superior: Direito 28%; medicina veterinária 20%; enfermagem 20%; agronomia 20% e Administração 12%, conforme tabela 23.

Somando as opções por Medicina Veterinária e Agronomia, obtém-se 40% para dois cursos voltados para a atividade agropecuária, que dizem respeito à agricultura, profissões voltadas para a agricultura e a pecuária, mesmo se não se caracterizam, *a priori*, como uma atividade agrícola. Enfermagem (20%), Direito (28%) e Administração (12%) são profissões que contemplam tanto a população do meio rural quanto a da cidade. Deve-se ter em conta que na cidade de Rubiataba são ministrados, no momento, apenas dois cursos de nível superior: Direito e Administração.

5.5.2 Os projetos profissionais

Os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares pesquisados, por sua vez, por revelarem as expectativas de realização nessa ou naquela atividade profissional, mesmo com base nos processos de socialização por eles vividos no meio agrícola, permitem avaliar as disposições dos jovens em reproduzirem o processo de trabalho familiar agrícola ou migrarem-se para outras profissões. Para identificar os projetos profissionais formulados pelos jovens agricultores familiares do município de Rubiataba, foram apresentadas duas questões em sequência: “Qual é o seu projeto profissional para o futuro?” e “Você pretende se estabelecer profissionalmente como agricultor familiar?”

As respostas, conforme a tabela 25, para a primeira pergunta, que deixou aberta a possibilidade de indicarem o projeto profissional, foram as seguintes: 28% têm como projeto profissional a área do Direito; 20% pretendem atuar no comércio; 40%, na agricultura; 12%, como empresários liberais. E para a segunda pergunta, com duas opções, (sim e não), 40% afirmaram pretenderem estabelecer-se profissionalmente na agricultura, e 60% responderam negativamente.

Pode-se perceber, no conjunto de respostas, que os jovens indicam suas disposições em reproduzirem ou não o processo de trabalho agrícola, predominando a opção por romper com a atividade de origem e partir para outras possibilidades de realização profissional no universo não agrícola. Pode-se então concluir que, apesar do processo de socialização por eles vivido no trabalho familiar agrícola, eles não se encontram, na maior parte, imbuídos do propósito de permanecer nesse ramo de atividade, fazendo diminuir as possibilidades de reprodução dessa forma de agricultura.

A continuidade dos estudos é a motivação de 95% dos jovens entrevistados no propósito de migrarem para a cidade, conforme diversos depoimentos, como os de Fábio:.

Claro que eu pretendo muito continuar meus estudos, penso em fazer o curso de Técnico em Agropecuária, na Agrotécnica Federal de Ceres. Depois que terminar pretendo cursar Medicina Veterinária Se Deus quiser, pretendo fazer esses cursos porque é com essa área que eu mais gosto, acho muito bom mexer com animais, principalmente cavalos.

5.5.3 Os projetos de vida

Outros itens foram contemplados na pesquisa quanto à expectativa de constituição de família e de local de residência dos jovens. Por meio das questões: “Onde você pretende morar?” e “Você pretende casar com um agricultor?”, buscou-se identificar o projeto que os jovens agricultores familiares formulam quanto ao estilo de vida e local de moradia e que espaço ocupa, no projeto, a agricultura familiar.

Na tentativa de compreender a construção dos projetos de vida dos jovens agricultores familiares, buscou-se, em primeiro lugar, identificar o local onde eles pretendem residir no futuro, com a pergunta: “Onde você pretende morar?” E foram oferecidas duas possibilidades para escolha: no meio rural ou na cidade. As respostas mostram que a intenção de morar no meio urbano predomina entre os entrevistados (60%), mesmo reconhecendo que o meio rural é um lugar *mais calmo e tranquilo* e com melhor qualidade de vida e maior contato com a natureza, mas que é de poucas possibilidades de emprego. Responderam que têm a intenção de morar no meio rural apenas 40%. Dentre os que escolheram a última opção, um deles já constituiu família e estabeleceu residência na propriedade do pai, com projetos de adquirir sua própria terra.

A intenção de contrair casamento é, para o jovem, elemento característico de seu projeto de vida e manifesta os propósitos de encontrar um companheiro que partilhe do mesmo projeto. A opção pelo casamento revela as intenções dos jovens quanto à

permanência na agricultura familiar, pois entende-se que a constituição de uma nova unidade de produção familiar implica a construção de um casal de agricultores e a posterior socialização dos filhos nas atividades produtivas da família agrícola, como aconteceu com os jovens entrevistados.

Procurou-se saber, então, dos entrevistados, se pensam em se casar com agricultores, com a pergunta: “Você pretende casar com um[a] agricultor[a]?”. Havia duas opções: sim e não. E o resultado é semelhante às respostas da pergunta anterior: 40% responderam sim, e 60%, não. Predomina, portanto, entre os jovens agricultores familiares, a não intenção de contrair matrimônio com agricultores.

Os dados relativos aos projetos dos jovens pesquisados foram analisados segundo a classificação de Boutinet (2002) e conforme a reflexão de Velho (2003), de que o projeto lida com as intenções dos jovens em um determinado campo de possibilidades. Pode-se então concluir que, mesmo considerando o processo de socialização dos jovens agricultores familiares no trabalho agrícola em unidades familiares de produção, como importante instrumento de reprodução social na agricultura familiar, pela sua capacidade de produzir uma nova geração de agricultores familiares, as representações dos jovens indicadas em seus projetos não apontam sinais muito favoráveis de reprodução da agricultura familiar para essa geração de jovens agricultores, segundo o que eles sinalizaram em suas respostas às perguntas propostas.

Fica evidente, no entanto, que os processos de socialização vividos pelos jovens, nas unidades de trabalho familiar agrícola, produzem a internalização do *habitus*, segundo a concepção de Bourdieu que, sem atuar como camisa de força, permanece em seu interior e, de um modo ou outro, atua em favor da reprodução e sobrevivência da agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa buscou investigar jovens filhos de agricultores familiares da região de Baixa Verde, município de Rubiataba-GO, no que se refere à lógica da condição e situação juvenil, em seus vínculos com suas famílias e a escola, consideradas instituições socializadoras clássicas, bem como em sua participação nos processos de reprodução social da agricultura familiar.

Para tanto, procurou-se adentrar o universo sociocultural dos jovens, visando apreender como eles vivem a condição juvenil, como lidam com a situação de reprodução da agricultura familiar, como se inserem nos processos de socialização do trabalho familiar agrícola e no sistema formal de ensino, em escolas urbanas, e quais suas expectativas e projetos como agentes sociais em uma sociedade em constante mudança.

Nas últimas décadas, vem-se alargando a compreensão da condição juvenil, procurando contemplar a diversidade do ser jovem segundo os contextos socioculturais, históricos e relacionais em que os jovens se situam e exercem influência sobre a sociedade, protagonizando, de modos diferentes, o presente e o futuro. A condição juvenil é vivida em meio a uma pluralidade de situações e contextos, conforme a diversidade de culturas, dos fatores de produção e do ritmo acelerado da modernidade capitalista.

Buscou-se caracterizar os jovens filhos de agricultores familiares como categoria social específica, uma vez que participam de processo formativo no contexto da agricultura familiar, incorporando saberes específicos associados à configuração de identidades sociais e profissionais ligadas à agricultura. Os jovens filhos de agricultores familiares constroem diferentes níveis de identificação em relação ao trabalho familiar agrícola que produz e evidencia os dilemas e as características específicas de sua condição juvenil.

Na perspectiva da chegada das famílias de outros estados na região do Vale São Patrício, no estado de Goiás, estava implícita a preocupação com o processo sucessório de sua realidade de agricultores familiares, ou seja, os pais migraram, dentre outros motivos, porque vislumbravam um presente e futuro melhores para os filhos, consolidando-se como agricultores na região, de modo a proporcionar aos filhos possibilidades de reprodução de seus modos de vida e trabalho.

Na sociedade contemporânea, os agricultores familiares agregam valores e perspectivas aos seus projetos de sobrevivência, fazendo que o segmento a que pertencem se torne cada vez mais dinâmico, por exemplo, abrindo ou buscando espaços para a

pluriatividade e intensificando relacionamentos com os espaços urbanos e com outras atividades profissionais. Nesse processo, criam elementos novos e abrem espaços para o protagonismo das novas gerações no próprio setor. Não cabe mais a interpretação da realidade rural como arcaica e desprovida de condições para uma existência humana com dignidade, uma vez que a própria expansão do capitalismo no campo impulsiona os limites e as possibilidades do seu desenvolvimento e urbanização.

Assim, a reprodução social dos modos de vida e trabalho próprios da agricultura familiar, pelas novas gerações, acontece conforme a possibilidade, capacidade e potencial que ela tem de manutenção de suas características – gestão, trabalho, propriedade e cultivo de saberes em torno da família –, mas também segundo a sua abertura para os avanços da modernidade expressos na incorporação de novas tecnologias e interação com os espaços urbanos.

A pesquisa constatou que a questão da terra, que motivou a migração dos pais para a região, nas décadas de 1940 e 1950, permanece nas preocupações das famílias. Esgotam-se as possibilidades de ampliação das propriedades, mas abrem-se perspectivas de diversificar e melhorar a produção em pequenas áreas, mediante o emprego de novos recursos e maior intercâmbio com o mundo urbano-industrial e a agroindústria. Assim, a reprodução social da agricultura familiar não se limita mais à possibilidade de migração para áreas de expansão da fronteira agrícola, como nas décadas de 1940 a 1970, mas se apoia nos mecanismos da sociedade, e na expectativa que os agricultores familiares têm de se tornarem, cada vez mais, agricultores consolidados (ABRAMOVAY, 1998), mediante a agregação de recursos técnicos, novos saberes, inserção no comércio em áreas urbanas, aumento de renda e investimento em benfeitorias, melhorando as condições de vida e de trabalho em suas propriedades, bem como garantindo a reprodução da propriedade e do trabalho familiar agrícola para os filhos que desejarem permanecer na atividade em constante renovação.

Tendo em vista os principais elementos caracterizadores da agricultura familiar – o trabalho e a família ou a família e o trabalho –, os antigos migrantes de Minas Gerais, de São Paulo e do Nordeste, abordados por esta pesquisa, deslocaram-se de suas regiões de origem perseguindo ideais de reprodução do seu modo de vida e trabalho nos limites de sua concepção de criação e sustento dos filhos, mediante o trabalho familiar agrícola.

A reprodução social, como processo dinâmico, tem na agricultura familiar um campo fecundo, uma vez que se trata de um segmento que, cada vez mais, necessita ser potencializado, pois tem capacidade de aprender com os novos desafios e conhecimentos.

Nessa perspectiva, os agricultores familiares da região de Baixa Verde não vislumbram a possibilidade de migrarem para outras regiões com terras não ocupadas, mas estão atentos às novas possibilidades que se abrem aos produtos e ao patrimônio sociocultural da agricultura familiar na atualidade, como a incorporação de novas técnicas, de novos conhecimentos e abertura para novos relacionamentos com o mundo urbano, além da prática do associativismo. A chave para a compreensão das possibilidades atuais de reprodução do processo de trabalho familiar agrícola e do segmento da agricultura familiar encontra-se na disposição dos jovens filhos dos agricultores familiares, e não mais nos processos migratórios e nas dinâmicas de sucessão vividas por seus pais, em outros contextos históricos, marcados por outras dinâmicas sociais, culturais e econômicas. Por isso, foi de suma importância investigar o contexto e o modo como seus pais e avós vêm reproduzindo essa atividade agrícola até os dias atuais.

Embora nem todos permaneçam no trabalho familiar agrícola, nos moldes como vivem processos de socialização, pode-se entender que esse processo de trabalho é a principal agência de socialização dos jovens filhos de agricultores familiares, porque transmite saberes, saber fazer, valores e uma ética do trabalho dos quais depende sua própria reprodução. A pesquisa constatou que a maioria dos jovens afirma gostar da atividade e avalia o modo de vida dos pais como bom e ótimo, tanto que vários deles pretendem viver como os pais e sucedê-los na gestão da unidade produtiva. Os jovens filhos dos agricultores familiares, envolvidos nesse dinamismo do trabalho em família, internalizam os valores próprios do processo, o *habitus*, e, por sua vez, a seu modo e tempo, produzem e reproduzem as condições do trabalho familiar agrícola, e, cada vez mais, estão inseridos no mundo do trabalho agrícola e não agrícola.

As representações dos jovens sobre suas possibilidades de permanência na agricultura, assim como as avaliações que fazem do trabalho agrícola e do modo de vida dos pais permitem apreender as dinâmicas de reprodução social da agricultura familiar, por serem os jovens aqueles que efetivamente encarnam as possibilidades de reprodução geracional desse setor produtivo considerado de grande importância para o abastecimento de alimentos a toda a população. Seus projetos fundam-se na intensidade e na liberdade com que participam direta e cotidianamente do processo de trabalho familiar agrícola.

A pesquisa evidenciou também que os jovens filhos de agricultores familiares compreendem a si mesmos como jovens agricultores familiares mais do que como jovens agricultores e muito mais que jovens rurais, constatando, assim, que o termo rural, ainda repleto de um sentido oposto ao urbano, revela-se insuficiente para expressar a realidade dos jovens entrevistados. Eles identificam-se mais com a realidade do trabalho agrícola e a família do que com o espaço denominado rural. Tal identificação, fruto dos processos de internalização vividos no trabalho familiar agrícola, revela disposição dos jovens em reproduzirem a atividade pela qual têm apreço e com que se identificam.

Constatou-se também que os jovens filhos de agricultores familiares do universo desta pesquisa apoiam as mudanças e inovações da sociedade, as contribuições da educação escolar, bem como dos sindicatos, associações e movimentos sociais com atuação no segmento agrícola. Estão abertos aos processos de socialização e entendem que, por meio deles, internalizam os conhecimentos, os valores e a ética própria do trabalho familiar agrícola, gerando as disposições necessárias à sua reprodução.

A prática da agricultura envolvendo o grupo familiar fundamenta-se em valores, tais como a unidade dos membros do núcleo familiar, a solidariedade entre vizinhos dedicados à atividade agrícola, a preservação da natureza e a interação com a sociedade urbana. Os agricultores familiares, ao mesmo tempo que cultivam valores e saberes tradicionais, estão dispostos a incorporar novas tecnologias que possam melhorar e diversificar sua produção e agregar valores à sua cultura e aos seus produtos e ao meio ambiente em que estão imersos. Em síntese, a realidade de esvaziamento do campo e inchaço das cidades sugere um olhar mais atento: aos projetos juvenis, e não só dos jovens filhos de agricultores familiares; a um decisivo fortalecimento das políticas de apoio à juventude; ao desenvolvimento de estudos e projetos de valorização da vida rural e de fortalecimento da agricultura familiar, da participação dos jovens e do seu papel no interior das unidades de produção agrícola, contemplando a interação cidade e campo, vivida com maior intensidade pelos jovens filhos de agricultores.

No atual contexto de forte aproximação e interação entre campo e cidade, que afeta profundamente os jovens pela permanência cotidiana nos espaços escolares da cidade, a família dos agricultores familiares desponta como suporte decisivo para os jovens atraídos pela cidade e, vivendo o dilema entre permanecer com os pais na agricultura familiar, ou partir para os centros urbanos que oferecem mais oportunidades de trabalho e estudo, a fazerem suas escolhas com autonomia.

Os jovens filhos de agricultores familiares reconhecem a escola como lugar de convivência, de cultivo de amizades, de aprendizagem, de expansão dos relacionamentos e ao mesmo tempo confessam ser a vida em família no meio rural um espaço privilegiado de formação para a vida e o engajamento profissional. A importância que eles dão à escola é perceptível no empenho e determinação com que enfrentam as dificuldades da distância que os separa das escolas na cidade.

A organização familiar oferece um espaço significativo para a formação dos jovens filhos de agricultores familiares, pela especificidade do trabalho realizado que favorece um convívio maior e mais intenso entre seus membros, notadamente entre pais e filhos. A família mantém forte vínculo com os jovens e tem primazia justamente no processo de formação dos valores que, uma vez interiorizados, tornam-se *habitus* que estruturam as suas existências.

No entanto, o modo como os jovens agricultores estão vivendo a condição juvenil faz que eles vivam momentos de tensão no que diz respeito aos seus projetos de realização pessoal e profissional. Se, de um lado, os pais desejam que os filhos os sucedam no empreendimento familiar agrícola, e para isso os envolvem no processo de socialização do trabalho familiar na agricultura, de outro, as condições estruturais da sociedade mais ampla encaminham os jovens para a formulação de projetos que simbolizam mudanças em relação ao mundo cultural de origem, o que os deixa em conflito, pois desejam construir com autonomia seus projetos de realização. Por sua vez, a sociedade contemporânea exerce influência sobre eles com seus atrativos de realização e ascensão social, mediante seu modo de prepará-los para o mundo do trabalho. Esse conjunto de tensões caracteriza a condição juvenil e funciona como um impulso para que os jovens construam seus próprios caminhos com base na realidade social que estão vivendo.

Bourdieu (2001) indica pistas teóricas para compreensão dessa situação que produz um real conflito no processo de socialização no interior da família e, no caso do universo desta pesquisa, no trabalho agrícola realizado nas unidades agrícolas de produção no núcleo familiar. O conflito muitas vezes não é manifesto, mas, nem por isso, deixa de causar tensões. Os pais desejam a perpetuação do seu modo de vida e de trabalho, do seu patrimônio material e cultural, que devem ter continuidade por intermédio de seus filhos. Contudo, percebem as exigências da sociedade atual, sabem que a permanência da atividade familiar está de certa forma comprometida, o que pressupõe recuos, ceder

espaços, o que Bourdieu (2001) chama *de ultrapassagem assassina* tanto para o pai quanto para o filho.

Trata-se de uma tensão característica das famílias da região de Baixa Verde, porque se aloja no cotidiano e nos projetos tanto dos pais quanto dos filhos e tem repercussão nos processos de socialização dos jovens. Os impasses desses conflitos inserem-se, também, no processo de escolarização vivido pelos jovens, como o apoio e o estímulo dos pais.

As instituições formadoras, como a família e a escola, desempenham papel indispensável nos processos de formação dos jovens filhos de agricultores familiares. O trabalho familiar agrícola desponta como principal elemento no processo de socialização dos jovens agricultores familiares, processo que continua com a inserção dos jovens no sistema de educação formal nas escolas, na cidade e em atividades de lazer.

Embora se constate que nem todos os jovens sujeitos da pesquisa estejam frequentando a escola na atualidade, fica evidente a importância e o valor que eles e suas famílias dão ao processo de escolarização, bem como sua participação na construção de novos relacionamentos e expectativas de realização pessoal. Mesmo que os jovens não mencionem a preocupação da escola com a reprodução social da agricultura familiar, sua colaboração acontece à medida que promove a ampliação dos conhecimentos dos jovens, facilitando escolhas mais conscientes.

Este estudo constatou o importante papel do relacionamento dos jovens filhos dos agricultores com a realidade escolar nos espaços urbanos, o apreço de toda a família, pais e jovens, pela escola e pela formação que ela proporciona. Os pais e os jovens, contudo, compreendem que o sistema formal de educação não os considera como sujeitos de uma realidade social, cultural e econômica preta de saberes, projetos, sonhos e problemas que lhe são específicos. Em outros termos, a educação escolar não está a serviço de seus projetos e de sua realidade existencial.

A educação escolar no modo como está configurada não colabora com os projetos de produção e reprodução das famílias de agricultores. Ao não considerar, no seu projeto político pedagógico, na sua matriz curricular, o patrimônio cultural e material, os saberes e visões de mundo próprios da agricultura familiar, a escola, acaba por invalidá-los.

Nesse sentido, faz-se mister compreender que o sistema formal de educação encontra-se inserido no projeto de expansão do capitalismo, isto é, não pode a educação ser culpabilizada por operar utilizando os mesmos parâmetros curriculares tanto em escolas de espaços urbanos como nas rurais, sem considerar que se trata de sujeitos de diferentes

ambientes. A realidade vivida pelos jovens do município de Rubiataba que frequentam escolas urbanas é atingida pela situação de uniformidade do ensino formal para todo o país. Não é a educação escolar a raiz do distanciamento do processo de escolarização dos jovens da vida dos agricultores familiares, mas o modo como o sistema capitalista formata a educação nacional.

De um modo geral, no entanto, as famílias dos agricultores familiares estão sintonizadas com as mudanças e expectativas por que passa a sociedade e abertas a novas tecnologias que possam tornar mais leve o trabalho cotidiano, tendo em vista a diminuição da atividade dos filhos, cada dia mais envolvidos com a cidade, com a escola ou, ainda, engajando-se no mundo de trabalho urbano. Elas estão atentas e buscam novas formas de trabalho, adaptando-se às modernas tecnologias, mesmo que timidamente, incentivam seus filhos a estudarem, enviam-nos à cidade todos os dias, ficam privados de sua companhia e participação no trabalho durante parte do dia, porque esperam muito da escola e que o sistema formal de educação dê mais atenção a tudo que vivem, trabalham e produzem na agricultura.

Os pais têm a expectativa de os filhos reproduzirem o sistema de produção agrícola centralizado no núcleo familiar, porém procuram não se intrometer de modo a induzi-los à sucessão. Outros fatores colaboram para o aumento dessa tensão, como a impossibilidade de dilatarem os limites de suas propriedades e a falta de eficazes políticas públicas voltadas para a capacitação das gerações jovens.

Os pais, no entanto, desejam protagonizar, com os filhos, o desenho de seu futuro, com base no presente e sem romper com o modo de vida em que imprimem na socialização de seus filhos. Por isso, vivem a tensão de, ao mesmo tempo que socializam os filhos para reproduzirem seu modo de vida e de trabalho, sua própria existência encaminha os filhos para a escolarização que os prepara, na cidade, para a vida e para o mundo do trabalho, porém, não para sucedê-los na agricultura familiar, uma vez que a escola está mais a serviço do mercado que dos projetos de suas famílias.

Segundo Velho (1981), os projetos não são uma elaboração meramente individual ou subjetiva, mas refletem as experiências socioculturais, as vivências e interações interpretadas, em que, família, escola, igrejas, mercado de trabalho, e outros, influenciam, intencionalmente ou não, os projetos individuais dos jovens, mas não pode invalidá-los.

A escolha de um futuro profissional pelos jovens filhos de agricultores familiares coloca-os ante diversas opções, determinadas por um conjunto de fatores que ultrapassam a

perspectiva individual e sua capacidade de escolha, pois seus projetos resultam da combinação entre disposições internas, condições materiais, processos de socialização e representações sociais. No caso dos jovens filhos de agricultores familiares, a escolha profissional realiza-se em um contexto social e cultural específico, influenciada por fatores sociais que independem da vontade individual, pois é influenciada pela interação com outros jovens e atores sociais, com seus projetos individuais e coletivos.

Nesse universo de dinamismo e possibilidades de mudanças, situa-se a perspectiva de reprodução social, cultural e econômica dos sujeitos desta investigação no momento de sua realização.

A reprodução da agricultura familiar, uma vez que os jovens agricultores são os mais atingidos pelo êxodo rural, como sinaliza Abramovay (1998, P. 15), vem à tona como um problema que inquieta a sociedade e chama a atenção das organizações da sociedade civil. A consolidação e a continuidade da agricultura têm como desafio a possibilidade de uma parceria entre educação escolar e formação profissional dos agricultores, especialmente das novas gerações, para ampliação dos horizontes de realização pessoal àqueles que pretendem permanecer na atividade.

Para isso, é preciso romper com certa visão depreciativa da agricultura familiar, e assim viabilizar um processo de levantamento da autoestima de milhões de trabalhadores brasileiros que dão sua contribuição para o sustento de toda a nação, pois o objetivo da agricultura familiar é produzir para o consumo interno. E a agricultura familiar empenha-se, cada vez mais, em desenvolver práticas agrícolas, que enfatizam os aspectos sociais e ambientais do processo de desenvolvimento, de acordo com o que vem sendo denominada sustentabilidade do desenvolvimento rural, procurando equilibrar a dimensão econômica com a social e a ambiental do desenvolvimento.

Nesse sentido, cabe à sociedade e ao Estado promoverem iniciativas mais efetivas de acesso à terra de grande contingente de trabalhadores rurais ainda não assentados e que aguardam o momento de poderem se integrar à agricultura familiar, com igualdade de direito de acesso ao crédito já disponibilizado ao setor, que vem se tornando cada vez mais importante para o país, tanto do ponto de vista social quanto econômico.

E, por fim, considera-se que o esforço empreendido neste estudo poderá contribuir para ampliar as possibilidades interpretativas dos mecanismos e dinâmicas da reprodução social da agricultura familiar, tendo em vista a situação juvenil vivida de modo específico pelos jovens filhos dos agricultores familiares da região de Baixa Verde, seus pontos de

vista, bem como as leituras e as interpretações que fazem da realidade e dos processos de socialização de que participam.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. *In: Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p.37-72.

ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

_____. **Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico**. Projeto Ipea/Nead/MDA/Banco Mundial. São Paulo: FEA-USP, 2000.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

ALTAFIN, Iara e ROCHA Luiz Augusto. Prioridade para a agricultura familiar: por que é tão difícil?. *In: BOTELHO, Flávio Borges Filho. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial*. Brasília: UnB/Ceam/NEA. V. 5 n. 17, 2005, p. 99-115.

_____. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2009. Disponível em <<http://www.comunidades.mda.gov.br/o/1635683>>. Acesso em: 20 de março de 2010.

ANDRADE, Eliane. Processos de construção das identidades juvenis na contemporaneidade. Texto apresentado no GT Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos. *In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)*, 25. 2002. Anais. Mimeografado.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1976.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. *In: TEDESCO, João Carlos (org.), Agricultura familiar: realidades e perspectivas*, 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. *In: ORTIZ, Renato; FERNANDES, Florestan. Pierre Bourdieu*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. (Coleção grandes cientistas sociais).

_____. **Razões práticas:** sobre as teorias da ação. Campinas: Papirus, 1996.

_____. (coord.). **A miséria do mundo.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **El baile de los solteros:** las crisis de la sociedad campesina em el bearne. Barcelona: Anagrama, 2004.

_____. **O senso prático** (1980). Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOUTNET, Jean-Pierre. **Antropologia do projeto.** Porto Alegre: Artimed, 2002.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Cultura do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. *In:* ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. **Retratos da juventude brasileira:** análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. *In:* ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Castagna M. (orgs.). **Por uma educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia (org). **Transição para a vida adulta ou a vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CANEZIN, Maria Tereza Guimarães. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964).** Goiânia: Editora UFG, 1983.

_____. **Introdução à teoria e ao método em ciências sociais e educação.** Goiânia: Editora da UCG, 2001.

_____. Contribuições conceituais sobre juventude, família e escola. *In:* **Educativa.** Goiânia. v. 5, n. 1, p. 57-78, jan./jun. 2002.

_____. Quais os anseios e dilemas dos jovens? *In:* **O Popular.** Goiânia, 8 out. 2003, p. 6.

CANEZIN, Maria Tereza Guimarães e DUARTE, Aldimar Jacinto. Jovens da EJA e o tempo social na perspectiva de Bourdieu. *In:* CANEZIN, Maria Tereza Guimarães e SOUSA, Sônia M. Gomes, (orgs.). **Jovens – espaços de sociabilidade e processos de**

formação. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos; Goiânia: Editora PUC-Goiás: Cânone Editorial, 2010.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade:** novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.

_____. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. *In:* SILVA, Francisco Teixeira da *et al.* (orgs.). **Mundo rural e política.** Rio de Janeiro: Campos/Pronex, 1998. p. 95-117.

_____. Juventude rural: projetos e valores. *In:* ABRAMO, Helena W. ; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da juventude brasileira:** análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 243-262.

CARRANO, Paulo César Rodríguez. **Juventudes e cidades educadoras.** Petrópolis: Vozes, 2003.

CASTRO, Elisa Guaraná. Entre “ficar e sair”: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. *In VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural*, 2006, Quito. Memória Del VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2006.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber, elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

DALGORO, Adelar Carlos. Os jovens do meio rural. *In:* **Revista Missão Jovem**, www.pime.org.br/missaojovem/mjjovensrural.htm acessado em 27 out. 2009.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

DOMICIANO, Carlos Shiley. **O cooperativismo como estratégia de participação social de agricultores familiares.** 2007. Dissertação Mestrado - Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FUNDO das Nações Unidas para o desenvolvimento da agricultura (FAO)/INSTITUTO Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, versão resumida do Relatório final do projeto UTF/BRA/036, Brasília, mar. 1994.

_____. Perfil da agricultura familiar no Brasil: **dossiê estatístico**. Brasília, ago. 1996.

FERNANDES, Ângela Esther Borges. **O perfil da agricultura familiar brasileira**. Em WWW.webartigos.com, acesso em 8 abr. 2009.

FERNANDES, Arissane Dâmaso. **A dinâmica da fronteira agrícola em Goiás (1970-1985)**. 2006. Dissertação Mestrado. Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. *In: Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009. (p.243-258)

FLORES, Murilo. Apresentação. *In: ABRAMOVAY, Ricardo et al. Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998, p. 9-11.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Arte Médicas Sul, 1993.

FROEHLICH, José Marcos. As novas ruralidades precisam ou merecem (novas) políticas públicas. *In: FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien (orgs.). Desenvolvimento rural tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUANZIROLI, Carlos E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *In: Revista de Economia & Sociologia Rural*. São Paulo, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr./jun. 2007.

_____. (coord.). **Perfil da agricultura familiar no Brasil: Dossiê estatístico**. Projeto UTF/BRA/036, Brasília: FAO/incra, 1996.

_____. ; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/Incra, fev. 2000.

_____.; BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; SABATTO, A. D.; BITTENCOURT, G. A. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. *In*: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Transição para a vida adulta ou a vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura familiar primeiros resultados. Brasília: IBGE, 2009.

JOSÉ NETO, Joaquim. **Jovens tapuios do Carretão: processos educativos de reconstrução da identidade indígena**. Goiânia: Editora da UCG: 2005.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEÓN, Oscar Dávila. **Uma revisão das categorias de adolescência e juventude**. Goiânia: Editora da UFG, 2009.

LOUREIRO, Walderez. **Mauro Borges e a crise político-militar de 1961 em Goiás: movimento da legalidade**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1994.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Juventud rural: una invención del capitalismo industrial. **Estudios sociológicos de el Colegio de México**, México. v. 27, n. 80, p. 619-653, may./ago. 2009.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista Nera, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan.-jul.2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. Expropriação e violência: **a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Prefácio. In: SILVESTRO, Milton Luiz, *et. al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

_____. **A sociedade vista do abismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Difel, 1985.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), Presidente Prudente.

MINAYO, Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2006.

MOURA, Marlene Castro O. de. **Os tapuios do Carretão**: etnogênese de um grupo indígena do Estado de Goiás. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Novos atores políticos em formação: princípios educativos da EFA de Goiás-GO na construção da cidadania e da inclusão social. *In*: OLIVEIRA, Adão Francisco de; e NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do (coords.). **Educação na alternância**. Goiânia: Editora da UCG, 2007, p. 181-209.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A ilusão pedagógica; 1930-1945**: Estado, sociedade e educação em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

NOVAES, Regina. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz a diferença? *In*: **Retratos da juventude brasileira**: São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p.37-72.

PERES, Vannúzia Leal. Desenhos de família. *In*: SOUSA, Sônia M. Gomes; RIZZINI, Irene (coords.). **Desenhos de família. Criando os filhos**: a família goianiense e os elos parentais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001, p. 73-94.

PORTES, Écio Antônio. O trabalho escolar das famílias populares. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (orgs.). **Família e escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias populares. 2. ed. Petrópolis: 2003.

PORTO, Stela Grossi (org.). **Politizando a tecnologia no campo brasileiro**. Dimensões e olhares. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

PORTUGAL, Alberto Duque. **O desafio da agricultura familiar**. Disponível em <http://www.embrapa.br/artigos>, acesso em 12 jul. 2004.

QUEIROZ, Edna Mendonça Oliveira de. Jovens trabalhadores e a escola noturna: relações de reciprocidade e antagonismo. *In*: CANEZIN, Maria Tereza Guimarães (org.). **Estudos sobre jovens e processos educativos na contemporaneidade**. Goiânia: Ed. da UCG, 2008a, p. 13-36.

_____. **Mediação familiar em processo**: formação de jovens estudantes do ensino superior. 2008b. Tese Doutorado - Faculdade de Educação (FE)/Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia.

_____. Famílias e processos de socialização de jovens universitários. *In*: CANEZIN, Maria Tereza Guimarães; SOUSA, Sônia M. Gomes (orgs.). **Jovens – espaços de sociabilidade e processos de formação**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos; Goiânia: Editora PUC-Goiás: Cãnone Editorial, 2010, p. 147-165.

REGUILLO, Rossana. Las culturas juveniles: um campo de estúdio; breve agenda para discusión. *In*: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, mai./jun./jul./ago. 2003, p. 103-118.

RIZZINI, Irene. Crianças, adolescentes e suas bases familiares: tendências e preocupações globais. *In*: SOUSA, Sônia M. Gomes; RIZZINI, Irene (coords.). **Desenhos de família. Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001, p. 23-44.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de Goiás**. Tradução de Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SANTOS, José Vicente T. dos. **Colonos do vinho: estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1984.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *In*: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, p. 99-192, fev. 2003.

SILVA, José Graziano da. Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil. *In*: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 35, 1997, Natal. **Anais**. Brasília: Sober, 1997. p. 114-146.

_____. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. *In*: FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien (orgs.). **Desenvolvimento rural tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

SOARES, Elda de Araújo Lira. Relatório. *In*: BRASIL, MEC/CNE/CEB. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2002, p. 4-34.

SOUSA, Sônia M. Gomes. O percurso metodológico da pesquisa. *In*: SOUSA, Sônia M. Gomes; RIZZINI, Irene (coords.). **Desenhos de família. Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001.

SOUZA, Cibele de e CARNEIRO, Maria Esperança F. **Retrospectiva histórica de Goiás – Da Colônia à Atualidade**. Goiânia: Livraria Cultura Goiana, 1996.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. *In*: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 5, p. 37-52, mai./ago. 1997.

_____. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. *In*: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 87-128.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano que se calcula**. Campinas-SP, 2003.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Projeto e metamorfose: **antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

WANDERLEY, Maria Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

WESHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. Tese Doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre. Mimeografado.

ZAGO, Nadir. Processos de escolarização nos meios populares. – as contradições da obrigatoriedade escolar. *In*: **Família e escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ANEXO
LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RUBIATABA



Fonte: Goiás Agência Goiana de Estradas, Transportes e Obras Públicas (Agetop), 2010.
Figura 1 - Localização do município de Rubiataba no estado de Goiás

APÊNDICE 1 - TABELAS

| Tabela 1 - População do município de Rubiataba – urbana e rural | | | | |
|--|--------|------|---------------|------|
| POPULAÇÃO | | | | |
| Total | Urbana | % | Rural | % |
| 18.915 | 16.210 | 85,7 | 2.705 | 14,3 |
| NÚMERO DE FAMÍLIAS | | | | |
| Total | Urbana | % | No meio rural | % |
| 6.242 | 5.349 | 85,7 | 893 | 14,3 |

Fonte: IBGE (2010).

| Tabela 2 - Região de origem das famílias quando da migração para Rubiataba | | |
|---|------------|-------|
| Estado | Quantidade | % |
| Minas Gerais | 22 | 70,96 |
| Pernambuco | 1 | 3,23 |
| São Paulo | 8 | 25,81 |
| Total | 31 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 1).

| Tabela 3 - Caracterização da propriedade e forma de aquisição | | |
|--|------------|-------|
| Área (alqueire) | Quantidade | % |
| Até 4 | 4 | 12,9 |
| De 4 a 5 | 6 | 19,4 |
| De 5 a 7 | 10 | 32,2 |
| De 7 a 9 | 8 | 25,8 |
| De 10 | 2 | 6,5 |
| Acima de 10 | 1 | 3,2 |
| Forma de aquisição | Quantidade | % |
| Herança | 10 | 32,3 |
| Compra | 14 | 45,2 |
| Compra e herança | 7 | 22,6 |
| Total | 31 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 1).

| Tabela 4 - Emprego de mão de obra nas propriedades | | |
|---|------------|-------|
| Item | Quantidade | % |
| Só mão de obra da família | 22 | 70,0 |
| Mão de obra da família + contratos periódicos | 9 | 30,0 |
| Total | 31 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 1).

Tabela 5 - Membros das famílias que frequentam escolas atualmente

| Faixa etária | Ensino fundamental | % | Ensino médio | % | Ensino superior | % | Total |
|--------------|--------------------|------|--------------|------|-----------------|------|-------|
| 5 a12 | 5 | 35,7 | | | | | 5 |
| 13aa16 | 2 | 14,3 | 1 | 7,2 | | | 3 |
| 17 a 20 | | | 2 | 14,3 | 2 | 14,3 | 4 |
| 21 a 25 | | | | | 1 | 7,1 | 1 |
| 25 a30 | | | | | 1 | 7,1 | 1 |
| Total | 7 | | 3 | | 4 | | 14 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 1).

Tabela 6 - Indivíduos em idade escolar e fora da escola

| Item | Quantidade | % |
|---------------------------------|------------|-------|
| Sem concluir ensino fundamental | 1 | 20,0 |
| Concluído o ensino fundamental | 2 | 40,0 |
| Concluído o ensino médio | 2 | 40,0 |
| Total | 5 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 1).

Tabela 7 - Membros das famílias que concluíram um dos níveis de estudo

| Nível de ensino | Quantidade | % |
|-------------------------|------------|-------|
| Ensino fundamental (EF) | 13 | 37,2 |
| Ensino médio (EM) | 13 | 37,2 |
| Ensino superior (ES) | 9 | 25,6 |
| Total | 35 | 100,0 |

Local de conclusão

| | | |
|---|----|-------|
| Baixa Verde (primeira fase do ensino fundamental) ²⁸ | 5 | 14,3 |
| Rubiataba (EF, EM e ES) | 30 | 85,7 |
| Total | 35 | 100,0 |

Fonte: Dados da pesquisa (respostas ao questionário 1).

Tabela 8 - Distribuição das famílias por instituição religiosa

| Item | Quantidade | % |
|---------------------------|------------|-------|
| Igreja Católica | 25 | 80,6 |
| Igreja Assembleia de Deus | 4 | 12,9 |
| Igreja Presbiteriana | 2 | 6,5 |
| Total | 31 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 1).

²⁸ A Escola Rural Benedito Bastos, de Baixa Verde, foi fechada na década de 1990.

| Tabela 9 - Inserção no processo de trabalho | | |
|--|-------------------|----------|
| Modalidade | Quantidade | % |
| Agricultura | 18 | 72,0 |
| Comércio/indústria | 2 | 28,0 |
| Doméstica | 1 | |
| Salão de beleza | 1 | |
| Escritório | 3 | |
| Total | 25 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

| Tabela 10 - Idade em que os jovens começaram a trabalhar | | |
|---|-------------------|----------|
| Idade | Quantidade | % |
| Antes dos 14 anos | 11 | 44,0 |
| 14 aos 18 anos | 14 | 56,0 |
| Total | 25 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

| Tabela 11 - Autodefinição dos sujeitos da pesquisa | | |
|---|-------------------|----------|
| Identificação | Quantidade | % |
| Jovem rural | 2 | 8,0 |
| Jovem agricultor | 4 | 16,0 |
| Jovem agricultor familiar | 12 | 48,0 |
| Jovem trabalhador rural | - | - |
| Estudante | 8 | 28,0 |
| Total | 25 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

| Tabela 12 - Participação dos jovens e apreço pelo trabalho familiar agrícola | | |
|---|-------------------|----------|
| Participação | | |
| Participação | Quantidade | % |
| Todos os dias | 12 | 48,0 |
| Somente alguns dias na semana | 8 | 32,0 |
| Nunca participa | 5 | 20,0 |
| Apreço | | |
| Gosta muito | 14 | 56,0 |
| Gosta mais ou menos | 7 | 28,0 |
| Não gosta | 4 | 16,0 |
| Avaliação | | |
| Muito importante | 14 | 56,0 |
| Importante | 5 | 20,0 |
| Pouco importante | 3 | 12,0 |
| Nada importante | 3 | 12,0 |
| Total | 25 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

| Tabela 13 - Avaliações do trabalho agrícola e não agrícola pelos jovens | | |
|--|-------------------|--------------|
| Avaliação do trabalho agrícola | Quantidade | % |
| Não dá retorno financeiro | 6 | 24,0 |
| É bom ver o fruto do trabalho crescendo | 6 | 24,0 |
| Trabalho pesado e sem descanso semanal | 5 | 20,0 |
| Trabalho digno e importante para a sociedade | 8 | 32,0 |
| Avaliação do trabalho não agrícola | Quantidade | % |
| Tem mais retorno financeiro | 18 | 72,0 |
| Trabalho mais leve | 04 | 16,0 |
| Favorece o crescimento pessoal | 3 | 12,0 |
| Pretensão em relação ao trabalho profissional | Quantidade | % |
| Trabalho na agricultura | 12 | 48,0 |
| Trabalho não agrícola | 13 | 52,0 |
| Total | 25 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

| Tabela 14 - Condição escolar dos jovens pesquisados | | |
|--|-------------------|--------------|
| Item | Quantidade | % |
| Pararam de estudar | 9 | 36,0 |
| Cursam ensino fundamental | 4 | 16,0 |
| Cursam ensino médio | 8 | 32,0 |
| Cursam ensino técnico | 1 | 4,0 |
| Cursam ensino superior | 3 | 12,0 |
| Total | 25 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

| Tabela 15 - Maiores dificuldades no processo de escolarização segundo os jovens | | |
|--|-------------------|----------|
| Dificuldades | Quantidade | % |
| Levantar cedo | 18 | 72,0 |
| Perda do horário das refeições | 17 | 68,0 |
| Distância da escola | 21 | 84,0 |
| Total | | |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

| Tabela 16 - De que mais os jovens gostam na escola | | |
|---|-------------------|--------------|
| Motivo | Quantidade | % |
| Amigos | 8 | 32,0 |
| Professores | 7 | 28,0 |
| Ensino | 5 | 20,0 |
| Estrutura da escola | 1 | 4,0 |
| Das aulas | 3 | 12,0 |
| Normas da escola | 1 | 04,0 |
| Total | 25 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

Tabela 17 - De que menos os jovens gostam na escola

| Motivo | Quantidade | % |
|--|------------|-------|
| Estudar | 1 | 04,0 |
| Professores que não explicam a matéria | 4 | 16,0 |
| Professores inexperientes | 4 | 16,0 |
| Faltar professores | 2 | 8,0 |
| Professores que contam piadas | 2 | 8,0 |
| Fazer provas | 3 | 12,0 |
| Falta de organização em alguns eventos | 1 | 04,0 |
| Não responderam | 8 | 32,0 |
| Total | 25 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

Tabela 18 - Aspectos de adesão à religião apontados pelos jovens

| Opção | Quantidade | % | Igreja | Número | % |
|-------|------------|------|------------------------|--------|-------|
| Sim | 24 | 96,0 | Católica | 21 | 87,5 |
| Não | 1 | 4,0 | Presbiteriana renovada | 1 | 4,2 |
| | - | | Assembleia de Deus | 2 | 8,3 |
| Total | 25 | | | 25 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

Tabela 19 - Tipos de lazer de que os jovens mais participam e o mais importante

| Tipos de lazer (três escolhas) | Quantidade | % |
|--------------------------------|------------|-------|
| Visita a amigos e familiares | 24 | 96,0 |
| Assistir filmes | 5 | 20,0 |
| Futebol | 4 | 16,0 |
| Barzinho e choperia | 4 | 16,0 |
| Shows musicais | 4 | 16,0 |
| Viagens no final de semana | 5 | 20,0 |
| Encontros religiosos | 11 | 44,0 |
| Bailes | 1 | 04,0 |
| Mutirões | 4 | 16,0 |
| Não pratico nenhum lazer | 1 | 4,0 |
| Tipo lazer mais importante | Quantidade | % |
| Futebol | 3 | 8,3 |
| Visita a amigos e familiares | 10 | 41,6 |
| Encontros religiosos | 6 | 20,5 |
| Shows musicais | 2 | 8,3 |
| Mutirões | 2 | 8,3 |
| Viagens nos finais de semana | 2 | 8,3 |
| Total | 25 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

Tabela 20 - Avaliação dos jovens e sua disposição de viver o modo de vida dos pais

| Avaliação | Quantidade | % |
|--|-------------------|----------|
| Ótimo | 5 | 20,0 |
| Bom | 12 | 48,0 |
| Regular | 3 | 12,0 |
| Ruim | 5 | 20,0 |
| Péssimo | -- | -- |
| Você gostaria de viver do mesmo modo de vida dos seus pais? | | |
| Opção | Quantidade | % |
| Sim | 10 | 40,0 |
| Sim, mas com mudanças | 10 | 40,0 |
| Não | 5 | 20,0 |
| Total | 25 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

Tabela 21 - Disposição para suceder o pai ou a mãe na gestão da propriedade

| Opção | Quantidade | % |
|-----------------------|-------------------|----------|
| Sim | 10 | 40,0 |
| Não | 8 | 32,0 |
| Mais ou menos | 5 | 20,0 |
| Ainda não pensa nisso | 2 | 8,0 |
| Total | 25 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

Tabela 22 - Caracterização da propriedade familiar e forma de aquisição

| Área (alqueires) | Quantidade | % |
|---------------------------|-------------------|----------|
| Até 4 | 4 | 12,9 |
| De 4 a 5 | 6 | 19,4 |
| De 5 a 7 | 10 | 32,2 |
| De 7 a 9 | 8 | 25,8 |
| De 10 | 2 | 6,5 |
| Acima de 10 | 1 | 3,2 |
| Forma de aquisição | Quantidade | % |
| Herança | 10 | 32,2 |
| Compra | 14 | 45,2 |
| Compra e herança | 7 | 22,6 |
| Total | 31 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

| Tabela 23 - Continuidade dos estudos pelos jovens | | |
|--|-------------------|----------|
| Item | Quantidade | % |
| Não continuar | 2 | 8,0 |
| Continuar | 23 | 92,0 |
| Total | 25 | 100,0 |
| Até que nível de ensino | | |
| Item | Quantidade | % |
| Concluir o ensino fundamental | 2 | 8,0 |
| Concluir o ensino médio | 8 | 32,0 |
| Concluir o curso técnico em agropecuária | 2 | 8,0 |
| Concluir o ensino superior para trabalhar na cidade | 10 | 40,0 |
| Concluir o ensino superior para trabalhar na agricultura | 3 | 12,0 |
| Total | 25 | 100,0 |
| Cursos pretendidos | | |
| Curso | Quantidade | % |
| Direito | 7 | 28,0 |
| Medicina Veterinária | 5 | 20,0 |
| Enfermagem | 5 | 20,0 |
| Agronomia | 5 | 20,0 |
| Administração | 3 | 12,0 |
| Total | 25 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

| Tabela 24 - Projetos profissionais dos jovens | | |
|--|-------------------|----------|
| Projeto | Quantidade | % |
| Ser advogado | 7 | 28,0 |
| Atuar no comércio | 5 | 20,0 |
| Atuar na agricultura | 10 | 40,0 |
| Empresário liberal | 3 | 12,0 |
| Total | 25 | 100,0 |
| Estabelecer-se na agricultura | | |
| Opção | Quantidade | % |
| Pretendem | 10 | 40,0 |
| Não pretendem | 15 | 60,0 |
| Total | 25 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

| Tabela 25 - Projetos de moradia e casamento | | |
|--|-------------------|----------|
| Onde pretende morar | Quantidade | % |
| No meio rural | 10 | 40,0 |
| Na cidade | 15 | 60,0 |
| Total | 25 | 100,0 |
| Perspectiva de casamento | Quantidade | % |
| Com agricultor | 15 | 40,0 |
| Com não agricultor | 10 | 60,0 |
| Total | 25 | 100,0 |

Fonte: dados da pesquisa (respostas ao questionário 2).

APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO ÀS FAMÍLIAS

COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA (por idade)

| 0 a 12 | 13 a 16 | 17 a 20 | 21 a 25 | 26 a 30 | 31 a 40 | 41 a 50 | 51 a 60 | Acima de 61 |
|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------------|
| | | | | | | | | |

TRABALHO E MORADIA – Quantos membros da família trabalham na propriedade rural?

| Moram e trabalham na propriedade | Moram na propriedade e trabalham na cidade | Moram na propriedade e trabalham em outra propriedade | Trabalham na propriedade e moram na cidade |
|----------------------------------|--|---|--|
| | | | |

ORIGEM DA PROPRIEDADE – Como adquiriu a propriedade (terreno)?

| Herança | Posse | Compra | Quanto tempo tem a propriedade | Quanto tempo mora na propriedade |
|---------|-------|--------|--------------------------------|----------------------------------|
| | | | | |

TRABALHADORES NA PROPRIEDADE – quem trabalha na propriedade rural?

| Só membros da família | Só mão de obra contratada | Membros da família e contratados | Contrato permanente | Diaristas |
|-----------------------|---------------------------|----------------------------------|---------------------|-----------|
| | | | | |

ORIGEM DA FAMÍLIA – Qual a procedência das famílias?

| Minas Gerais | Nordeste | São Paulo | Goiás | Outro estado |
|--------------|----------|-----------|-------|--------------|
| | | | | |

EDUCAÇÃO ESCOLAR – Quantos estudam atualmente?

| Idade (anos) | Na cidade | Na zona rural | Ensino fundamental | Ensino médio | Ensino superior |
|--------------|-----------|---------------|--------------------|--------------|-----------------|
| 5 a 12 | | | | | |
| 13 a 16 | | | | | |
| 17 a 20 | | | | | |
| 21 a 25 | | | | | |
| 25 a 30 | | | | | |
| 31 a 40 | | | | | |
| 41 a 50 | | | | | |
| 51 a 60 | | | | | |
| Acima de 61 | | | | | |

EDUCAÇÃO ESCOLAR – Quantos concluíram os estudos?

| Idade (anos) | Na cidade | Na zona rural | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Ensino Superior | Não lê/escreve |
|--------------|-----------|---------------|--------------------|--------------|-----------------|----------------|
| 5 a 12 | | | | | | |
| 13 a 16 | | | | | | |
| 17 a 20 | | | | | | |
| 21 a 25 | | | | | | |
| 25 a 30 | | | | | | |
| 31 a 40 | | | | | | |
| 41 a 50 | | | | | | |
| 51 a 60 | | | | | | |
| Acima de 61 | | | | | | |

MOTIVOS POR QUE PARARAM DE ESTUDAR

| Distância da cidade | Não vê utilidade | Para casar | Vontade dos pais | Transporte ruim | Outros motivos |
|---------------------|------------------|------------|------------------|-----------------|----------------|
| | | | | | |

Outros motivos (por ordem de importância):

| |
|--|
| |
| |
| |

MOTIVOS PARA CONTINUAR ESTUDANDO

| Melhorar desempenho na agricultura | Arrumar emprego na cidade | Realização pessoal | Melhorar de vida | |
|------------------------------------|---------------------------|--------------------|------------------|--|
| | | | | |

Outros motivos (por ordem de importância):

| |
|--|
| |
| |
| |

FIHOS QUE SE MUDARAM PARA A CIDADE OU OUTRAS REGIÕES –
motivos

| Idade (anos) | Para estudar | Para trabalhar | Para casar | Não gostam da agricultura | Não produz para sobreviver | Outro motivo |
|--------------|--------------|----------------|------------|---------------------------|----------------------------|--------------|
| 5 a 12 | | | | | | |
| 13 a 16 | | | | | | |
| 17 a 20 | | | | | | |
| 21 a 25 | | | | | | |
| 25 a 30 | | | | | | |
| 31 a 40 | | | | | | |
| 41 a 50 | | | | | | |
| 51 a 60 | | | | | | |

Outros motivos para a mudança (por ordem de importância):

| |
|--|
| |
| |

MOTIVOS PARA CONTINUAR NA AGRICULTURA FAMILIAR

| Gosta da agricultura | Sente-se valorizado(a) como agricultor(a) | Por tradição ou costume | Vontade dos pais | Não teve/tem oportunidade de estudar |
|---|---|-------------------------|------------------|--------------------------------------|
| | | | | |
| Outros motivos (por ordem de importância) | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

APÊNDICE 3 - QUESTIONÁRIO 2 – DIRIGIDO AOS JOVENS

Data: ____/____/____ Nome: _____

1 Sexo:

masculino feminino

2 Idade:

15/16 anos

17/18 anos

19/20 anos

21/22 anos

23/24 anos

25/30 anos

3- Territorialidade

3.1 Onde você nasceu?

Cidade: _____ Estado: _____

3.2 Há quanto tempo mora no município de Rubiataba?

menos de um ano de três a cinco anos

de um a dois anos mais de cinco anos

3.3 Atualmente você mora

na zona rural na cidade

3.4 Se você mora na zona rural, em qual região do município?

Baixa Verde

Rubiatã

Rio Novo

3.5 Há quanto tempo você mora nessa região?

5 anos

5 a 10 anos

10 a 20 anos

mais de 20 anos

3.6 Se você mora na cidade, em qual bairro você mora? _____

3.7 Há quanto tempo você mora na cidade?

5 anos

5 a 10 anos

10 a 20 anos

mais de 20 anos

4. Família

4.1 Estado civil:

solteiro divorciado

casado separado

mora junto viúvo

4.2 Tem filhos?

sim não

4.3 Quantos filhos você tem?

um filho três filhos

dois filhos mais de três filhos

4.4 Com quem você mora? Marque uma ou mais opções:

sozinho com outra família (parentes ou amigos de seus pais)

- com amigos no local de trabalho
 pai mãe
 irmãos solteiros irmãos casados
 avô/avó sobrinhos
 tios primos
 com o companheiro/a e filhos

4.5 Quantas pessoas moram na sua casa (contando com você)?

- duas pessoas cinco pessoas
 três pessoas mais de cinco pessoas
 quatro pessoas

4.6 Como você se sustenta? (enumere em ordem de prioridade)

- vivo com a minha própria renda
 sou sustentado pela família
 sou sustentado por parentes
 ajuda do governo? Qual? _____

5. Trabalho

5.1 Você trabalha?

- sim não

5.2 Se você trabalha ou já trabalhou, com quantos anos começou a trabalhar?

- antes dos 14 anos dos 14 aos 18 anos acima dos 18 anos

- **Questões de 5.3 a 5.8: só para os que trabalham**

5.3 Que tipo de trabalho você faz hoje? _____

5.4- Onde (supermercado, loja de roupas, feira, escola pública, etc.)? _____

5.5 Quantas horas você trabalha por dia?

- quatro horas seis horas oito horas nove horas ou mais

5.6 Seu trabalho é:

- fixo temporário

5.7 Tem carteira assinada?

- sim não

5.8 Aproximadamente, quanto você ganha por mês?

- nada
 de R\$ 200,00 a um salário mínimo
 um salário mínimo e meio
 dois salários mínimo
 dois salários mínimo e meio
 três salários mínimo
 três salários mínimo e meio
 mais de quatro salários mínimo

- **Questões 5.9 a 5.11: para os que não trabalham**

5.9 Se não trabalha, já trabalhou?

- sim não

5.10 Que tipo de trabalho você fazia?

.....

5.11 Há quanto tempo está sem trabalho?

- até 6 meses de um a dois anos
 de 6 meses a um ano mais de dois anos

5.12 Quantas pessoas trabalham na sua casa?

5.24 Qual é a atividade profissional de sua mãe? Agricultora familiar _____**5.25 Ela está trabalhando?** sim não**6 Aspectos educacionais****Para todos responderem:****6.1 Qual período você cursa atualmente:**

| | | | |
|---|-------------|---------------------------------------|-------------------------------------|
| { | Ensino | <input type="checkbox"/> primeiro ano | <input type="checkbox"/> sexto ano |
| | fundamental | <input type="checkbox"/> segundo ano | <input type="checkbox"/> sétimo ano |
| | | <input type="checkbox"/> terceiro ano | <input type="checkbox"/> oitavo ano |
| | | <input type="checkbox"/> quarto ano | <input type="checkbox"/> nono ano |
| | | <input type="checkbox"/> quinto ano | |

| | | |
|---|--------|---------------------------------------|
| { | Ensino | <input type="checkbox"/> primeiro ano |
| | médio | <input type="checkbox"/> segundo ano |
| | | <input type="checkbox"/> terceiro ano |

| | | |
|---|----------|---------------------------------------|
| { | Ensino | <input type="checkbox"/> primeiro ano |
| | superior | <input type="checkbox"/> segundo ano |
| | | <input type="checkbox"/> terceiro ano |
| | | <input type="checkbox"/> quarto ano |
| | | <input type="checkbox"/> quinto ano |

6.2 A sua escola fica próximo ao trabalho? sim não**6.3 A sua escola fica próxima à sua casa?** sim não**6.4 Você parou de estudar alguma vez em sua vida?** sim não

- **Questões 6.5 a 6.8: para os que pararam de estudar**

6.5 Se parou, quantas vezes e por quanto tempo? 1 vez. Quanto tempo? _____ 2 vezes. Quanto tempo? _____ 3 vezes. Quanto tempo? _____ 4 vezes. Quanto tempo? _____ mais de 4 vezes. Quanto tempo? _____**6.6 Quais os principais motivos que o levaram a parar de estudar?**

6.7 Quais os principais motivos que o levaram a voltar a estudar?

6.8 Cite as escolas nas quais estudou

6.9 Por que você escolheu estudar nessa escola? (enumere por ordem de importância). o ensino é bom

- está perto da minha casa
 está perto do meu trabalho
 pela influência dos amigos
 pela influência da família
 falta de opção

outros _____

6.10 Explique o primeiro motivo da sua lista para estudar nessa escola:

6.11 O que você mais gosta na sua escola?

6.12 O que você menos gosta na sua escola?

7 Aspectos da religião

Para todos responderem:

7.1 Você tem religião?

- sim não

- **Questões 7.2 a 7.4: só para quem tem religião**

7.2 Em caso positivo, qual a sua religião ou Igreja?

7.3 Você é praticante?

- sim não

7.4 Qual é a igreja que você mais frequenta?

De qual bairro:

8 Ser Jovem

8.1 Qual o meio que você mais utiliza para se manter informado(a) sobre os acontecimentos atuais? (marque apenas uma alternativa)

- jornal escrito jornal falado (TV)
 jornal falado (rádio) revistas (Veja, Isto É, etc.)
 conversando com pessoas pelos professores, na sala de aula
 não tem se mantido informado internet

8.2 Você participa de algum dos agrupamentos abaixo?

- sindicato esportivo
 partido político religioso
 associação de bairro associação de produtores rurais
 MPA MST
 Via campestina
 outros Quais? _____

- não participo de nenhum grupo

8.3 Marque os três tipos de lazer que você pratica com maior frequência:

- visita a amigos/familiares encontros religiosos
 barzinho e *chopperia* passeio no *shopping*
 filmes teatro
 bailes futebol
 shows musicais passeios nos parques ou praças da cidade
 mutirões
 viagens nos finais de semana (chácaras, cidades próximas, etc.)
 outros locais ou outras atividades. Quais? _____
 não pratico nenhum lazer

8.4- Se você marcou mais de um item na questão acima, qual é o mais importante?

9 Identificação jovem

Pergunta: Com qual destas categorias você mais se identifica? (Você acha que é?)

- Jovem rural () Jovem agricultor ()
 Jovem agricultor familiar () Estudante ()
 Jovem trabalhador rural ()

10 Participação no trabalho familiar

Você participa do trabalho na agricultura com seus pais?

- Todos os dias ()
 Alguns dias na semana ()
 O dia todo ()
 Só meio dia ()
 Nunca ()

O quanto você gosta do trabalho agrícola?

- Gosto muito ()
 Gosto mais ou menos ()
 Não gosto ()

Como você considera sua participação no trabalho agrícola com sua família?

- Importante () Pouco importante ()
 Muito importante () Nada importante ()

Das situações citadas, qual mais se aproxima daquilo que você pensa sobre o trabalho na agricultura familiar?

- Não dá retorno financeiro ()
 Permite ter independência financeira ()
 Trabalho pesado e sem descanso ()
 É bom ver o fruto do trabalho crescendo ()
 Não é valorizado pela sociedade em geral ()
 É um trabalho digno e importante para a sociedade ()

Como você avalia o trabalho na cidade, o trabalho não agrícola?

- É mais leve
 Tem mais retorno financeiro
 Fácil de conseguir
 Férias e fins de semana livres

11 Realização profissional

Qual sua pretensão para sua realização profissional

- Trabalho na agricultura ()
 Trabalho não agrícola ()

12 Sucessão dos pais

Como você avalia o modo de vida de seus pais?

- Ótimo () Ruim ()
Bom () Pésimo ()
Regular ()

Você gostaria de viver do mesmo modo que seus pais?

- Sim () Não ()

Você gostaria de ocupar (suceder) seu pai ou sua mãe na gestão da propriedade familiar?

- Sim () Mais ou menos ()
Não () Não pensei nisso ()

Quais as suas expectativas em ficar com a propriedade?

- () Sou o único herdeiro
() Penso que eu não vou herdar terra
() Acho que não vai ter espaço para todos nós
() Nós vamos herdar por igual
() Aqui cabe só um, temos que negociar

Pergunta: Você pretende continuar os estudos até quando?

- () Concluir o ensino fundamental
() Concluir o ensino médio
() Concluir o curso técnico em agropecuária
() Concluir curso superior para trabalhar na cidade
() Concluir curso superior para trabalhar na agricultura

13 Projeto de vida

Projetos de realização profissional

Você tem um projeto profissional que quer exercer no futuro?

Qual é o seu projeto profissional? (profissões em vista)

Você pretende se estabelecer profissionalmente como agricultor familiar?

- Sim () Não ()

Onde você pretende morar?

- Meio rural () Na cidade ()

Você pretende casar com um agricultor?

- Sim () Não ()

**APÊNDICE 4 - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM AS FAMÍLIAS
(preliminar)**

Situação da propriedade:

Como vocês conseguiram essa terra?

Vocês sabem por que aqui ficou chamado de Baixa Verde?

Vocês nasceram em Baixa Verde?

Vocês se conheceram aqui?

Há muito casamento entre pessoas da mesma família? (parentes próximos)?

Quanto tempo já faz que vocês moram aqui?

Vocês acham interessante continuar com os costumes dos mais velhos, por exemplo, o terço de São Sebastião?

E tem outros costume?

E a escola de Baixa Verde, vocês se lembram quando a escola daqui foi fechada?

Será que hoje há crianças daqui que vão estudar em Rubiataba, indo todo dia?

Será que ainda tem morador daqui querendo mudar pra Rubiataba ou pra outro lugar?

E será como é que vai ficar essa região de Baixa Verde com pouca gente ... ou sem gente?

Vocês já ouviram falar de agricultura familiar?

E será que aqui em Baixa Verde tem agricultor ou agricultora familiar?

É melhor ser falado de agricultor familiar do que de lavrador ou de povo da roça?

E quem fica trabalhando aqui e na cidade é agricultor familiar?

Será que viver na cidade é melhor do que aqui?

O que daqui ainda é melhor do que em Rubiataba ou em outra cidade?

O que vocês acham mais difícil para continuarem vivendo aqui na Baixa Verde, na agricultura?

Falta alguma coisa para viver aqui, viver bem?

APÊNDICE 5 - ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM OS JOVENS

1 Identificação

Onde nasceu?

Seus pais são agricultores familiares?

Como viveu a infância: na agricultura familiar ou em outro ambiente? Com os pais?

Como viveu a adolescência: na agricultura familiar ou em outro ambiente? Com os pais?

Os estudos: que estudou ou ainda estuda? Onde?

2 O que é ser jovem para você?

3 Que significa para você ser agricultor(a) familiar?

4 Como foi sua experiência de vida escolar?

As dificuldades, as facilidades, as expectativas, o papel da escola em sua vida. O papel da família na sua educação.

5 Sua concepção de jovem agricultor

Como foi construída, quando, com quem você aprendeu a sua vida de agricultor?

6 O que você sabe da história da agricultura familiar?

Com quem você aprendeu essas histórias? Qual um fato mais relevante nessa história para você?

7 Como você está vendo o momento atual para a agricultura familiar no Brasil e no município de Rubiataba?

8 Qual o significado da terra para você?

9 Você participou do processo de aquisição/posse da terra em que vocês vivem e trabalham?

10 Como foi esse processo?

11 Como se dá o seu relacionamento com a família, com outros jovens, com a escola, com as pessoas da cidade?

12 Como você vê a presença e atuação das instituições formadoras entre vocês, a Igreja, os movimentos sociais Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Sem Terra MST, os sindicatos, a Escola Agrotécnica Federal de Ceres, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Rubiataba (Coomafar)?

13 Qual a contribuição dessas instituições na construção da sua identificação como jovem agricultor familiar?

14 O que você espera do futuro? Para você? Para sua família? Para a agricultura familiar?

15 Você pretende continuar os estudos? Que curso você pensa fazer? Por quê?

16 Como você percebe a sua atuação como liderança jovem na comunidade ou no movimento?

17 Qual o papel da Igreja na comunidade?

18 Qual papel do sindicato e das associações de pequenos agricultores na região?

19 Fale sobre os divertimentos de que você mais gosta.

20 Que você acha do consumo de bebidas alcoólicas?

21 Quais as atividades (trabalhos) que vocês desenvolvem na propriedade rural?

22 Como é a organização do trabalho na agricultura e pecuária?

23 Quais são suas expectativas em relação ao trabalho?

24 Qual o papel da escola na construção da sua identificação como jovem agricultor?

25 Qual a sua confissão religiosa e como ela contribuiu/contribui com a sua formação/educação?

- 26 Qual o papel da sua família na formação de sua identificação como jovem agricultor, no seu desejo de permanecer na agricultura ou sair?
- 27 Qual a contribuição dos mais velhos da comunidade para a sua concepção de jovem agricultor?
- 28 Como você vê o modo como os jovens da cidade falam de vocês?
- 29 Você pode citar um elemento que diferencie você dos jovens da cidade?